

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

Rosineide de Melo

DELEGACIA DE POLÍCIA: DEFESA DA MULHER?

Um enfoque dialógico

São Paulo, julho de 2001

Rosineide de Melo

DELEGACIA DE POLÍCIA: DEFESA DA MULHER?

Um enfoque dialógico

Dissertação apresentada à
Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, como exigência
parcial para a obtenção do título
de MESTRE em *Linguística
Aplicada e Estudos da
Linguagem*, sob a orientação da
Profª Drª Elisabeth Brait.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

julho / 2001

DM

410

M

Melo, Rosineide de

Delegacia de polícia - defesa da mulher? um enfoque dialógico. - São Paulo: s.n, 2001.

Dissertação (Mestrado) - PUCSP

Programa: Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Orientador: Brait, Elisabeth

1. Análise do discurso.

Palavra-Chave: Discurso relatado - Voz - Reformulação - Mulher - Delegacia

e-mail: rosineide_melo@uol.com.br

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Às inúmeras pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho;

ao Prof.º Ismael Rocha, pelo encaminhamento ao Curso de Letras;

ao Prof.º Odair Bermelho, por acreditar no meu potencial, abrindo-me a porta do mundo acadêmico;

ao Paulo Sérgio Amaral, que me levou aos distritos policiais, facilitando meu contato com os agentes;

à amiga Denise Spósito Mistero, Juíza de Direito, que me ofereceu com paciência e despojamento o suporte técnico imprescindível à pesquisa;

aos colegas da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FAECO) da Fundação Santo André: Aguiar, Samuel, Neusa, Marly, Orozimbo, pela assessoria e pelo companheirismo;

ao Prof.º Carlos Vieira, Diretor da FAECO, pelo auxílio financeiro que viabilizou minha participação nos Congressos;

à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que me proporcionou continuar e concluir o Curso de Mestrado;

à Assessoria da Deputada Rosemari Correa, que me forneceu o "fio da meada";

às mulheres do Conselho Estadual da Condição Feminina, especialmente à Elza Pereira (Jornalista) e à Benedita Aparecida Pinto (Historiadora), pelos longos e ricos momentos de interação, mergulhados na história; à Maria Aparecida de Laia, Presidenta do Conselho;

à Sônia da Assessoria das Delegacias de Polícia que me abasteceu com dados estatísticos atualizados, e à Diretora Geral, Maria Inês Valenti;

à Delegada da Unidade Pesquisada, que me fez vencer minhas próprias limitações e dificuldades;

às Escrivãs de Polícia... mulheres que "escrevem" capítulos da nossa história;

às Vítimas - mulheres que romperam o silêncio com determinação, coragem e sensibilidade e ainda deixaram-se invadir para concretizar esta pesquisa;

ao pessoal de apoio do setor de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL): Maria Lúcia, Paulo Sérgio e Rosangeles;

aos meus queridos amigos do LAEL: Paulo Stella, Jorge Torresan, Geraldo Souza, Maria Inês, Marcos Vieira, Willian Cereja, Luciana Leite e Danuza Gonçalves pela inestimável colaboração, mas principalmente pela solidariedade e generosidade;

aos professores Leila Bárbara, Tony Sardinha e Roxane Rojo, que deram importantes contribuições ao fazerem comentários pontuais;

ao amigo Valdério Cândido de Almeida, pela revisão competente;

às minhas irmãs Maria do Socorro e Zuleica, e à minha sobrinha Karina, pela colaboração logística, operacional e emocional;

ao Paulo, pela presença amiga;

à Lillian, pelo encorajamento nos momentos em que eu achava que não iria dar conta;

aos meus amigos e familiares que me acompanharam e, principalmente, compreenderam meus períodos de isolamento e solidão;

à Prof^a. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, para nós, Cecilinha, co-construtora deste trabalho, por contribuir muito com seus comentários durante as aulas, nos seminários e na banca examinadora da qualificação e, principalmente, pela honrosa amizade;

à Prof^a Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna, pelas generosas contribuições, pela tranquilidade e firmeza com que fez os comentários, delineando a análise dos dados;

à amiga Beth Brait, em especial, não só pela orientação séria, ética, competente e "às vezes" dura ... mas fundamentalmente por ter-se tornado meu referencial de mulher.

A todos vocês, o meu agradecimento e o meu carinho.

Aos meus pais,

Seu **Nivaldo** e Dona **Nenê**,
com gratidão e afeto.

"Como a rosa que floresce porque floresce, eu te amo porque te amo".

Rubem Alves, *O retorno e terno*

RESUMO

O objetivo deste trabalho se concentra em três questões norteadoras: verificar como o processo de reformulação do oral para o escrito contribui para a constituição de sentidos heterogêneos no discurso, identificar os elementos estáveis dos enunciados que não só compõem tema, forma composicional e estilo, como também caracterizam a atividade discursiva da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e apontar as pistas lingüísticas e extralingüísticas que revelam as vozes no discurso da instituição pesquisada. Os objetos examinados são os *depoimentos orais* das mulheres vítimas de violência que vão à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher para registrar sua queixa, o *Boletim de Ocorrência* e o *Termo Circunstanciado*, registros escritos elaborados pelas escrivãs de polícia. Para observar a instituição, é necessário conhecer sua gênese. Para tanto, resgatei os primórdios do movimento feminista, das conquistas políticas e sociais obtidas pelas mulheres, incluindo a criação das delegacias especiais de atendimento às mulheres. Como fundamentação teórica, adoto as noções de Bakhtin e seu círculo sobre gênero e dialogismo e discuto como esses elementos integram e são percebidos no discurso da Delegacia da Mulher. O discurso relatado dentro do processo de reformulação aparece como categoria principal de análise. Cotejando os três objetos, nota-se que o processo de reformulação oral para escrito - da linguagem cotidiana da mulher para a linguagem legal / jurídica (constituente dos documentos escritos) - acaba por modificar, apagar ou acrescentar informações, ou seja, atribui sentidos aos enunciados. O estudo permitiu refletir sobre os papéis sociais que vítimas e escrivãs assumem na interação e no contexto maior da sociedade possibilitando a verificação de como as diversas vozes se organizam, caracterizando a atividade discursiva da Delegacia da Mulher e, finalmente, foi possível constatar que, contraditoriamente, a Delegacia ainda não defende a mulher e sim sustenta, na sua prática discursiva, valores discriminatórios contra a mulher.

Palavras-chave: discurso relatado; voz; reformulação; mulher; delegacia.

ABSTRACT

The objective of this piece of work concentrates in three leading questions: verifying how the reformulation process from the oral to the written contributes to the constitution of heterogeneous meanings in discourse; identifying the stable elements of the utterances which not only compose theme, compositional form and style, but also characterize the discursive activity of the police department for the defense of women and pinpointing linguistic and extralinguistic tracks which reveal the voices in the discourse of the institution researched. The data examined are *oral reports* of the women, victims of violence, who go to the Police Station for the Defense of Women in order to make a statement, written in the *Boletim de Ocorrência* and in the *Termo Circunstanciado* (Forms in which the statement is officially registered) made by the official police notary officer. To observe the institution, it is necessary to know its genesis. For this reason, I brought about the origins of the feminist movements, the political and social conquests obtained by women, including the creation of those special police stations to attend women in need. As theoretical foundation, I adopt the notions of Bakhtin and his circle about genre and dialogism and I discuss how these elements integrate themselves and are noticed in the discourse of the Police Station for the Defense of the Women. The reported speech in the process of reformulations appears as the main category of analysis. Quoting the three objects, we notice that the reformulation process from the oral to the written, from the day-to-day language of the women to the legal/juridical language (in the documents) modifies, erasing or adding information, i.e., gives more meanings to the utterance. The study permitted us to reflect upon the social roles that victims and notary officers assume in the interaction and the context of society; offering us the opportunity of verifying how the various voices organize themselves, characterizing the activity in the Police Station for the Defense of Women and, last but not least, it was possible to observe that, otherwise, the Police Station does not yet defend the women, but, supports, in its discursive practices, the discriminating values against them.

Keywords: reported discourse, voice, reformulation, women, police station.

SUMÁRIO

Assunto	Página
Introdução	1
I - Sobre a Instituição	5
1.1 O que é instituição	5
1.2 Origem	5
1.2 .1 O movimento feminista	6
1.2 .2 "Quem ama não mata": O feminismo brasileiro e a luta contra a violência doméstica	10
1.2.2.1 Violência doméstica: um capítulo à parte	15
1.3 A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher	23
1.3.1 Por que criar a DDM?	23
1.3.2 O que é a DDM	25
1.3.2.1 Procedimentos gerais de trabalho	26
1.3.3 Contradições e desafios da DDM	28
II - Questões Metodológicas	31
2.1 Levantamento do <i>corpus</i>	31
2.2 Estabelecimento do <i>corpus</i>	34
III - Fundamentação Teórica	36
3.1 Sobre a noção de gênero	36
3.2 O dialogismo e suas várias formas de representação	42
3.2.1 Discurso citado, discurso relatado	45
3.2.1.1 Formas do discurso citado por Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau	47
3.2.2 A reformulação	53
3.3 As designações	54
3.4 O contexto	58
3.5 Análise da conversação	60

IV - As Vozes da Delegacia da Mulher	64
4.1 Situação de trabalho da DDM pesquisada	64
4.2 Contexto e processo interacional	66
4.2.1 Descrição dos depoimentos	66
4.2.2 Uma estranha no ninho	68
4.2.3 A produção dos discursos	73
4.3 A mulher fala	83
4.3.1 Arriscando as primeiras conclusões	97
4.4 Em nome da mulher ou em nome da instituição?	98
4.4.1 O boletim de ocorrência	98
4.4.2 O termo circunstanciado	104
4.4.3 Algumas palavras sobre a escrivã	116
 Considerações finais	 120
 Bibliografia	 128
 Anexos	 136

ABREVIATURAS

ACADEPOL - Academia de Polícia

AD - Análise do Discurso

B.O. - Boletim de Ocorrência

CSEB/USP - Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa

CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina - SP

CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - RJ.

CEM - Coordenadoria Especial da Mulher

CFSS - Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

COJE - Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher

COMVIDA - Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRCN - Centro Pedagógico de Reterritorialização e Cidadania Negra (RS)

DD - Discurso Direto

DDL - Discurso Direto Livre

DDM - Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher

DEAM - Delegacia de Polícia de Atendimento à Mulher

DECAP - Delegacias da Capital - SP

DEINTER - Delegacias do Interior - SP

DEMACRO - Delegacias da Grande São Paulo

DI - Discurso Indireto

DIL - Discurso Indireto Livre

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JECRIM - Juizado Especial Criminal

LA - Lingüística Aplicada

MA - Modalização Autonímica

MDS - Modalização em Discurso Segundo

NURC - Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAISM - Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher

SBPC - Sociedade Brasileira para a Ciência

T.C. - Termo Circunstanciado

INTRODUÇÃO

"Qualquer caminho é só um caminho e não há ofensa nem a nós mesmos, nem aos demais, em deixá-lo, se é isso o que seu coração lhe diz. Tente-os tantas vezes quanto julgar necessário. E então, formule-se a si mesmo e somente a si mesmo uma pergunta... esse caminho tem um significado? Se tem, o caminho é bom, se não tem, não serve" (Carlos Castañeda).

A decisão de trilhar o caminho acadêmico não acontece de uma hora para outra. Pelo contrário, é construída ao longo do tempo, requer preparação, estudo, renúncias. As escolhas anteriores vão delineando esse caminho e clareando os objetivos de vida.

O primeiro passo dado em direção ao mundo acadêmico - embora na ocasião não soubesse disso - aconteceu em 1986, quando iniciei o curso de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Santo André, incentivada pelo Professor Ismael Rocha.

Por que Letras? Não sabia direito... no entanto, era preciso ouvir a voz do coração.

Em 1988, cursando o 3º ano, fui atuar como monitora da disciplina "Comunicação e Técnicas de Redação" na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FAECO) da Fundação Santo André. O Professor Odair Bermelho, docente da disciplina, realizava um trabalho com os alunos de interpretação de texto fundamentado na análise do signo ideológico e contexto. A abordagem bakhtiniana, até então desconhecida para mim, de que "tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*" (Bakhtin, 1929/1995: 31), me fascinou. Havia estudado signo/significante e o código lingüístico... De fato, a Lingüística não poderia ser só isso! Enveredei, portanto, pela estrada do significado!

Em 1991, como Professora-assistente na FAECO, pude participar mais aprofundadamente dos estudos sobre Análise do Discurso. As descobertas foram acontecendo: autores, conceitos, livros. A mudança na visão de mundo foi inevitável...

Paralelamente às descobertas, as tarefas acadêmicas eram desenvolvidas incluindo essa abordagem. O resultado desse tipo de trabalho junto aos alunos foi sempre muito positivo. Eles, por sua vez, também passaram a compreender melhor o universo da linguagem.

Como o assunto era apaixonante, comecei a partilhá-lo com amigos, entre eles um Perito Criminal da Polícia Técnico-Científica, com quem trocava informações sobre a

"linguagem policial" constitutiva dos laudos, relatórios e boletins de ocorrência. Informalmente, tive acesso a esses documentos.

Paralelamente ao trabalho acadêmico, atuava em organizações empresarias. A vida dividida entre o trabalho na Empresa e na Faculdade tornava-se insuportável. Em 1997, optei, definitivamente, pela carreira acadêmica, desvinculando-me do mundo empresarial - um caminho sem volta!

Mais livre, a necessidade de organização do pensamento científico impulsionava-me a buscar uma linha de trabalho formal: pesquisadores, áreas, universidades.

Conheci a Professora Doutora Beth Brait, conceituada pesquisadora em Lingüística e Análise do Discurso de base bakhtiniana, em 1998. Essa aproximação foi determinante na definição da rota de trabalho.

No mesmo ano, inscrevi-me no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem - LAEL, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Iniciei o Mestrado em 1999 - assustada com a responsabilidade. E com muito medo.

Aos poucos, fui removendo os obstáculos, conhecendo o chão onde pisava. A "intenção" começava a ganhar jeito de pesquisa... corrente teórico-metodológica: Análise do Discurso de base bakhtiniana; *corpus: depoimentos orais* das mulheres vítimas de agressão que recorrem à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, *Boletins de Ocorrência* e *Termos Circunstanciados*; orientação: Professora Doutora Beth Brait. O resultado é este trabalho!

Iniciando esta Dissertação de Mestrado, ressalto aqui os aspectos que delinearam minhas escolhas teórico-metodológicas. Em seguida, apresento, brevemente, os assuntos abordados em cada capítulo.

A Lingüística Aplicada tem-se mostrado uma ciência versátil, à medida que se permite invadir e ser invadida por outras ciências, abrindo-se para uma diversidade de interesses. Assim, em LA, há linhas de pesquisa que tratam da linguagem em contextos institucionais específicos, centrando-se na "linguagem nas relações de trabalho". Partindo dessa premissa, embora privilegiando o processo interacional, meu trabalho focaliza um contexto cuja investigação, acredito, trará contribuições relevantes à comunidade científica.

O interesse por desenvolver uma pesquisa com a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) surgiu do contato com profissionais da área policial. Inicialmente, o objetivo era trabalhar com distritos convencionais, mas optei pela DDM por considerar que a questão ideológica de criação e especialidade do órgão seria mais frutífera aos olhos de um estudo de linguagem.

Analiso os depoimentos das mulheres vítimas de agressão, que procuram a DDM para registrar a queixa, em confronto com os respectivos documentos gerados a partir dos depoimentos orais (Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados), registrados pelas escrivãs.

De fato, esta pesquisa tornou-se fascinante e muito desafiadora do ponto de vista de operacionalização e dos possíveis resultados.

Focalizar a linguagem é focalizar o mundo no qual ela se insere e é inserida!

O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos e ideológicos que motivaram a criação da DDM. Para a realização desse trajeto, recorri a trabalhos desenvolvidos no campo da sociologia, antropologia, do direito e da saúde. Contribuições inestimáveis! Há muitas pessoas envolvidas com pesquisas que contemplam o universo feminino, nos mais diversos ângulos. Há quem se preocupe também com a linguagem policial. Merecem destaque os trabalhos de Malcolm Coulthard, que investigam os aspectos da lingüística forense nos destinos dos julgamentos de criminosos.

Para compor esse capítulo, foi fundamental o contato com as mulheres do Conselho Estadual da Condição Feminina - um relato vivo e contínuo da história da mulher no Brasil - que me ajudou a atualizar os dados... e a história. Os conceitos ali apresentados revelam o lugar de onde falo.

O segundo capítulo situa o processo metodológico empregado neste trabalho. Sucintamente, descrevo a negociação mantida com a delegada para autorizar a coleta de dados, os objetos de análise e qual a proposta deste estudo.

O terceiro capítulo aborda a fundamentação teórica que embasa o processo de análise dos dados.

Parto da noção do gênero do discurso, percorrendo as obras do círculo bakhtiniano, com o intuito de focalizar tema, forma composicional e estilo. À luz desses três componentes, faço a análise do *corpus* visando a caracterização da atividade discursiva.

O estudo do dialogismo contempla as várias formas de representação da voz do outro no discurso. Privilegiando o discurso relatado / citado como grande característica da reformulação discursiva, procuro articular a maneira como Bakhtin, Maingueneau e Authier-Revuz trataram dessa categoria lingüístico-enunciativa. Pela resenha dos tipos de discursos citados é possível visualizar as diferenças e convergências das abordagens dos três estudiosos.

Os aspectos teóricos sobre Análise da Conversação também são considerados, uma vez que dão suporte à análise do *corpus* oral.

O *corpus* ganha voz! No quarto capítulo, após idas e vindas da análise, várias modificações, o exame adquire *status*.

Realizo um levantamento dos aspectos contextuais que envolvem as interações na DDM: a atmosfera dos depoimentos, as interferências - inclusive da pesquisadora, a produção do discurso.

Os depoimentos (quatro utilizados neste trabalho) são examinados sob o foco do processo interacional. Cada aspecto observado constrói uma teia que levará à caracterização do discurso que circula na DDM.

A linha condutora é, por um lado, a utilização que a vítima faz do discurso relatado para dar sustentação à sua queixa e convencer a escritã de que seu relato merece ser ouvido e considerado, em outras palavras, que seu drama não é desimportante! E, por outro lado, o mesmo recurso, agora utilizado pela escritã de polícia para dar veracidade ao que foi dito.

Os registros são descritos em sua forma composicional e em seu estilo. Nessa parte, direciono a análise para a observação das ocorrências regulares no *corpus* escrito. O discurso relatado figura nos cenários analíticos como categoria principal. Destaco os papéis discursivos, interacionais e sociais que desempenham vítimas e escritã.

Nas "Considerações finais", retomo as questões de pesquisas articulando-as com os resultados da análise. Como fechamento, apresento um breve relato contemplando os últimos dados estatísticos sobre as ocorrências registradas nas Delegacias.

I - SOBRE A INSTITUIÇÃO

"A história não é como um trem que segue o seu percurso dentro dos trilhos de nossas intenções e nem obedece às horas marcadas de nossas esperanças" (Frei Betto).

1.1 O que é instituição

Este trabalho centraliza seu estudo num contexto institucional específico que é a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher - DDM.

Inicialmente, é preciso definir qual o conceito de Instituição aqui considerado. Rocha (1997) dedicou uma parte de sua tese ao estudo de "Instituição". Como trabalha com as vertentes discurso e instituição, tomo, para efeito deste trabalho, a conclusão de seus estudos sobre o tema, na medida em que "Instituição" é entendida não apenas como uma organização ou um local onde se dão as práticas discursivas ou microorganizações inseridas em um estabelecimento:

Diferenciando-se do nível organizacional e dos dispositivos através dos quais se atualizam, **instituições** corresponderão às diferentes forças atravessadas nas práticas sociais, forças essas que evidenciam a complexidade das estruturas que ganham forma a cada momento. (Rocha, 1997:68)

É sob este ângulo que o estudo se desenvolverá.

1.2 Origem

Foi conversando com as mulheres do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF-SP) que conheci a história da Delegacia da Mulher, adquiri valiosos textos e informações sobre a luta feminina por "liberdade".

Não é possível chegar à DDM sem trilhar os caminhos das conquistas feministas ou sem pegar o atalho da violência doméstica.

É com orgulho - e também com muita consciência dos problemas - que as mulheres do Conselho declaram: "A Delegacia da Mulher? Essa é uma conquista nossa!"

1.2.1 O Movimento Feminista

Toda e qualquer definição é sempre muito difícil. Para tratar do movimento feminista é necessário situar a concepção de feminismo empregada. Parece-me atender a esse propósito o que Zuleika Alambert, fundadora do CECF e feminista, diz a respeito, considerando vários autores e sua própria experiência:

Para nós, o termo [feminismo] indica um movimento, um conjunto de idéias teóricas e uma prática que, em última instância, visam a libertação da mulher. O termo aqui é empregado em contraposição ao conceito de emancipação utilizado pelos movimentos do século XIX do qual o Feminismo contemporâneo constitui a face extrema e, ao mesmo tempo, a superação. A luta pela emancipação consistia na exigência da igualdade (jurídica, política e econômica) com o homem, mas mantinha-se na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Com o conceito de libertação, "prescinde-se da igualdade para se afirmar a diferença da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como algo sem o qual seria impossível a própria existência da Humanidade" (Alambert, 1997:67, com citação de Luce Irigaray)

e finaliza, retomando Marilyn French

O Feminismo é a única filosofia séria, coerente e universal que apresenta uma solução de profunda mudança no pensamento e nas estruturas patriarcais. (Alambert, 1997: 68)

É desta concepção que o feminismo será aqui entendido.

O movimento teve muitas faces e muitas formas em cada sociedade e em cada época, na história de cada mulher.

"Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas ..." os primeiros versos da música *Mulheres de Atenas* de Augusto Boal e Chico Buarque mostram a condição de muitas mulheres, ainda hoje, na sociedade brasileira, que "sofrem por seus maridos...". Mas a História conta que era e "é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre ... é preciso ter sonho sempre ..."¹. É sobre a história dessas mulheres que tratarei em seguida.

Não se sabe precisar quando o "movimento" feminista surgiu, quem foram as pioneiras e onde. Casos de mulheres que romperam com tradições, infringiram regras, morreram em nome de uma causa são encontrados na Mitologia, na História Antiga e rompem os séculos até os nossos dias.

¹ Verso da música *Maria, Maria* de Milton Nascimento e Fernando Brant.

A bíblia, considerada um dos registros mais antigos, cita o importante papel de algumas mulheres na mudança de destino de seus povos: Rebeca interferindo no direito de primogenitura de seus filhos Esaú e Jacó (Gênesis 27,1-7); a filha do Faraó salvando o bebê da morte, à revelia das ordens de seu pai (Êxodo 2,5-10). Maria, Verônica etc., fictícias ou não, trata-se da figura feminina em ação.

Na Idade Média, há Joana D'Arc e as bruxas anônimas queimadas pela Santa Inquisição:

O número de parteiras queimadas vivas indica que as mulheres consideradas feiticeiras nada mais eram do que contestadoras que se negavam a aceitar as normas éticas, jurídicas, econômicas e culturais elaboradas pela burguesia ascendente com a cumplicidade da Igreja. (Alambert, 1997:72)

Destaca-se, nesse período de contestações e resistências (séc. XIV/XV), Christine de Pisan que "pode ser considerada a primeira feminista, no sentido mais moderno do termo" (Alambert, 1997:72). Defendia a igualdade dos sexos, reivindicando uma educação idêntica para meninos e meninas. Foi a pioneira na contribuição intelectual do feminismo, uma vez que escrevia livros apresentando suas idéias revolucionárias.

O Renascimento (séc. XV-XVI) também teve suas expoentes: Catarina Cornaro, Vitória Collona, Lucrécia Tornabuoni, Margarida de Valois, Maria Gournay (França); Isabel, a Católica, (Espanha); Isabel I, Maria Tudor (Inglaterra); Agripa Netteshein (Alemanha); Cristina da Suécia. Essas mulheres, tendo acesso à educação igual a dos homens, influenciaram a corte, as artes e as letras. Mas as pobres continuavam sem direito à educação e à ascensão social.

O período pré-industrial é marcado pela participação efetiva da mulher na sociedade - as discussões não eram somente intelectuais. Anne Mutchinson (Estados Unidos) contestava os dogmas calvinistas que pregavam a superioridade masculina. As italianas Lucrecia Marinelle, Moderata Fonti e Arcangela Tarabotti expuseram a condição problemática das mulheres de sua sociedade.

A Revolução Francesa (1789) foi marcada pela presença das mulheres nas ruas, nas frentes de luta, reivindicando junto com os homens por "Igualdade, Liberdade e Fraternidade". As conquistas, porém, não foram extensivas às mulheres: a França não reconheceu direitos iguais para homens e mulheres. Olimpe de Gouges foi a personalidade mais expressiva: exigiu igualdade política. Foi guilhotinada em 1793. Embora com poucos

resultados práticos, a Revolução Francesa é considerada um marco do feminismo contemporâneo.

Na França, ainda, na segunda metade do século XIX, as mulheres começaram a organizar-se em clubes e publicaram os primeiros jornais. O movimento feminista "se desenvolveu como movimento de emancipação" (Alambert, 1997:79). Os objetivos eram votar e profissionalizar-se.

A Inglaterra liberal vivia a contradição de não ter a mulher nas mesmas condições que os homens. J. Stuart Mill propôs igualdade de direitos entre homens e mulheres, a contratação de mulheres em todas as funções e ocupações, participação em eleições entre outras reivindicações.

Mazzoni (1864-1920) propôs a Reforma do Código Civil e da Lei Eleitoral, inserindo a mulher como cidadã da sociedade italiana.

As lutas emancipatórias eram travadas na sociedade sem muito planejamento. Os resultados eram pequenos e o sonho de liberdade, utópico. A liberdade sexual, por exemplo, era muitas vezes reclamada por homens e mulheres como forma de obter-se sexo mais fácil e não como reconhecimento de um direito da pessoa humana.

De 1871 a 1945, o movimento feminista inaugurou uma nova fase. As correntes feministas entraram em atrito: a marxista, defendendo a emancipação da mulher em relação à sociedade, e a feminista, defendendo a contradição homem-mulher.

Houve uma série de conquistas no âmbito do trabalho e dos direitos políticos, porém, o tão almejado voto e alguns direitos democráticos ainda ficaram distantes da vida da mulher. Essa luta durou sete décadas nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Mobilizando mais de dois milhões de mulheres, o movimento das "suffragetes" [nome pelo qual as mulheres que reivindicavam o sufrágio universal ficaram conhecidas] transformou-se num dos mais notáveis movimentos de massa do século XX. (Alambert, 1997:81)

O feminismo teve impulso no início do século passado: os grandes temas foram resgatados, discutidos e amplamente divulgados por intermédio de jornais e revistas destinados ao público feminino. Destaca-se a inestimável contribuição de Andrée Michel, francesa, que desenvolveu estudo minucioso da história das mulheres.

As organizações feministas se expandiram e encontros internacionais começaram a acontecer. Em 1910, durante o II Congresso Internacional de Mulheres, criou-se o "Dia Internacional da Mulher" em memória das mulheres operárias mortas em conflito com a

polícia, durante um movimento em que reclamavam direitos trabalhistas. 8 de março passou a ser uma data de mobilização das mulheres no mundo todo pela melhoria da condição de vida na sociedade.

Madame Sainte Croix tornou-se delegada permanente, representando todas as associações feministas na Sociedade das Nações.

Em função da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as mulheres passaram a ser admitidas nas indústrias em substituição aos homens que partiam para o conflito. Lutava-se pelo fim da guerra e também pelos direitos trabalhistas.

O voto para as mulheres aconteceu após a guerra em 21 países. As reivindicações voltaram-se para outros focos, principalmente para os direitos das mulheres trabalhadoras.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitas mulheres que se manifestaram contrárias ao fascismo foram assassinadas, sem contar aquelas que foram mortas nos holocaustos dos campos de concentração. Após a guerra, as mulheres continuaram suas lutas direcionadas para as questões específicas da sua condição na sociedade.

Em 1949, a francesa Simone de Beauvoir revolucionou o mundo com o livro *O segundo sexo*, radicalizando o feminismo. Eclodiram movimentos em todas as partes do mundo, principalmente na França e nos Estados Unidos.

Em 1963, o livro de Betty Friedman, *A mística da feminilidade*, novamente abala a sociedade, provocando discussões e visões renovadas sobre o movimento de mulheres.

A década de 70 é marcada pelas polêmicas em torno do divórcio e do aborto, gerando ações concretas na Europa.

O "corpo" passa a ser um dos focos mais significativos do movimento: "toda a opressão da mulher começa com a opressão do seu corpo"(Alambert, 1997: 86). O *slogan* "o Corpo é nosso" torna-se bandeira na luta e ganha as ruas da Europa e dos países de Terceiro Mundo.

De 1975 a 1985 é decretada a "Década da Mulher" pela Organização das Nações Unidas (ONU), e 1975, o "Ano Internacional da Mulher". Para o decênio, estabeleceu-se um plano de ação que objetivava eliminar a discriminação contra a mulher. No entanto, pouco se fez. Mas a cada conferência da ONU (1985, 1990, 1995), notam-se os avanços: se por um lado as pesquisas comprovam discriminação, violência, desigualdade, repressão etc., por outro surgem as ações de grupos organizados no mundo inteiro que também apresentam as conquistas e levantam novas - e velhas - bandeiras.

Em 2000, no Cairo, houve a Quinta Conferência Mundial sobre a Mulher. Os relatórios com o resultado das discussões já foram divulgados. Questões antigas se confrontam com as novas: igualdade, prostituição, violência; o mundo tecnológico, paz, desarmamento, salvação do planeta - sempre numa constante busca das mulheres pela liberdade - no seu sentido mais pleno.

1.2.2 "Quem ama não mata": O feminismo brasileiro e a luta contra a violência doméstica

O Brasil não ficou imune aos pensamentos e às idéias das mulheres do mundo. Aqui também, desde os primórdios, deflagaram-se manifestações de toda ordem e razão.

Como a História oficial do Brasil começa com o descobrimento, são quase inexistentes registros sobre a participação feminina na sociedade antes disso. Historiadores e antropólogos identificaram costumes indígenas diferenciados entre as diversas tribos: em algumas, as mulheres eram escravas, em outras, chefes.

Os colonizadores se apropriaram da terra e das pessoas. Como a mulher portuguesa nem sempre acompanhava os maridos em suas investidas à Colônia, as indígenas prestavam serviços sexuais, assim como ocorreria com as africanas mais tarde.

O relato a seguir é atribuído a François Pirard de Laval, viajante francês que fez anotações a respeito do que viu durante sua estada na Colônia:

A escassez de mulheres brancas faziam (sic) com que multidões corressem atrás delas, pois 19 entre 20 pessoas que vemos aqui são negros, homens e mulheres ...²

e já se registravam os casos de assassinatos:

Os portugueses são de tal forma ciumentos que eles mal lhes [às esposas] permitem ir à missa aos domingos e feriados. Não obstante, apesar de todas as precauções, são elas quase todas libertinas e encontram meios de escapar à vigilância de seus pais e maridos, expondo-se à crueldade destes últimos, que as matam sem temor de castigo quando descobrem suas intrigas. Os exemplos aqui são tão freqüentes que se estimam em cerca de 30 mulheres assassinadas pelos maridos em um ano.³

² Trecho retomado da obra HANNER, J.E. (1978) *A mulher no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, in TELES, M.A.A. (1993) *Breve história do feminismo no Brasil*. SP, Brasiliense. Coleção Tudo é História

³ Idem.

Nessa época, difundia-se a ideologia patriarcal católica dos jesuítas, formando mulheres submissas e, conseqüentemente, sustentando o *status quo* daquela sociedade.

Quanto à condição da mulher escrava, Teles comenta:

Houve mulheres negras que resistiram a participar da manutenção da escravatura, praticando o aborto e até matando seu filho recém-nascido como forma de impedir que um novo escravo surgisse. Mesmo incentivadas pelos senhores (...) as negras se recusavam a tê-los [os filhos]. (Teles, 1993:22)

No período colonial, houve mulheres que se destacaram por sua participação efetiva na tentativa de tornar a sociedade mais justa: buscando a liberdade dos escravos, buscando a autonomia da Colônia:

Filipa Aranha liderou um quilombo no Pará. Teresa de Quariterê foi a líder, durante duas décadas, do quilombo Quariterê, localizado no Mato Grosso. (Teles, 1993:24)

E ainda: Dona Beja, Chica da Silva, Ana Pimentel e Bárbara Heliodora (a última, na Inconfidência Mineira, 1789).

Em 1792, destacou-se Maria Quitéria que, vestida de homem, lutou contra as tropas portuguesas.

No Brasil Império (1822-1889), Anita Garibaldi despontou como heroína na Guerra dos Farrapos.

As mulheres começaram a reivindicar direito à educação na primeira metade do século XIX. As escolas, em número menor para as meninas, ensinavam apenas prendas domésticas. O ensino superior lhes era vedado:

Quanto ao ensino superior, o ingresso da primeira mulher se deu no Brasil apenas em 1881. Mas somente em 1887 se graduava a doutora em medicina Rita Lobato Velho Lopes. (Teles, 1993:28)

Com a proibição do tráfico negreiro na segunda metade do século, intensificaram-se as lutas pela libertação dos escravos. Algumas mulheres participaram do movimento abolicionista, colaborando

Nas atividades que garantiam a infra-estrutura da campanha, como vender doces e flores para levantar finanças ou tocar piano e cantar nas festas realizadas em prol do movimento abolicionista (Teles, 1993:29),

fundaram as primeiras associações : a Sociedade de Libertação (Rio de Janeiro, 1870), Aves Libertas (Recife, 1884).

A primeira palestra pública sobre a abolição realizada por uma mulher, Maria Amélia de Queiroz, aconteceu em 1887.

Nísia Floresta Brasileira Augusta - considerada uma das primeiras feministas - defendia a abolição, mas ia além, apresentava propostas para a educação, emancipação das mulheres e instauração da República: uma ousadia!

Surge nessa época também a primeira romancista brasileira: Maria Firmina dos Reis, maranhense e negra.

Outras personalidades marcaram o período: Narcisa Amália, Luisa Mahim, Chiquinha Gonzaga (esta última, também abolicionista, foi a primeira mulher a reger em público no Brasil e a pioneira nas discussões sobre direitos autorais dos artistas e compositores) e Maria Baderna.

Foi no século XIX que também foram criados os primeiros jornais editados por mulheres, os quais serviram de importante veículo na difusão dos ideais feministas da época: *O Jornal das Senhoras*, 1852; *Belo Sexo*, 1862; *O Sexo Feminino*, 1873 (que passou a se chamar *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, após a Proclamação da República); *O Eco das Damas*, 1879.

Em 1889, o Brasil tornou-se República. Mudaram-se as relações de trabalho, surgiu o assalariado e as cidades começaram a se desenvolver. Nasceu a classe operária, explorada pela burguesia. A mulher foi para as fábricas.

Em 1906, eclodiu a primeira greve por melhores salários em São Paulo. As mulheres participaram juntamente com os homens, mas suas conquistas foram inferiores.

Em 1910, surge o jornal *Anima Vita*, uma publicação em defesa da regulamentação do trabalho feminino, entre outras questões relacionadas com o mundo do trabalho.

A luta pelo voto feminino no Brasil iniciou-se tardiamente em relação à Europa e aos Estados Unidos. Somente em 1910, quando Deolinda Dalto fundou o Partido Republicano, que o debate sobre o voto da mulher - desconsiderado na Assembléia Constituinte de 1891 - voltou à tona nos cenários dos objetivos femininos.

Nove anos depois, a luta seria travada pelas mulheres da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, com pressões junto ao Congresso e mobilização da opinião pública.

Em 1927, Juvenal Lamartine, Presidente do Rio Grande do Norte, inclui na Constituição um artigo permitindo o sufrágio feminino, desencadeando mobilizações de mulheres em todo país.

O voto para as mulheres no Brasil só veio em 1932, com a promulgação do decreto-lei de Getúlio Vargas - 40 anos depois da Constituinte de 1891.

Após esse período, com o direito de voto garantido, o movimento enfraqueceu em função, inclusive, da instauração do Estado Novo que proibia manifestação popular de cunho reivindicatório. Mesmo assim, as mulheres não pararam de questionar sua condição na sociedade.

Em 64, com o Golpe Militar, viveu-se de novo um período de repressão em que os espaços para os movimentos populares foram diminuídos. A participação feminina dava-se em grupos organizados de oposição ao regime e de busca pela anistia.

O movimento feminista aparece com mais intensidade na década de 70. Uma das frentes de luta gira em torno da sexualidade e da violência⁴ - e é esta em particular que irá motivar a criação da DDM.

Surge nessa época uma série de crimes resultantes da violência doméstica que foram amplamente noticiados pela mídia. Sob o *slogan* "Quem ama não mata", as mulheres foram às ruas protestar contra esses crimes.

O assassinato de Ângela Diniz por seu companheiro Doca Street, em 1976, foi muito divulgado. Todos os olhos se voltaram para o julgamento em 1979. Street foi condenado à pena mínima de 2 anos - Ângela Diniz, de vítima, passou a ser acusada de denegrir os bons costumes - ou seja, o assassino havia livrado a sociedade de uma imoral.

Em 1979, no Rio de Janeiro, foi criada a Comissão Violência contra a Mulher - o movimento foi marcado pela luta contra a impunidade de maridos assassinos. Na ocasião, uma mulher que havia procurado a comissão foi assassinada pelo marido.

As absolvições ou penas reduzidas dos maridos assassinos eram sustentadas pelo argumento da "defesa da honra". Assim, cada vez mais as feministas intensificaram sua luta contra a impunidade.

Foram assassinadas, nesse período, Cláudia Lessing Rodrigues e Eliane de Grammont (a última, pelo marido, o cantor Lindomar Castilho).

⁴ Alves e Pitanguy agrupam as reivindicações básicas das mulheres nas seguintes categorias: sexualidade e violência, saúde, ideologia, formação profissional e mercado de trabalho. Alertam, no entanto, que as reclamações do movimento "variam de acordo com o momento histórico e as características sócio-econômicas e políticas do país em que se desenvolvem" (Alves e Pitanguy, 1991:59).

De 1975 a 1985 ("A Década da Mulher" promulgada pela ONU), o feminismo brasileiro viveu um período fértil: ficava conhecido no mundo devido à participação das brasileiras em conferências internacionais, discutia uma linha de atuação política e organizava as mulheres para tratar de temas específicos como sexualidade, aborto, creches no local de trabalho.

Em 80, surgia em São Paulo o SOS Mulher - um grupo de militantes feministas que atendia às mulheres vítimas de violência. Surgiram grupos similares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Os SOS resistiram apenas 3 anos.

Ainda em 80, durante a reunião da Sociedade Brasileira para a Ciência (SBPC), 23 grupos feministas criaram o "Dia Nacional de Luta Contra a Violência contra a Mulher" (10 de outubro).

A necessidade de estabelecer políticas públicas na área da violência contra a mulher surge com intensidade: em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina.⁵

Em 1984, o movimento conquistou a criação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher - PAISM.

Em 1985, foram criados o COJE - Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher, vinculado à Procuradoria Geral do Estado e as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, no total de 69.

Em 1986, foi criado, em Brasília, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) fruto da organização bem articulada das mulheres. No mesmo ano, em São Paulo, inaugurou-se o COMVIDA - Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Em 1990, foi criado o serviço de atendimento ao aborto previsto na lei, no Hospital Municipal do Jabaquara. Também em São Paulo, a Prefeita Luiza Erundina instalou a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), com programas voltados ao combate da violência.

De 1991 a 1992, surgiram no Estado serviços de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência nos municípios de Campinas, Diadema, Jacareí, Santo André e

⁵ "O Conselho Estadual da Condição Feminina -CECF - é uma conquista do movimento de mulheres do estado de São Paulo. É um órgão governamental específico, criado pelo Decreto nº 20.892, de 4 de abril de 1983, institucionalizado pela Lei nº 5.447, de 1º de dezembro de 1986.

É composto por um Colegiado, de caráter deliberativo e consultivo, com 32 Conselheiras, sendo 21 representantes da Sociedade Civil, 10 de Secretarias de Estado da área social e 1 do Fundo Social de Solidariedade.

O CECF é dirigido por 1 Presidenta, escolhida entre o colegiado e nomeada pelo Governador do Estado, assessorada por um corpo técnico administrativo. O mandato do Colegiado, atualmente, é de 4 anos" (CECF, 1998, folheto informativo). A atual presidenta do CECF é Maria Aparecida de Laia.

São José dos Campos. Na Capital, em funcionamento precário, a Casa Eliane de Grammont e a Casa Abrigo Helenira Rezende (esta última desativada).⁶

Em 1992, o Congresso Nacional instaurou a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Violência Contra a Mulher. Em 1994, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo abre a CPI da Violência Sexual no Mercado de Trabalho.

Os anos 90 são marcados ainda pela criação dos albergues - abrigos destinados ao acolhimento das mulheres vítimas da violência. Inicialmente existiram em duas cidades Porto Alegre e Santo André.

Os novos desafios do feminismo para este milênio incluem questões referentes à sobrevivência do planeta, conservação do meio ambiente e qualidade de vida.

No Âmbito político brasileiro:

Teremos como prática dominante do movimento feminista a luta pelo estabelecimento de políticas compensatórias (...) [que] são estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, através de medidas que corrijam a exclusão de determinados grupos sociais. (Costa, 1998:34)

1.2.2.1 Violência doméstica: um capítulo à parte...

"- Eu atirei na Sandra", fala de Antonio Marcos Pimenta Neves, Diretor de Redação de *O Estado de S. Paulo* a um colega Editor, após ter assassinado com dois tiros sua ex-namorada e sua ex-repórter Sandra Florentino Gomide, 32 anos, em 20 de agosto de 2000.⁷

Este é o mais recente - e lamentável - caso envolvendo gente famosa em crimes contra a mulher, desmistificando que a violência doméstica é algo que acontece nas camadas mais pobres e desinformadas da sociedade.

Violência doméstica é qualquer ação ou conduta de familiares ou pessoas que vivem na mesma casa, que causem sofrimento físico, sexual e psicológico à mulher podendo levar até a morte. (CECF, 1999-2000, Cartilha)

Em relação à expressão "violência contra a mulher", Silva comenta que é

Geralmente associada à ocorrência de agressões físicas ou sexuais. Cabe lembrar, porém, que essas violências explícitas traduzem atitudes e comportamentos de caráter mais permanente que, mesmo com ausência do ato

⁶ Dados de 1995 obtidos na cartilha da União de Mulheres de São Paulo.

⁷ Cf. Reportagem de Caco de Paula para a Revista *Veja São Paulo*, nº 35, de 30/8/00, p.18.

agressivo propriamente dito, estão impregnados de conteúdo violento, de caráter simbólico, que vão desde a educação diferenciada a toda uma cultura sutil de depreciação da mulher (Silva, 1992:60).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos fins da década de 80, 63% das agressões cometidas em casa eram contra as mulheres. Pesquisa realizada pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos apontou que 72,28% do total de mulheres assassinadas foram vítimas de "homens que privavam de sua intimidade" (Kuechemann e Viezzer, 1998:8).

Não cabe, neste trabalho, levantar e detalhar as causas da violência contra a mulher, que variam do "efeito perverso da educação diferenciada" (Azevedo, 1985:60), ao machismo, às formas de opressão sócio-econômico-ideológico-religiosa e a fatores psicológicos.

Maria Amélia Azevedo apresenta dados estatísticos sobre a violência doméstica na cidade de São Paulo e faz uma análise minuciosa deles.⁸

Entre outras conclusões, confirma que:

O fenômeno do espancamento de mulheres por seus companheiros tradicionalmente tem sido negado, através de várias formas de camuflagem, ou tem sido "cientificamente explicado" (Azevedo, 1985:107).

A pesquisadora alerta para o fato de que "as explicações científicas" estavam (na ocasião da pesquisa, 1981) calcadas em ideologias machistas: inocentando o agressor (estava bêbado, era doente etc) e culpando a mulher (ela provoca ciúme, feriu a honra) ou em ideologias sociais: desemprego, pobreza. Ou seja, justificativas que serviam de atenuantes para o crime.

O trabalho de Azevedo ajuda a desmitificar (e mais adiante, a CPI confirmará) que:

- as vítimas de violência vivem "relacionamentos não oficiais": somente 33,59% são amasiadas, solteiras ou divorciadas ...
- a faixa etária das mulheres agredidas corresponde à idade adulta (vinculada ao período de casamento): a pesquisa mostra que "quase todas as idades estão representadas no intervalo de catorze a oitenta anos" (Azevedo, 1985: 109);
- o agressor é desempregado, pobre e negro: "o leque de ocupações exercidas pelos indiciados é bastante variado e percorre todos os degraus da escala de prestígio ocupacional" (Azevedo, 1985:120), embora haja "uma maior concentração de espancadores nos grupos de

⁸ Cf. Azevedo, M.A. (1985). *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. SP, Cortez.

profissões não-especializadas ou semi-especializadas (...) portanto, nos estratos de mais baixa renda" (Azevedo, 1985:120). Os dados revelam que 66,23% dos indiciados são brancos...

- o nortista é "cabra macho", ou seja, violento: embora com a incidência de 1/4 de nordestinos no grupo de indiciados, predominam, no entanto, os paulistas e mineiros entre outros da região Sudeste.

Quanto aos meios de agressão, "socos" e "bofetadas" ⁹ constituem 62% dos espancamentos. Há casos em que o agressor utiliza objetos (garrafas, tesouras, faca etc) e/ou armas.

As queixas mais freqüentes giram em torno do alcoolismo do agressor (52,2%).

Os principais "motivos" da agressão são: relações extraconjugais (dirigidas pela mulher ao marido e vice-versa), relações sexuais abusivas ou negadas, "crueldade mental" (cerceamento de liberdade, desconfiança, ciúme etc), negligência no cumprimento das tarefas domésticas (não preparou a comida na hora definida, não limpou ou arrumou a casa etc), negligência no cumprimento das obrigações de sustento do lar e defesa dos filhos.

Em relação ao álcool, em particular, são inúmeras as referências sobre a influência deste nos casos de agressão. Os estudiosos são unânimes em alertar que "o álcool não pode ser considerado um *determinante* da agressão contra a mulher" (Azevedo, 1985:152). Muitas vezes é utilizado como desculpa para as agressões: "bati porque estava bêbado" (ou bebe-se para bater?). São inegáveis os efeitos do álcool no organismo humano, nas reações emocionais e nas alterações de comportamento. Pode não ser determinante, mas desempenha um papel importantíssimo nos episódios de violência.

Desde 1980, a violência contra as mulheres é considerada uma questão de Saúde Pública pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

A criação das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher foi um marco importante na luta contra a violência que, além de prestar o atendimento em si às mulheres, possibilita formar um mapa da violência que, por sua vez, permite realizar uma análise da condição da mulher na sociedade de forma transparente.

⁹ Glossário apresentado pela autora:

"Soco - agressão utilizando golpe com a mão fechada (murro).

Bofetada - agressão utilizando a mão espalmada (tapa) aplicada geralmente no rosto do agredido" (Azevedo, 1985:134).

A CPI da Violência contra a Mulher (1992), baseando-se nos B.O's (Boletins de Ocorrência) registrados nas DDM's, apontou que:¹⁰

DOS B.O'S E CRIMES CONTRA A MULHER	
Porcentagem dos Registros	Tipo
32,7	Lesão Corporal
26,4	Ameaça

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

DOS INQUÉRITOS POLICIAIS E CRIMES CONTRA A MULHER	
Porcentagem dos Registros	Tipo
71,3	Lesão Corporal
7,9	Ameaça

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

ESTADO CIVIL EM PORCENTAGEM		
	Agressores	Vítimas
Solteiro(a)	28,5	18
Casado(a)	31,5	32
Viúvo(a)	1,5	3
Separado (a)	10,5	19
Divorciado(a)	8	7,5
Concubino(a)	21	20,5

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

¹⁰ Dados referentes ao biênio 91-92, somente do Estado de São Paulo.

COR* EM PORCENTAGEM		
	Agressores	Vítimas
Branca	55	61
Negra	30	25
Outros	15	14

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

* Obs.: O item "cor" não foi preenchido em todas as delegacias de polícia.

PROFISSÃO EM PORCENTAGEM		
	Agressores	Vítimas
Do Lar	13	30
Empregado(a) Doméstico(a)	4	21
Comerciário(a) e Industriário(a)	26	12
Funcionário(a) Público(a)	6	10
Profissional Liberal	5	1
Estudante	5	7
Desempregado(a)	8	3
Economia Informal	16	3

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

RENDIMENTOS EM PORCENTAGEM		
	Agressores	Vítimas
1 Salário Mínimo	39	48
1 a 2 Salários Mínimos	44	31
2 a 3 Salários Mínimos	11	17
5 a 10 Salários Mínimos	1	2
Mais de 10 Salários Mínimos	5	2

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO EM PORCENTAGEM		
	Agressores	Vítimas
Analfabeto	11	6
1º Grau Incompleto	29	32
1º Grau Completo	23	27
2º Grau Incompleto	16	9
2º Grau Completo	17	17
3º Grau Incompleto	2	6
3º Grau Completo	2	3

Fonte: CPI da Violência Contra a Mulher - Congresso Nacional - Brasília - 1992.

No quadro a seguir, demonstra-se a quantidade de B.O's registrados nas Delegacias da Mulher da Grande São Paulo¹¹ e da Capital, seguida do número correspondente de Inquéritos Policiais abertos, no período de janeiro a setembro de 1994, distribuídos quanto ao tipo de crime.

¹¹ Integram as Delegacias da Grande São Paulo (DEMACRO) as unidades: Carapicuíba, Cotia, Embu, Francisco Morato, Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André e Taboão da Serra.

	BOLETIM DE OCORRÊNCIA		INQUÉRITO POLICIAL	
TIPO DE CRIME	DEMACRO	CAPITAL	DEMACRO	CAPITAL
Lesão Corporal	2.585	3.361	1617	3741
Calúnia	216	262	22	2
Difamação	175	468	4	8
Injúria	1622	1404	16	42
Constrangimento Ilegal	82	23	11	24
Ameaça	3056	7137	195	300
Estupro	186	231	81	73
Tentativa de Estupro	71	31	15	2
Atentado Violento ao Pudor	128	145	86	74
Prática Sexual Mediante Fraude	2	3	3	0
Sedução	72	63	42	16
Corrupção de Menores	8	17	6	6
Rapto	19	15	3	0
Favorecimento de Prostituição	1	0	0	1
Rufianismo *	0	0	0	0
Abandono Material	47	18	17	18
Maus Tratos	90	46	46	37
Desinteligência **	178	450	1	21
Outros	805	894	125	167
TOTAL	9343	14568	2260	4532

Fonte: Assessoria Especial das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo.

Obs.: * Rufianismo: "Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem o exerça". (Código Penal, 2000:90).

** Desinteligência: "Eventos não-passíveis de punição por não serem enquadráveis seja como crime seja como contravenção". (Azevedo, 1985:102).

Quanto aos julgamentos dos crimes, em 1987, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizou uma análise da reformulação "fato real" - "fato legal". Na apresentação do trabalho, Jacqueline Pitanguy - Presidenta do Conselho na ocasião - chama a atenção para a importância do resultado dessa análise, uma vez que "desvenda a forma pela qual valores, costumes e símbolos de nossa sociedade interferem na apreensão e retradução da violência no discurso da Justiça"(Ardaillon e Derbert, 1987:apresentação) e questiona:

Se cada caso é um caso, qual é, no entanto, a teia cultural que articula esta transposição, levando que a mesma linguagem e a mesma lógica estejam

presentes nos laudos de processos diversos? (Pitanguy *in* Ardaillon e Derbert, 1987:apresentação).

A pesquisa revela que no "discurso legal, vítima e réu são transformados em personagens de um drama teatral no qual o papel principal cabe estranhamente, não ao crime em si, mas às características e atributos da vida sexual, profissional e social das personagens". (Pitanguy *in* Ardaillon e Derbert, 1987:apresentação).

O estudo partiu da análise dos mecanismos e estratégias argumentativas utilizadas pela Justiça na condução dos casos e confirmou que há uma postura ideológica, patriarcal e machista perpassando os julgamentos, que legitima os valores da sociedade e pouco ou nada altera o quadro de discriminação e injustiça para com as mulheres. Embora tratando-se apenas dos julgamentos, vale lembrar que o Inquérito (que culmina no julgamento e na sentença) surge do B.O., aliás, este é o primeiro documento do processo. Confirmada que a passagem *fato real-fato legal* é permeada por questões ideológicas, esse fenômeno começa e é desencadeado na relação *depoimento oral-registro da queixa* - objetos de pesquisa desta dissertação.

Resumidamente, os resultados da análise apontaram que:

- com exceção dos processos de estupro - considerado na esfera jurídico-policiaI como crime hediondo, portanto, não havendo dúvidas de que o acusado deve ser punido - nos casos de homicídio e agressão física, a sentença (absolvição ou condenação) dependerá da visão de cada um dos jurados ao avaliar a palavra da vítima normalmente negada pela do acusado;

- o que está em julgamento não é o crime em si, mas o alinhamento, o ajustamento, o enquadramento da mulher a determinada moral sexual, ao papel de mãe e esposa; e do homem, como bom pai, provedor da casa etc. A "legítima defesa da honra" foi um argumento eficiente utilizado para inocentar ou diminuir a pena do réu;

- há dificuldade em punir o agressor, independentemente da gravidade e da reincidência da agressão, com uma tendência em aplicar-lhe a pena mínima estipulada em lei. Sobre esse aspecto, Ardaillon e Derbert comentam:

A dificuldade [em punir] não reside na comprovação dos delitos, mas na dúvida a respeito das intenções da vítima ao fazer a queixa, e do seu interesse em que as sanções legais sejam aplicadas (...). Mesmo que a vítima acompanhada de testemunhas certifique que a agressão declarada não foi a primeira, e que violências idênticas foram cometidas várias vezes, esses relatos não agravam o delito, mas são antes indícios de desinteresse da vítima em uma punição legal do acusado. É como se a reincidência, nos casos de

violência doméstica, atuasse como circunstância atenuante, e não como agravante, como ocorre em qualquer outro crime (Ardillon e Derbert, 1987:92).

A pretensa igualdade dos cidadãos não se vê na prática dos julgamentos de violência contra a mulher. Os argumentos são discriminatórios e utilizados de acordo com a conveniência, embasados em estereótipos de ordem moral e de bons costumes.

1.3 A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher

1.3.1 Por que criar a DDM?

Para Silva (1992) , a instituição policial brasileira é marcada por uma tradição repressiva, autoritária e antidemocrática sustentada pelo argumento de garantir a ordem e cumprir a lei.

Apesar desse caráter pouco amigável,

Este aparato institucional é um dos mais próximos à população (...), posto que a delegacia policial funciona diuturnamente e acaba se constituindo contraditoriamente em um *pronto-socorro social* devido à inexistência, insuficiência ou inoperância da rede de equipamentos sociais (Silva, 1992:40-41).

Originariamente, a polícia cuidava de tudo que arriscasse a ordem pública. Com o tempo, o Estado passou a assumir o social , e à polícia coube cuidar das questões que exigiam o uso da força - essa característica legitima-se e institucionaliza-se. Com o tempo, a instituição policial torna-se um espaço privilegiado para o exercício do poder em relação à sociedade civil: possui o respaldo do Estado para agir e é, muitas vezes, a única saída da população para soluções de problemas com segurança, seja registrando ocorrências diversas, seja coibindo a bandidagem, mesmo que de forma ineficiente. As tentativas de modernização seja da polícia ou do código penal são frustradas ao longo da história.

"A finalidade básica da polícia civil é a preservação da ordem jurídica, da paz social e a garantia dos direitos e liberdades do cidadão" (Silva, 1992:105). Embora de sua competência, os casos de violência doméstica sempre foram tratados como de menor importância em relação aos verdadeiros casos de polícia: assaltos, roubos, tráfico de drogas, homicídios etc.

Como funciona de "pronto-socorro social" (Silva, 1992: 41) - a quem a população recorre a qualquer hora e por qualquer motivo, as pessoas que procuram um distrito têm de se submeter à disponibilidade do policial em atendê-lo (considerando o estereótipo do funcionário público brasileiro) e à análise subjetiva que o agente faz da situação que se apresenta.

No distrito policial - um local predominantemente masculino, tradicionalmente autoritário, com agentes investidos de dois tipos de poderes: da condição de homem, cultura e ideologicamente considerado superior em relação à mulher, e da condição de representantes da lei: dotado de conhecimento e autoridade - as brigas de marido e mulher eram tidas como casos banais e até naturais da relação a dois. Como esses casos "terminavam em pizza" porque as mulheres retiravam a queixa ou porque os processos não geravam dinheiro (decorrente de indenizações para as vítimas), o agente policial não se mostrava muito empenhado em atender a essas mulheres, até porque "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" (dito popular).

Para não fugir à natureza (machista), a mulher que se dirigia ao distrito para denunciar a violência, muitas vezes, tornava-se alvo de conquista, de "cantada". Era violentada duas vezes.

Para evitar situações constrangedoras, as mulheres preferiam o silêncio à humilhação de entrar em uma delegacia. Esse comportamento, além de motivar ainda mais a violência - pois os agressores contavam com a omissão e, conseqüentemente, com a impunidade, dificultava as ações de atendimento e implementação de políticas públicas eficazes.

Um dos maiores problemas das mulheres violentadas é, sem dúvida, o constrangimento ao relatar a um delegado as violências sofridas. Esse comportamento é fruto, evidentemente, de uma ideologia discriminatória, potencializada pelas experiências negativas acumuladas pelas mulheres, ao tentarem, por várias vezes, registrar queixas de violência (CNDM, 1986:8).

A criação da delegacia especializada veio dirimir alguns desses problemas. Na gênese da Delegacia da Mulher está embutida a composição do quadro de funcionários somente por mulheres, embora, inicialmente, nem todas as unidades foram dirigidas por delegadas, uma vez que a polícia civil não dispunha no seu efetivo de mulheres suficientes para assumir as unidades especiais.

O Estado de São Paulo foi o pioneiro em instaurar uma unidade da DDM.

1.3.2 O que é a DDM

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) foi constituída pela Lei Estadual nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, com o intuito de atender às pessoas do sexo feminino que procuram auxílio e orientação, encaminhando-as aos órgãos competentes, bem como investigar e apurar os delitos contra a pessoa do sexo feminino, de autoria conhecida, incerta ou não sabida, conforme Decreto nº 29.981, de 1º de junho de 1989.

Cabe, então, às Delegacias registrar "queixa-crime", ou seja, lavrar Boletim de Ocorrência e Termo Circunstanciado; proceder a investigação, convocando testemunhas, coletando provas residuais e solicitando exame de corpo de delito na vítima (a abertura de inquérito policial é opcional) e remeter o processo ao Juizado.

A DDM subordina-se à Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.059, de 26 de setembro de 1995, assinada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso) e reporta-se a esse Juizado Especial: "Impõe a criação de Juizados Especiais Criminais para o julgamento de infrações penais de menor potencial ofensivo, permitindo a conciliação pela reparação do dano e a transação"¹² (Jesus, 2000:36). São consideradas infrações de menor potencial ofensivo as contravenções e os crimes de pena máxima inferior a um ano.

O Código Penal classifica como "crimes com pena máxima abstrata não superior a um ano da competência do Juizado Especial Criminal" (Jesus, 2000: 14), entre outros:

- Lesão corporal dolosa simples e privilegiada (art. 129);
- Lesão corporal culposa simples (art. 129);
- Maus-tratos simples (art. 139);
- Difamação (art. 139);
- Injúria (art. 140);
- Constrangimento ilegal simples (art. 146);
- Ameaça (art. 147)
- Adultério (art. 240).

As "Delegacias da Mulher" estão vinculadas às Delegacias Seccionais de Polícia da Grande São Paulo e da Capital ou às Delegacias Regionais de Polícia do Interior, as quais estão ligadas à Secretaria de Segurança Pública, dentro da estrutura da Polícia Civil. Funcionam, normalmente, de segunda à sexta-feira, em horário comercial. Há uma unidade da Capital que funciona 24 horas.

¹² Comentário do autor referente ao art. 98 I da Constituição Federal.

São 125 unidades no Estado, sendo 9 na Capital, 12 na Grande São Paulo e 104 no Interior. Em todo o país, há 304 unidades (dados de 2001).

O quadro de funcionários é composto por Delegada Titular, Delegada Assistente, Escrivã, Investigadora e Carcereira. A contratação é feita mediante Concurso Público Estadual, portanto, as agentes são estatutárias, ou seja, a relação de trabalho não é regida pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), mas sim pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual.

O número de agentes varia de acordo com a necessidade da unidade, em função da localização, demanda etc.

1.3.2.1 Procedimentos gerais de trabalho

Em relação aos procedimentos de trabalho, vale ressaltar que:

Criadas no bojo do avanço feminista, as DEAMs¹³ atuavam na época em que pesquisamos conforme o estilo de suas titulares. Não havia uniformidade nos procedimentos adotados em cada unidade, mas as delegadas mantinham uma certa coerência com as propostas do movimento de mulheres.

Por isso mesmo também não havia padronização no atendimento. Cada DEAM tinha a marca e o ritmo de quem a dirigia, numa relação fortemente personalizada, em termos de serviço público. Cada unidade parecia relativamente autônoma em matéria de filosofia de trabalho. A delegada titular de uma das DEAMs, estimulada pelo CEDIM¹⁴, chegou a elaborar a proposta de um guia de procedimento, que seria seguido por todas. O guia, no entanto, jamais foi produzido (CPRCN, 1994:36).

De fato, não existe nenhum documento sobre "normas e procedimentos" de trabalho para as Delegacias da Mulher que pudessem padronizar o trabalho e dar uniformidade aos atendimentos. As agentes se baseiam na legislação e nas práticas desenvolvidas no dia-a-dia.

Em relação ao atendimento, há o seguinte comentário no Relatório do I Encontro Nacional de Delegadas Lotadas em Delegacias de Defesa da Mulher:

Segundo relato das delegadas (...) elas adotam as seguintes normas de trabalho: primeiro, conversam com a vítima, em seguida com o agressor e, posteriormente, com os dois (CNDM, 1986).

¹³ DEAM: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (RJ). As denominações não são únicas em todos os estados. Em São Paulo, o nome oficial é "Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher" (DDM)

¹⁴ CEDIM: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (RJ). Assim como as denominações das delegacias especializadas, cada Estado adotou um nome para os seus conselhos. O CEDIM corresponde ao CECF de São Paulo.

Embora não existindo documento oficial por parte da instituição policial, as organizações de mulheres ou entidades governamentais, que as representam, elaboram cartilhas, folhetos informativos com o objetivo de explicar o que é e como funciona a delegacia especializada.

Assim, no guia de serviços dirigido às mulheres do município de São Paulo, há as seguintes informações sobre o trabalho da DDM:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atende, registra e/ou instaura inquérito policial, executa prisão em caso de flagrante e encaminha para exame de corpo de delito quando necessário. Busca também dar orientação às mulheres e atuar em casos de preservação de direitos, emitindo Boletim de Ocorrência (BO), mesmo não acontecendo crime tipificado no Código Penal, como, por exemplo, o de assédio sexual.

COMO É FEITO O ATENDIMENTO

Chegando à Delegacia, a mulher passa normalmente por uma triagem para a avaliação da natureza do problema. Dependendo da situação, ela pode ser encaminhada diretamente à delegada ou então à escrivã para o registro dos fatos no BO. Quem passou primeiro pela escrivã vai em seguida à delegada, que é a autoridade responsável pela assinatura do BO e fornecer orientações às mulheres.

A partir do registro dos fatos, instaura-se ou não um inquérito policial. Em caso positivo, ocorre um processo de investigação onde são tomados depoimentos da vítima e das outras pessoas envolvidas, além da apuração dos fatos em nível local, ficando o trabalho a cargo de uma investigadora. A delegada acompanha e preside o inquérito policial e dela depende todo o processo de decisão em nível local.

CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO

Toda demanda espontânea é atendida, não sendo necessário o agendamento prévio nem pagamento de qualquer tipo de taxa. Embora seja importante que a queixosa traga a carteira de identidade, isso não é imprescindível para que ela receba o atendimento. Para a instauração de inquérito policial é necessário que a vítima pertença à região de responsabilidade da delegacia. (CFSS/CSE-USP, 1999: 17-18)

O guia ainda traz as seguintes chamadas:

Os crimes de natureza pública ou privada dependem, para serem investigados, de a vítima querer instaurar o inquérito policial mediante queixa formal. Já no caso de crime de ação pública, como o de lesão corporal, o inquérito policial é instaurado automaticamente, não precisando de apresentação de queixa por parte da vítima. (CFSS/CSE-USP, 1999: 17)

É importante frisar que, na maioria dos casos, depois de instaurado o inquérito policial, este não pode ser suspenso. Segundo relato de várias delegadas, é muito comum a mulher querer parar o processo depois de ter formalizado queixa contra o marido e de ter sido instaurado o inquérito. (CDSS/CSE-USP, 1999: 18)

1.3.3 Contradições e desafios da DDM

A primeira contradição encontrada na concepção das DDMs refere-se ao seu papel: falta uniformidade sobre sua competência e raio de atuação, além da falta de padronização dos procedimentos.

O texto do decreto define:

Artigo 1º - As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, criadas pela Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, têm, em suas respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

- I - a investigação e apuração dos delitos contra pessoa do sexo feminino (...)
- II - o atendimento de pessoas do sexo feminino que procuram auxílio e orientação e seu encaminhamento aos órgãos competentes (....) (Decreto nº 29.981, de 1989)

Para as idealizadoras da instituição, as DDMs deveriam desempenhar um papel pedagógico:

As Delegacias de Defesa da Mulher, voltadas para o atendimento à mulher vítima de violência, têm evidenciado, durante este curto período de funcionamento, que elas não exercem apenas o papel repressivo e punitivo. Também o educativo tem-se sobressaído de maneira bastante positiva (CNDD, 1986).

Na época em que foram estruturadas, as DEAMS eram órgãos públicos *sui generis*. Ao mesmo tempo em que teriam o *status* de delegacia policial, não deveriam ter carceragem, para que a presença do agressor preso não intimidasse as mulheres vítimas. Além disso, atuariam não apenas como órgão de atendimento na área criminal, mas também dando orientação jurídica, encaminhando à assistência judiciária, ao serviço social e ao atendimento psicológico (CPRCN, 1994:36).

O atendimento não era (ou não é?) uniforme entre as profissionais das delegacias. Algumas mantinham contato com órgãos de apoio: grupos de mulheres, assistentes sociais e psicólogas do Município, enquanto outras restringiam-se a cumprir o seu papel dentro dos padrões de uma delegacia distrital convencional.¹⁵

A personalização na condução das DEAMS - que quase certamente poderá ser encontrada, também, em algumas delegacias comuns - oscilava do procedimento mais burocrático e impessoal até o extremo oposto, isto é, o

¹⁵ A delegada da unidade pesquisada para este trabalho de mestrado mencionou sua dificuldade em relacionar-se com o poder público local, sofrendo inúmeras interferências. Cf. item 2.1, p. 32.

padrão "doméstico" e informal de atendimento (...). Algumas delegadas, ao mesmo tempo em que destacavam suas longas trajetórias como policiais, descreveram suas vidas na DEAM como o exercício de gestão de uma casa. Atuavam como "mães". Definiam a delegacia como um espaço onde as mulheres podiam desabafar as suas angústias e onde recebiam atendimento social (...). Outras delegadas enfatizaram que a DEAM não era um espaço judicial, onde se pudesse "julgar" esta ou aquela agressão, mas sim iniciar um inquérito, ouvir o acusado, a vítima e as testemunhas, proceder ao encaminhamento para o Instituto Médico Legal etc. Nesse sentido, a DEAM seria igual a qualquer outra delegacia policial diante do crime, cumprindo as formalidades legais em nome do respeito à cidadania (CPRCN, 1994:37).

Essa ambigüidade ainda permeia as delegacias de mulher, hoje, talvez, aproximando-se mais do papel de uma delegacia convencional, no que tange aos procedimentos específicos de um distrito. Isso se dá, inclusive, porque o Estado e o poder público local já criaram órgãos de apoio, como é o caso dos albergues, dos núcleos de atendimento compostos por assistentes sociais, psicólogos e advogados, quando não, estabelecem convênios com universidades ou entidades locais para prestarem esses serviços.

Alguns problemas detectados na criação das DDMs perduram até hoje: falta de infraestrutura física, material e de pessoal, falta de preparo das agentes policiais, além da falta de uniformidade nos procedimentos de trabalho.

A precariedade da infra-estrutura está relacionada diretamente com a política pública do Estado. Muitas unidades só conseguiram funcionar porque o poder local (Prefeituras) disponibilizaram locais e até pessoal para a viabilização do serviço.

A escassez de pessoal esbarra não só na baixa contínua que a polícia sofre em seus quadros, como também na resistência das próprias agentes femininas em atuarem nas delegacias especializadas - reflexo da discriminação e da desvalorização - esta última disseminada por uma parte da corporação que tem a DDM como "confessionário", "serviço social" (Silva, 1992: 124, 130), que além de desqualificar essas duas áreas, gera uma idéia de inutilidade das delegacias de mulher.

A falta de treinamento específico para as profissionais que atuarão nas DDMs ou de cursos periódicos de atualização para aquelas que já atuam é outro fator que corrobora para um funcionamento deficiente das unidades. Inicialmente, as delegacias seriam formadas por equipes que tivessem passado por cursos ministrados por feministas.

Em 1986, um ano após a instalação da primeira delegacia, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher organizou o I Encontro Nacional de Delegadas Lotadas em Delegacias da

Mulher para avaliar o primeiro ano de funcionamento e estabelecer diretrizes, com a proposta de realização de encontros anuais. Esses encontros não mais aconteceram.

Por iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo houve vários encontros e seminários com as equipes das DDMs para explicar a problemática da violência contra a mulher na sua dimensão ideológica, bem como inserir as profissionais no contexto.

Em 1989, foi incluída a disciplina "Vitimologia Feminina" na cadeira de Criminologia do curso de ingresso na instituição desenvolvido pela ACADEPOL.

Os procedimentos de trabalho, como outrora mencionados, são únicos em relação às observações estritas da lei, porém, inúmeros em relação à organização do trabalho diário. Ainda prevalece o estilo pessoal de cada delegada no gerenciamento da unidade.

II - QUESTÕES METODOLÓGICAS

"O mapa é a certeza de que existe o lugar" (Adélia Prado).

2.1 Levantamento do *corpus*

O primeiro contato com a unidade da DDM aconteceu em março de 1999. A delegada informou-me de que precisava consultar seu superior para autorizar a realização da pesquisa, mas que na outra semana teria uma resposta.

Paralelamente, junto a advogados, certifiquei-me da instância hierárquica que poderia autorizar o trabalho. Soube que a competência seria da delegada, mediante apresentação de um ofício da universidade.

Uma semana depois, estabeleci contato telefônico. Aí, houve o questionamento da delegada, que consistiu em tempo de permanência no ambiente e quantidade de documentos necessária. Alertou para o incômodo da presença de um estranho na equipe.

Finalmente, ela afirmou que só autorizaria a cópia manuscrita do Boletim de Ocorrência, uma vez que não poderia fornecer documentos pertencentes ao Estado. Para mim, o trabalho científico ficaria descaracterizado. Assim sendo, solicitei informações sobre a instância a qual deveria recorrer para viabilizar a pesquisa. Propus-me a procurar o Secretário de Segurança Pública.

A delegada, então, comprometeu-se a fornecer cópias, desde que a identificação da vítimas se mantivesse em sigilo.

Na dúvida, procurei, ainda, orientação do advogado a respeito da impossibilidade legal de fornecimento de cópias de *Boletim de Ocorrência* por parte da delegacia. Ele explicou que o *Boletim de Ocorrência* é um documento do Estado e, portanto, de poder público, isto é, qualquer cidadão pode ter acesso a ele.

Ofício na mão, dia 12 de abril fui à unidade da DDM. Mais uma vez me apresentei e mais uma vez muitas explicações.

A delegada insistia nas implicações de cópias de documentos, na necessidade de sigilo e que não forneceria cópias do *B.O.*, mas que autorizaria a reprodução manual. Reafirmei que com o material descaracterizado, a pesquisa ficaria inviável. Mais uma vez questionei pela instância hierárquica que poderia autorizar o trabalho: Delegado da Seccional ou

Secretário da Segurança Pública? A delegada se dispôs, então, a selecionar alguns *B.O's* que não relatassem casos de estupro.

A partir daí, a delegada resolveu contar as dificuldades no gerenciamento do seu trabalho, que dispunha de pouco efetivo para atender à demanda, da sobrecarga de trabalho às segundas-feiras, da falta de material, de ameaças sofridas por alguns acusados, da interferência constante do poder público municipal¹⁶. Adiou por mais uma semana o fornecimento das cópias e indicou o nome de uma funcionária a quem procurar.

Lá estava eu, em 24 de abril, diante da funcionária, mas esta não sabia do caso e todas as informações precisavam ser dadas. Adiou-se a resposta por mais dois dias.

Sem respostas, voltei a tratar com a funcionária em 5 de maio. Ela me informou que, em função de muito trabalho, havia esquecido do caso, mas me colocou em contato com a delegada que, mais uma vez, disse não poder fornecer as cópias de *B.O.* Relembrei nosso contato pessoal, solicitei o nome e o cargo da autoridade dentro da hierarquia, para que pudesse obter uma autorização. Mediante meus argumentos, a delegada ficou de providenciar 2 cópias para o dia seguinte, ao meio-dia.

Lá fui eu, dia e horário combinados. A delegada, irritada com mais uma interferência do poder público municipal nos procedimentos de trabalho da Delegacia, forneceu 2 cópias de *B.O.*, alertando que o ideal seria ter autorização também da mulher. Solicitou-me o comprometimento de que o documento não seria utilizado em público.

Entreguei o Ofício da PUC (Anexo 1) e, no verso, a delegada datilografou uma declaração, em meu nome, registrando que eu me comprometia a não divulgar a identidade das vítimas referentes àqueles *B.O's* fornecidos, sob pena de eu ser indiciada criminalmente. Assinei a declaração.

¹⁶ No Caderno II, elaborado pela Assessoria dos Direitos da Mulher, o qual divulga os trabalhos de combate à violência da prefeitura local, há o seguinte texto:

"A 1ª DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER EM [nome da cidade] (DDM)

Partindo das reivindicações, através de sua Assessoria dos Direitos da Mulher, não mediu esforços em, juntamente com a Secretaria de Segurança do Estado, colocar em funcionamento uma Delegacia de Defesa da Mulher - DDM em [cidade].

Inaugurada em 13 de novembro de 1990 e funcionando de 2ª a 6ª das 9 às 18 horas, sua estrutura está montada da seguinte forma:

a) Como Funcionárias Públicas do Estado temos: 1 delegada, 2 escrivãs e 1 investigadora.

b) Como Funcionárias Públicas do Município temos: 1 assistente social, 1 motorista, 1 ajudante geral.

Ou seja, a Prefeitura cedeu o prédio, montou a Delegacia e arca com as despesas de seu funcionamento diário, e o Estado responsabiliza-se pelo atendimento policial". (Assessoria dos Direitos da Mulher, 1992:5-6)

Devido às resistências encontradas, tentei contato com outras unidades em junho de 1999. Encontrei a DDM do litoral.¹⁷ Por meio dessa delegacia, tive contato com a assessoria da Deputada Rosemari Correa, de quem obtive cópia da Lei 5.467 (Anexo 2) e do Decreto 29.981 (Anexo 3), referentes à criação e normatização das Delegacias da Mulher. A assessoria da Deputada também me indicou o Conselho da Condição Feminina, com quem também mantive contato.

Em agosto de 1999, insisti com a primeira delegacia contata para proceder à coleta de dados: a delegada autorizou o trabalho. Em setembro, iniciei minha pesquisa de campo. Permaneci durante 2 semanas na DDM, gravando os depoimentos e em interação com mulheres, escritãs, investigadoras e delegada - oportunidade em que pude conhecer um pouco do universo dessa instituição.

A coleta de dados na unidade da DDM constou de duas partes: uma, do levantamento de documentos de arquivos, e outra, da gravação das interações entre mulheres e escritãs de polícia.

O processo exigiu alguns procedimentos preliminares como a elaboração de documentos legais de autorização: da delegada, disponibilizando o distrito para este trabalho de pesquisa, (Anexo 4) e outro, em que as mulheres davam sua autorização, concordando com as gravações e permitindo a aquisição das cópias dos documentos gerados a partir dos depoimentos, (Anexo 5). Elaborei as autorizações sob a supervisão de uma juíza de direito.

A identificação da delegacia, das funcionárias, bem como das mulheres será mantida em sigilo absoluto por determinação legal.

A totalidade do *corpus* é formada por aproximadamente 6 horas de gravação, referentes a 15 depoimentos orais, 11 Boletins de Ocorrência, 4 Termos Circunstanciados e 12 Boletins de Ocorrência de arquivo. Conto, também, com resumos e cópias de laudos médicos.

A abordagem das mulheres - que se tornaram sujeitos de minha pesquisa - acontecia da seguinte forma: eu ficava na sala de espera, aguardando-as. Quando uma mulher chegava, me apresentava e perguntava se ela iria registrar um *B.O.* Em caso afirmativo, convidava-a a participar da pesquisa, expondo o objetivo. Falava a respeito do sigilo em relação à identificação e entregava a autorização para que lesse. Só encontrei um caso de analfabetismo, mas a mãe estava acompanhada da filha, a qual leu a autorização e a mãe, prontamente, quis

¹⁷ A primeira delegada desta unidade foi a Deputada Rosemari Correa, autora do Projeto de Lei de Instauração das Delegacias da Mulher no Estado de São Paulo.

ajudar no "trabalho de escola". Após a leitura da autorização, indagava se existiam dúvidas a respeito do trabalho e reforçava as informações. Normalmente, a mulher que autorizava, assinando o documento, já começava a contar o acontecido, iniciando o relato como um desabafo emocionado. Ficávamos na sala de espera até o chamado da escrivã. Acompanhava a mulher e permanecia junto dela durante o tempo do depoimento. Ao final, a mulher era dispensada e eu voltava à sala de espera.

Das 18 abordagens que realizei, obtive 15 respostas favoráveis.

Para dar suporte ao trabalho, foi necessário conhecer a história da DDM. O contato pessoal com as mulheres do Conselho Estadual da Condição Feminina aconteceu em setembro e outubro de 2000. Com elas, adquiri vasto material sobre a política pública de combate à violência doméstica, sem contar as ricas conversas com a história viva da mulher no Brasil. Por intermédio do CECF, mantive contato com a Delegacia Geral de Polícia de quem obtive dados recentes sobre a Delegacia da Mulher.

2.2 Estabelecimento do *corpus*

O conjunto de dados para exame é formado por três objetos: ***Depoimentos Oraís*** apresentados sob a forma de transcrição; cópias de ***Boletins de Ocorrência*** e de ***Termos Circunstanciados***.

No momento em que a mulher sofre ameaça e/ou agressão física ou moral e recorre à DDM, dá-se o *depoimento oral*, inicialmente registrado em um "resumo" (Anexo 14), ou seja, um rascunho.

Procedendo-se a ocorrência, a escrivã irá registrá-la no *Boletim de Ocorrência*. O *Termo Circunstanciado* surge do *B.O.* e substitui o inquérito policial. Consiste do registro de depoimento da vítima, das testemunhas e do autor. É no T.C que a escrivã deverá informar se haverá continuidade do processo na Justiça ou se este será arquivado por determinação da vítima. Nem todo B.O. gera T.C.

O recorte para a análise obedeceu aos seguintes critérios:

- 1) só seriam examinados os processos de ameaça e/ou agressão física. Por questão de ética, casos de estupro e de atentado violento ao pudor não seriam observados;
- 2) do conjunto dos objetos, teriam preferência para análise aqueles que apresentassem B.O. e T.C.

Assim, os objetos analisados são quatro depoimentos orais e seus respectivos B.O's e T.C's. Nesses, há um processo em que consta o resumo e no outro um laudo do exame do corpo de delito.

A análise desses objetos visa a três pontos principais:

- verificar como o processo de reformulação do oral para o escrito contribui para a constituição de sentidos heterogêneos no discurso;
- identificar os elementos estáveis dos enunciados que não só compõem tema, forma composicional e estilo, como também caracterizam a atividade discursiva da DDM;
- apontar as pistas lingüísticas e extralingüísticas que revelam as vozes no discurso da DDM.

Para atingir esses objetivos, parto da sustentação teórica proposta no Capítulo III. Devo esclarecer, ainda, que para realizar as transcrições, adotei as normas do Projeto NURC (Professor Dino Preti), (Anexo 6).

Estabelecendo um estudo comparativo entre os três objetos, procuro constatar as ocorrências que confirmam as hipóteses de que:

1) na confluência de vozes, existem apagamentos, modificações, acréscimos que culminam na mudança de sentido do discurso;

2) embora a DDM seja um órgão criado para dar voz às mulheres, no plano discursivo, o seu papel não é totalmente cumprido.

III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*"O livro, caindo na alma,
É germen, que faz a palma,
É chuva, que faz o mar"*
(Castro Alves).

A fundamentação teórica aqui utilizada tem por base o pensamento de Mikhail Bakhtin, teórico russo, cuja contribuição tem sido determinante para a tendência atual dos estudos lingüísticos.

Para tratar o *corpus* de pesquisa de forma coerente e fidedigna, não há possibilidade de cerrar o estudo nos limites bakhtinianos, sendo necessário recorrer a outras áreas científicas, e dentro da própria lingüística, a linhas diferenciadas de pesquisa.

O ponto de partida é a linguagem, e este objeto de lingüística se dá num processo interacional, situado num contexto cultural, ideológico social etc., englobando aspectos verbais e não-verbais.

Olhando a linguagem, mira-se o mundo que a envolve e que é envolvido por ela.

Início esta construção teórica chamando a atenção para dois aspectos que circundam os trabalhos bakhtinianos:

1º) a respeito da polêmica sobre a autoria das obras (se de Bakhtin, Volochinov , de ambos ou de um terceiro): adoto, desde já, uma postura dialógica: ao mencionar Bakhtin, implicitamente, entendo "Bakhtin e seu Círculo";

2º) sobre as traduções das obras do círculo bakhtiniano, que nem sempre foram realizadas com fidelidade: numa tentativa de coerência terminológica, procurarei ser fiel aos termos empregados pelo Círculo (considerando a tradução portuguesa), com exceção daqueles que, diferentes da fonte original, já se tornaram consenso entre as autoridades científicas.

Para efeito deste estudo, direciono minha atenção somente às obras do Círculo disponíveis no Brasil em Língua Portuguesa, com consultas às edições espanholas. Recorro sempre que necessário aos comentadores para uma melhor compreensão dos conceitos.

3.1 Sobre a noção de gênero

É inegável a importância do gênero do discurso nos estudos da linguagem, primeiro, porque há um vínculo indissociável entre gênero e vida cotidiana:

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica. (...) Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. A língua materna - a composição do seu léxico e sua estrutura gramatical -, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam (...). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas)". (Bakhtin, 1979/1997:301-302).

E ainda "A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua" (Bakhtin, 1979/1997:282).

Segundo, porque:

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. (Bakhtin, 1979/1997:282)

Bakhtin continua:

Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material lingüístico concreto (...) lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, textos legislativos, documentos oficiais e outros (...). É deles que as pesquisas extraem os fatos lingüísticos de que necessitam (Bakhtin, 1979/1997:282).

Neste trabalho de pesquisa não me proponho a tratar da investigação e da classificação de um gênero do discurso da Delegacia da Mulher. Isso exigiria uma ampliação de *corpus* e de *locus* de pesquisa, ou seja, seria necessário levantamento de dados não só em mais de uma unidade da DDM, como também nos distritos policiais convencionais. Assim, limito-me a apropriar dos componentes do gênero: tema, forma composicional e estilo, para, por intermédio deles, verificar as regularidades nos enunciados as quais caracterizam a atividade discursiva da DDM.

No entanto, não há atalhos: é necessário partir da noção de gênero para chegar aos seus elementos, justificando, dessa forma, o percurso teórico aqui estabelecido.

E assim... o que é Gênero?

A resposta não é simples. Para chegar a ela, tive a pretensão de percorrer o caminho teórico do pensamento bakhtiniano.

Em Bakhtin, o conceito "pronto" de gênero só aparece na obra *Estética da criação verbal* de 1979 - a primeira edição brasileira é de 1992. Mas é possível dizer que a "teoria dos gêneros" tem seus vestígios já em *Marxismo e filosofia da linguagem*, de 1929/30 (primeira edição brasileira em 1979).

Assim, destacam-se nas obras alguns pontos que vão tecendo o conceito do que hoje entende-se por gênero do discurso. É interessante observar que o teórico russo formula seus conceitos sempre de uma perspectiva social, tornando-se uma marca do seu pensamento.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (Volochinov) discute acerca das duas correntes do pensamento filosófico lingüístico à luz do marxismo. A primeira questão que coloca é em relação ao signo: "tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. *Sem signos não existe ideologia*" (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:31). Partindo dessa constatação, evolui o raciocínio para enunciado/enunciação e cita alguns elementos que mais tarde aparecem como característicos do Gênero do Discurso (o tema e a forma).

Bakhtin constata que a sociedade se organiza em esferas comunicativas ou atividades de linguagem e nelas circulam os enunciados - os gêneros organizam os enunciados, portanto, há uma associação direta entre enunciado e gênero:

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica (Bakhtin, 1979/1997:282).

Embora haja capítulos destinados à enunciação e interação verbal em *Marxismo e filosofia da linguagem*, esses conceitos já figuram no primeiro capítulo:

A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da "enunciação" sob a forma de *diferentes modos de discurso* (...) Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:42).

Em relação à esfera, no primeiro capítulo de *Marxismo e filosofia da linguagem*, o assunto é abordado :

Preliminarmente, portanto, separando os fenômenos ideológicos da consciência individual nós ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:36).

E

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:42),

pode-se observar que o autor articula enunciado/gênero/esfera comunicativa.

As características do gênero do discurso, citadas apenas em *Estética da criação verbal*, têm prenúncios em *MFL*: o **estilo** e a **forma composicional** - duas dessas características, são mencionadas no capítulo 6, "A interação verbal": "A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação" (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:114).

O **tema**, um outro elemento do gênero, tem a seguinte definição:

Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995: 128)

E Bakhtin completa:

O tema deve ser único (...) é individual e não reiterável (...) é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações, mas igualmente pelos elementos não verbais da situação (...)). O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação" (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:128-129).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929, com tradução para o português em 1981), Bakhtin se propõe a discutir o caráter polifônico do romance dostoievskiano e faz a análise abordando as características do gênero, no caso, o gênero romance:

A primeira peculiaridade de todos os gêneros do sério-cômico é o novo tratamento que eles dão à realidade. (...) A segunda peculiaridade é inseparável da primeira: os gêneros sério-cômico não se baseiam na *lenda* nem se consagram através dela. (...) A terceira peculiaridade são a pluralidade de estilos e a variedade de vozes de todos esses gêneros (...) Em termos simplificados e esquemáticos, pode-se dizer que o gênero romanesco se assenta em três raízes básicas: a *épica*, a *retórica* e a *carnavalesca* (Bakhtin, 1929/1997:107-108).

Pelo estilo e pela composição, *O Sonho de um Homem Ridículo* difere muito consideravelmente de Bobok; ali há elementos essenciais da diatribe, da confissão e do sermão. Esse complexo de gêneros é uma característica geral da obra de Dostoiévski (...) Pela temática, *O Sonho de um Homem Ridículo* é quase uma enciclopédia dos principais temas de Dostoiévski; ao mesmo tempo, todos esses temas e o próprio método de sua elaboração artística são muito característicos do gênero carnalizado da menipeia (Bakhtin, 1929/1997:150-151).

Bakhtin, inclusive, chama a atenção para a metodologia do estudo do gênero:

A essência de cada gênero realiza-se e revela-se em toda a sua plenitude apenas naquelas suas diversas variações que se formam no processo de evolução histórica de um dado gênero. Quanto mais pleno for o acesso do artista a todas as variações, tanto mais rico e flexível será o domínio que ele manterá sobre a linguagem de um dado gênero (pois a linguagem de um gênero é concreta e histórica). (...) O gênero possui sua lógica orgânica, que em certo sentido pode ser entendida e criativamente dominada a partir de poucos protótipos ou até fragmentos de gênero. *Mas a lógica do gênero não é uma lógica abstrata*. Cada variedade nova, cada nova obra de um gênero sempre generaliza de algum modo, contribui para o aperfeiçoamento da linguagem do gênero. Por isso é importante conhecer as possíveis fontes do gênero de um determinado autor, o clima do gênero literário em que se desenvolveu a sua criação. Quanto mais pleno e concreto for o nosso conhecimento das relações de gênero de um artista, tanto mais a fundo poderemos penetrar nas particularidades de sua forma do gênero e compreender mais corretamente a relação de reciprocidade entre a tradição e a novidade nessa forma (Bakhtin, 1929/1997:142,159).

Nessa última citação, inclusive, é possível observar a importância das condições de produção, circulação e recepção que acontecem nas esferas sociais.

Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (Rússia 1965, Brasil 1987), obra assinada por Bakhtin - sua tese - a questão do gênero é "pulverizada" ao longo da análise que faz. Seu objeto de análise é a literatura, ou seja, o gênero secundário por excelência: a obra de Rabelais. Discute expressão, contexto, estética, as manifestações populares. Faz um tratado sobre carnavalesação, riso, vocabulário da praça pública.

Ele se propõe a estudar um gênero (o gênero romance) e o faz com genialidade: construindo o contexto sócio-histórico de Rabelais: "O século XVI marca o apogeu da história do riso, cujo ponto culminante é o livro de Rabelais" (Bakhtin, 1977/1999:87), percorrendo a trajetória da literatura mundial:

Em relação a ela (cultura cômica popular), nosso objetivo é puramente teórico e consiste em revelar a unidade, o sentido e a natureza ideológica profunda dessa cultura, isto é, o seu valor como concepção do mundo e seu valor estético (Bakhtin, 1977/1999:50).

A literatura cômica medieval desenvolveu-se durante todo um milênio e mais ainda, se considerarmos que seus começos remontam à Antigüidade cristã. Durante esse longo período, essa literatura sofreu, evidentemente, mudanças muito substanciais (menos sensíveis, contudo, na literatura em língua latina). Surgiram gêneros diversos e variações estilísticas (Bakhtin, 1977/1999:12);

analisando as obras de Rabelais e situando-as dentro do contexto da História e da Literatura, assinala o tema, o estilo, a forma composicional:

No entanto, o limpa-cu é um tema cômico tradicional familiar e rebaixador. Já vimos toda uma série de fenômenos paralelos nas literaturas mundiais. Em nenhuma parte, contudo, esse tema foi tratado de maneira tão detalhada e diferenciada, com um tal sentido dramático cômico, como na obra de Rabelais (Bakhtin, 1977/1999:333).

Abordamos aqui uma particularidade essencial do estilo oral de Rabelais ... (Bakhtin, 1977/1999: 404).

Os elementos que caracterizam o gênero figuram também em *Questões de literatura e de estética - a teoria do romance*:

Já sem falar do absurdo patente, lógico e terminológico de se colocar o termo "forma" em completa negação com o conteúdo, pois a forma é um conceito correlativo ao conteúdo, que precisamente não é a forma (...); a forma relativiza totalmente o conteúdo, esse é o sentido da afirmação que faz do conteúdo um elemento da forma (Bakhtin, 1998:37).

Estética da criação verbal, de 1979, 1ª edição brasileira em 1992, traz explicitamente o conceito de gênero.

No capítulo "Os gêneros do discurso", Bakhtin correlaciona as noções, abordadas em obras anteriores, de forma clara e objetiva, justificando discussões e conceituações que, a princípio, poderiam parecer fragmentadas anteriormente. É como se ele apresentasse respostas às questões que formulara:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua (...). O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (Bakhtin, 1979/1997:278).

Em relação às características do gênero do discurso, os comentários do autor são precisos:

O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado (Bakhtin, 1979/1997:284).

E destaca:

A escolha dos recursos lingüísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (autor). É a fase inicial do enunciado, a qual lhe determina as particularidades de estilo e composição (Bakhtin, 1979/1997:308).

Essas abordagens que circundam a questão do gênero serão "pano de fundo" de minha análise.

3.2 O dialogismo e suas várias formas de representação

Bakhtin formula seus conceitos de forma tão compacta - um integrado ao outro - que se torna uma tarefa difícil a tentativa de tratá-los separadamente. Assim, ao considerar os aspectos do gênero, não é possível ignorar a questão das vozes que se articulam nos diversos discursos. As vozes integram-se aos elementos do gênero: estilo, forma composicional e tema. Sobre isso, Amorim comenta:

Les genres se construisent dans les différentes sphères de la vie sociale, avec leurs conditions et finalités. Lieu d'intersection entre propriétés formelles et sociales, le genre est aussi traversé d'histoire. Histoire contemporaine et histoire de ses débuts, ce qui fait que la façon dont les voix sont conçues et agencées dans un genre n'est jamais un pur effet de structure (Amorim, 1996:90)

Um princípio básico do pensamento bakhtiniano é a consideração de que o discurso - "a língua em sua integridade concreta e viva" (Bakhtin, 1929/1997: 181) - do EU não é puro, pois traz em si a voz do OUTRO:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele (...). O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (...) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc" (Bakhtin, 1997:319).

Partindo dessa premissa, Bakhtin formula suas teorias a respeito de dialogismo, polifonia, interdiscursividade, verificando nos discursos como as vozes se organizam. Não esquecendo, no entanto, de que o objeto de análise do teórico é o romance, a literatura - gênero secundário - e é preciso cuidado ao fazer aplicação dos conceitos a outros *corpora*, a fim de não adotar uma postura mecânica da passagem.

Em princípio, todo discurso é dialógico, uma vez que a palavra não é inédita, à medida que recupera, modifica, acrescenta ao que já foi dito e, mais, precede ao que está por vir. E se "o signo se torna a arena onde desenvolve a luta de classes" (Bakhtin, 1929/1995:46), concluo que o encontro de vozes no discurso é sempre um evento social, político, histórico, ideológico.

Ao analisar um enunciado, identificam-se as vozes que estão presentes ou representadas, considerando as entoações expressivas, o destinatário (o enunciado sempre se dirige a um auditório, não necessariamente físico) e a resposta.

Das obras de Bakhtin, *Questões de literatura e estética - a teoria do romance* parece trazer valiosas contribuições ao interesse particular: à análise da linguagem na Delegacia da Mulher. Pontuo alguns comentários de Bakhtin a respeito das vozes no discurso, discutidos em "O discurso no Romance", capítulos: III - "O plurilingüismo no romance" e IV - "A pessoa que fala no romance".

A transmissão e o exame dos discursos de outrem, das palavras de outrem, é um dos temas mais divulgados e essenciais da fala humana. Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade (Bakhtin, 1975/1998:139).

Bakhtin tem clareza a respeito das vozes que perpassam os discursos, da mais simples das esferas da comunicação verbal às mais complexas:

Qualquer conversa é repleta de transmissões e interpretações das palavras dos outros. A todo instante se encontra nas conversas "uma citação" ou "uma referência" àquilo que disse uma determinada pessoa, ao que "se diz" ou àquilo que "todos dizem", às palavras de um interlocutor, às nossas próprias palavras anteriormente ditas, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc (Bakhtin, 1975/1998:139-140).

A apropriação da palavra, do discurso do outro, não é somente feita de forma literal como nas citações, muitas vezes, ou na maioria das vezes, por força do contexto, há um "cambiamento" do sentido:

Por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso de outrem incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado. O contexto que avoluma a palavra de outrem origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande (Bakhtin, 1975/1998:141).

Bakhtin parte para um "enquadramento" , apresentando exemplos de como um enunciado de outrem é introduzido nos discursos: o polemista cita com fidelidade as palavras do adversário, com o intuito de mudar o significado, por manipulação do contexto. Continua:

A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão): o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso (Bakhtin, 1975/1998: 141).

E adverte:

Por isso, ao se estudar as diversas formas de transmissão do discurso do outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissolivelmente ao outro. Assim como a formação, também o enquadramento do discurso de outrem (o contexto pode de maneira muito remota começar a preparação para a introdução deste discurso) exprimem um ato único da relação dialógica com este discurso, o qual determine todo o

caráter da transmissão e todas as transformações de acento e de sentido que ocorrem nele no decorrer desta transmissão (Bakhtin, 1975/1998: 141).

Bakhtin aborda também os vários tipos de dialogismo, sobre isso Brait comenta:

Chama a atenção, ainda, o fato de que há dialogismo de diferentes graus e que devem ser considerados em sua especificidade (...). Nesse ponto, a dimensão das vozes, que segundo Bakhtin só podem ser registradas por um enfoque translingüístico, assume o caráter de *visões do mundo* ou percepções realizadas através do discurso: as vozes são sociais, são pontos de vista que estabelecem relações entre línguas, dialetos territoriais e sociais, discursos profissionais e científicos, linguagem familiar etc.

De acordo com as reflexões sobre o dialogismo disseminadas pela obra desse pensador, as relações dialógicas, que implicam necessariamente o conceito de vozes, não podem ser reduzidas nem às relações lógicas, nem às relações psicológicas, nem às relações naturais ou mecânicas. Elas constituem uma classe específica de relações entre sentidos, cujos participantes podem ser unicamente enunciados completos, ou vistos como completos, e por trás dos quais estão os sujeitos discursivos (Brait, 1994:24-25).

A análise, então, terá a preocupação de verificar como as vozes se organizam no discurso das mulheres (vítimas de violência, que recorrem à Delegacia da Mulher para efetivar a denúncia) e das escritãs de polícia, e como essa organização interna constrói o discurso maior dessa esfera específica (Delegacia da Mulher).

3.2.1 Discurso citado, discurso relatado ...

Uma forma privilegiada de dialogismo é o discurso citado ou discurso relatado - a presença do "discurso do outro" em discursos.

Existe uma recorrência desse tipo de discurso no *corpus* de pesquisa, justificando a dedicação de uma reflexão sobre o assunto.

Início esse processo por Bakhtin, verificando de que forma o teórico concebeu os conceitos, e traço um paralelo com Authier-Revuz e Maingueneau.

Uma observação: o discurso citado foi (e é) objeto de análise de muitos teóricos; recorrer somente aos três (Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau) se justifica devido a um critério teórico-metodológico - é sob a efígie do dialogismo bakhtiniano que esta investigação se sustenta. Authier-Revuz retoma Bakhtin e parece "operacionalizar" esses conceitos. Maingueneau, inserido na perspectiva da Análise do Discurso, comenta os dois estudiosos.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochinov dedicam o capítulo 9 para "O Discurso de Outrem", seguido dos capítulos 10 e 11 "O Discurso Indireto, Discurso Direto e suas variantes" e "Discurso Indireto Livre em Francês, Alemão e Russo" respectivamente.

"O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas, é ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*" (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:144). Esta definição é, simultaneamente, sucinta e globalizante: remete às várias formas pelas quais o discurso de outrem aparece, bem como àquelas em que se aproximaria do metadiscurso. De qualquer forma, percebe-se, mais uma vez, o caráter inerente de que qualquer discurso traz em si a voz do outro.

Quando essa presença do outro vem sob a forma citada, o discurso traz marcas sintáticas e lexicais e é por esse fio condutor - da estrutura - que Bakhtin trabalha. Acrescenta-se a isso o outro a quem se destina o(s) discurso(s) (citante e citado), principalmente na escrita. Tem-se, assim, uma confluência de vozes, de outros indo e vindo no discurso.

Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:146)

Cabe aqui considerar que o objeto desta pesquisa de Mestrado é composto de *depoimentos orais* das mulheres vítimas de violência e dos documentos escritos oriundos da denúncia - *Boletins de Ocorrência* e *Termos Circunstanciados* - que possuem um "fim específico: processos legais" (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995: 146), o "outro/terceiro" - o juiz - integra essa cadeia discursiva: se a vítima relata para a escritã o ocorrido, esta, por sua vez, relata ao juiz, traduzindo a linguagem cotidiana da primeira em linguagem legal, jurídica. Para dar veracidade ao discurso, recorre ao discurso citado "a vítima diz que...". Esse fenômeno que ultrapassa a fronteira da língua e atinge as esferas do mundo discursivo dando-lhe sentido merecerá uma análise detalhada no Capítulo IV.

Vale ressaltar o seguinte comentário de Bakhtin (que também será retomado adiante, na análise):

A linguagem judicial intrinsecamente assume uma discrepância nítida entre o subjetivismo verbal das partes num processo e a objetividade do julgamento (...) É importante determinar o peso específico dos discursos retórico, judicial ou político na consciência lingüística de um dado grupo social numa determinada época. Além disso, é importante levar sempre em conta a posição

que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores. Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica de comentário. (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995: 153).

Tomando-se a língua russa por objeto, Bakhtin reconhece os discursos direto (DD), indireto (DI) e indireto livre (DIL). Para cada um deles estabelece um esquema de características.

Authier-Revuz chama a atenção para a forma limitada com a qual "os modos de representação no discurso de um discurso outro" (Authier-Revuz, 1998:133) têm sido classificados (DD, DI, DIL). E amplia: discurso direto livre (DDL), modalização em discurso segundo (MDS) e modalização autonímica em discurso segundo (MA). Além disso, faz alusão ao dialogismo bakhtiniano que proporciona uma visão mais abrangente sobre a inerente presença do "outro" nos discursos - não somente quando essa presença é marcada.

Para Maingueneau:

Os discursos direto e indireto, as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa, continuam a ser objetos de trabalhos que tentam inscrevê-los no campo dos problemas da enunciação. (...) Sabe-se que a AD [Análise do Discurso] dedica grande atenção aos fenômenos referentes à citação para descobrir, por exemplo, o contraste entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação, ou ainda o distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado (Maingueneau, 1987/1997: 85).

O item 3.2.1.1 agrega o que esses três teóricos propuseram sobre as diferentes formas do discurso citado/relatado. No cruzamento dessas vozes, apreendi o que há de convergente e, conseqüentemente, aquilo que comporá as categorias de análise do *corpus*.

3.2.1.1 Formas do discurso citado por Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau

Como já mencionado, Bakhtin considera os três tipos de Discurso Citado: Discurso Direto (DD), Discurso Indireto (DI) e Discurso Indireto Livre (DIL). O assunto é diretamente abordado na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (focalizando a literatura como objeto de estudo). As características que ele apresenta sobre os discursos são as seguintes:

- **Discurso Direto (DD):** é um tipo de discurso que pode ser *preparado* (utilização de itálico, inserção de comentários entre parênteses, utilização de ponto de exclamação, interrogação etc.) e *esvaziado* (apreciação e valor emocional transmitem-se às palavras do herói; o peso semântico diminui, mas se reforça a significação). No DD, os temas são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor, as quais são quase sempre acompanhadas por um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo; as fronteiras da enunciação são enfraquecidas. Quanto à forma, há um condicionamento ao verbo introdutor, assim, o autor joga sobre o herói a responsabilidade daquilo que é dito. Com o entrecruzamento de contextos e discursos, há simultânea participação de dois discursos diferentemente orientados em sua expressão.
- **Discurso Indireto (DI):** é um discurso que requer uma elaboração e uma completude em sua construção. Pode ser *analisador do conteúdo* (o que disse o falante) e *analisador da expressão* (que caracteriza não só o objeto do discurso, mas o próprio falante). Assim como no DD, o autor joga sobre o herói a responsabilidade daquilo que é dito, mas agora sob outra forma: introduzindo o discurso citado pela conjunção "que" seguida de verbo (disse, pensou etc.)
- **Discurso Indireto Livre (DIL):** é um discurso em que há uma convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação. No DIL, identifica-se a palavra citada não tanto pelo sentido, considerado isoladamente, mas pelas entoações e acentuações próprias do herói, graças à orientação apreciativa do discurso, dessa forma, exprime uma orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias entoações, que entram, então, em contato com as entoações da palavra citada, interferindo nela. Quando há solidariedade total entre autor e herói nos limites de um contexto retoricamente construído, no que concerne às apreciações e entoações, a retórica do autor e a do herói podem eventualmente sobrepor-se uma à outra; suas vozes fundem-se e criam-se longos períodos que pertencem simultaneamente à narrativa do autor e ao discurso interior do herói. Quanto à forma, não se trata de uma mistura entre DD e DI, mas uma tendência *nova*, *positiva*, na apreensão ativa da enunciação de outrem, de uma orientação particular da interação do discurso narrativo e do discurso citado. Essa nova

forma se constitui da queda da conjunção "que" e do verbo introdutor do discurso citado; com a ausência de verbo introdutor, o autor apresenta a enunciação do herói como se ele mesmo se encarregasse dela, como se se tratasse de fatos e não simplesmente de pensamentos ou de palavras. O DIL não é utilizado na conversação e serve apenas às representações do tipo literário e é resultado da incapacidade do autor de separar gramaticalmente seu ponto de vista, sua posição, dos seus heróis.

Authier-Revuz faz uma apreciação crítica a respeito das formas clássicas de discurso citado, além de chamar a atenção para a existência de outros tipos de discurso:

- **Discurso Direto (DD):** é um discurso tido como simples no plano sintático, e fiel e objetivo no plano semântico-enunciativo, na verdade o DD é complexo e não pode ser considerado "objetivo", uma vez que reproduz a materialidade exata de um enunciado, mas não o ato de enunciação. O enunciador relata um outro ato de enunciação e, mesmo usando suas próprias palavras no sintagma introdutor, faz menção às palavras que relata.
- **Discurso Indireto (DI):** é um discurso não subordinado ao DD. Trata-se de é uma operação de reformulação-tradução do discurso do outro que é relatado. O enunciador relata um outro ato de enunciação e, usando suas próprias palavras, reformula as palavras de outra mensagem. (Cf. A reformulação, item 3.2.2)
- **Discurso Indireto Livre (DIL):** é um discurso de forma "inteira", não se restringindo à relação DD-DI. Não é específico da forma literária, aparece também no discurso oral cotidiano entre outros. É uma forma não marcada, puramente interpretativa de representação de um outro ato de enunciação e só pode ser caracterizada dentro do contexto discursivo, situacional etc. Determinados *índices* (coerência do que se diz; homogeneidade da "maneira de dizer") levam a interpretar em uma frase uma sequência de elementos como derivados de um outro ato de enunciação, os dêiticos de pessoa são os do ato de enunciação citante, portanto, reformulados.
- **Discurso Direto Livre (DDL):** é um tipo de discurso que só pode ser detectado dentro do contexto discursivo, situacional. Necessita de uma coerência textual para ser percebido, seu entendimento depende, muitas vezes, de um

reconhecimento de um já-dito por parte do leitor, é uma forma puramente interpretativa.

- **Modalização em Discurso Segundo (MDS):** é um discurso que trata de uma afirmação sobre um mesmo acontecimento. Essa afirmação é modalizada por remeter a um outro discurso, caracterizando-se como "segunda", dependente desse primeiro discurso. As formas "segundo fulano" integram um grupo de elementos modalizadores diversos (parece-me, é certo, talvez, obviamente etc) com a finalidade de modalizar pela referência a um outro discurso. A modalização pode ser sobre o *conteúdo* da afirmação: segundo x, de acordo com x, é x quem o diz ou sobre *o emprego de uma palavra* (modalização autonímica em discurso segundo).
- **Modalização Autonímica em Discurso Segundo (MA):** é o tipo de discurso em que a modalização se dá sobre o emprego de uma palavra, tida como emprestada de um exterior: como diria x, para falar de modo, para retomar uma expressão, segundo as palavras de x etc.

Mainueneau apresenta um estudo mais detalhado a respeito do discurso citado/relatado:

- **Discurso Direto (DD):** é o discurso no qual o sujeito falante se apresenta como o locutor de sua enunciação, mas delega a responsabilidade da fala citada a um segundo locutor, o do discurso direto. Há um pseudodistanciamento: uma maneira de apresentar uma citação, mas de modo algum uma garantia de objetividade; a citação supõe a repetição do significante do discurso citado e conseqüentemente a dissociação entre as duas situações de enunciação, citante e citada; não pode ser objetivo e fiel, pois já sofreu interpretação. Há a coexistência de dois sistemas enunciativos autônomos: cada um deles conserva seu EU, seu TU, suas marcas dêiticas, suas marcas próprias de subjetividade, as aspas ou travessão desempenhando na escrita o papel de fronteira entre os dois regimes enunciativos. O que permite a identificação do DD é a ruptura entre as duas situações de enunciação (pausa, mudança de entoação, recursos tipográficos diversos); na ausência de introdutor explícito, haverá marcas tipográficas. Quando o DD aparece sem aspas, é possível que se trate de uma

reformulação que mantém o sentido geral. O DD não relata necessariamente fatos pronunciados efetivamente, pode-se tratar de uma enunciação futura, assim não há fidelidade à original, e mesmo que relate fatos considerados como realmente proferidos, trata-se apenas de um *cenário* visando conferir-lhes autenticidade. A escolha do DD está relacionada ao gênero do discurso e serve para evidenciar a autenticidade, distanciar-se do texto citado para não confundi-lo com seu próprio discurso ou reverenciá-lo, mostra-se objetivo e sério. É introduzido por *verbos* que indicam que há uma enunciação (os verbos podem fornecer, pressupostamente, interpretação do discurso citado. Se "dizer" pode sugerir neutralidade, "confessar", "reconhecer" sugerem que a fala/falante relatado assumiu um erro); *grupos preposicionais* (para x, conforme x, segundo x) que demarcam uma mudança no ponto de vista. Há duas vozes distintas.

- **Discurso Indireto (DI):** é um discurso citado percebido apenas por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada (não são as próprias palavras do enunciador citado que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento). No DI, depende-se muito mais da forma de apreensão que o citante faz da fala citada. As falas citadas são apresentadas na forma de oração subordinada, introduzida por um verbo *dicendi*. É o sentido do verbo introdutor que difere um discurso relatado de uma simples oração subordinada integrante objetiva direta. O DI é mais restritivo, pois exige o verbo *dicendi* indicando que há uma enunciação e especificando semanticamente essa enunciação; a escolha do verbo citante tem conseqüências importantes na maneira pela qual o leitor vai interpretar a citação, pois condiciona essa interpretação; exige a subordinação e exclui as exclamativas. Toda enunciação é afetada por uma modalidade global (interrogação, afirmação, exclamação ou imperativo) que define uma certa relação entre os interlocutores. Há *apenas uma única situação de enunciação*; as pessoas e os dêiticos espaço-temporais do discurso citado são identificados em relação à situação de enunciação do discurso citante. A citação perde sua autonomia enunciativa, tornando-se dependente do verbo. Na medida em que a citação em DI não tem mais autonomia enunciativa, ela perde uma modalidade para se fundir na do discurso citante. Todos os níveis da subjetividade enunciativa são afetados pela perda de autonomia: se o discurso

citado comporta um EU/TU que não se encontram entre as pessoas do discurso citante, são convertidos em não-pessoas; os dêiticos que figuram numa citação em DI são necessariamente situados em relação ao discurso citante. No DI, há absorção de uma voz pela outra. A estrutura é: verbo + que (verbo seguido de oração integrante).

- **Discurso Indireto Livre (DIL):** neste tipo de discurso não existem marcas lingüísticas específicas, só pode ser percebido dentro do contexto, portanto, é complexo e mais flexível e é o mais típico caso de hibridação. Ele permite atenuar o desnível entre discurso citante e discurso citado, sem anular a autonomia do discurso citado. No DIL, há duas vozes mescladas (não se pode dizer qual é voz do enunciador citado e qual é do citante), dois pontos de vista; assim, o leitor só percebe a dualidade pela discordância entre as duas vozes, proibindo-o de relacionar tudo a uma única instância enunciativa. Não possui modo específico de introdução, tudo pode acontecer, desde que o leitor consiga notar o surgimento de uma dissonância enunciativa. Diferentemente do que propôs Bakhtin, é um discurso encontrado também no uso coloquial da língua.
- **Discurso Direto Livre (DDL):** é um discurso diferenciado por não ser marcado como discurso relatado, não há verbo introdutor nem marcas tipográficas; possui característica do discurso direto, porém sem nenhuma sinalização.
- **Modalização em Discurso Segundo (MDS):** é um discurso considerado como mais simples e mais discreto para o enunciador indicar que não é o responsável pelo enunciado; indica que está se apoiando em outro discurso.
- **Modalização Autonímica em Discurso Segundo (MA):** é um tipo de discurso em que o enunciador refere-se aos signos em si mesmos, ou seja, é o comentário do enunciador sobre sua própria fala. Pode apresentar-se com marcas tipográficas ou com as seguintes expressões: de uma certa forma, ou melhor, se eu posso dizer etc.
- **Formas Híbridas:** A forma híbrida por excelência é o DIL. Outra forma é o DD + que, ou seja, estrutura do DD com a presença do esquema do DI (por utilizar a conjunção).

Resumindo...

Há muitos pontos em comum entre os três teóricos. A diferença consiste na forma de apresentar as características dos tipos de discurso: Bakhtin, adotando um objeto específico, realiza os comentários focalizando a literatura, justificando sua afirmação de que o DIL não ocorre na conversação. Já Authier-Revuz faz os comentários, apresentando os elementos lingüísticos que caracterizam ou não cada tipo. Maingueneau adota os conceitos bakhtinianos, acrescentando os elementos lingüísticos (praticamente os mesmos fornecidos por Revuz) e complementa os dois outros tipos de discursos abordados por Authier-Revuz (MDS e MA), além de acrescentar as formas híbridas como mais uma possibilidade de discurso citado.

3.2.2 A reformulação

Todas as formas de apresentar o "discurso do outro" nos discursos pressupõem um processo de reformulação. Por ser de natureza dialógica, a reformulação também foi adotada, neste exame, como uma importante categoria de análise.

Para Maingueneau, reformulação é

A transformação de uma unidade discursiva de tamanho variável (da palavra ao texto) em outra, considerada semanticamente "equivalente" de uma maneira ou de outra. Essa operação assume contornos muito variados, segundo o nível no qual ela intervém, o tipo de discurso sobre o qual ela se estende e a natureza dessa transformação (Maingueneau: 1986/1998:121).

Authier-Revuz diz que reformulação é "relatar um outro ato de enunciação num modo que é o seu" (Authier-Revuz, 1998:142).

Na obra *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer* (1998), a autora dedica um capítulo para o fenômeno da reformulação no discurso científico. Embora distante do *corpus* desta pesquisa, cabe aqui refletir sobre alguns pontos que podem ser repensados em outros objetos:

- é mais uma das tantas formas de dialogismo;
- o discurso é marcado pela dupla determinação: fala-se *pelo* outro e *para* o outro (todo discurso assimila a imagem do seu destinatário);
- a "língua" (referindo-se aos cientistas) é estranha quando está fora dos limites da comunidade (o mesmo se pode dizer da "linguagem legal" que difere da

linguagem cotidiana, e mais, alguns termos do primeiro parecem "estrangeiros" para quem não é do meio jurídico);

- a transmissão de um discurso existente em função de um receptor específico dá-se por intermédio de uma *prática de reformulação* de um Discurso Fonte (D1) e um Discurso Segundo (D2);
- reconhece-se que, nessa passagem, há supressões, adições, substituições, apagamentos e/ou fragmentos do D1;
- a reformulação por discurso relatado é uma modalidade muito particular que estabelece no D2 a *menção* de D1 e a sua *enunciação*;
- a dupla estrutura enunciativa, constitutiva de toda reformulação, dá-se sob a forma de discurso relatado.

Vale a pena ressaltar a observação que Maingueneau faz da distinção que Peytard e Moirand propõem:

- reformulação: opera no interior de um mesmo meio - do oral ao oral, do escrito ao escrito;
- transcodificação: passaria de um meio a outro - do oral ao escrito e vice-versa.

É fato que a reformulação traz em si a transformação. No caso do *corpus* em exame, se se *re-formula* é porque se re-pensa, se re-estrutura um discurso primeiro (da mulher vítima de violência), submetendo-o à apreciação e interpretação de quem o recebe (escrivã) com a tarefa de transmiti-lo a um terceiro (juiz), este último exigindo um discurso outro: traduzido, adaptado.

3.3 As designações

Designação é a marca que indica o referente no enunciado. O estudo das designações se justifica, uma vez que no *corpus* em análise, as diferentes formas de designar o referente implicarão o sentido do discurso.

Segundo Maingueneau: "Les locuteurs d'une langue disposent en effet de divers moyens pour designer un référent, de divers *modes de donation* de ce référent" (Maingueneau, 1998:157).

As designações podem ser de vários tipos: nomes próprios, pronome, substantivos e "descrições definidas". Porém, "Cette diversité des types de désignation n'implique pas une

diversité équivalente des référents. On trouve en effet des désignations différentes qui réfèrent au même individu" (Maingueneau, 1998: 158).

Dentre os vários tipos apresentados por Maingueneau, chamam a atenção os nomes próprios e as "descrições definidas":

Chaque fois qu'on peut utiliser un *nom propre*, pour designer le même référent on pourrait aussi un *groupe nominal à article défini* (...) Le groupe nominal à article défini qui peut ainsi désigner un individu ou une pluralité d'individus est appelé *description définie*" (Maingueneau, 1998:159)

Particularmente, a "descrição definida" interessa porque tem como característica a generalização:

Utiliser une **description définie** (... "la victime", ...) , c'est contraindre le co-énonciateur à sélectionner un individu (au sens d' "être singulier" , pas nécessairement humain) ou un ensemble d'individus en le(s) caractérisant à l'aide une ou de plusieurs propriétés: dire "l'Antibois" ou "le ballon" c'est se servir des propriétés "être Antibois" ou "être ballon" pour exclure d'autres candidats à ces désignations" (Maingueneau, 1998:160).

Esses conceitos figurarão como categoria de análise. Verificarei no *corpus*, não somente quais as designações dadas ao "outro", como também que usos os sujeitos fizeram de uma "autodesignação".

Os tipos de designações (utilizados dentro de uma estrutura de discurso citado) refletem o enquadramento dos participantes da enunciação em grupos sociais definidos.

Cabe aqui uma observação quanto às designações "vítima", "autor" e "autoridade policial", específicas dos objetos em análise. De acordo com Maingueneau, vítima, autor e autoridade policial se enquadrariam na categoria das "descrições definidas", portanto, generalizadoras. Recorro a áreas do conhecimento jurídico para auxiliar nessa reflexão.

Os estudos sobre a "vítima" se acentuaram na década de 70, surgindo uma ciência denominada "Vitimologia" .

Baptista apresenta várias conceituações tanto para vítima quanto para a vitimologia no contexto do Direito. Dentre elas, vale destacar:

Com referência ao vocabulário "vítima", Éster Kosovski, esclarece que a 1ª visão é antropológica, como sacrifício humano aos deuses, para aplacar sua ira ou pedir benesses. De todo modo, penalmente, vítima é aquele que sofre a

ação ou omissão do autor do delito (sujeito ativo, agente) e é sinônimo de ofendido, lesado ou sujeito passivo (Baptista, 1997:29)

Segundo Edgar de Moura Bittencourt, o conceito de vítima tem vários sentidos: o sentido originário com que se designa a pessoa ou animal sacrificado à divindade; o geral, significando a pessoa que sofre os resultados infelizes dos próprios atos, dos de outrem ou do acaso; o jurídico geral, representando aquele que sofre diretamente a ofensa ou ameaça ao bem tutelado pelo Direito; o jurídico penal-restrito, designando o indivíduo que sofre diretamente as consequências da violação da norma penal, e, por fim, o sentido penal-amplo, que abrange o indivíduo e a comunidade que sofrem diretamente as consequências do crime (Baptista, 1997: 30)

A legislação penal admite o uso da palavra vítima e ofendido(a), indiferentemente, "tanto uma expressão como outra significam a mesma coisa" (Baptista, 1997:30). No entanto, a palavra "ofendido" era mais comum no Código Penal do Império e do Republicano.

Quanto à Vitimologia, em síntese, trata-se de um estudo ou de uma ciência sobre a vítima.

Sobre isso, destaco:

Orlando Soares conceitua Vitimologia no estudo sistematizado acerca da vítima do delito, estudo esse através do qual se procura estabelecer a relação entre a dupla - delinqüente e vítima, para que se evidencie a relevância do papel exercido pelo sujeito passivo do crime quanto à mecânica do evento (Baptista, 1997:28).

Guglielmo Gulotta define Vitimologia como sendo uma disciplina que tem por objeto o estudo da vítima, de sua personalidade, de suas características, de suas relações com o delinqüente e o do papel que assumiu na gênese do delito (Baptista, 1997: 26-27).

Entende-se que, na Vitimologia, a vítima pode ser um agente provocador do delito e não apenas um agente passivo que recebe a ação criminosa. É aquele que sofreu algum dano físico, mental e/ou econômico ou que teve algum direito lesado.

Em relação às designações identificadoras do agressor, se "autor" ou "acusado", a Lei dos Juizados Especiais Criminais determina que:

Denominações

Na fase preliminar, o sujeito da infração penal é chamado de "autor do fato" (Artigos 58 e 69); no processo sumaríssimo, de "acusado" (Artigos 68,78,81) (Jesus, 2000:76).

A designação de "autor" identificando o agressor da vítima (marido, companheiro, namorado etc) no momento da queixa, é uma exigência legal, portanto, a escrivã é obrigada a utilizá-lo no B.O. e no T.C. - fase preliminar do processo.

Quanto à autodesignação da escrivã - autoridade policial - é assim definida no âmbito Lei nº 9.099/95 (que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais):

Os servidores públicos são uma espécie do gênero "agentes públicos" (...) qualquer pessoa que desempenhe funções estatais será considerada agente público, compreendendo desde os Chefes do Poder Executivo até os particulares contratados ou convocados à prestação de serviço público. (...) O conceito de agente público: é toda pessoa física incumbida, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função pública. (Jesus, 2000: 32).

Os agentes públicos são enquadrados em grupos: "agentes políticos, servidores públicos e servidores particulares" (Jesus, 2000: 32, citando Mello). A escrivã se insere nesse segundo grupo:

Servidores Públicos, ou agentes administrativos, são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico da entidade à qual servem. (...) De acordo com a posição hierárquica que ocupam e as funções que lhes são cometidas, recebem a correspondente parcela de autoridade pública. Esta categoria compreende a imensa massa dos prestadores de serviços à Administração direta e indireta do Estado, subdividindo-se em *a*) servidores concursados (...) (Jesus, 2000: 33).

Acerca dos servidores públicos que desempenham função de policiamento, Jesus comenta:

(...) Sob o aspecto funcional, pode ser considerado autoridade qualquer agente público dotado de poder legal para submeter outrem a uma determinada situação, ainda que contra a sua vontade. A noção de autoridade, para o direito, está indissociavelmente ligada à de poder, i.e., a de ter aptidão para decidir e impor a sua decisão a outrem nos termos e limites da lei. No quadro dos agentes públicos podem ser considerados autoridades: (...) b) os servidores públicos, quando desempenham atividade que pressuponha poder administrativo (...). No caso específico dos agentes públicos policiais, que são servidores públicos, conforme já visto, todos são considerados autoridades, de maior ou menor poder, uma vez que este é o pressuposto necessário para o desempenho da função de policiamento. (Jesus, 2000: 35)

O autor, em concordância com a Lei nº 9.099/95, faz o seguinte comentário sobre a expressão "autoridade policial" :

O art. 69 da Lei n. 9.099, ao dispor que "a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários", busca agilizar o procedimento inquisitivo e, com isso, a prestação jurisdicional final. É inequívoco que o legislador, ao tratar do inquérito policial no Código de Processo, empregou a expressão "autoridade policial" para designar os agentes públicos com poderes administrativos para a presidência do inquérito, lavratura de auto de prisão em flagrante, requisições de exames periciais, audiência de testemunhas, interrogatório do indiciado, reconhecimento de pessoas e coisas etc (Jesus, 2000: 39).

A autodesignação de "autoridade policial" por parte da escrivã, assim como a utilização das expressões "vítima" e "autor", já mencionadas, ocorrem devido à exigência da linguagem legal, à coerção do gênero dessa esfera (DDM).

3.4 O contexto

O contexto, novamente, figura no cenário dos conceitos bakhtinianos. Especificamente sobre o universo com o qual estou trabalhando:

A pessoa que fala e sua palavra como objeto de reflexão e do discurso são tratados na esfera da ética e do direito, unicamente em razão do interesse especial destas esferas. A estes interesses especiais e a essas opções estão submetidos todos os processos de transmissão de elaboração e de enquadramento da palavra de outrem (Bakhtin, 1975/1998:149).

No contexto da DDM, o enquadramento que a escrivã faz da palavra da vítima, transformando o discurso, será um aspecto interessante de minha análise capturado por intermédio do estudo da reformulação. Também aqui, Bakhtin pode ser mencionado:

Indiscutivelmente, o sujeito falante e sua palavra representam um dos objetos mais importantes do discurso retórico (...). Na retórica judiciária, acusa ou defende o sujeito falante responsável, referindo-se às suas palavras interpreta-as, polemiza com elas, reconstitui com arte as palavras virtuais do acusado ou do cliente (esta livre invenção de palavras não ditas e às vezes de discursos inteiros, é um dos procedimentos mais utilizados pela retórica da Antigüidade: o acusado "teria podido dizer" ou "teria dito". O discurso retórico se esforça em antecipar as possíveis objeções, ele transmite e justapõe as declarações das testemunhas, etc (Bakhtin, 1975/1998: 151-152).

A rica discussão que Bakhtin faz sobre a palavra de autoridade e a palavra interiormente persuasiva vem agregar mais contribuições para a análise, uma vez que posso considerar que o discurso jurídico tem por natureza o caráter da autoridade e da persuasão:

O objetivo da assimilação da palavra de outrem adquire um sentido ainda mais profundo e mais importante no processo de formação ideológica do homem, no sentido exato do termo. Aqui, a palavra de outrem se apresenta não mais na qualidade de informações, indicações, regras, modelos, etc., - ela procura definir as próprias bases de nossa atitude ideológica em relação ao mundo e de nosso comportamento, ela surge aqui como a *palavra autoritária* [de autoridade] e como a *palavra interiormente persuasiva* (Bakhtin, 1975/1998:142).

Bakhtin apresenta as características das duas palavras, diferenciando-as. Interessa-me, para efeito deste estudo, o fato de que a primeira está vinculada à autoridade, a um passado hierárquico: "Ela ressoa numa alta esfera, e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática)" (Bakhtin, 1975/1998:144). E Bakhtin complementa:

O discurso autoritário [de autoridade] exige nosso reconhecimento incondicional, e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras. Também ela não permite qualquer jogo com o contexto que a enquadra, ou com seus limites, quaisquer comutações graduais ou móveis, variações livres e criativas e estilizantes. Ela entra em nossa consciência verbal como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirmá-la inteiro ou recusá-la na íntegra. Ela se incorpora indissolivelmente à autoridade - o poder político, a instituição, a personalidade - com ela permanece e com ela cai (Bakhtin, 1975/1998: 144).

Pode-se entender o motivo dos enunciados do *B.O.* e do *T.C.* serem tão rígidos, cristalizados, antigos.

A palavra interiormente persuasiva é determinante para o processo de transformação ideológica da consciência individual, segundo Bakhtin. Ela se diferencia da primeira por se entrelaçar "estritamente com a 'nossa palavra' " (Bakhtin, 1975/1998:146).

Para completar os comentários acerca do contexto, Bakhtin, com beleza poética, diz:

O papel do contexto que enquadra o discurso representado tem uma significação primordial para a criação de uma imagem da linguagem. O contexto que enquadra, lapida os contornos do discurso de outrem com o cinzel do escultor, e entalha uma imagem de língua no empirismo frusto da vida do discurso; ele confunde e alia a aspiração interior da linguagem de outrem às suas definições exteriores e objetivadas. O discurso do autor representa e enquadra o discurso de

outrem, cria uma perspectiva para ele, distribui suas sombras e suas luzes, cria uma situação e todas as condições para uma ressonância, enfim, penetra nele de dentro, introduz nele seus acentos e suas expressões, cria para ele um fundo dialógico (Bakhtin, 1975/1998:156).

3.5 Análise da Conversação

Tomo por base teórica, também, a Análise da Conversação para dar conta de particularidades do *corpus* oral, por meio de conceitos estabelecidos por essa vertente da análise da linguagem. As teorias - bakhtiniana e da Análise da Conversação - de forma alguma são excludentes, mas podem se complementar.

Muitos estudiosos têm tratado da Análise da Conversação. Brait, retomando Preti, afirma que a Análise da Conversação é a

Perspectiva que procura "descrever o comportamento verbal dos interlocutores durante a interação, visando a compreender como se processa a organização do ato conversacional" (Brait, 1993:193).

Partindo desse interesse, estudo o contexto conversacional, o tópico discursivo, o turno conversacional e os marcadores conversacionais. O processo interacional que poderia se enquadrar como mais uma categoria não será tratado em separado, por eu entender que todas as outras categorias estão inseridas nele.

Por processo interacional, considero que:

É um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. É um fenômeno sociocultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas (Brait, 1993:194).

Rodrigues faz as seguintes considerações a respeito do contexto conversacional:

A conversação é um evento de fala especial: corresponde a uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção para uma tarefa comum, que é a de trocar idéias sobre um determinado assunto (Rodrigues, 1993: 18)

e

(...) Na situação de diálogo, os interlocutores alternam seus papéis de falante e ouvinte, e dessa atividade (...) resulta o texto conversacional, elaborado numa determinada situação de comunicação. Dizemos, então, que todo evento de fala acontece num contexto situacional específico, aqui entendido como o

ambiente extralingüístico: a situação imediata, o momento e as circunstâncias em que tal evento acontece, envolvendo, inclusive, os próprios participantes com suas características individuais e possíveis laços que os unam (Rodrigues, 1993:18).

Entendo que o contexto conversacional é a atmosfera onde se desenvolve a interação.

A alternância de falas - ou de enunciados - é marcada pelos turnos:

A idéia de turno - de acordo com o senso comum - está ligada às várias situações em que os membros de um grupo se alternam ou se sucedem na consecução de um objetivo comum ou numa disputa (...). Em todas essas situações, cada participante dispõe, para a consecução de sua tarefa, de um período de tempo (fixo ou não), o qual vem a constituir um turno. (...), na conversação também ocorre alternância na consecução do objetivo comum: os participantes do diálogo revezam-se nos papéis de falante e ouvinte. Nesse sentido, pode-se caracterizar a conversação como uma série de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos interlocutores (participantes do diálogo), de qualquer extensão (Galembek, 1993:60).

Para Bakhtin:

As fronteiras do enunciado concreto (...) são determinadas pela *alternância dos sujeitos falantes* (...). É no diálogo real que esta alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente; os enunciados dos interlocutores (parceiros do diálogo), a que chamamos de réplicas (...) possui um acabamento específico que expressa a *posição do locutor* (...), uma *posição responsiva* (...) (Bakhtin, 1979/1997:293-294).

Galembek acrescenta que o turno pode ser aquele que tem "valor referencial ou informativo" (Galembek, 1993: 60), ou seja, aquele que trata do desenvolvimento do tópico discursivo, (turnos 1, 2, 3, 4, 5 etc) como aquele sem valor referencial, mas significativo para a organização textual e seqüências conversacionais e que podem aparecer sob a forma de expressões como: Ahn, hum, hamham etc.

Em relação ao tópico discursivo, recorro à contribuição de Fávero, cujo comentário retoma o conceito proposto por Brown e Yele:

Tomado no sentido geral de assunto, o tópico pode ser entendido como "aquilo acerca do que se está falando". Ele é antes de tudo uma questão de conteúdo, estando na dependência de um processo **colaborativo** que envolve os participantes do ato interacional. O sentido é construído durante essa interação e está assentado numa série de fatores contextuais como: conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, circunstâncias em que ocorre a conversação, pressuposições, etc (...) Com o auxílio do contexto, consegue-se estabelecer a coerência do texto (...) (Fávero, 1993:38-39).

No caso dos depoimentos orais pesquisados da DDM, o tópico discursivo centraliza-se na violência intrafamiliar.

Como pode-se perceber até aqui, os conceitos se vinculam num todo do processo interacional, caracterizando-o.

Um outro elemento importante são os marcadores conversacionais:

Elementos de variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para sua boa e cabal compreensão (Urbano, 1993:81).

como são específicos da fala, observa-se grande incidência deles. Urbano, retomando Marcuschi, afirma:

Esses elementos, típicos da fala, são de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomacidade e significação discursivo-interacional. Mas não integram propriamente o conteúdo cognitivo do texto. Nesse sentido, funcionam como articuladores não só das unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático. Em outras palavras, são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal. Por marcarem sempre alguma função interacional na conversação, são denominados marcadores conversacionais (Urbano, 1993:85).

Embora haja uma grande variedade dos tipos de marcadores, Urbano propõe classificá-los em lingüísticos e não lingüísticos e acrescenta que os lingüísticos podem ser verbais lexicalizados (sabe? eu acho que) ou não lexicalizados (ahn, eh), e prosódicos (pausa, entonação, alongamento etc). Os não lingüísticos referem-se à gesticulação, expressão facial etc. Esses elementos, normalmente, são "vazios ou esvaziados de conteúdo semântico" (Urbano, 1993: 87) , mas revelam, por exemplo, a atenção do interlocutor, hesitação, constrangimento, impaciência e, mesmo, mantêm a sequência conversacional. Um outro aspecto relevante é o fato de que os marcadores também contribuem para a verificação daquilo que não é dito, mas que está presente no discurso. Evidente que a questão do implícito permeia todo o processo interacional, não sendo condição exclusiva dos marcadores.

Vale a pena mencionar o papel importante da entonação - não só na perspectiva da Análise de Conversação, mas ouvindo o que Bakhtin diz:

Significado da exclamação emocional que assinala os valores na vida verbal dos povos. Há que observar que a expressão emocional dos valores pode não ter um caráter explicitamente verbal e pode estar implícita, manifestar-se pela *entonação*. As entonações mais substanciais e mais estáveis constituem um fundo entonacional determinado por um grupo social (uma nação, uma classe social, uma classe profissional, um meio, etc). Em certa medida, pode-se falar apenas por entonações, tornando quase indiferente, relativa e intercambiável, a parte do discurso verbalmente expressa. É freqüente o emprego de palavras inúteis em sua significação verbal, ou então a repetição de uma única e mesma palavra, de uma única e mesma frase, que então servem de suporte material para a entonação desejada (Bakhtin, 1979/1997: 409-410)

A Análise da Conversação dispõe de muitas outras categorias, como os procedimentos de reformulação: reparação, correção e paráfrase, os quais muitas vezes ocorrem sob a forma de interrupções.

A reparação é entendida "como a correção de uma infração conversacional: os interlocutores cometem 'erros' no sistema de tomada de turnos, violam as regras da conversação e essas falhas e desobediências são reparadas" (Barros, 1993: 139). De acordo com a explicação de Barros, já a correção refere-se ao conserto do erro em si, com a intenção de "assegurar a intercompreensão no diálogo" (Barros, 1993: 143), não se refere a um ato de reformulação das regras conversacionais.

De uma forma simples e direta, Hilgert explica: a paráfrase é a retomada, com outras palavras, de um enunciado anterior. Para a Análise do Discurso,

A parafraseagem aparece como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a 'mesma coisa' para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva. (Maingueneau, 1987/1997:96).

As interrupções, típicas da fala, são entendidas por Souza e Silva e Crescitelli como o fenômeno caracterizado pela interrupção (por meio de um corte lexical ou sintático) de um enunciado e que pode ser com retomada ou sem retomada.

As ocorrências de interrupções, reformulações ocorrem na fala de forma simultânea e explicitadas através de marcadores, ou seja, quero mostrar que é inviável a tentativa de analisar as categorias de forma estanque, pois à medida que abordo o turno conversacional, estarei tratando da sua construção. Houve interrupções? Com retomada? O tópico discursivo ficou comprometido? Quais os marcadores utilizados? O que essas ocorrências apontaram para a leitura do processo interacional?

IV - AS VOZES DA DELEGACIA DA MULHER

*"Existe alguém em nós,
em muitos dentre nós*

*...
existe alguém aqui fundo
no fundo de você, de mim
que grita para quem
quiser ouvir"*

(Caetano Veloso "A Luz de Tieta").

4.1 Situação de trabalho da DDM pesquisada

A delegacia pesquisada funciona em uma casa emprestada da prefeitura, fato que gera interferências constantes de funcionários municipais na Instituição. Foi inaugurada em 1990.

Sobrado antigo: com jardim na entrada antecedendo a sala de espera. Nesta sala, há cartazes alusivos aos direitos das mulheres, retratos falados de fugitivos e procurados pela polícia, bancos antigos e um bebedouro. Para retirar senha, as mulheres precisam subir uma escada, a qual dá para uma outra sala onde está a mesa em que ficam as senhas.

Essa sala - de recepção - também é utilizada para a coleta dos depoimentos. Ao lado esquerdo, aos fundos de quem adentra a sala de recepção, paralela às escadas, fica a sala da delegada. Do lado esquerdo ainda há uma grande mesa com muitos vasos de violeta, seguida de um banco encostados na parede - entrecortada pela janela. Ao final da parede, à esquerda, há o acesso para a copa. À frente de quem adentra a sala de recepção, há as bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo em mastros. À direita, há duas salas: "Investigação" e "Cartório Central". No interior delas, há separações por divisórias de compensado - essas minissalas são utilizadas para a coleta dos depoimentos - de modo que não há como manter discrição, pois os depoimentos, quase sempre, acontecem simultaneamente.

As paredes possuem uma pintura desgastada pelo tempo. O chão é de taco e os móveis antigos.

O procedimento burocrático se faz da seguinte maneira:

- atende-se a mulher em uma recepção, fornecendo-lhe uma senha¹⁸;

¹⁸ Esse procedimento foi estabelecido porque, antes dele, havia invasão das mulheres nas salas das funcionárias na ânsia de serem atendidas. Informação obtida pela Escrivã de Polícia.

- convoca-se a mulher e a mesma é encaminhada à sala de depoimentos para contar o que motivou sua ida à Delegacia. Nesse momento, a escrivã anota as informações na folha de "resumo" - um rascunho (Anexo14) ;

- nos casos de agressão física, orienta-se a mulher a realizar exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal ou no Hospital Municipal, procurar advogado¹⁹ e apresentar testemunhas (nome e endereço). Agenda-se data e horário para retorno, ocasião em que se lavrará o Boletim de Ocorrência.²⁰ A escrivã elabora intimações para o agressor e para as testemunhas (se houver), enviando-as por intermédio da vítima ou na impossibilidade desta entregar, as intimações seguem pelo correio;

- se não houve agressão física, é um caso de ameaça, lavra-se o *B.O.* ²¹ na hora: a escrivã solicita os dados pessoais da mulher e do ameaçador (no caso de autoria conhecida) e datilografa as informações. Ao término, solicita-se à mulher que leia e assine o documento. Em seguida, leva-se o *B.O.* para a delegada assiná-lo;

- quando o atendimento é agendado, não é necessário retirar senha. No horário marcado, a escrivã convoca a mulher; solicita-se o resultado do exame de corpo de delito e, com base no resumo, a escrivã confirma as informações;²² certifica-se da presença das testemunhas e do acusado;

- se a mulher não quiser dar prosseguimento ao processo, registra-se a ocorrência mesmo assim no *B.O.* e no *T.C.* , sendo que neste último menciona-se que a vítima não quer abrir processo criminal. Nesse caso, as testemunhas nem são ouvidas;

- prosseguindo-se o processo, os envolvidos e as testemunhas são ouvidos, registrando-se os depoimentos;

- todos os processos são encaminhados ao fórum, independentemente da decisão de seguir com a acusação ou não; fornece-se uma cópia para a mulher e as outras são arquivadas em pastas "A-Z" por ordem numérica decrescente.

¹⁹ Informam-se os locais onde essa prestação de serviço é feita gratuitamente.

²⁰ Isso é necessário porque se registrar o *B.O.* havendo uma lesão corporal "aparente" (sem laudo médico comprovando), o processo fica em aberto, dependendo da mulher, para dar desfecho, continuar com o processo ou desistir dele formalmente. Como as vítimas desistem da queixa, sem formalizá-la, esse ato gera um problema jurídico para elas mesmas e outro administrativo para as delegacias, o que foi contornado com adoção desse procedimento de agendamento.

²¹ *B.O.* e *T.C.* são datilografados em máquinas de escrever manuais, com carbono entre as vias. Uma cópia fica com a mulher, outra é remetida ao Ministério Público e as demais são arquivadas na DDM. Uma reportagem da Revista *Veja* de 7/2/01 informa que os boletins de ocorrência, na maioria dos casos, são ainda feitos em máquina de escrever e cita o estado de Pernambuco que, de 240 delegacias, somente 65 são informatizadas. (Dados referentes a distritos convencionais).

²² O segundo atendimento nem sempre é feito pela mesma escrivã do primeiro atendimento.

Vale ressaltar que o comparecimento da mulher à DDM "traduz vontade de que o autor do fato venha a ser criminalmente processado" (Jesus, 2000: 31). Entretanto, para a Lei, "não significa representação na ação penal pública condicionada nem requerimento na ação exclusivamente privada" (Jesus, 2000: 31). Ou seja, a autoridade policial não pode obrigar a depoente a comparecer diante do Juiz, deve consultá-la sobre sua intenção de "exercer o direito de queixa ou representação" (Jesus, 2000: 31). Essa informação vai elucidada no Termo Circunstanciado.

Uma vez formalizada a queixa, o processo não pode ser arquivado na DDM, precisa de um encaminhamento por parte da vítima: retirar a queixa ou prosseguir com o processo.

Delegada e escrivãs afirmam que o dia de maior movimento ocorre às segundas-feiras, quando o tempo está bom. Há poucos atendimentos em dias chuvosos ou frios. Comentam que as agressões são, normalmente, reflexos de problemas sexuais entre os casais, vinculados a tabus religiosos. As mulheres, em sua maioria, retiram a queixa, antes mesmo de se instaurar inquérito policial.²³

4.2 Contexto e processo interacional

4.2.1 Descrição dos depoimentos

O primeiro depoimento (Anexo 7) foi também a primeira interação gravada na DDM, em 27 de setembro de 1999, pela manhã. Com a duração de 48 minutos, foi coletado na sala de recepção.

Trata-se do caso de "M": agredida pelo marido, um agente penitenciário, ela estava retornando em horário agendado, munida com os resultados do exame de corpo de delito, para registrar oficialmente a ocorrência em B.O.e T.C. e retirar a queixa.

"C", uma investigadora de polícia, assumiu o papel de escrivã e fez o atendimento. Tornou-se o principal contato da pesquisadora²⁴ na DDM. Com ela, obtiveram-se informações sobre o funcionamento daquela unidade, as maiores incidências de ocorrência, os problemas comuns que motivam a violência contra a mulher etc.

²³ Dos 849 inquéritos pesquisados em duas DDM em São Paulo, 70% dos processos são arquivados, conforme reportagem da *Folha de S. Paulo* de 22/11/99.

²⁴ A designação "pesquisadora" é atribuída, neste item, em referência ao papel que assumi nas interações na DDM. Assim, a "pesquisadora" naquele momento de enunciação é uma das integrantes do processo interacional.

O depoimento de "M" foi marcado por muitas interrupções em função, principalmente do local onde foi coletado.

O segundo depoimento (Anexo 10) refere-se à quinta interação gravada no dia 27 de setembro de 1999.

"L" apanhou do marido porque se atrasou na hora costumeira de chegar em casa do trabalho. "B", escrivã de polícia, fez o atendimento em 52 minutos, na sala de depoimentos. Também era um atendimento agendado. "L" optou por dar prosseguimento ao processo.

O terceiro depoimento (Anexo13) foi a oitava interação acompanhada na DDM. A gravação ocorreu em 30 de setembro de 1999.

"S", casada há 27 anos com "A", sofreu ameaça de morte do marido. Ele não quer que ela trabalhe fora e não admite o pedido de separação da mulher.

Fizeram parte do depoimento a testemunha "M", favorável a "S", e o marido "A". Os depoimentos foram registrados pela escrivã "R".

"R" mostrou-se incomodada com a gravação, questionando a Pesquisadora sobre a necessidade e a finalidade do procedimento.

O quarto e último depoimento (Anexo 17) foi a décima interação gravada, de um total de quinze. Ocorreu em 4 de outubro de 1999.

"R", menor, foi agredida pelo pai ao tentar defender a mãe "I" de mais uma violência.

Esse atendimento foi agendado para que "R" providenciasse o exame de corpo de delito (Anexo 20).

"I" e "R" retiraram a queixa contra o agressor.

O depoimento de "I" foi caracterizado pela dificuldade em entender e responder às perguntas da escrivã. Inicialmente houve uma confusão em relação à identificação do agressor: a escrivã perguntou o nome do pai do agressor, e a vítima entendeu que se referia ao nome do seu filho. A confusão só foi esclarecida no turno 54.

O atendimento realizou-se na sala de depoimentos e somente a mãe da vítima foi ouvida.

"P" registrou o B.O. e "R" registrou o T.C. A escrivã "R" solicitou à pesquisadora que não gravasse a segunda parte do depoimento, justificando que não haveria indagações para as vítimas, que ela iria somente datilografar o T.C., assim, a gravação se limitaria ao barulho da máquina de escrever. A gravação foi interrompida por aproximadamente 40 minutos.

4.2.2 Uma estranha no ninho

A pesquisadora integrou as interações, constituindo-se em um elemento "estranho", perturbador da dinâmica natural das relações sociais estabelecidas na DDM entre vítima e escritã. Aliás, nos primeiros contatos estabelecidos com a Unidade, a delegada havia alertado que seria um problema...

Além da presença física que, por si só, inibiria escritãs e vítimas, havia o gravador. As interações perderam o caráter de espontaneidade (vale considerar que a "espontaneidade" refere-se àquilo que é comum, rotineiro: escritã e vítima em interação. O termo não se refere à condição de diálogo, pois não se trata de uma conversa espontânea).

Não é possível apontar quais as ações comportamentais ou os procedimentos de trabalho que foram adaptados em função dessa interferência.

No entanto, alguns desvios ocorreram especificamente em função dessa presença. A escritã "C", por exemplo, chama a pesquisadora a participar ativamente da interação, autorizando-a a indagar a vítima, ou seja, a desempenhar o papel de interrogadora também, de "co-escritã" (?). Por outro lado, se a pesquisadora aceitasse esse papel, a vítima ficaria exposta diante de duas pessoas interrogando-lhe, o que fugiria à normalidade da situação. A tarefa de interrogar a vítima poderia ser compartilhada com a pesquisadora e isso não alteraria ou prejudicaria o trabalho em si (infiro que se houvesse uma norma que contemplasse a proibição de terceiros interferindo nos depoimentos, as escritãs não teriam aberto essa possibilidade).

Outro fator preponderante: a escritã recebeu ordem da delegada para deixar a pesquisadora gravar os depoimentos, portanto, a interferência, naquelas enunciações, era mais uma coerção da atividade de trabalho imposta àquelas funcionárias.

As ocorrências a seguir demonstram situações em que a presença da pesquisadora motivou atitudes das escritãs, inclusive alterando o procedimento de trabalho:

Dep.1, turno 10

10. Escritã C. - o RG da senhora taí?... ((preparando a máquina de escrever, dirige-se à pesquisadora)) se você quiser fazer umas perguntas:: qualquer coisa...
((pesquisadora acena com a cabeça e com o dedo em sinal negativo))

Dep 2, turnos 29-35

29. Escritã B. - que vai ficar na delegacia e fica no fórum nós vamos ... - ((dirigindo-se à pesquisadora)) viu ... qual o teu nome?
30. Pesquisadora - Rosi

31. Escrivã B. - o Rosi não sei se você acha se se te interessa gravar tudo ... porque demora um pouco e tal ... [tem um monte de/
 32. Pesquisadora - [não aí na hora que estiver fazendo datilografando a parte do termo.. aí eu paro a gravação...
 33. Escrivã B. - [aí eu retomo
 34. Pesquisadora - tá
 35. Escrivã B. - é porque aí ()

Dep.3, turnos 44-45; 60-64

44. Escrivã R. - ((dirigindo-se à pesquisadora)) se você quiser comentar alguma coisa [se você achar
 45. Pesquisadora - [não não obrigada
 59. Escrivã R. - você quer deixar desligado? ... aí a hora [que a pessoa chegar
 60. Vítima S. - [é aí tem a fita né fia
 61. Escrivã R. - é ... porque tem mais dois
 62. Vítima S. - é tem mais dois ainda
 63. Pesquisadora - não tem problema ... eu tenho fita aqui
 64. Escrivã R. - é

Houve situações em que a escrivã demonstrou-se incomodada com a pesquisadora e com o gravador:

Dep.3, turnos 1-5; 59-72

1. Escrivã R. ((dirigindo-se à Pesquisadora)) - desliga um pouquinho seu gravador
 2. Pesquisadora - ()
 3. Escrivã R. - não só pra eu te falar uma coisa
 ((o gravador é desligado))
 ((vozes no ambiente, som de rádio))
 4. Escrivã R. - (sei lá) se você quiser deixar desligado na hora que eu perguntar e liga pra não ficar ()
 5. Pesquisadora - não não pode deixar tudo bem (deixa ligado mesmo tudo bem)
 59. Escrivã R. - você quer deixar desligado? ... aí a hora [que a pessoa chegar
 60. Vítima S. - [é aí tem a fita né fia
 61. Escrivã R. - é ... porque tem mais dois
 62. Vítima S. - é tem mais dois ainda
 63. Pesquisadora - não tem problema ... eu tenho fita aqui
 64. Escrivã R. - é
 65. Pesquisadora - pode deixar
 66. Escrivã R. - tem que apresentar tudo (o que você fez?)
 67. Pesquisadora - oi?
 68. Escrivã R. - você tem que apresentar que (foi feito)?
 69. Pesquisadora - não eu não apresento isso aqui eu só comento ... depois eu só vou [()
 70. Escrivã R. - [então desliga ... você fica
 gastando sua fita à toa
 71. Vítima S. - é
 72. Escrivã R. - porque aqui é só barulho de máquina ((barulho da máquina por 20seg))

No Depoimento 4 (Anexo17), a mesma escrivã do Dep.3 solicita que o gravador seja desligado enquanto ela datilografa o T.C. A pesquisadora desliga o aparelho. "R" não proíbe a

gravação, até porque havia recebido ordens da delegada para viabilizá-la, mas talvez o fizesse se isso não fosse caracterizar uma desobediência a uma superiora:

Dep.4, entre os turnos 139 e 140:

139. Escrivã P. - isso ... o documento fica depois ela te devolve

((A Escrivã R. pediu para deixar o gravador desligado porque só iria datilografar o termo, não iria ouvir as vítimas. O gravador só foi ligado no final da elaboração do termo, quando se estabeleceu diálogo. Essa segunda parte teve a duração aproximada de 40min e contou com a participação da Vítima R.))

140. Escrivã R. - a senhora vai assinar pra mim aqui ((vozes de outro depoimento, após 30seg continuou o diálogo)) aqui também porque sua filha é menor

Em outros momentos, a escrivã estabelece cumplicidade com a pesquisadora. Isso fica mais visível na primeira parte do Depoimento 4. Essa interação inicia-se meio confusa. Diversas vezes a escrivã "P" perde a paciência com a vítima "I", a qual apresenta dificuldades em entender os questionamentos, não responde às perguntas ou responde em tom de voz baixa ou não sabe as respostas. "I" é semi-alfabetizada e demonstra muita simplicidade. Durante a interação, "P" olha para a pesquisadora explicitando sua indignação, impaciência, buscando sustentação para os seus sentimentos.

Nas seqüências 69-82, "P" verbaliza para a pesquisadora sua irritação com aquele atendimento, em tom de desabafo:

Dep.4, turnos 69-82:

69. Escrivã P. - da mãe?

70. Vítima I. - da mãe ... é::: ((diz um nome))

71. Escrivã P. - como?

72. Vítima I. - ((repete o nome))

73. Escrivã P. - ((repete o nome, confirmando)) do que?

74. Vítima I. - é::: agora o nome dela::: ah não tá aqui não né .. tá no meu registro ali ... no registro tá qual é o nome dela completo (lá na minha bolsa de) documento tá

75. Escrivã P. - que registro?

76. Vítima I. - ... no documento di casado ... tá ... quer que eu pegue lá embaixo?

77. Escrivã P. pega lá pra mim

((vozes de outros depoimentos))

78. Escrivã P. ((dirigindo-se à Pesquisadora)) (to ficando maluca)

79. Pesquisadora - ()

80. Escrivã P. - tá vendo como complicou ((risos)) casado com o cara há dezoito anos e não sabe o nome do sogro sabe que eu já peguei caso aqui que a mulher é casada com o cara e não sabe o nome do cara

81. Pesquisadora - o nome dele ela não sabia?

82. Escrivã P. - é ... eu chamo ele de Dedé ... mas o nome? num sei ((alterou a voz ao representar a fala da mulher que não sabia o nome do marido))

Para as vítimas, a pesquisadora parecia representar um apoio naquela situação de denúncia que, pela própria natureza, era e é constrangedora. Em todas as interações, as

vítimas buscavam respaldo naquela estranha, uma aliada(?). Dirigiam a ela reclamações, mantinham comentários sobre o funcionamento da DDM ou simplesmente falavam: era mais uma a ouvi-las...

Não se pode esquecer que a vítima exercia um poder sobre a pesquisadora à medida que autorizava ou não a gravação. Ao autorizá-la, estabelece-se uma outra relação entre diferentes esferas sociais: a cotidiana e a científica, além daquela primeira constitutiva da atividade (cotidiana e legal). Cria-se mais uma forma da voz dessa mulher sair do silêncio, e mais, sair dos limites da DDM. Ao participar da pesquisa, essa mulher sabe que sua "voz" (sua queixa, seu drama generalizado enquanto um problema da violência doméstica) comporá outros discursos (no caso, o científico). A pesquisadora precisava dessa mulher para efetivar seu objetivo e se torna dependente dela: a qualquer momento, a vítima poderia solicitar a interrupção da gravação. O encontro dessas segundas esferas (cotidiana e científica) origina uma parceria entre vítima e pesquisadora. Nas enunciações, as vítimas explicitam essa cumplicidade:

Dep.1, turnos 83-86; 121-122; 170-173

83. Vítima M. ((dirigindo-se à pesquisadora)) - acho que ela não vai chamar... a moça vai ter que subir...

84. Pesquisadora - oi?

85. Vítima M. - acho que agora aquela moça vai ter que subir porque ela num tá chamando

86. Pesquisadora - é...

((vozes))

((a escritã volta e chega uma mulher))

120. Escritã C. - ((entregando o B.O. para a vítima)) ce dá uma lida... e assina pra mim aqui embaixo.

121. Vítima M. ((inicia uma leitura silenciosa / sussurrada e dirige-se à pesquisadora)) cê quer queuleio alto pra você gravar?

122. Pesquisadora - hum...hum ((acenando positivamente))

170. Vítima M. - ((dirigindo-se à pesquisadora)) como é seu nome?

171. Pesquisadora - Rosi

172. Vítima M. - Rosi?

173. Pesquisadora: isso

Dep.3, turnos 50-55; 73-75

50. Vítima S. - agora esse ... a faca ta aqui ó ele colocou assim ó ficou mais de minuto ... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que sai a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido sabe ... que ele falou que não vou preso ... ele falou eu::: não vou preso aí ... o problema dele ... fia... sabe o que é é::: ter que dividir a casa ... eu falei eu não tô aqui por causa da casa ... eu deixo tudo ... eu só quero ficar com as minhas filhas ... só isso ... cê entende fia? Ele pode ficar c'a casa ... com o que ele quiser ... eu não quero nada eu só quero viver c'as minhas filhas sabe ... só isso ((10seg de barulho de máquina)) de desde que e casE::i nun::ca fui na casa da minha mãe sozinha nunca fui em lugar nenhum sozinho é quando ele quer só ... entende ... sempre fui assim muito presa muito presa ... presa presa né ... e eu não sei ... acho que é o gênio né:: é italiano né é um gênio::: ele é forte vIU fia ((dirigindo-se à pesquisadora)) você é?

51. Pesquisadora - (como?)

52. Vítima S. - você é?

53. Pesquisadora - o quê?

54. Vítima S. - italiana?

55. Pesquisadora - não não sou

73. Vítima S. - as duas né? ((barulho de máquina. Depois de 15seg)) o tempo vai (mudando) tem que levá tanta brusa viu ... eu trabalho lá na Brigadeiro na Paulista ... ce conhece? ((dirigindo-se à Pesquisadora))

74. Pesquisadora - conheço

75. Vítima S. - eu trabalho lá

No ritual de atendimento, quem faz as perguntas e questiona é a escritvã. O máximo que a vítima faz é tirar dúvidas, não faz parte do estilo da atividade a vítima questionar a escritvã. No entanto, no depoimento 1, a vítima reagiu ao que foi escrito pela escritvã. Esse questionamento de "M" ocorreu depois que ela leu o B.O. em voz alta para que a pesquisadora pudesse gravar (turnos 121, 122). Não é possível afirmar, mas se a leitura tivesse sido silenciosa (como acontece normalmente nos depoimentos), "M" talvez não questionasse a escritvã. A leitura em voz alta para outra pessoa gravar e, exclusivamente para isso que foi feita em voz alta, pode ter-lhe proporcionado uma análise mais cuidadosa do escrito e evidenciado o seu desconforto com a situação de violência e com aquele depoimento. A mudança de procedimento por parte da vítima - ler em voz alta - ocorreu porque a pesquisadora estava participando daquela interação.

Após esse evento, o tom de voz da escritvã, outrora inquisidor, tornou-se mais cuidadoso. A vítima havia, de certa forma, enfrentado a autoridade policial e, apesar do discurso autorizado desta, recorrendo ao Código Penal para justificar a classificação "leve" para a lesão sofrida por "M", a vítima não se convenceu da explicação dada pela escritvã, mas também não continuou a questioná-la. "M" assinou o B.O.

Da mesma forma, não é possível avaliar por que o tom de voz de "C" se modificou: talvez para não gerar novos questionamentos ou para resgatar sua imagem de autoridade diante da vítima e da pesquisadora. É possível supor: se a pesquisadora não estivesse lá, "M" não teria se encorajado a questionar a escritvã!

Dep. 1, turnos 120-136

120. Escritvã C. - ((entregando o B.O. para a vítima)) ce dá uma lida... e assina pra mim aqui embaixo.

121. Vítima M. ((inicia uma leitura silenciosa / sussurrada e dirige-se à pesquisadora)) cê quer queuleio alto pra você gravar?

122. Pesquisadora - hum...hum ((acenando positivamente))

123. Vítima M. - "comparece a ofendida neste distrito policial informando que envive...convive maritalmen...maritalmente com o ofensor na cerca de dezessete anos e possui dessa união duas filhos... vítima informa que seu marido fez uso de bebidas:: ... etí-licas... tornando-se muito agressivo quando óbrio...ébrio que na data dos fatos por motivos a serem devidamente apurado no termo circunstanciado... ofensor agrediu-a fisicamente causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve além de ameaçá-la de morti." ((após a leitura, a vítima assina o B.O.))

124. Vítima M. - todas as vias?
 125. Escrivã C. - isso... assina todas ((barulho de máquina de escrever))
 126. Escrivã C. - deixa eu pegar um pouquinho ((barulho de máquina de escrever))
 127. Vítima M. - foi leve porque não viu
 128. Escrivã C. - ahn?
 129. Vítima M. - porque cê não viu o meu olho como tava no dia que eu amanheci
 130. Escrivã C. - não..ave...ahn...ahn...ahn grA::ve se caracteriza quando você per::de a visão::: ah você fica afastada do serviço por mais de trinta dias::
 131. Vítima M. - ahn
 132. Escrivã C. - entende::u?
 133. Vítima M. - ah tá
 134. Escrivã C. - por isso que caract/ ahn não é uma questão que está leve porque sofreu uma agressão... é::... isto tá:: no código... é quando a pesso::a ... hum... fica debilitada de algum modo... entendeu... aí é considerado como grave
 135. INI SENHA DOIS ((outra escrivã chamando outra mulher))
 ((barulho de máquina de escrever))
 136. Vítima M. - () psicologicamente é gravíssimo ((risos))
 ((escrivã começa a datilografar o termo circunstanciado, vozes de outros depoimentos, telefone toca, barulho de carros na rua))

4.2.3 A produção dos discursos

Todos os depoimentos retomavam um diálogo iniciado no primeiro contato, na ocasião da agressão.

Na primeira ida da mulher à DDM, a escrivã avalia o caso e anota as informações numa folha chamada "resumo" (Anexo 14). Constatada a agressão física, esta precisa ser comprovada via laudo médico. A vítima é orientada a providenciar o exame, enquanto isso, o processo não existe formalmente. À medida que a mulher se reapresenta com o laudo médico - no atendimento agendado - inicia-se o rito processual, com registro de B.O. e lavratura do T.C.

Em função do histórico anotado no resumo/rascunho, a escrivã que irá fazer o segundo atendimento (nem sempre é a mesma que fez o primeiro) e colher formalmente os depoimentos da vítima, da testemunha (se houver) e do autor (se comparecer), continua o diálogo do primeiro contato. É como se não houvesse sido suspensa: a conversa é retomada e continua do mesmo ponto. É como se a interrupção fosse, apenas, de alguns segundos. Para quem desconhece o rito, o depoimento parece ter-se iniciado na metade, como se estivesse faltando uma parte ... (e de fato está! Não há registros do primeiro depoimento, a não ser o resumo).

As interações dispensam apresentações, introduções, entra-se no tópico discursivo diretamente:

Dep.1, turnos 3-4

1. Escrivã C. - sem testemunha... registra pra fica arquivado
2. INI. - ahn... tá legal
- ((vozes))
3. Escrivã C. - ce trouxe o laudo ou não?
4. Vítima M.. - trouxe
5. Escrivã C. - tá
- ((vozes))
6. Vítima M. - tem o raio x ... precisa?
7. Escrivã C. - não... só::o laudo... só
8. Vítima M. - ahn
9. Escrivã C. pode sentar aí que eu já vou pegar máquina pra fazer o B.O

Dep.2, turnos 7-8

1. Vítima L.- ((dirigindo-se à Pesquisadora)) ahn... o RG não sei de cor
2. Pesquisadora - não tem problema... é só assinar
3. Vítima L. - não tem problema?
4. Pesquisadora - não precisa
- ((barulho no ambiente))
5. Vítima B. - () eu mudei () não faz mal?
6. Pesquisadora - obrigada
7. Escrivã B. você::: ... ele/ você entregou ... ele recebeu a intimação?
8. Vítima L. - entreguei ... inclusive hoje ele saiu de casa ... eu achei que ele vinha né
9. Escrivã B. - hum... hum.. você::: pretende::: você (sabe se realmente vai) representar contra ele?
10. Vítima L. - ah ... eu acho que sim né ((tonalidade baixa))

Dep.3, turnos 6-7

1. Escrivã R. ((dirigindo-se à Pesquisadora)) - desliga um pouquinho seu gravador
2. Pesquisadora - ()
3. Escrivã R. - não só pra eu te falar uma coisa
- ((o gravador é desligado))
- ((vozes no ambiente, som de rádio))
4. Escrivã R. - (sei lá) se você quiser deixar desligado na hora que eu perguntar e liga pra não ficar()
5. Pesquisadora - não não pode deixar tudo bem (deixa ligado mesmo tudo bem)
- ((após 3min50seg, com barulho de máquina de escrever))
6. Escrivã R. - ((dirigindo-se à vítima)) profissão?
7. Vítima S. - caberereira

Dep.4, turnos 1-2

1. Escrivã P. - qual que é qual que é o nome do pai dele?
2. Vítima I. - o pai dela?
3. Escrivã P. - o pai do ((diz o nome do filho de I))

Ressalto que em função da presença da pesquisadora, as escrivãs iniciavam as interações referindo-se à situação (nova) de pesquisa: ora autorizando a pesquisadora a intervir, ora questionando o uso do gravador. Acompanhando o procedimento sem a interferência direta da pesquisadora, as interações iniciavam-se, ou melhor, continuavam da enunciação anterior - como se fossem únicas.

A interação na DDM não é uma conversa espontânea, informal. É "um encontro institucionalizado, formal, com objetivos definidos, em situações e contextos caracterizados por normas convencionalizadas" (Brait, 1993:206).

Há um ritual de atendimento que faz parte do "rito processual"²⁵ (Jesus, 2000: 77): a mulher precisa retirar a senha, aguardar etc (Cf. item 2.1). Faz parte do trabalho da escrivã explicar quais são as etapas do rito processual, bem como obedecê-las. A escrivã não tem autonomia para abrir ou encerrar um processo. Legalmente só a vítima tem esse poder e esse direito - por isso a exigência, na unidade pesquisada, da vítima agendar horário para registrar o B.O.

Os diálogos são marcados por perguntas e respostas, sempre coordenados pela escrivã.

O ambiente jamais poderia ser "informal": trata-se de uma Delegacia ... diferenciada, mas uma Delegacia. É tradicional. É hierárquica. Há chefe e subordinados. Há um público a atender. E até pesquisadores. Trata-se de um local de trabalho, de um órgão público. É comum as escrivãs interromperem os depoimentos para atender a outras mulheres, dar informações, atender o telefone e resolver problemas burocráticos / administrativos. Como qualquer ambiente de trabalho, a rotina é quebrada com assuntos diversos: as funcionárias falam sobre jogos, compras, cotidiano.

As ocorrências a seguir mostram a simultaneidade das atividades desenvolvidas na DDM:

Dep.1, turnos 80,81, 87-118, 138-142

80. Vítima M. - foi menos... mais teve ((barulho da máquina de escrever))

((toca o telefone duas vezes na outra sala. A escrivã se levanta e vai atendê-lo))

81. Escrivã C. ((ao telefone)) -- delegacia... fala... tudo... por quê?... por quê?... o que houve

82. INI - Sergi::nho

tudo em ordem... por quê?... por quê?... tudo em ordem () o que foi... por quê? ((risos e outras vozes)) --

Nos turnos 83-86, a própria vítima comenta um procedimento de trabalho da Delegacia:

83. Vítima M. ((dirigindo-se à pesquisadora)) - acho que ela não vai chamar... a moça vai ter que subir...

84. Pesquisadora - oi?

85. Vítima M. - acho que agora aquela moça vai ter que subir porque ela num tá chamando

86. Pesquisadora - é...

((vozes))

²⁵ O rito processual refere-se às etapas do processo: fase preliminar, procedimento sumaríssimo ou ação penal e execução

((a escritã volta e chega uma mulher))

87. Escrivã C. - ((apontando para as senhas)) Pode pegar aqui... é a primeira vez?

88. Mulher A - oi... não... uma informação... eu... eu tinha tinha né ((riso)) uma casa alugada... i... quando foi sábado eu cheguei em casa...

89. Escrivã C. - ahn

90. Mulher A. - as minha coisas ((rindo)) já num tavam mais

91. Escrivã C. - ahn

92. Mulher A - tiraram de lá de dentro mu... mudaram... pra outra casa... a pessoa que morava comigo né que era... uma... uma outra colega minha que os pais dela era os fiadores da casa... né... ((chegou outra mulher))

93. Escrivã C. - pois não

94. Mulher B. - posso pegar a senha?

((escrivã acena positivamente com a cabeça e dirige-se a mulher A))

95. Escrivã C. - ahn

96. Mulher A. - i... na quarta ela pediu pra mim mudar da casa eu falei... que ela queria cancelar o contrato... pagá a multa que ela ia embora né e que não queria mais ()

97. Escrivã C. -

Ah... pega a senha e aguarda que eu tô

fazendo um atendimento aqui...:

98. Mulher A.

não... não só pra
ahn

99. Escrivã C. -

100. Mulher A. - só informação se é aqui mesmo

101. Escrivã C. - ahn

102. Mulher A. - porque eu já fui no no sexto DP...

103. Escrivã C. - ahn

104. Mulher A. - i... eles lá não souberam explicar direito...:

105. Escrivã C. - ahn

106. Escrivã C. - no primeiro DP também...

107. Escrivã C. - e você sabe pra onde foi suas coisas?

108. Mulher A. - sei pra onde foi

109. Escrivã C. - ahn

110. Mulher A. - só que eu tinha um contrato né... eu tinha uma ((riso suave)) casa... cheguei lá já não tenho mais

111. Escrivã C. - ahn

112. Mulher A. - eu queria saber se é aqui se não é () o que pode fazer porque assim eu num... eu tô trabalhando também...

113. Escrivã C. - é... acho que cabe um processo criminal... mas aí você aí vai ter que aguardar pra fazer atendimento

114. Mulher A. - abri um processo aqui mesmo?

115. Escrivã C. - é

116. Mulher A. - criminal?

117. Escrivã C. - é

118. Mulher C. - tá bom

138. Escrivã C. - ((aos 6min45Seg, chega a mulher C)) pois não?

139. Mulher C. - tem que pegá um número?

140. Escrivã C. - é a primeira vez?

141. Mulher C. - é a primeira vez

142. Escrivã C. - pega e aguarda lá embaixo

((aos 7min volta à datilografia))

Dep.2, turnos 36-38, 43-57, 153-158, 238-241

36. INI 1. - eu consegui jogar na mega-sena e não acertar UM número... UM ... em três jogos.... fiquei na seqüência de quatro...

37. INI 2. ()

38. INI 1. - joguei vinte e dois ... treze ... cinqüenta e cincO... mais sabe o que é não acertar nenhum ... pelo menos unzinho né assim... ((barulho de máquina de escrever)) -

43. Escrivã B. - ah ... saiu um número errado aqui ... ((diz o nome de uma das escrivãs))
 44. INI 3. - o que número
 45. Escrivã B. - seiscentos e quarenta e sete ... quinhentos e quarenta e oito
 46. INI 3. - ah (põe o seis aí) ... é só esse?
 47. Escrivã B. - só
 48. INI 4. - ((chama a escrivã B))
 49. Escrivã B. - OI
 50. INI 4. - tá ocupada?
 51. Escrivã B. to::
 52. INI 4. - ah ... ô a ((diz o nome de INI 4)) tá ocupada?
 53. INI 3. - fAla
 54. INI 4. - faz um favor pra mim ... pega o endereço ()
 55. INI 3. - só o endereço ()
 56. INI 4. - é
 57. I NI 5. - () ((toca o telefone)) delegacia da mulher boa tarde ... delegacia

((barulho de carros, de telefone tocando, vozes de outros depoimentos, a escrivã retorna à datilografia, 3 min até o próximo turno))

153. INI 6. - e aí?
 154. Escrivã B. - ahn? to ruim né ... até agora to meia () não sei
 155. INI 6. - () pra você
 156. Escrivã B. - ahn obrigada ((diz o nome)) () deixa eu pegar a notinha
 157. INI 6. - é pega a notinha ()
 158. Escrivã B. - () ((risos))
 ((escrivã volta à datilografia, vozes de outros depoimentos, 4min50seg para o próximo turno))
 159. INI 7. - alô ((1min10seg até a retomada do depoimento))

238. INI 8. - ((após 32seg, entra uma pessoa na sala)) oi ((diz o nome da escrivã B.))
 239. Escrivã B. - botarde ((dirigindo-se a INI8))
 240. INI 8. - tubo bom? boa tarde
 241. INI 9 - boa tarde

Dep.4, turnos 26-29

26. Vítima I. - ele tem ... ele fez ... dezesseis anos
 27. Escrivã P. - quanto?
 28. INI 1 - NÚMERO UM
 29. Vítima I. - dezesseis

Assim, a situação de produção do discurso é marcada por um espaço bem definido: dá-se no distrito policial - que embora caracterizado pela feminilidade: só mulheres no atendimento, flores no ambiente, não deixa de ser um ambiente policial. A DDM está vinculada à hierarquia da Polícia Civil - regida por homens.

O lugar da escrivã é demarcado física e socialmente: senta-se do lado de dentro da sala, estabelece uma relação hierárquica com a depoente e com a pesquisadora, pois é a autoridade de fato e de direito, constituída política e institucionalmente. Portanto, detém o poder: ouve, registra, orienta. É investida do saber "traduzir" a linguagem do dia-a-dia da depoente em linguagem elaborada, técnica, legal, jurídica.

Do outro lado está a mulher, a vítima, a ofendida - o povo.

De acordo com Bakhtin, a sociedade se organiza em esferas comunicativas onde circulam os enunciados. Essas esferas são atividades sociais e têm funcionamento próprio.

Na DDM, dá-se o embate de duas esferas sociais: o público e o privado²⁶. A esfera organizada institucionalmente é invadida - ou invade? - o mundo particular.

A mulher sai do seu mundo doméstico para tornar visível um problema cultural, ideológico, religioso, social, político, que durante muito tempo ficou confinado ao mundo privado. Ao denunciar, ou seja, tornando público, rasga-se o pano que cobria aquilo que convenientemente era considerado um problema corriqueiro, natural das relações interpessoais e, assim sendo, deveria permanecer no âmbito caseiro. Oficializar a denúncia via DDM é contrariar as máximas de que "roupa suja se lava em casa" ou de que "em briga de marido e de mulher, ninguém mete a colher". Provérbios que sustentaram a violência doméstica, justificaram o silêncio e contribuíram para a discriminação.

Durante séculos a imagem da mulher foi emoldurada sob o estigma do sexo frágil, dependente, desprotegida, que precisava da tutela de um homem: pai, marido ou filho. A ideologia patriarcal que prevaleceu historicamente cuidou de manter o lugar de inferiorização para a mulher, associado ao espaço de privacidade da casa, do "lar doce lar", conseqüentemente, delegando a ela os papéis de esposa, mãe e dona-de-casa.

O gesto de "sair de casa" - desta esfera social e dirigir-se para a Delegacia - esfera organizada institucionalmente - revela a tentativa de rompimento com a situação de submissão, opressão e discriminação para assumir um papel diferenciado: o de mulher livre. Os conflitos internos são fortes: religioso - confronta-se com o risco de acabar com o casamento sagrado e eterno; social - ameaça a instituição familiar; financeiro - não ter como se auto-sustentar e sustentar os filhos. Soma-se a isso o abalo psicológico: traumas, inseguranças, medo, vergonha. Sair de casa representa o movimento de pisar tudo isso ... de dar um passo para a liberdade.

Para os estudiosos da área social, nesse momento de denúncia, a mulher é acometida de dois sentimentos muito fortes: a vergonha e a culpa. Ela tem vergonha de admitir publicamente que apanha do marido, pois o que se sabe é que "mulher que apanha do marido não presta, é sem-vergonha", é "mulher de malandro". Sente-se culpada como se fosse a responsável pela agressão. São esses os sentimentos que muitas vezes fazem com que ela se

²⁶ Não cabe neste exame tratar do outro encontro que ocorre entre as esferas privada e científica; esta última em função da interferência da pesquisadora nas interações.

arrependa da denúncia e retire a queixa: sofre pressões sociais, da família; é novamente ameaçada pelo agressor; depende financeira e/ou emocionalmente dele.

Durante o depoimento, algumas perguntas das autoridades policiais parecem reforçar esse quadro de medo, culpa, vergonha: seja por não ter denunciado antes a situação de violência (geralmente, as mulheres apanham várias vezes, durante anos, até chegar o dia que resolvem denunciar), seja em função do estado civil:

Dep.2, turnos 162-166

162. Escrivã B.- ahn e você nun::[ca:./
 163. Vítima L. - [eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço
 164. Escrivã B. - e você nunca::[... levou::: então
 165. Vítima L. - [é só (eu) receber intimação aqui
 166. Escrivã B. - agressão ... ameaça .. você nunca levou o fato ao conhecimento policial ... ah ... ele não tem vícios ... né ...

Dep.3, turnos 28-30

28. Vítima S. - ele taí de prova i::: e ele me ameaçou de morte várias vezes ... ele já me bateu
 29. Escrivã R. - [mU:ito muito
 [a senhora nunca registrou?
 30. Vítima S. - nUN:ca fía [nUN:ca
 31. Escrivã R. - [ele tem algum tipo de vício?

Dep.4, turnos 125-128

125. Escrivã P. - ((depois de 1min25seg)) - já te agrediu outras vezes?
 126. Vítima I. - já
 127. Escrivã P. - cê nunca registrou nada?
 128. Vítima I. - não

Em relação ao estado civil, o casamento oficializado é ainda um valor social importante no contexto brasileiro. As mulheres que não são casadas "no papel" procuram justificar sua condição fazendo alusão ao tempo que convivem com o "amásio", tentando convencer a escrivã de que o casamento está mais do que legitimado. Esse discurso é atravessado pelo discurso moral: o correto é ser casada legalmente - é isto que se espera da mulher socialmente, dizendo:

Dep.1, turnos 26-27, 40-41

26. Escrivã C. - ce não tem certidão de casamento [também?
 27. Vítima M. [não nós vivemos juntos há dezessete anos:: né... ... não sô...
 no papel... não sou casada

170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu: [ito é descontrolado
 171. Vítima L. - [não de chegar de fogo ... é que ele bebe um
 pouco ... não fica caindo ... é um [bêbado normal
 172. Escrivã B. - [é uma pessoa de temperamento agressivo

Dep.3, turnos 28-35

28. Vítima S. - ele taí de prova i:: e ele me ameaçou de morte várias vezes ... ele já me bateu
 mU:ito [muito
 29. Escrivã R. - [a senhora nunca registrou?
 30. Vítima S. - nUN:ca fia [nUN:ca
 31. Escrivã R. - [ele tem algum tipo de vício?
 32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o o problema dele não deixa
 faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão ... isso daí:: me estremece
 sabe [nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ...
 33. Escrivã R. - [e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então
 34. Vítima S. - nunca [sempre guardei ...
 35. Escrivã R. - [é a primeira vez

Dep.4, turnos 115-122

115. Escrivã P. - ele bebe?
 116. Vítima I. - e::le bebe
 117. Escrivã P. - isso acontece quando ele tá bêbado?
 118. Vítima I. - [é ... quando
 119. Escrivã P. - [ou é do temperamento dele?
 120. Vítima I. - não ... quando ele bebe é que ele fica assim
 121. Escrivã P. - só quando bebe?
 122. Vítima I. - só quando bebe aí precisou nós vim aqui por causa disto que ele estava agressivo co'a menina
 ... aí foi passado na delegacia e tudo

A ida à DDM é gerada por motivos ambíguos: a mulher rompe o silêncio e torna visível a violência, mas não quer que o agressor seja punido: quer que a DDM "dê um susto" nele. Ou seja, busca não uma solução, mas sim uma ação de coerção - é exatamente a imagem da polícia repressiva e violenta que ela evoca: uma contradição.

Dep.1, turno 164: quem pode conter esse homem?

164. Vítima M. - ((após 45seg)) a família dele parece que tem medo dele... ninguém conversa com ele... fica falando é comigo... que:eu devo... que eu devo fazer... mas com ele mEsmo ninguém fala ((passam-se 35seg)) e quando bebe também... ele não tem respeito... sabe... ele fala palavrões na frente das meninas... seja onde for ele fala coisas assim:::de baixo calão mesmo... ele quer chamar atenção de todas as formas ((vozes e barulho de máquina. O telefone toca aos 2min40seg))

Dep.2, turnos 9-18, 202, 218-219

9. Escrivã B. - hum... hum.. você::: pretende::: você (sabe se realmente vai) representar contra ele?
 10. Vítima L. - ah ... eu acho que sim né ((tonalidade baixa))

11. Escrivã B. - vai né... acho que sim [não tem que::
 12. Vítima L.- [pelo menos... ele num ... ele pára de uma vez::
 13. Escrivã B. - hum hum
 14. Vítima L. - a não ser que ele me mate ... é o que ele mais fala
 15. Escrivã B. - procurou:: ()
 16. Vítima L. - [se eu pegar um dia de cadeia por sua causa eu te mato
 17. Escrivã B. - cê pretende::: propor a separação::: ou::: andou procurando advoga:do... não
 18. Vítima L. - [não::: até::: aí::: não eu pensei ... não pensei ... mas
 eu:::eu acredito que ele devia ta .. sei lá .. responder um processo por isso daí isso daí porque ele já me bateu
 várias vezes ... e eu falava sempre que um dia eu ... ia ... dá ... queixa
201. Escrivã B.- ((após 20seg)) vocês não têm uma convivência harmônica... então? tem::: é sempre assim
 202. Vítima L. - [... recheado discussões... desavenças
 ahn é agente ... dois três meses numa boa dali a pouco tem uma briga só que pra mim
 bater já ia fazer acho que quase um ano que ele não me tocava a mão ... eu sempre ameaçava ele o dia que cê
 tocar a mão você vai ver ... né ... é essa vez eu acho que ele tinha bebido umas também a mais viu que eu cheguei
 mais atrasada ... ele veio (descontar) ... de onde eu tava () ((barulho de máquina, após 25seg, continua)) eu
 acho que ele queria que eu viesse aqui retirar ... sexta-feira ele veio falar o:lha nunca mais na minha vida eu
 encosto um dedo em você ... eu falei ... é ... tá ... então ... cê vai prometer isso aí não é aqui não ... na minha casa
 não ... aqui dentro não você vai levá uns esfregão ... responder uns processo pra cê aprender ... não ... eu não
 vou mais tocar a mão em você ... só que pensava que eu ia lá e retirar ... () que não acaba mais ele falou que se
 eu pegá se ele pegá um dia de cadeia por minha causa logo que ele ((risos)) que ele chegá em casa ele me corta o
 pescoço e fica só o corpo pulando dentro de casa ((risos)) aí eu quero ver () querer isso () tem de morrer () ...
 ... nunca vi cachorro lati ... cachorro que late não morde
218. Escrivã B. - provavelmente eu enviando isso pro fórum ... sem ela ser ouvida ... ela não ... o promotor vai ...
 ... querer ouvi-la ((barulho de máquina por 55seg)) você quER REpresentar contra ele não só o registro que vai
 pro fórum que ele venha depor. .. que ele vai responder [criminalmente
 219. Vítima L. [ah assim se tiver que vim aqui ... manda ele vim..
 220. Escrivã B. - (posso) chamá-lo aqui ((barulho de máquina durante 1min10seg, vozes de outros depoimentos
 , telefone toca)) a senhora pode ler e assinar aqui as duas vias ... ((segue-se 1min23seg)) e esse telefone dele a
 senhora não ... não tem certeza se tá atualizado ou não

É notório que a escrivã ocupa uma posição social acima da mulher. Sua figura oficial lhe confere nível hierárquico superior nas interações estabelecidas com as depoentes.

Implicitamente esses aspectos são percebidos e reverenciados pelas participantes: a pesquisadora se nega a interferir no diálogo; a escrivã se posiciona como inquisidora; a depoente se coloca como vítima .

Não há como negar que o OUTRO a quem o EU se dirige influencia na enunciação: as depoentes são passivas, aguardam ser convocadas, indagadas, não se dirigem à escrivã sem serem solicitadas, a menos que seja para obter informações, faz parte do papel que desempenham na atividade. Considerando que é a mulher quem desencadeia o processo interacional e o rito processual, ela se dirige à escrivã: uma profissional concursada, aprovada em nível estadual dentre tantas para exercer aquele cargo, diferencia-se pelo grau de escolaridade - superior - (embora esse dado possa ser despercebido pelas depoentes); é funcionária pública, carregando todos os estigmas do funcionalismo público brasileiro (negligência no atendimento, descaso com o cidadão, demora, a condição de estabilidade que

lhe garante o emprego independente da eficiência etc). Essa atmosfera envolve o ambiente situacional das interações.

Nas esferas da vida cotidiana ou da vida social, a situação social, a posição e a importância do destinatário repercutem na comunicação verbal de um modo todo especial. A estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros do discurso e nos estilos uma extraordinária diferenciação que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela fortuna privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (escritor). (Bakhtin, 1979/1997:322)

O lugar hierárquico da escritora é delineado, então, pela condição social, institucional, pelo espaço físico, pelo papel de autoridade na interação.

A mulher assume uma posição de poder também, fugindo aos limites daquela enunciação. Ao contrário do que inicialmente se podia achar, ela não é esvaziada de poder. Dentro do seu papel de vítima, tem um espaço de atuação, por exemplo, naquela enunciação, de permitir ou não a gravação do seu depoimento, e fora dos limites, pelo fato de que a DDM só existe em função dela. As escritoras são pagas para atendê-la, uma relação entre serviço público-cidadã; somente à vítima é conferido o direito legal de abrir, continuar, interromper e encerrar o processo, é ela quem vai definir o destino do inquérito policial, autorizando-o ou não. São poderes diferentes estabelecidos na enunciação.

As interações são permeadas por muitas ambigüidades e contradições, algumas já assinaladas no decorrer deste trabalho. Ressalto mais uma: o fato de existir uma Delegacia da "Mulher" com o objetivo de evitar constrangimentos para as mulheres que sofreram as agressões ou as ameaças não é garantia de um tratamento mais digno e respeitoso. Mesmo que as funcionárias evitem vestir roupas sociais ou "falar difícil", conforme os comentários de bastidores, parecendo motivar uma aproximação entre as duas esferas e estabelecer uma relação simétrica de que as vítimas seriam atendidas por mulheres iguais, o ambiente, o contexto, as posturas interacionais, os papéis desempenhados reforçam a assimetria latente e parecem empurrar a mulher de volta ao lugar (casa) de onde (nunca?) deveria ter saído...

4.3 A mulher fala

A vítima da violência doméstica começa a construir sua voz quando decide fazer a denúncia e sai de casa em direção à DDM. O seu discurso começa a ser formulado no

caminho: durante o trajeto em si, e no trajeto entre o silêncio e o rompimento dele. Sua fala, no entanto, não é pura, isenta, ao contrário, está submetida a coerções.

Embora seja um delegacia para mulheres, ela está num ambiente de polícia: precisa aguardar para ser chamada, espera-se que tenha um comportamento determinado, adequado àquele ambiente. Deve se enquadrar no estilo e nas regras daquela instituição.

A sala é um fator inibidor, não há privacidade no momento dos depoimentos: se está na sala de recepção, o depoimento é ouvido por todos aqueles que atravessam o local. Se o depoimento é colhido nas salas de depoimentos, não há uma acústica no ambiente que permita isolar as conversas: todos sabem o que aconteceu: as escrivãs, pela própria força da atividade de trabalho; as mulheres (vítimas), ou porque já conversaram informalmente enquanto aguardavam ser chamadas, ou porque é inevitável não ouvir os casos: ali tudo fica público.

A vítima é interrogada e precisa dar respostas objetivas, rápidas, pois a escrivã tem pressa: há outros atendimentos a fazer ...

A pesquisadora observa tudo: embora explicando o objetivo da pesquisa em si, é tudo muito abstrato. É fato que há um olhar analisador, crítico. De aprovação ou reprovação? A escrivã permite àquela estranha fazer-lhe perguntas: quem é a pesquisadora? Cúmplice, aliada, interrogadora? Mais uma a invadir a intimidade. Apesar da recusa inicial da pesquisadora em interferir na atividade de forma direta, ela teria o poder de o fazer no andamento do depoimento. Era mais uma coerção. Vive-se de novo a ambigüidade: a vítima autoriza a presença da pesquisadora e na enunciação esta poderia torna-se seu algoz, atormentando-a com perguntas.

O gravador é um outro fator de constrangimento. Pode até ser esquecido no decorrer do depoimento, mas, geralmente, as pessoas não se sentem muito à vontade com ele.

A queixa, como um evento conversacional, tem os traços da oralidade: alternância de turnos, procedimentos de reformulação, interrupções, marcadores conversacionais. Algumas dessas marcas são significativas nos processos interacionais ao revelarem ocorrências que confirmam ou quebram a estabilidade da interação. No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, esses aspectos serão contemplados.

Pelo papel que desempenha na interação, a mulher fala a partir das perguntas da escrivã, a qual direciona os depoimentos, em tom interrogatório. Os turnos, normalmente, são iniciados pelas escrivãs.

O tópico discursivo é tratado diretamente, o assunto é pauta desde o primeiro turno. Lembrando: os encontros foram agendados, portanto, todos já sabiam do que se tratava (a

escrivã toma conhecimento do caso pelo resumo e a vítima já foi orientada sobre as etapas do processo e, conseqüentemente, que iria registrar o B.O. naquele encontro).

Como mencionado, a escrivã "continua" o depoimento: vai para a máquina de escrever e começa a preencher os dados no impresso do B.O. Como já "conhece" o caso, ela confirma as informações. Não há uma introdução que recupere o que já foi dito no primeiro depoimento, por exemplo, "conte o que aconteceu...". As perguntas são pontuais: vão direto ao assunto.

Dep.1, turno 3

3. Escrivã C. - ce trouxe o laudo ou não?

Ao perguntar sobre o laudo, tanto a escrivã como a vítima sabem a que se referem: há um conhecimento compartilhado, dispensam-se explicações.

Dep.2, turno 7

7. Escrivã B. você::: ele/ você entregou ele recebeu a intimação?

O pronome "ele" refere-se ao marido agressor.

Dep.3, turno 6

6. Escrivã R. - ((dirigindo-se à vítima)) profissão?

Entra-se direto no assunto, não há um ritual de introdução ou cumprimentos iniciais. É o contexto que dá sentido às interações, às perguntas que em princípio parecem soltas. A primeira enunciação (primeiro encontro entre vítima e escrivã) perpassa a segunda interação, aliás, remete-se e atualiza-se àquela.

Dep.4, turno 1

1. Escrivã P. - qual que é qual que é o nome do pai dele?

Embora havendo nesse Depoimento 4 uma confusão no início da interação, o tópico discursivo é mantido pelas participantes - ambas sabem sobre o que se fala, o acontecido. "P" tem as informações específicas no resumo e os demais procedimentos já convencionalizados pela Instituição: confirmar os dados e o acontecido, verificar se a vítima vai prosseguir ou não com o processo, se as testemunhas compareceram etc.

Os questionamentos seguem um "roteiro" (embora não haja um procedimento escrito e definido em normas prescritas), obedece-se a uma certa ordenação: primeiro dados pessoais da vítima, depois do agressor, situação atual do casal depois do primeiro depoimento, confirmação do relato sobre a agressão, assinatura do B.O. e do T.C.

A "queixa" possui um estilo, características peculiares: é uma reclamação que a mulher faz, há um tom de denúncia e de revolta - comparando-se ao depoimento do autor/agressor, que tem um discurso de justificativa. Normalmente traz para aquela enunciação, via discurso relatado: indireto, indireto livre ou direto, a voz social do agressor.

Prevalece uma estrutura narrativa, com sucessão de fatos (nem sempre em ordem cronológica), utilização de verbos no passado.

Ao relatar, a mulher atualiza naquela enunciação a interação da ocasião da violência, sua memória discursiva traz a voz do agressor.

As ocorrências no *corpus* confirmam que:

O falante, contando fatos passados, introduz a enunciação de um terceiro sob uma forma independente da narrativa, isto é, na forma que ela teve no passado. Fazendo isso, o falante transforma o presente da enunciação em imperfeito, para mostrar que a enunciação é contemporânea dos acontecimentos relatados. Depois ele realiza outras transformações (das formas pessoais do verbo, dos pronomes) para que não se pense que se trata da enunciação do próprio narrador (Bakhtin, 1929/1995:185).

Essa característica é uma marca do discurso da depoente, principalmente ao relatar a agressão. A atualização da enunciação se dá pelo discurso citado. Pela entonação, percebe-se o que é daquela enunciação e o que é relatado, inclusive quando se refere à sua própria citação:

Dep.1, turno 154

154. Vítima M. - é que nós fomos numa festa... num noivado né e lá ele começou a beber beber sabe? e aí eu convidei ele pra vir embora... tô chamando e ele na::da... nada aí eu cansei e falei então vou eu embora ..Aí quando eu cheguei no carro né ele veio atrais de mim aí eu pedi a chave pra eu ir embora a pé... aí ele me deu a chave já me deu com um soco... né ((vozes de outros depoimentos)) a::í: tudo bem... peguei a chave e fui embora e falei... ele vai voltar... ele quer beber ele que fique lá bebendo né... aí quando eu cheguei em casa ele já tAva em casa... no portão... ca::rro aberto... no úl:timo volume... ((assovio cantarolado no ambiente)) ele entrou atras de mim chutando tUdo.. chutando portão... chutando porta ... quebrou janela... né ... e aí ((vozes)) ele começou a me espancar... aí eu chamei a poli:cia ele me deu um murro no olho... né... sem contar ((escrivã reinicia a datilografia)) que ele dirige alcoolizado quando ele tá assim... eu já venho a pé porque se eu entrasse no carro com ele... ele ia tacar aquele carro lá::... no posti... que ele já... já... acostuma né querer dar uma de louco... assim quando tá... .. nervoso (é difícil) chamar amigo nosso né pra pra acalmar... porque se não... ele... .. ia fazer uma loucura lá... .. além dele espancar ele quer quebrar tudo tudo... o escândalo que ele faz... a rua toda ouve...

"e aí eu convidei ele pra vir embora ... to chamando e ele na::da ... nada

aí eu cansei e falei *então vou eu embora ...* → dissonância enunciativa: narrativa do
 ↓ própria citação autor + discurso no presente, citação da situação de agressão

Dep.1, turnos 160-162

159. Escrivã C. - depois disso ele ameaçou... quando você falou que ia chamar a polícia ele te ameaçou de

160. Vítima M - morte
é durante a briga é que ele falava

161. Escrivã C. - ahn

162. Vítima M. - o tempo todo você deu sorte que eu não tô com a arma aqui.. se:eu tivEvesse com a arma eu ia descarregar na sua boca... descarregar no seu ouvido... mas sem mais sem menos... ele... começa.... assim por nada... e ele tem porte de arma né... é que no momento ele tá sem arma... ((vozes e barulho da máquina de escrever))

"é que ele falava o tempo todo você deu sorte que eu não tô com arma aqui..." → DD

Dep.2, turnos 20, 162, 179, 198, 200

20.Vítima L. - eu ia trazer ... mas é a minha patroa ... e ela infelizmente ficou impossibilitada de vim ... é que nesse dia ... eu tinha ido acompanhar um sobrinho da minha patroa até a Santa Casa ... né e cheguei tarde... um pouco que eu cheguei atrasada: quando eu apertei a campainha ele abriu o portão perguntano onde eu estava: antes d'eu resPONder direito ele já foi me dando um soco... foi onde que eu não agüentei

"perguntano" (mantive a expressão do oral) → DI, introduzido pelo gerúndio

162. Escrivã B.- ahn e você nun::ca:: [
 163. Vítima L. - eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço

"ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço"

↓ a entonação marca o DD

DD, percebido pelo verbo e introduzido pela diferença de entonação

179. Vítima L. - obscenas::: .. aí você não agüenta.. aí também eu revido ... aí chega uma hora que onde vem pra cima aí ele bate ... entendeu ... eu nunca vim atrais porque eu falava nã::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ... ah se você for um dia ... você vai ver

"eu falava nã::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ..."

↓ a entonação demarca a citação

DD, introduzido pelo verbo, reformulando sua própria citação

Nesse mesmo turno, há a presença do DIL, o qual é percebido pela mudança de pessoa "eu" para "você", ou seja, da fala citada da própria depoente para a fala do marido, e pelo

contexto. "L" dramatiza o diálogo que supostamente manteve com o marido no momento da discussão, da situação de agressão. O "tom" ameaçador que caracteriza o enunciado posterior à sua citação, situacionalmente, só pode ser do marido:

"ah se você for um dia ... você vai ver" → DIL

197. Escrivã B. - que você foi pra casa dela ... LÁ que você solicitou a::
 198. Vítima L.- e lá na casa dela ... eu mal saí da casa dela acho que não deu dois/ não deu cinco minutos ... só subi em casa ... dali a pouco eu já voltei ... ela ((diz o próprio nome em vocativo)) que é isso? que ela me chama de ((diz o nome)) a:: eu mal cheguei ele me perguntou onde eu estava ... e já foi logo me agredindo ... aí ela falou não vamos deixar isso pra trás... eu vou lá falar com ele ... foi lá ... ele não deu ouvidos quase pra ela ... e (só o que falou) ela é sem-vergonha mesmo ... me chamou de sem-vergonha ... ba ... bateu quase que o portão na cara da mulher ... e desceu e falou não ((diz o próprio nome em vocativo)) vamos na delegacia ... aí chamou a polícia ... a polícia veio... falou cê vai no pronto socorro ... passa pelo médico e amanhã vai na delegacia ((ri)) da mulher

Atualizando novamente a situação de agressão para aquela enunciação, "L" recorre ao DD e traz a voz da patroa que testemunhou a agressão:

"... ela ((diz o próprio nome em vocativo)) que é isso?" Embora omitindo o verbo
 introdutor,
 trata-se de DD

Os próximos enunciados do turno são em DD e DI e mesclam três enunciações: a do depoimento em si com aquela do diálogo com a patroa após a agressão e a enunciação da situação de agressão:

"a:: eu mal cheguei ↓ DD citação da própria fala no diálogo com a patroa	<i>ele me perguntou onde eu estava</i> DI fala citada do marido no momento da agressão	<i>...e já foi logo me agredindo ... "</i> ↓ DD citação da própria fala no diálogo com a patroa
--	---	---

"aí ela falou não vamos deixar isso pra trás... eu vou lá falar com ele ..." → DD: verbo + entonação

"e desceu e falou não ((diz o próprio nome em vocativo)) vamos na delegacia ..." → DD

"a polícia veio... falou cê vai no pronto socorro ... passa pelo médico e amanhã vai na delegacia ((ri)) da mulher" → DD: voz da autoridade

Ainda no depoimento 2, há outras ocorrências de discurso relatado no discurso da vítima:

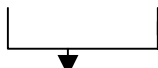
Dep.2, turno 200

200. Vítima L. - () seu marido precisa de () ele falou pra mim só isso ... aí eu fui... fui ... foi quando eu fui passei pelo médico ... aí no outro dia eu vim aqui ... quando ele pegou a:a: autori::: a intimação ... no outro dia ... ele foi até no meu serviço à noite ... antes do meu horário de sair ... né ... aí ele falou você tem quinze minutos para ir lá na delegacia:: falei eu? porque quinze minutos para ir na delegacia? é porque você vai lá desmentir tudo o que você falou ... eu o que que eu falei ? ... o que eu fui ... aonde eu fui ... foi na delegacia da mulher ... o que eu falei foi a realidade... porque eu (nunca passei) em delegacia ... bom o delegado falou que você tem quinze minutos ... eu falei ... bom eu não vou ... manda o delegado vim me buscar ... se eu deve ... eu acho que ele queria que eu entrasse no carro dele naquela hora ... com intenção de ir na delegacia ... pra ele mim fazer alguma coisa ... eu acho ... porque cadê? aí eu voltei pra casa no meu horário ... cheguei ... ele quieto não falou nada ... também não perguntei o que que eu ia fazer em delegacia? ... porque eu tinha que ir na delegacia lá ... eu tinha quinze minutos para ir na delegacia ... manda o delegado vim me buscar ((após 1min)) vou dá um basta nesse negócio ((voz muito baixa))

"() *seu marido precisa de () ele falou pra mim só isso ...*" → DD, trazendo a voz da autoridade policial

Nos enunciados seguintes, "L" simula com a entonação o diálogo mantido com o marido quando este ficou sabendo, pela intimação, que ela havia dado parte dele. São seqüências de discurso relatado, com predominância de DD, perpassadas pela narrativa - o presente da enunciação:

"... aí ele falou *você tem quinze minutos para ir lá na delegacia::*"



DD, trazendo a voz do agressor, marcada por um tom de intimidação

"falei eu? *porque quinze minutos para ir na delegacia?*" → DD

"é porque você vai lá desmentir tudo o que você falou ..." → DD, recuperando a fala do marido

"eu o que que eu falei ? ... o que eu fui ... aonde eu fui ... foi na delegacia da mulher ... o que eu falei foi a realidade... porque eu (nunca passei) em delegacia ..." → DD, citando a própria fala

" *bom o delegado falou que você tem quinze minutos ...*"

Neste enunciado, "L" traz a voz do agressor e, inserida nela, o agressor traz a suposta voz da autoridade policial em DI.

"eu falei ... *bom eu não vou ... manda o delegado vim me buscar ... se eu deve ...*" → DD

"eu acho que ele queria que eu entrasse no carro dele naquela hora ... com intenção de ir na delegacia ... pra ele mim fazer alguma coisa ... eu acho ... porque cadê? aí eu voltei pra casa no meu horário ... cheguei ... ele quieto não falou nada ... também não perguntei o que que eu ia fazer em delegacia? ... porque eu tinha que ir na delegacia lá ... eu tinha quinze minutos para ir na delegacia ..." → presente da enunciação

"manda o delegado vim me buscar" → DIL, retoma a própria voz, recuperada da situação de enunciação do diálogo mantido com o marido

"((após 1min)) vou dá um basta nesse negócio ((voz muito baixa)))" → presente da enunciação

Pela versão de "L", o marido, além de ter-lhe agredido a havia intimidado (ao recorrer à voz policial em tom de ameaça).

O discurso citado em si já traz um processo de reformulação, portanto, "L" traz para o presente da enunciação aquilo que passou pelo seu crivo. De uma forma geral, as mulheres relatam somente o que lhes é conveniente, o que vai legitimá-las no papel de vítima. Inerentemente, já existiram apagamentos da situação de enunciação da agressão por esquecimento, por vergonha, por medo, constrangimento - não se relata tudo, primeiro, porque a enunciação é irrepetível; segundo, porque esse não é o primeiro depoimento (omissões e acréscimos devem ter ocorrido em relação ao primeiro depoimento).

Há um ritual de negociação implícito na situação interacional: o discurso da vítima precisa ser convincente, a escritã precisa acreditar que sua reclamação é verdadeira, daí a recorrência às vozes de outras enunciações para respaldar sua queixa, seu depoimento, seu papel interacional e social.

A voz da mulher-vítima aparece! Mas aparece por vezes acompanhada da voz do outro!

Considerando o recorte oral, o exame permite constatar que os discursos construídos e que circulam na DDM são estruturados em discursos relatados/citados: recortados, reformulados, ampliados e/ou reduzidos, cujo papel é o de dar (pseudo) veracidade, objetividade e realidade à queixa. O recurso do discurso citado dá uma falsa impressão de objetividade, pois uma vez que já foi reformulado, não é puro, nem neutro, já adquiriu sentidos heterogêneos empregados pela própria situação de enunciação, pelas coerções, pela avaliação pessoal das mulheres, pelas necessidades emocionais, sociais, financeiras, ideológicas, pelo objetivo com o qual está sendo utilizado.

Mas é por intermédio dessa forma de discurso que a mulher se faz ouvida.

O turno 202 do depoimento 2 é também rico em discurso citado: misturam-se na enunciação DD, DI, DIL:

Dep.2, turno 200

201. Escrivã B.- ((após 20seg)) vocês não têm uma convivência harmônica... então? tem::: é sempre assim ... recheado discussões...

202. Vítima L. - desavenças
 ahn é agente dois três meses numa boa dali a pouco tem uma briga só que pra mim bater já ia fazer acho que quase um ano que ele não me tocava a mão ... eu sempre ameaçava ele o dia que cê tocar a mão você vai ver ... né ... é essa vez eu acho que ele tinha bebido umas também a mais viu que eu cheguei mais atrasada ... ele veio (descontar) ... de onde eu tava () ((barulho de máquina, após 25seg, continua)) eu acho que ele queria que eu viesse aqui retirar ... sexta-feira ele veio falar o:lha nunca mais na minha vida eu encosto um dedo em você ... eu falei ... é ... tá ... então ... cê vai prometer isso aí não é aqui não ... na minha casa não ... aqui dentro não você vai levá uns esfregão ... responder uns processo pra cê aprender ... não ... eu não vou mais tocar a mão em você ... só que pensava que eu ia lá e retirar ... () que não acaba mais ele falou que se eu pegá se ele pegá um dia de cadeia por minha causa logo que ele ((risos)) que ele chegá em casa ele me corta o pescoço e fica só o corpo pulando dentro de casa ((risos)) aí eu quero ver () querer isso () tem de morrer () nunca vi cachorro lati ... cachorro que late não morde

"ahn é agente dois três meses numa boa dali a pouco tem uma briga só que pra mim bater já ia fazer acho que quase um ano que ele não me tocava a mão ... eu sempre ameaçava ele" → Discurso citante

"o dia que cê tocar a mão você vai ver" → Discurso citado em DD

"né..." → o marcador conversacional ancorou a enunciação

"... é essa vez eu acho que ele tinha bebido umas também a mais viu que eu cheguei mais atrasada"

► Discurso Citante

"... ele veio (descontar) ... de onde eu tava ()" → DI

"eu acho que ele queria que eu viesse aqui retirar ..." → Discurso citante, presente da enunciação

"sexta-feira ele veio falar o:lha nunca mais na minha vida eu encosto um dedo em você ..."



DD, reproduzindo a suposta entonação de arrependimento do marido

"eu falei ... é ... tá ... então ... cê vai prometer isso aí não é **aqui** não ... na **minha** casa não ... **aqui dentro** não você vai levá uns esfregão ... responder uns processo pra cê aprender ..."

► DD + utilização de dêiticos que remetem a um outro ato de enunciação

"não ... eu não vou mais tocar a mão em você ..." → DIL, só é possível percebê-lo pelo contexto e pela entonação que a mulher dá na citação, ao reproduzir o tom de arrependimento do marido.

"só que pensava que eu ia lá e retirar ... () que não acaba mais" → Discurso citante,

presente da enunciação

"ele falou que se eu pegá se ele pegá um dia de cadeia por minha causa logo que ele ((risos))

Forma híbrida

volta ao DI

que ele chegá em casa ele me corta o pescoço e fica só o corpo pulando dentro de casa "

"((risos)) aí eu quero ver () querer isso () tem de morrer ()→ Discurso citante, comentando as próprias palavras

nunca vi cachorro lati ... *cachorro que late não morde* "→ recorrência a um provérbio, à sabedoria popular: todos partilham, concordam com ele.

Inserindo uma voz geral, de domínio público, "L" chama a concordância, por analogia, à sua posição - mais um recurso da negociação para convencer a escritã e se auto-afirmar na situação enunciativa.

O depoimento 3 também apresenta essas ocorrências:

Dep.3, turno 50:

50. Vítima S. - agora esse ... a faca ta aqui ó ele colocou assim ó ficou mais de minuto ... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que saí a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido sabe ... que ele falou que não vou preso ... ele falou eu:: não vou preso aí ... o problema dele ... fia... sabe o que é é:: ter que dividir a casa ... eu falei eu não tô aqui por causa da casa ... eu deixo tudo ... eu só quero ficar com as minhas filhas ... só isso ... cê entende fia? Ele pode ficar c'a casa ... com o que ele quiser ... eu não quero nada eu só quero viver c'as minhas filhas sabe ... só isso ((10seg de barulho de máquina)) de desde que e casE::i nun::ca fui na casa da minha mãe sozinha nunca fui em lugar nenhum sozinho é quando ele quer só ... entende ... sempre fui assim muito presa muito presa ... presa presa né ... e eu não sei ... acho que é o gênio né:: é (aquariano) né é um gênio:: ele é forte vIU fia ((dirigindo-se à pesquisadora)) você é?

"... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que saí a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido"→ DI, com omissão da conjunção

"ele falou que não vou preso ... ele falou eu:: não vou preso"

Forma híbrida do discurso citado

DD

"... fia... sabe o que é é é"→ ancoragem na enunciação, discurso citante

Outra ocorrência que merece destaque é o fato de que por ser uma situação de denúncia - portanto, envolvendo um ato de implicação social e jurídica, há por parte das

escrivãs uma cobrança em relação ao comportamento das vítimas, principalmente quanto às atitudes com os respectivos companheiros (separação, continuidade do processo). A coerção, nesse caso específico, é dupla: a escritvã, por força da atividade, precisa que a mulher apresente sua decisão - pois isso irá definir o destino do processo; por outro lado, e por consequência, a mulher é coagida a resolver aquela situação e tomar uma decisão. Cada pergunta exige uma resposta rápida e definitiva.

Essa atmosfera de pressão acaba sendo evidenciada nas falas das mulheres: as respostas são cheias de pausas, alongamentos, sobreposições e hesitações, revelando nervosismo, constrangimento e até mesmo a insegurança diante da decisão.

Na primeira interação em análise, "M" inicia o depoimento dizendo "ter que agir" (turno 17), no entanto, acaba retirando a queixa. A escritvã "C" faz perguntas diretas e pontuais; as respostas hesitadas demonstram a ambigüidade vivida por "M":

Dep.1, turnos 12, 13, 16-19:

12. Escrivã C. - ceis voltaram ou não? ... já procuraram advogado para pedir [separação
13. Vítima M. não ... tô :
procuran:... procurei o advogado né i::: ele continua na casa ... mais to::sem... assim... relacionamento nenhum com ele né
14. Escrivã C. - ahn
15. Vítima M. - ele tá na dele lá... eu tô na minha
16. Escrivã C. - mas cês conversaram depois dessa agressão física que [ocorreu?
17. Vítima M. não não... eu não
converso com ele porque..... ah é uma pessoa difícil... eu cansei ... não quero mais... nem conversar... ...
conversei muito... ... acho que tenho que agir agora ((dirigindo-se à escritvã e à pesquisadora)) chega de conversar
((decorrem-se 3 segundos de silêncio))
18. Escrivã C. - já marcou o dia com o advogado ou não?
19. Vítima M. - não porque eu sa/ vou passar amanhã né pra saber se eu posso né me separar por lá ou não porque... depende da renda também né... lá onde eu fui... então ... ((barulho da máquina de escrever e de vozes)) eles... vai fazer um levantamento pra saber ((barulho da máquina de escrever e de vozes))

O discurso de "M" continua na linha de contradição: ela faz o exame de corpo de delito, sente-se muito agredida não só fisicamente (como o próprio comentário no turno 129), mas retira a queixa. Não menciona o motivo de sua desistência em prosseguir com o processo. Implicitamente as perguntas sugerem também esse questionamento: por que retirar a queixa?

Questionada sobre o estado civil, "M" demonstra ficar incomodada e procura justificar sua condição de não-casada: pausas, alongamentos e interrupção do turno de "C" apontam uma fala envergonhada (turno 27). O discurso é perpassado por outros: da moral, do social. O casamento oficializado é um valor na sociedade brasileira. Num segundo momento (turnos 40 e 41), "C" volta a perguntar sobre o estado civil. "M" responde, retomando a fala da escritvã.

Dep.1, turnos 26-27, 40-41:

26. Escrivã C. - ce não tem certidão de casamento também?
 27. Vítima M. não nós vivemos juntos há dezessete anos:: né... .. não sô...
 no papel... não sou casada
 28. Escrivã C. - ((fala o nome do marido))?
 40. Escrivã C. - legalmente vocês são solteiros então?
 41. Vítima M. - legalmente sim

A mesma situação ocorre no depoimento 2. A escrivã "B" confirma com "L" o estado civil, a resposta é acompanhada de justificativas:

Dep.2, turnos 88-93

88. Escrivã B. - são casados legalmente?
 89. Vítima L. - não
 90. Escrivã B. não?
 91. Vítima L. - eu vivo com ele há doze anos
 92. Escrivã B. - estado civil dele?
 93. Vítima L. - solteiro

O alcoolismo aparece como um fator relevante e provocador da situação de violência, no entanto, o assunto é amenizado pelas vítimas e, por consequência, a situação de violência também. Acometidas pela culpa ou pela vergonha (Cf. item 1.2.2.1, p. 16 e item 4.2.3, p.73), tratam de modalizar o discurso, diminuindo a responsabilidade do agressor:

Dep.1, turnos 69-70

69. Escrivã C. - ele bebe muito... faz há muito tempo que ele bebe?
 70. Vítima M. ele não é um alcoólico...ele bebe...assim em festas...finais de semana né mas é uma pessoa extremamente violenta quando bebe...

Dep. 2, turnos 169-171

169. Vítima L.- ahn::: única coisa que ele tem de vício é só beber mesmo
 170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu:::ito é descontrolado
 171. Vítima L.- não de chegar de fogo ... é que ele bebe um pouco ... não fica caindo ... é um bêbado normal
 172. Escrivã B. - é uma pessoa de temperamento agressivo

Dep.3, turnos 30-33

30. Vítima S. - nUN:ca fia nUN:ca
 31. Escrivã R. - ele tem algum tipo de vício?
 32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o o problema dele não deixa faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão ... isso daí::: me estremece
 sabe
 33. Escrivã R. - nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ... e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então

Além do alcoolismo - que aparece de forma modalizada - a agressão é justificada por outros motivos, os quais quase absolvem o agressor. Na verdade, ele não é culpado ... são o temperamento, o trabalho, o gênio, a raça ...

Dep.1, turnos 71-72

71. Escrivã C. - sempre foi assim durante esse casamento ou não?

72. Vítima M. - olha:: já... ameaça já teve várias... i:::: cada... **depois que ele começou a trabalhar nessa penitenciária...** eu acho que ele não tá separando...ele tá trazendo muito problema... pra casa... e tá piorando

Dep.2, turnos 170-173

170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu::ito é descontrolado

171. Vítima L.- [não de chegar de fogo ... é que ele bebe um pouco ... não fica caindo ...] é um bêbado normal

172. Escrivã B. - [é uma pessoa de temperamento agressivo

173. Vítima L. - **ele fica agressivo ignorante** ... qualquer coisinha já

Dep.3, turnos 32-33, 50

32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o **o problema dele não deixa faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão** ... isso daí:: me estremece

sabe [nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ...
33. Escrivã R. - [e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então

50. Vítima S. - agora esse ... a faca ta aqui ó ele colocou assim ó ficou mais de minuto ... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que sai a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido sabe ... que ele falou que não vou preso ... ele falou eu:: não vou preso aí ... o problema dele ... fia... sabe o que é é:: ter que dividir a casa ... eu falei eu não tô aqui por causa da casa ... eu deixo tudo ... eu só quero ficar com as minhas filhas ... só isso ... cê entende fia? Ele pode ficar c'a casa ... com o que ele quiser ... eu não quero nada eu só quero viver c'as minhas filhas sabe ... só isso ((10seg de barulho de máquina)) de desde que e casE::i nun::ca fui na casa da minha mãe sozinha nunca fui em lugar nenhum sozinho é quando ele quer só ... entende ... sempre fui assim muito presa muito presa ... presa presa né ... e eu não sei ... **acho que é o gênio né:: é italiano né é um gênio:: ele é forte vIU fia** ((dirigindo-se à pesquisadora)) você é?

Sobre a incidência de agressão, as mulheres revelaram possuir um histórico de violência: aquela não era a primeira vez que tinham sido agredidas. São vários anos de agressão e várias as vezes que isso ocorreu, mas aquela era a primeira vez que denunciavam. Cem por cento das mulheres pesquisadas nessa DDM (considerando a totalidade: 15) se enquadraram nesse perfil!

Dep.1, turno 71-80

71. Escrivã C. - sempre foi assim durante esse casamento ou não?

72. Vítima M. - olha:: já... ameaça já teve várias... i:::: cada... depois que ele começou a trabalhar nessa penitenciária... eu acho que ele não tá separando...ele tá trazendo muito problema... pra casa... e tá piorando

73. Escrivã C. - faz quanto tempo ele tá trabalhando nessa penitenciária?

74. Vítima M. - nesse trabalho?...

75. Escrivã C. - [é
 76. Vítima M. - [ele deve ter... uns sete anos... sete anos... mas ele sempre foi::
 77. Escrivã C. - [foi agressivo
 78. Vítima M. - [agressivo, sempre foi... só qui::: se controlava um pouco mais né... a gente conversava...
 passava... mas ultimamente não está sendo nem ... não dá tempo nem de ter diálogo
 ((barulho da máquina de escrever))
 79. Escrivã C. - já teve outras... outros espancamentos?
 80. Vítima M. - foi menos... mais teve ((barulho da máquina de escrever))
 ((toca o telefone duas vezes na outra sala. A escrivã se levanta e vai atendê-lo))

Dep.2, turnos 160-166

160. Escrivã B. - ahn::: ... convivem há doze anos ... tem um filho... já ahn já ... já ... houve agressões anteriores
 161. Vítima L. - já::: ele chegava (me espancava me chutava ... me batia) chegava me batendo sem falar o
 porquê () 162. Escrivã B. - ahn e você nun:::ca::?
 163. Vítima L. - [eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu
 te corto o pescoço
 164. Escrivã B. - e você nunca [::: ... levou::: então
 165. Vítima L. - [é só (eu) receber intimação aqui
 166. Escrivã B. - agressão ... ameaça .. você nunca levou o fato ao conhecimento policial ... ah ... ele não tem
 vícios ... né ...

Dep.3, turnos 12-17, 28-35

12. Escrivã R. - é casada há vinte e sete anos::: são três os filhos:::
 13. Vítima S. - isso
 14. Escrivã R. - esse se::: desentendendo muito ... é quanto tempo?
 15. Vítima S. - fia ... já tem ... olha ... praticamente com quinze dias de casado
 16. Escrivã R. - quer dizer que durante todo o [matrimônio a senhora
 17. Vítima S. - [tudo tudo ah eh felicidade eu não sei o que foi isso não não
 nunca nunca subi/ nem sei nem o que que é isso
 28. Vítima S. - ele taí de prova i::: e ele me ameaçou de morte várias vezes ... ele já me bateu
 mU:ito [muito
 29. Escrivã R. - [a senhora nunca registrou?
 30. Vítima S. - nUN:ca fia [nUN:ca
 31. Escrivã R. - [ele tem algum tipo de vício?
 32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o o problema dele não deixa
 faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão ... isso daí::: me estremece
 sabe [nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ...
 33. Escrivã R. - [e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então
 34. Vítima S. - nunca [sempre guardei ...
 35. Escrivã R. - [é a primeira vez

Dep.4, turnos 125-128

125. Escrivã P. - ((depois de 1min25seg)) - já te agrediu outras vezes?
 126. Vítima I. - já
 127. Escrivã P. - cê nunca registrou nada?
 128. Vítima I. - não

Pelo estilo do depoimento, as mulheres têm o papel de responder - não questionam as escrivãs e nem o conteúdo do que foi registrado nos documentos. Só ocorreu um questionamento no depoimento 1, quando "M" discordou da classificação dada à lesão que

sofrera. Essa atitude, fugindo do padrão do depoimento, provavelmente foi motivada por ter lido em voz alta o que estava escrito no B.O. para a pesquisadora poder gravar. A escrivã fez a reparação imediata, utilizando-se do discurso autorizado, citando o Código Penal. Como já observado, nesse evento a interferência da pesquisadora pareceu determinante. (Cf. item 4.2.2, p. 66).

Outra ocorrência que não é um questionamento, mas um comentário, aconteceu no depoimento 3. A vítima "S" pergunta o porquê da escrivã não utilizar o computador para aquela atividade. "R" responde, aludindo à necessidade de padronização do trabalho na DDM - no que se refere à documentação - o que não seria possível, uma vez que naquela unidade só havia um computador, portanto, insuficiente, para atender a todas as escrivãs.

Dep.3, turnos 86-91

86. Vítima S. - nO::ssa de noite cê tá c'os dedos doendo hein? ... não? nO::ssa senhOra

87. Escrivã R. - acostuma né

88. Vítima S. - cê faz isso o dia inteiro né? pensou? ... não pode usar o computador? não é mais fácil? ... pros dedo?...

89. Escrivã R. - poderia se todas tivessem computador

90. Vítima S. - ah:::

91. Escrivã R. - só tem um ... então não fica uniforme

4.3.1 Arriscando as primeiras conclusões

Focalizei nessa parte do estudo a voz da vítima: como se constrói e se faz presente na atividade de trabalho da DDM.

A mulher fala para a escrivã sobre a agressão. Permeando o depoimento, há outras falas / outras vozes. Ao depor o fato em si, implicitamente, fala sobre a opressão estabelecida na relação homem-mulher, ou seja, evidencia o machismo ainda como um traço forte da sociedade brasileira. Sua denúncia é também um canal que faz transparecer a angústia, o medo, a vergonha, a culpa, a inferioridade. É uma voz social ocupando um lugar na interação e, de forma mais abrangente, no contexto institucional, social, ideológico.

Há ambigüidade na fala da mulher/vítima: declara um desejo de liberdade, mas ainda está presa àquela situação de opressão, seja pela dependência financeira, pelos filhos, pela meia-coragem capazes de fazê-la denunciar, mas não processar.

Apesar das contradições, embebida por diversas vozes, recortada por discursos de outros, a voz da vítima aparece na enunciação, na primeira etapa do processo jurídico. É ouvida. Tem papel e poder. De que forma ecoará nas outras etapas?

4.4. Em nome da mulher ou em nome da instituição?

4.4.1 O boletim de ocorrência

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995).

O *Boletim de Ocorrência* apresenta-se sob um formulário padronizado. Compõe-se, na parte da frente, de indicações a serem preenchidas com informações gerais sobre natureza da ocorrência, local dos fatos, dados do indiciado e da vítima. No verso, a folha em branco destina-se ao registro do "histórico", um breve resumo do fato ocorrido.

O "histórico" tem estrutura e forma fixas:

Histórico 1 (Anexo 8)

<u>HISTÓRICO</u> Comparece a ofendida, neste Distrito Policial, informando que convive maritalmente com o ofensor há cerca de 17 anos e possui dessa união 02 filhos; a vítima informa que seu marido faz uso de bebidas etílicas tornando-se muito agressivo quando ébrio; que na data dos fatos, por motivos a serem devidamente apurados no termo circunstanciado, o ofensor agrediu-a fisicamente causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve além de ameaçá-la de morte. Vítima: _____

Histórico 2 (Anexo 11)

<u>HISTÓRICO</u> Comparece a esta Delegacia a vítima retro qualificada informando que convive maritalmente com o autor há 12 anos, sobrevivendo a essa união um filho. Esclarece que na data dos fatos, por motivos a serem devidamente apurados, agrediu-a fisicamente, causando-lhe assim, lesões corporais de natureza aparentemente leve. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditame da Lei 9.099/95. VÍTIMA: _____
--

Histórico 3 (Anexo 15)

<u>HISTÓRICO</u> Segundo consta, vítima e indiciado convolaram núpcias há vinte e sete anos, sobrevivendo a essa união três filhos; alega que o marido é pessoa extremamente violenta e no curso da convivência matrimonial várias foram as desavenças, entreveros, desentendimentos, ameaças de morte e agressões físicas, as quais nunca foram registradas em quaisquer Unidade Policial; alega que não suportando mais as humilhações sofridas optou pela separação judicial e/ou consensual do casal, porém, em dia, horário e local retro mencionados, quando o indiciado foi cientificado de sua decisão, acabou por ameaçá-la de mal injusto e grave, pois não concebe a idéia de dividir os bens angariados durante o matrimônio. Elaborado o Termo Circunstanciado e remetido ao Fórum Local com as cautelas de estilo. Vítima: _____

Histórico 4 (Anexo 18)

<u>HISTÓRICO</u> Comparece nesta Delegacia as vítimas retro qualificadas informando que a 1ª vítima é casada com o autor há cerca de 18 anos; sobrevivendo a esta união três filhos; que a 2ª vítima é filha do casal. Informa que o referido faz uso freqüente de bebidas alcoólicas, e quando ébrio torna-se violento; que o mesmo já agrediu anteriormente, porém a esposa nunca registrou tais fato. Que na data dos fatos, durante discussão entre o casal, o autor a ameaçou de agressão; que a 2ª vítima foi em defesa da mãe e acabou sendo agredida pelo autor. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95 1ª Vítima: _____ 2ª Vítima: _____

Pelas ocorrências no *corpus*, observa-se que há um estilo e uma forma predominantes:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado (Bakhtin, 1979/1997:283-284).

Os enunciados são semelhantes e se repetem em todos os B.O's:

Histórico 1	Histórico 2	Histórico 3	Histórico 4
Comparece a ofendida, neste Distrito Policial, informando que ...	Comparece a esta Delegacia a vítima retro qualificada	Segundo consta, a vítima e indiciado ...	Comparece nesta Delegacia as vítimas retro qualificadas
Convive maritalmente	Convive maritalmente	Convolveram núpcias	A vítima é casada com o autor
Que na data dos fatos por motivos a serem devidamente apurados	Que na data dos fatos por motivos a serem devidamente apurados		Que na data dos fatos
	Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95.	Elaborado Termo Circunstanciado e remetido ao Fórum Local com as cautelas de estilo.	Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95.

O estilo tem como traço a marca da individualidade do sujeito do enunciado, mas se submete às coerções do estilo maior. Bakhtin alerta para o fato de que há gêneros em que a individualidade fica menos visível, principalmente naqueles que exigem forma padronizada, como é o caso:

As condições menos favoráveis para refletir a individualidade na língua são as oferecidas pelos gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, tais como a formulação do documento oficial, da ordem militar, da nota de serviço, etc. Nesses gêneros só pode refletir-se os aspectos superficiais, quase biológicos, da individualidade (e principalmente na realização oral de enunciados pertencentes a esse tipo padronizado) (Bakhtin, 1979/1997:283).

A individualidade é quase ausente: sem a identificação da escrevã que datilografou a ocorrência, não seria possível atribuir este ou aquele B.O. a uma ou outra funcionária. Com exceção do Histórico 3, cuja redação é mais elaborada, em que a escrevã utiliza-se de um léxico e uma estrutura mais cristalizados, diria, mais rigorosos dentro de um estilo e de uma forma legais, jurídicos; nos outros B.O's, embora submetidos às coerções, as escrevãs utilizaram um estilo mais simples e muito parecido entre si, tornando, assim, quase nulos os traços de individualidade.

Ressalto o "quase nulo" porque os enunciados mostram posicionamento claro de quem enuncia. O uso do estilo e da forma mais simples pelas escritas revelam uma opção individual, uma escolha que não é neutra nem imparcial, mas sim ideológica.

A escritora que adotou um padrão mais cristalizado foi a mesma que se sentiu incomodada com as gravações, inclusive solicitando que o gravador fosse desligado em um dos depoimentos. Poder-se-ia atribuir a esse estilo individual o qualificador de mais conservador em relação aos outros e, portanto, mais formal, mais autoritário, mais direcionado à linguagem jurídica / legal, mais distante da voz da vítima (que não domina o estilo, a forma, a linguagem jurídica...) e mais próxima do destinatário (juiz).

O caráter do estilo individual no B.O. 1327/99 (Anexo 15) assume o discurso legal de forma mais enfática. Isso não significa que nos outros documentos o discurso legal não seja utilizado, pelo contrário, é papel da escritora traduzir, reformular o discurso cotidiano da depoente em discurso oficial, no entanto, as escolhas que a escritora "R" fez, demonstram - inferem-se - um conhecimento maior da linguagem jurídica, uma preferência ideológica por narrar os fatos com um uso mais acentuado da linguagem jurídica, uma evidência da sua autoridade. De fato, ela se diferencia pelo comportamento diante das depoentes, da testemunha e do autor, pela atitude de resistência à pesquisa e, finalmente, pela redação dos documentos.

A narrativa no Histórico inicia-se em 3ª pessoa:

"Comparece a ofendida, neste Distrito Policial ..." (Histórico 1)

"Comparece a esta Delegacia a vítima ..." (Histórico 2)

"Segundo consta, a vítima e indiciado ..." (Histórico 3)

"Comparece nesta Delegacia as vítimas ..." (Histórico 4)

A cristalização do enunciado é tão estável no discurso que a forma não se altera, mesmo que a concordância gramatical assim a exigisse:

"**comparecem** nesta Delegacias **as vítimas**" (Histórico 4)

Os dêiticos (**neste** Distrito Policial, **esta** delegacia, **nesta** delegacia) ancoram o aqui e o agora da enunciação.

O discurso citado/relatado volta ao cenário! É a estratégia lingüística adotada que prevalece no Histórico.

Com exceção do B.O. 1327/99 (Anexo 15),²⁷ em que a introdução da narrativa se dá pelo discurso segundo (embora omitindo-se a autoria) "Segundo consta..." , nos outros, predomina o discurso indireto.

Nos B.O's 1309/99 (Anexo 8), 1314/99 (Anexo 11), 1341/99 (Anexo 18), o DI é introduzido pelo verbo *dicendi* "informar" seguido da conjunção QUE (de uma oração integrante). "Em relação ao emprego das conjunções integrantes, utilizamos *que* quando o verbo exprime uma certeza" (Cereja e Magalhães, 1999:276).

Quanto ao referente, o autor do discurso citado recebe a designação de vítima(s) nos três Históricos, sendo que no Histórico 1 há também a designação "ofendida" . Lembrando que para a Vitimologia, os termos "vítima" e "ofendida" se equivalem (Cf. item 3.3, p. 54).

Embora cada B.O. refira-se a um caso específico, o substantivo "vítima" é uma generalização.

O sujeito desinencial continua identificando o mesmo referente: ela, a vítima, a ofendida:

- possui²⁸ - Histórico 1
- esclarece que - Histórico 2
- informa que o referido faz uso - Histórico 4

A ocorrência do enunciado "Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95" em dois Históricos (2 e 4) é mais uma comprovação da padronização da forma composicional e da cristalização do estilo no discurso jurídico da DDM.

No Histórico 3, também há discurso citado, iniciado em discurso segundo. A designação imediata do referente fica "perdida", no entanto, é identificada pelo contexto:

"Segundo consta"

É o contexto que sinaliza a designação:

"... alega que o marido ... "→ só pode ser a vítima, e só pode ser "segundo" essa voz.

O verbo *dicendi* "alegar" é um termo usual da linguagem jurídica e aponta para um valor semântico com carga ideológica maior do que outros verbos *dicendi* (como "dizer" ou "declarar"). Ao "alegar", a vítima não "diz" simplesmente o que aconteceu: ela "cita como prova; apresenta como explicação ou desculpa" (Ferreira, 1993: 21), ou seja, justifica sua queixa. Ao adotar "alegar", a escritã, mantendo-se obediente à coerção da linguagem jurídica

²⁷ O B.O. e o T.C. referentes ao depoimento 3 serão analisados separadamente por possuírem um estilo diferenciado dos demais objetos em análise.

²⁸ Erro de grafia mantido do enunciado original.

e reafirmando sua pseudo-neutralidade da informação, faz uma apreciação avaliativa do discurso da depoente: a vítima não está só informando, está alegando!

A escritã encerra o Histórico 3 da seguinte forma: "Elaborado o Termo Circunstanciado e remetido ao Fórum Local com as cautelas de estilo". Firma, assim, sua obediência a um estilo mais formal, mais conservador.

Quanto ao léxico empregado nos quatro históricos, observa-se que as escolhas estão vinculadas à exigência da linguagem legal: vítima, ofendida, ofensor, autor. Os enunciados não são comuns à linguagem cotidiana:

- convive maritalmente;
- faz uso de bebidas etílicas;
- ébrio;
- sobrevivendo da união;
- no curso da convivência matrimonial;
- entreveros;
- foi cientificado;
- bens angariados;
- cautelas de estilo;
- retro-qualificado;
- retro- mencionado;
- lesões aparentemente leves;
- mal injusto e grave (Cf. determinação do Código Penal, artigo 147).

Consta no B.O. a caracterização da agressão: de "natureza aparentemente leve". A classificação é definida pelo Código Penal.²⁹ O uso do advérbio "aparentemente" exime a escritã e a justiça de qualquer responsabilidade por esta avaliação. Na verdade, o laudo médico é o documento que contém a informação, cujo emissor é a autoridade competente e o responsável legal pela avaliação das condições físicas da vítima.

²⁹ Texto do Código Penal, Capítulo II, Das Lesões Corporais:

"Lesão corporal de natureza grave

Parágrafo 1º Se resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto" (Código Penal, 2000:55).

4.4.2 O termo circunstanciado

O *Termo Circunstanciado* é um resumo dos fatos. Consta de uma folha timbrada com o brasão do estado de São Paulo, a identificação da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil e da Delegacia (daquela unidade). É uma folha em branco. Ao ser elaborado, recebe um número seguido da identificação do *Boletim de Ocorrência* a que se refere. O *T.C.* é gerado a partir do *B.O.*

No cabeçalho, há a identificação da natureza da ocorrência, local e data do fato. Os enunciados também são padronizados. A forma de apresentação é topicalizada e compacta: Natureza, Local, Data do fato, Dos fatos, Vítima, Testemunhas, Autor, Providências, Conclusão, Data, Assinatura. (Anexos 9, 12, 16 e 19).

Inicia-se a narrativa da seguinte maneira:

*DOS FATOS: Chegando ao **meu** conhecimento através do Boletim de Ocorrência ...*
ou

*Chegando ao conhecimento **desta** Autoridade Policial, através do Boletim de Ocorrência*

Os pronomes, possessivo e demonstrativo, ancoram o presente da enunciação. A escritã assume, inicialmente, a autoria do enunciado, o papel de narrador. Em seguida, passa a relatar o depoimento:

VÍTIMA: [Identificação da Mulher]. Estando presente nesta, argüida pela Autoridade Policial, respondeu: que ...", ou "... Presente nesta, argüida pela Autoridade Policial, respondeu haver convolidado núpcias com o agressor... " ou "... respondeu: haver ..."

Ressalto três aspectos do início do relato que merecem uma reflexão acerca da questão da autoridade:

- 1º : verbo argüir. O dicionário de língua portuguesa³⁰ traz a seguinte explicação sobre o significado do verbo:

[Do lat. arguere] *V.t.d* 1.Repreender, censurar, criminar, verberar, condenar com argumentos ou razões. 2. Revelar, inculcar, demonstrar. 3. Examinar questionando ou interrogando. 4. Impugnar a combater com argumentos. *T.d. e i.* 5. Acusar, censurar, criminar, condenar. 6. Examinar, questionando ou interrogando. *T.i.* 7. Argumentar, contender, disputar. *Transobj.* 8. Acusar, acoimar. 9. Qualificar, tachar. *Int.* 10. Argumentar, contender, disputar. 11.

³⁰ FERREIRA, A .B.H. (1997). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ed, RJ, Nova Fronteira

Examinar um aluno ou concorrente, questionando ou interrogando. **12.** Acusar-se de falta; dar-se por convencido de algum erro" (Ferreira, 1997:162).

Etimologicamente³¹, tem-se:

Argüir vb. 'repreender, censurar' 'examinar um aluno ou concorrente, interrogando ou questionando' XVI. Do lat. Arguere // **argüENTE** 1871 // **argüIÇÃO** XVIII. Do lat. tard. arguitio-onis // **argüITIVO** 1881. (Cunha, 1982/1999:66)

Na gênese do verbo, há um sentido de acusação. Mesmo utilizado como "questionar", "interrogar" pela escrivã, "argüir" traz essa herança semântica e revela a cristalização do discurso de autoridade dessa esfera e, de certa forma, um discurso de tom autoritário. Nesse contexto, o verbo adquire uma carga semântica e ideológica mais expressiva do que teriam outros como "perguntar" e "questionar". Considerando que há uma história repressiva e antidemocrática da instituição policial (Cf. item 1.3.1, p. 23), esse recurso lexical é coerente, uma vez que reflete no escrito esse passado histórico, ao mesmo tempo que obedece ao estilo exigido por uma linguagem jurídica - aqui, o policial e o jurídico caminham juntos ... Pode-se deduzir, de uma forma geral, que a Justiça Brasileira, além de desatualizada (o Código Penal é de 1940), dá respaldo a um discurso policial, por vezes, autoritário, pois exige a utilização de alguns termos, como "argüir", em que se evidencia a superioridade nas relações interacionais e sociais - é o poder da autoridade (ou do autoritário?...) que se faz presente.

- 2º: a autodesignação da escrivã "esta autoridade policial" aparece no T.C. É uma expressão exigida por essa esfera e revela que é desse papel e desse lugar que ela fala. Deduz-se, então, que nesse momento quem tem voz é a representante da instituição.

- 3º: as construções "respondeu que", "respondeu haver", embora diferentes gramaticalmente, introduzem a voz da depoente em DI. Esse tipo de discurso relatado, por excelência, traz em si a reformulação do discurso primeiro e é mais um clichê do discurso dessa esfera.

Na primeira parte da narrativa, cuja chamada é *VÍTIMA*, há o registro da condição civil da vítima, número de filhos. A estrutura, a forma e o estilo são os mesmos em

³¹ CUNHA, A.G. et.al. (1999) *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ed, RJ, Nova Fronteira.

todos os T.C's. O segundo período, ainda nessa chamada, registra informações sobre o comportamento do agressor: aspectos de agressividade, hábitos e vícios, incidência ou reincidência de agressões; aspectos do relacionamento conjugal. A escrivã descreve a ameaça ou a agressão, nesta última, identificando o tipo de golpe e informando a classificação da lesão.

O segundo bloco inicia-se assim:

- "Esclarece a declarante que ..."
- "A declarante afirma que ..."
- " Alega que o marido ..."
- "... que seu amásio tem o hábito ... "

A última parte desse item informa se a vítima irá REPRESENTAR (dar prosseguimento ao processo, ou seja, sair da esfera policial para atingir a esfera judicial: o autor será apresentado ao juiz, tornando-se ACUSADO e deverá responder ao processo criminalmente) ou NÃO REPRESENTAR - retirar a queixa.

Havendo mais de uma vítima, registram-se, nesse item, os demais depoimentos.

TESTEMUNHAS: registro do depoimento das testemunhas, se houver. Quando não há apresentação de testemunhas, portanto sem depoimentos, menciona-se o seguinte enunciado: "*Não foram apresentadas testemunhas diretas e indiretas*".

Chamo a atenção para o registro que a escrivã "R" faz do depoimento da testemunha (Anexo 16):

"Estando presente nesta, às de costume disse nada."

"R" desconsidera o relato da testemunha, emitindo um julgamento: "disse nada", ou seja, o dito é tão desimportante que corresponderia a uma ausência de depoimento. "Às de costume": se é costumeiro, trata-se de uma prática conhecida e comum: as testemunhas nunca dizem nada. O sentido de anulação atribuído ao depoimento da testemunha parece estar sustentado na convivência do destinatário: o juiz. Em outras palavras, a escrivã parece dizer ao juiz: "como já é de nosso conhecimento, e como sempre, essa testemunha é mais uma que não disse nada".

"R" não só reformula o discurso da depoente, como também o deixa totalmente desacreditado, anulando o poder e o papel da testemunha.

Nesse mesmo documento, há o registro do depoimento do autor, marido de "S" . Há uma única ocorrência de Discurso Direto marcado tipograficamente com as aspas. A escritã reproduz a voz do autor e a insere numa forma e num estilo acentuadamente legal, jurídico.

PROVIDÊNCIAS. Esse item relaciona os documentos que são anexados àquele termo (B.O., laudo, ficha clínica).

CONCLUSÃO: Nessa parte, a escritã emite seu parecer sobre o caso. O referente não é o EU: mantém-se distante do relato. Fala em 3ª pessoa. É o discurso institucional que, por intermédio da padronização do enunciado e da sua estabilidade, assume a voz:

"Em face do apurado, infere-se que a pessoa qualificada como autor dos fatos, em tese, infringiu ao disposto nos artigos 147 e/ou 129³² do CP [Código Penal] e com supedâneo [ou] com base no que diz o art. 69³³ Parágrafo único da Lei 9.099/95, encaminhando-se o presente instrutório ao JECRIM desta, saindo as partes devidamente compromissadas que deverão comparecer em Juízo, se necessário for, quando previamente notificadas, sob pena de desobediência. Registra-se e cumpre-se" ou "Em face do apurado ... encaminha-se o

³² "Ameaça

Art. 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação" (Código Penal, 2000:64).

"Lesão Corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Parágrafo 1º Se resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

Parágrafo 2º Se resulta:

I - incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III - perda ou inutilização de membro, sentido, unção;

IV - deformidade permanente;

V - aborto

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8(oito) anos" (Código Penal, 2000:56).

³³ "Seção II - Da Fase Preliminar

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento de ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança" (Lei nº 9.099, 26/9/1995 In Jesus: 2000: 154)

presente instrutório ao JECRIM, saindo as partes devidamente compromissadas a comparecer em Juízo, quando previamente intimadas sob ..."

O discurso é atravessado pela voz do Código Penal, ao qual a escrivã recorre. A expressão imperativa: "*Registra-se e cumpra-se*" integra o estilo do documento, fechando a forma composicional. O texto (cristalizado) da conclusão revela, de forma nítida, as coerções impostas pela atividade dessa esfera em análise.

Após a "Conclusão", há o espaço destinado ao local e à data.

O documento é assinado pela vítima, pela delegada e rubricado pela escrivã de polícia. Todos assinam e assumem o que está registrado, referendando o sentido atribuído àqueles discursos.

Sob a forma escrita, a escrivã fala em nome da vítima, via discurso relatado, e fala em nome da instituição reformulando o discurso primeiro, dirigindo-se ao juiz.

A voz que prevalece é a da instituição. A voz da mulher sofreu as transformações, os apagamentos inerentes ao processo oral/escrito, além da reformulação, interpretação, tradução no discurso citado.

A reformulação se dá pelo discurso relatado, pelas trocas lexicais, pela estrutura formal, rígida, padronizada, pelo estilo lacônico que compõem o discurso legal.

Cotejando os três objetos (Cf. quadros comparativos nas páginas seguintes), observa-se, ainda, que no processo de reformulação da linguagem cotidiana para a legal (do oral para o escrito), a autoridade policial omite informações, emite opinião sobre as informações, deixa transparecer, sutilmente, sua opinião sobre o caso. Como já comentado, não há critério estabelecido para essa triagem de informação, a não ser o bom senso individual, a capacidade de interpretação e de avaliação para selecionar o que é importante ou não daqueles relatos.

Os quadros apresentam fragmentos dos depoimentos em comparação ao que foi registrado no T.C.

No primeiro referente ao depoimento 1, observa-se que a escrivã omite a informação de que o marido de "M" possui porte de arma (infere-se que em função da profissão) e a ameaça de morte. Pelo discurso citado de "M", infere-se que o marido utilizaria essa suposta arma para matá-la (turno 162). A escrivã não menciona o fato na narração: a profissão do marido - agente penitenciário - somente é citada nos dados pessoais. Não é possível afirmar, mas subentende-se que o critério para a exclusão desse dado tenha sido motivado pelo senso de corporativismo observado em determinadas classes profissionais - poderia ser o caso!?

O segundo quadro refere-se ao depoimento 2 e seu respectivo T.C. Entre outras questões, ressalto o fato de "L" ter mencionado, embora de forma modalizada, que o marido possui o vício de beber (turno 162). A escrivã registra que ele é "desprovido de vícios".

No terceiro depoimento (quadro 3), a escrivã omite a informação sobre o alcoolismo do agressor (turno 32).

"S" menciona sua condição de submissão ao marido durante todo o casamento, refere-se ao comportamento repressivo dele como um traço característico do povo italiano: "o italiano tem gênio forte"... Ao reformular o discurso da vítima, "R" muda o sentido: a ascendência italiana deixa de ser atribuída como perfil de pessoa de temperamento forte para ser a responsável pela atitude do marido em não querer dividir os bens.

Quanto ao depoimento da testemunha (quadro 4), ressalto o fato da escrivã ter emitido julgamento sobre ele, de tal forma que parece anulá-lo por completo. O primeiro enunciado sobre a declaração da testemunha é a intervenção da escrivã, mencionando: "Estando presente nesta, às de costume disse nada". Ou seja, dirige-se ao destinatário informando que aquela declaração não tem qualquer valor, assim, predispõe o juiz a desconsiderar o testemunho. Ela já faz avaliação e o julgamento da declaração antes que o juiz a avalie. Mesmo registrando a fala da testemunha, no contexto isso já não tem importância. A obrigatoriedade do registro talvez esteja mais vinculada à exigência do estilo e da forma do documento do que à apreensão individual feita do discurso da testemunha.

O depoimento do marido também sofre a interpretação da escrivã, como não poderia deixar de ser. Ela omite, por exemplo, a declaração que ele faz de nunca ter agredido a mulher. Ela não o questiona sobre a divisão dos bens (a vítima o acusara de não querer dividir o patrimônio) - talvez esse tipo de informação caberia ao advogado!?

O quarto depoimento (quadro 6) sofreu a interrupção da gravação. No entanto, comparando-se a parte da interação que foi gravada com o registro no B.O. e T.C., observa-se que as funcionárias escreveram detalhes do caso, os quais não foram mencionados no momento dessa interação. Infiro que as profissionais se utilizaram das informações fornecidas no primeiro contato das vítimas com a DDM, das anotações do resumo e recorreram à memória do caso. Ao contrário dos demais depoimentos, há mais acréscimos ao que foi dito do que omissões. A segunda vítima não faz relato, não é indagada pela escrivã nessa interação, no entanto, há o registro de depoimento da segunda vítima - novamente, infiro que a escrivã tenha recorrido às informações apresentadas pelas vítimas no primeiro depoimento prestado naquela DDM.

QUADROS COMPARATIVOS: DISCURSOS ORAIS X DISCURSOS ESCRITOS

Quadro 1

Depoimento 1	Termo Circunstanciado nº 645/99
69. Escrivã C. - ele bebe muito... faz há muito tempo que ele bebe? 70. Vítima M. ele não é um alcoólico...ele bebe...assim em festas...finais de semana né mas é uma pessoa extremamente violenta quando bebe... 71. Escrivã C. - sempre foi assim durante esse casamento ou não? 72. Vítima M. - olha:: já... ameaça já teve várias... i::: cada... depois que ele começou a trabalhar nessa penitenciária... eu acho que ele não tá separando...ele tá trazendo muito problema... pra casa... e tá piorando	...que seu amásio tem o hábito de ingerir bebidas etílicas tornando-se agressivo quando ébrio; a ofendida consigna que a agressividade od seu amásio se acentuou depois que ele começou a trabalhar como agente penitenciário...
79. Escrivã C. - já teve outras... outros espancamentos? 80. Vítima M. - foi menos... mais teve ((barulho da máquina de escrever)) ((toca o telefone duas vezes na outra sala. A escrivã se levanta e vai atende-lo))	... que já ocorreram diversas agressões físicas porém nunca registradas em qualquer repartição policial....
154. Vítima M. - é que nós fomos numa festa... num nojyado né e lá ele começou a beber beber sabe? e aí eu convidei ele pra vir embora... tô chamando e ele na::da... nada aí eu cansei e falei então vou eu embora ..Aí quando eu cheguei no carro né ele veio atrais de mim aí eu pedi a chave pra eu ir embora a pé... aí ele me deu a chave já me deu com um soco... né ((vozes de outros depoimentos)) a::i: tudo bem... peguei a chave e fui embora e falei... ele vai voltar... ele quer beber ele que fique lá bebendo né... aí quando eu cheguei em casa ele já tAva em casa... no portão... ca::rro aberto... no úl:timo volume... ((assovio cantarolado no ambiente)) ele entrou atras de mim chutando tUdo.. chutando portão... chutando porta ... quebrou janela... né ... e aí (((vozes))) ele começou a me espancar... aí eu chamei a polícia ele me deu um murro no olho... né... sem contar ((escrivão reinicia a datilografia)) que ele dirige alcoolizado quando ele tá assim... eu já venho a pé porque se eu entrasse no carro com ele... ele ia tacar aquele carro lá::: no poste... que ele já... já... acostuma né querer dar uma de louco... assim quando tá... .. nervoso (é difícil) chamar amigo nosso né pra pra acalmar... porque se não... ele... .. ia fazer uma loucura lá... .. além dele espancar ele quer quebrar tudo tudo... o escândalo que ele faz... a rua toda ouve... 155. Escrivã C. - é o direito né? 156. Vítima M. - foi o direito 157. Escrivã C. - chute...murro...né que a senhora falou 158. Vítima M. - ele deu chute... dá: murro... ele::: eh onde pegá... .. e ele é:::uma pessoa::: treinada né... ele tá ne::sse meio né é::: es:preparado... ele sabe onde bater 159. Escrivã C. - depois disso ele ameaçou... quando você falou que ia chamar a polícia ele te ameaçou de morte 160. Vítima M - é durante a briga é que ele falava 161. Escrivã C. - ahn 162. Vítima M. - o tempo todo você deu sorte que eu não tô com a arma aqui.. se:eu tivEvesse com a arma eu ia descarregar na sua boca... descarregar no seu ouvido... mas sem mais sem menos... ele... começa... assim por nada... e ele tem porte de arma né... é que no momento ele tá sem arma... ((vozes e barulho da máquina de escrever))	... que na data dos fatos, seu amásio estava alcoolizado e após um desentendimento entre o casal, o autor agrediu-a desferindo-lhe um soco no olho direito além de chutes e murros pelo corpo da ofendida causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve. A ofendida consiga que no auge da discussão ele ameaçou-a de morte.

Quadro 2

Depoimento 2	Termo Circunstanciado nº 647/99
88. Escrivã B. - são casados legalmente? 89. Vítima L. - não 90. Escrivã B. não? 91. Vítima L. - eu vivo com ele há doze anos 92. Escrivã B. - estado civil dele? 93. Vítima L. - solteiro 150. Escrivã B - um filho né 151. Vítima L.- é ... um menino de seis anos	... respondeu que convive maritalmente com o autor há 12 anos, sobrevivendo a essa união um filho
161. Vítima L. - já:: ele chegava (me espancava me chutava ... me batia) chegava me batendo sem falar o porquê () 162. Escrivã B.- ahn e você nun::ca::/ 163. Vítima L. - eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço 164. Escrivã B. - e você nunca:: ... levou:: então 165. Vítima L - é só (eu) receber intimação aqui 166. Escrivã B. - agressão ... ameaça .. você nunca levou o fato ao conhecimento policial ... ah ... ele não tem vícios ... né ... 167. Vítima L. - não 168. Escrivã B. - ahn::: 169. Vítima L.- ahn::: única coisa que ele tem de vício é só beber mesmo 170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu::ito é descontrolado 171. Vítima L.- não de chegar de fogo ... é que ele bebe um pouco ... não fica caindo ... é um bêbado normal 172. Escrivã B. - é uma pessoa de temperamento agressivo 173. Vítima L. - ele fica agressivo ignorante ... qualquer coisinha já 174. Escrivã B. - não há um motivo mais::: 175. Vítima L. - não aí::: começa a 176. Escrivã B. - forte 177. Vítima L. - ofender com palavras::: 178. Escrivã B. - ahn 179. Vítima L. - obscenas::: .. aí você não agüenta.. aí também eu revido ... aí chega uma hora que onde vem pra cima aí ele bate ... entendeu ... eu nunca vim atrais porque eu falava nã::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ... ah se você for um dia ... você vai ver	... Esclarece a declarante que o amásio é pessoa desprovida de vícios, contudo, de temperamento agressivo e explosivo. Que já agrediu-a fisicamente diversas vezes, bem como proferiu-lhe ameaças de morte, porém, nunca levou os fatos a conhecimento policial.
15. Escrivã B. - procurou:: () 16. Vítima L. - se eu pegar um dia de cadeia por sua causa eu te mato 17. Escrivã B. - cê pretende::: propor a separação::: ou::: andou procurando advoga:do... não 18. Vítima L. - não::: até::: aí::: não eu pensei ... não pensei ... mas eu:::eu acredito que ele devia ta .. sei lá .. responder um processo por isso daí ..isso daí porque ele já me bateu várias vezes ... e eu falava sempre que um dia eu ... ia ... dá ... queixa	... Informa que a convivência é norteadada por discussões e desavenças, mas não tenciona separar-se do referido.

Quadro 3

Depoimento 3	Termo Circunstanciado nº 653/99
12. Escrivã R. - é casada há vinte e sete anos:: são três os filhos:: 13. Vítima S. - isso 14. Escrivã R. - esse se:: desentendendo muito ... é quanto tempo? 15. Vítima S. - fia ... já tem ... olha ... praticamente com quinze dias de casado 16. Escrivã R. - quer dizer que durante todo o matrimônio a senhora 17. Vítima S. - tudo tudo ah eh felicidade eu não sei o que foi isso não não nunca nunca subi/ nem sei nem o que que é isso 32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o o problema dele não deixa faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão ... isso daí:: me estremece sabe nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ... 33. Escrivã R. - e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então 34. Vítima S. - nunca sempre guardei ... 35. Escrivã R.- é a primeira vez	... haver convolado núpcias com o autor dos fatos há vinte e sete anos, sobrevindo a essa união três filhos; a declarante afirma que durante todo o matrimônio vários foram os desentendimentos, desavenças, entreveros, agressões físicas e até ameaças de morte
50. Vítima S. - agora esse ... a faca ta aqui ó ele colocou assim ó ficou mais de minuto ... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que saí a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido sabe ... que ele falou que não vou preso ... ele falou eu:: não vou preso aí ... o problema dele ... fia... sabe o que é é é:: ter que dividir a casa ... eu falei eu não tô aqui por causa da casa ... eu deixo tudo ... eu só quero ficar com as minhas filhas ... só isso ... cê entende fia? Ele pode ficar c'a casa ... com o que ele quiser ... eu não quero nada eu só quero viver c'as minhas filhas sabe ... só isso ((10seg de barulho de máquina)) de desde que e casE::i nun::ca fui na casa da minha mãe sozinha nunca fui em lugar nenhum sozinho é quando ele quer só ... entende ... sempre fui assim muito presa muito presa ... presa presa né ... e eu não sei ... acho que é o gênio né:: é italiano né é um gênio:: ele é forte vIU fia ((dirigindo-se à pesquisadora)) você é?	... optou pela separação e tendo comunicado sua decisão ao marido à data dos fatos, acabou ameaçada de mal injusto e grave, sendo que o autor inclusive utilizou-se d uma faca de cozinha; a declarante afirma que levará adiante sua opção pela separação e apenas que os filhos permaneçam em sua companhia, porém, o marido face a ascendência italiana sente-se preso aos bens materiais que foram angariados durante o casamento e nega intenções em dividi-los.

Quadro 4

Depoimento 3 (Testemunha)	Termo Circunstanciado nº 653/99
111. Escrivã R. ((barulho de máquina por 20seg)) acerca dos fatos que dona ((diz o nome da vítima)) alega ter sofrido no dia onze do nove ... onde seu ((diz o nome do acusado)) ... que é marido dela teria a ameaçado ... qual é ah seu conhecimento ... a senhora viu ... a senhora soube? 112. Testemunha M. - não ... eu sou a vizinha dela há mais de cinco anos ... ela relatou ... por telefone o que aconteceu e me convidou pra eu ser testemunha aqui na quinta-feira 113. Escrivã R. - ah tá 114. Escrivã R. - (então) a senhora tomou conhecimento do fato através de narrativas da própria vítima 115. Testemunha M. - isso ... da própria vítima 116. Escrivã R. - a senhora já tinha um outro conhecimento ou esse foi o primeiro? 117. Testemunha M. - não ... ela já havia comentado algumas vezes comigo 118. Escrivã R. - é 119. Testemunha M. - que ela tem o salão né 120. Escrivã R. - hum 121. Testemunha M. - ela é cabelereira 122. Escrivã R. - certo 123. Testemunha M. - e eu sou cliente dela e ela tinha comentado comigo ... como nós somos mais íntimas ela já tinha ... falado alguma coisa a respeito 124. Escrivã R. que havia os desentendimentos entre o casal 125. Testemunha M. - isso já algum tempo ela já tava já já 126. Escrivã R. - () lamentando há algum tempo ... mas ela não comenta com quase ninguém o fato só eu 127. Escrivã R. - ((barulho de máquina de escrever durante 1min45seg)) a senhora tem conhecimento de que ela optou pela separação? Que esse teria sido o motivo dela ter sido ameaçada pelo marido? 128. Testemunha M. - se eu tenho conhecimento? 129. Escrivã R. - isso 130. Testemunha M. - se eu tá sim através da violência né 131. Escrivã R. - hum hum 132. Testemunha M. - que ela tá querendo separar ... primeiro ela falou que não queria sair ... agora ela tá querendo até abrir mão pra sair né então ... ele nega viu ... ele fala ... geralmente eles negam ... né ... ela comentou também ... que ele faz esse tipo de ameaça quando não se encontra ninguém na casa	... Estando presente nesta, às de costume disse nada. Compromissada e inquirida pela Autoridade, respondeu: ser vizinha da vítima há cinco anos e em face da profissão da mesma acabaram se tornando amigas íntimas e em algumas ocasiões a vítima teria confidenciado à depoente que suas relações matrimoniais não encaminhavam bem ... tomou conhecimento de que a vítima havia sido ameaçada de mal injus0to e grave pelo marido, através de narrativas da referida num contacto via telefone; a depoente afirma ter conhecimento que o motivo que ensejou a ameaça proferida pelo autor seria a vítima ter optado pela separação legal do casal; a depoente deseja consignar que a vítima teria narrado-lhe que o marido efetua as ameaças contra a pessoa da esposa em estando o casal a sós.

Quadro 5

Depoimento 3 (Autor)	Termo Circunstanciado nº 653/99
150. Autor A - (eu não sei) ((diz o nome da vítima)) ta ficando doida de falar isso daqui ... não ... sabe o que aconteceu fía eu vou falar ... nós não tamo se dando bem há muito tempo né então eu ta eu tava na cozinha ... eu fui pegar não sei a versão que ela falou ... eu tava cortando um pedaço de queijo ... aí ela me começou a me cutucar né assim né começou assim né falou do serviço dela porque ela sa/ ela sabe que eu não gosto que ela trabalha fora então eu falei ah pra matar uma pessoa é tão fácil pegar uma faca e furar ... mas não que eu ameacei ela não 162. Autor A - ela tava passando roupa perto ... eu peguei ... ela começou ... a falar sobre o serviço dela ... ah eu não gosto que ela trabalha fora mesmo foi quando que eu construí o salão lá pra ela ... e ela depois que acabou de construir ela ela abandonou e foi trabalhar fora ... então eu tava cortando um pedaço de queijo ... então ela começou a falar assim ó pra matar uma pessoa é fácil ta com a faca na mão é só cutucar ... e () tava numa distância assim como ta nós dois () mas não que eu ameacei ela ... pelo amor de deus ... eu vou:: ... estragar minha vida? que é isso ? ... eu to até admirado de ela veio aqui 152. Autor A - eu tava cortando um pedaço de queijo pra mim comer e ela tava perto e foi isso que aconteceu ... é ela falou pra minhas filhas que eu pus a faca no pescoço dela (ela levanta a voz pra mim) falar que eu bato nela às vezes que tu to () fala que eu bato nela eu nunca relei a mão nela	... o declarante alega não gostar que sua esposa labore fora de sua residência e, à data dos fatos a referida estava passando roupas na copa e o declarante na cozinha cortava um pedaço de queijo e sua esposa passou a conversar consigo sobre seu trabalho, consignando que o fez na intenção de provocá-lo, sendo que o referido com uma faca nas mãos, disse-lhe: "matar uma pessoa é fácil, basta cutucar"(SIC); o declarante nega tenha dito tal frase na intenção de ameaçar a vítima.
154. Autor A - não ... ela pensa ... ela pensa em separação que ... que ela fala que não gosta de mim que nunca gostou que é ... vinte e cinco anos de casado que é atraso de vida ... eu vou fazer o quê? eu to com ela ... ela faz uns seis meses que ela não fala comigo 155. Escrivã R. - ah já tem seis meses que vocês:::... 156. Autor A - não temo relação 157. Escrivã - hum::: 158. Autor A - e eu se eu vou chegar perto dela ... né pra conversar com ela ela ela agri agride com palavra	... haver convolado núpcias com a vítima há mais de vinte e cinco anos, afirmando que há tempos o casal não vem se entendendo bem, consignando inclusive que há seis meses pernoitam em quartos separados

Quadro 6

Depoimento 4	Termo Circunstanciado nº 658/99
113. Escrivã P. ((após 30seg)) cê é casada com ele há dezoito anos? tem três filhos? 114. Vítima I. - tenho 115. Escrivã P. - ele bebe? 116. Vítima I. - e::le bebe 117. Escrivã P. - isso acontece quando ele tá bêbado? 118. Vítima I. - é ... quando 119. Escrivã P. - ou é do temperamento dele? 120. Vítima I. - não ... quando ele bebe é que ele fica assim 121. Escrivã P. - só quando bebe? 122. Vítima I. - só quando bebe aí precisou nós vim aqui por causa disto que ele estava agressivo co'a menina ... aí foi passado na delegacia e tudo 123. Escrivã P. - nesse dia aqui ele ameaçou você aí a filha foi te:: defender aí ela que acabou sendo agredida isso? 124. Vítima I. - é é foi isso aí ... é é 125. Escrivã P. - ((depois de 1min25seg)) - já te agrediu outras vezes? 126. Vítima I. - já 127. Escrivã P. - cê nunca registrou nada? 128. Vítima I. - não	... respondeu: haver convolado núpcias com o autor dos fatos há dezoito anos, sobrevivendo a essa união três filhos; alega qu o marido faz uso de bebidas com teores etílicos e quando embriagado se torna extremamente violento, sendo que no curso do matrimônio já teria agredido-a fisicamente noutras ocasiões; (...) informa que o autor costumeiramente promove desordens no lar conjugal produzindo tormentos e deixando o relacionamento insustentável, inclusive aos filhos do casal; na data dos fatos o autor se encontrava visivelmente embriagado, passando a fomentar desavenças e desentendimentos no lar, iniciando-se assim uma discussão, onde no auge o autor ameaçou de agredir fisicamente a esposa, tendo inclusive levantando o braço para agredi-lá , momento em que a filha do casal interveio e acabou levando o tapa que inicialmente era destinado a sua mãe ...
142. Vítima R. - mas por quê? ela não retirou? ela não falou que ele resolveu se tratar? 143. Escrivã R. - AQUI é se ela for se separar segundo ela ... ela não vai representar justamente por isso mas ela precisa do boletim ... 144. Vítima R. - ah tá 145. Vítima I. - () 146. Escrivã R. - num vai ter um PROsseguinto criminal disso aqui ... certo? agora nesse caso aqui é pra instruir o cível 147. Vítima I. - é pra::: mostrar pro adevogado 148. Escrivã R. - isso 149. Vítima R. - o que é isso pra que isso? 150. Escrivã R. - é se ela for separar é quando ela for 151. Vítima R. - ah sim é 152. Vítima I. - ah se for continuar aí levã esse papel pro adevogado ... entendeu? 153. Vítima R. - ah sim se for continuar ... ah é tá 154. Escrivã R. - aqui é só	... respondeu em presença de sua representante legal que, o autor dos fatos é seu pai e, costumeiramente o referido faz uso de bebidas alcoólicas, sendo que em face o estado de embriagues, promove desordens e desavenças no lar conjugal, tendo muitas vezes chegado a espancar sua genitora, sem que a mesma fizesse qualquer comunicação à autoridade policial de tais fatos; a declarante alega que na data dos fatos, cansada de ver a mãe ser humilhada pelo pai bêbedo, tomou a frente do referido quando esse tencionava novamente agredir fisicamente sua mãe, sendo que o tapa destinado à sua mãe, acabou por acertá-la à mão direita, fazendo-a sofrer as lesões descritas em ficha de atendimento clínico em anexo.

4.4.3 Algumas palavras sobre a escrivã

A escrivã é investida de um PODER (é a autoridade constituída) e de um SABER que possibilitam o desempenho daquela função: conhece a lei, a forma e o estilo dos documentos, como conduzir o depoimento. Seu conhecimento jurídico - pré-requisito para participar do concurso público ao cargo - aliado ao subjetivismo que a atividade lhe impõe estabelecem critérios sobre o que deve legalmente registrar.

Ela, independentemente da vontade pessoal, não tem autonomia para agir de outra maneira: sofre as coerções da atividade, precisa escrever de acordo com o estilo em discurso citado, em 3ª pessoa, precisa utilizar as forma padronizadas e os termos específicos. Faz parte da sua atribuição profissional fornecer orientações para as vítimas sobre os locais de assistência social e advocacia, bem como esclarecer acerca de todas as etapas do processo e das opções que a vítima tem de retirar a queixa ou prosseguir com o processo.

Mesmo que quisesse dar um atendimento mais personalizado, está coagida pelo tempo: há outras pessoas aguardando atendimento - é pouco o efetivo da polícia. Além do mais, faz parte da atividade a escrivã se manter distante, posicionar-se de forma a não se envolver com as vítimas, não se deixar impressionar pelos dramas daquelas mulheres.

O ambiente também não permite que ela realize o registro de forma contínua: é interrompida por outras mulheres que vêm retirar a senha ou solicitar informações. A sequência do Depoimento 1 demonstra uma dessas interferências:

Dep.1, turnos 87-119

87. Escrivã C. - ((apontando para as senhas)) Pode pegar aqui... é a primeira vez?
88. Mulher A - oi... não... uma informação... eu::: eu tinha tinha né ((riso)) uma casa alugada... i::: quando foi sábado eu cheguei em casa...
89. Escrivã C. - ahn
90. Mulher A.- as minha coisas ((rindo)) já num tavam mais
91. Escrivã C. - ahn
92. Mulher A - tiraram de lá de dentro mu:::mudaram::: pra outra casa... a pessoa que morava comigo né que era::: uma... uma outra colega minha que os pais dela era os fiadores da casa::: né... ((chegou outra mulher))
93. Escrivã C. - pois não
94. Mulher B. - posso pegar a senha?
((escrivã acena positivamente com a cabeça e dirige-se a mulher A))
95. Escrivã C. - ahn
96. Mulher A. - i::: na quarta ela pediu pra mim mudar da casa eu falei... que ela queria cancelar o contrato...
pagá a multa que ela ia embora né e que não queria mais ()
97. Escrivã C. - Ah... pega a senha e aguarda que eu tô fazendo um atendimento
98. Mulher A. [aqui:::
[não... não só [pra
99. Escrivã C. - [ahn
100. Mulher A. - só informação se é aqui mesmo
101. Escrivã C. - ahn

102. Mulher A. - porque eu já fui no no sexto DP...
 103. Escrivã C. - ahn
 104. Mulher A. - i:: eles lá não souberam explicar direito:::
 105. Escrivã C. - ahn
 106. Escrivã C. - no primeiro DP também...
 107. Escrivã C. - e você sabe pra onde foi suas coisas?
 108. Mulher A.- sei pra onde foi
 109. Escrivã C. - ahn
 110. Mulher A. - só que eu tinha um contrato né... eu tinha uma ((riso suave)) casa... cheguei lá já não tenho mais
 111. Escrivã C. - ahn
 112. Mulher A. - eu queria saber se é aqui se não é () o que pode fazer porque assim eu num... eu tô trabalhando também...
 113. Escrivã C. - é... acho que cabe um processo criminal... mas aí você aí vai ter que aguardar pra fazer atendimento
 114. Mulher A. - abri um processo aqui mesmo?
 115. Escrivã C. - é
 116. Mulher A.- criminal?
 117. Escrivã C. - é
 118. Mulher C. - tá bom
 119. Escrivã C. - tá ((escrivã volta à datilografia))

A escrivã tenta dispensar a mulher que interrompera o depoimento (turnos 87-88), inútil. Sem sucesso, deixa a mulher relatar o caso, que é assistido por "M" (a vítima cujo depoimento estava sendo registrado) e pela pesquisadora. Nova tentativa de encerrar o diálogo (turnos 96-97) foi frustrada.

Os turnos 89, 91 e 95 são preenchidos com marcadores lexicalizados (ahn) para a manutenção dessa seqüência conversacional. "C" demonstra impaciência (turnos 101 a 111), marcada pela entonação. No entanto, continua a ouvir a história e, somente no turno 113 se pronuncia, dando uma explicação: sua interlocutora não percebera as pistas entonacionais de irritação e impaciência. "C" encerra o diálogo no turno 119 e volta-se para a finalização da datilografia do depoimento de "M".

Essa interação ainda sofre a interferência de uma segunda mulher que chega para retirar a senha (turnos 93-94).

O telefone toca e "C" responde ao toque. Trata-se de uma instituição de atendimento, é preciso atender...

O local já deu mostras de ser inadequado para aquela atividade que, em princípio, deveria se sigilosa para preservar a intimidade da depoente.

Além dessas interferências externas, o barulho da máquina de escrever é constante em toda a interação; barulho da rua; há pessoas circulando pelas salas. Como os depoimentos acontecem simultaneamente, é possível ouvir o que ocorre na sala ao lado: os depoimentos

podem ser ouvidos na íntegra por qualquer pessoa que esteja nas imediações das salas. É impossível obter privacidade

Se não bastasse tudo isso, a escrivã conta com a presença da pesquisadora e do seu gravador, a qual se constitui em mais uma força coercitiva: o fato de estar sendo observada provoca uma mudança na situação, mesmo que mínima. É o modo de falar, a postura, a tentativa de controlar uma irritação, o desconforto. A presença da pesquisadora foi autorizada pela delegada - ela nem foi consultada - recebeu ordem! Mesmo com a pesquisadora consultando-a acerca da possibilidade de gravar aquela interação a qual ela conduziria, a escrivã não teria o poder de proibir - já havia sido comunicada daquela interferência, recusar-se significaria desobedecer a uma ordem superior.

O discurso da escrivã é recortado pela voz da depoente, pela voz da instituição, pela voz da legalidade, do jurídico. Ela é mediadora entre a mulher e o juiz. Ambos têm poder: a mulher, de desencadear ou encerrar o processo, o juiz, de julgar, condenar, absolver. O seu poder se limita no desempenho do papel institucional, na interação. É evidente que esse poder implica um outro: o de escrever, registrar aquilo que será perpetuado no rito processual. É o que ela disser que vai prevalecer.

O tom de autoridade é característico do discurso da escrivã (uma forma de evidenciar o seu poder?) , principalmente durante os depoimentos, já que no registro sua liberdade de ação sofre mais coerções impostas pelo estilo e pela forma composicional.

"R", a escrivã do depoimento 3, é a mais enfática:

Dep.3, turnos 149, 177, 181 (interação com o marido acusado de agressão)

149. Escrivã R. - seu ((diz o nome)) o senhor foi intimado aqui ... porque consta que no dia onze de setembro ... por volta de vinte e uma e trinta ... o senhor teria ameaçado de morte sua esposa dona ((diz o nome da vítima)) ... qual sua versão para este fato?

177. Escrivã R. - o senhor leia o seu depoimento ... o senhor é responsável pelo seu depoimento

181. Escrivã R. - agora é só aguardar a intimação pra comparecimento no fórum ... aqui é só ... o senhor está dispensado

A escrivã, desempenhando uma dupla representação (da mulher e da instituição), reforça o papel ambíguo da DDM.

Refiro-me à ambigüidade da DDM no que concerne às razões de concepção, papel, redefinições e desafios que, ao mesmo tempo, fazem da instituição um produto louvável da luta das mulheres ao longo da história por liberdade, mas traz estigmatizada a realidade

histórica de uma polícia discriminatória, abusiva, descomprometida, masculinizada e machista - mesmo que chamada "da mulher".

O esquema discursivo da escrivã busca a apreensão ativa do discurso da vítima - é para isso que ela ocupa aquele lugar social. Ao mesmo tempo, ela não pode perder de vista que a reformulação exigida pela esfera possui uma orientação particular: o juiz. Ela fala pela vítima, em uma voz reformulada pela linguagem legal, fala pela Instituição e direciona o seu falar para o juiz.

Authier-Revuz diz que reformulação é "relatar um outro ato de enunciação num modo que é o seu" (Authier-Revuz, 1998:142). Eu acrescentaria: nessa esfera analisada, a escrivã relata, sim, um outro ato de enunciação ao reformular o discurso da vítima, mas num modo que **não** é totalmente seu, ou seja, a reformulação que ela faz não depende de uma escolha puramente individual. A atividade em si é coercitiva e as funcionárias obedecem à coerção na linguagem, no comportamento, no desempenho profissional, no processo interacional, no papel social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Este mundo é inconcluso;
Além, há continuação,
Invisível, como a música,
Evidente, como o som"*
(Emily Dickinson).

Ao iniciar este exame, procurei alguns caminhos de entrada no *corpus* (o óbvio às vezes nos escapa ...). Olhei para as questões de pesquisa. Elas se tornaram, efetivamente, o ponto de referência e organização do pensamento.

Retomo, aqui, o ponto de partida:

- 1) Como o processo de reformulação do oral para o escrito contribui para a constituição de sentidos heterogêneos no discurso?
- 2) Quais os elementos estáveis dos enunciados que compõem o tema, a forma composicional e o estilo da atividade discursiva da DDM?
- 3) Quais as pistas lingüísticas e extralingüísticas que revelam as vozes no discurso na Delegacia da Mulher?

Consciente da inconclusão, que sempre permeia as pesquisas científicas, e das prováveis lacunas e falhas decorrentes da imperfeição humana, apresento o resultado.

Partindo do pressuposto de que há vozes organizando o discurso, inicialmente focalizei duas: a da vítima e a da escritã.

A mulher/vítima fala de um lugar inferior na interação - embora possua um *status* social correlacionado ao seu poder de iniciar e finalizar o processo jurídico. Seu discurso traz outras vozes: do agressor via discurso citado, da violência, da moral religiosa, da história de discriminação e luta. Cada mulher traz em si, inevitavelmente, o contexto histórico, ideológico, representado na sua história individual, particular. Essas vozes se misturam e compõem a "voz da mulher vítima de violência doméstica".

A escritã fala pela mulher, fala pela instituição e fala para o juiz! Sua voz é um conjunto da voz da mulher, reformulada pelo discurso legal, da voz jurídica, da tradição policial - é, assim, atravessada por muitos discursos.

A escritã, como já assinalado ao longo deste exame, é autoridade e fala desse espaço de poder. Embora sofrendo todas as coerções da atividade, é dela o papel social e legal de representar a mulher diante do juiz: fala em nome da vítima. Simultaneamente acumula uma tripla função, ao passo que fala também pela Instituição e fala para o juiz. Recupero neste

momento o conceito de Instituição proposto por Rocha: "diferentes forças atravessadas nas práticas sociais, forças que evidenciam a complexidade das estruturas que ganham forma a cada momento" (Rocha, 1997:68).

As pistas lingüísticas (léxico, utilização do discurso citado, forma composicional, traços do estilo) associadas aos aspectos extralingüísticos (ambiente situacional da interação, contexto social, institucional) revelam as diversas vozes que perpassam o discurso da vítima e o discurso da escritã.

Pela própria inerência da reformulação do oral para o escrito, da reformulação da linguagem cotidiana da vítima para a linguagem legal, submetida às coerções jurídicas, à interpretação pessoal da escritã; a voz que prevalece é a da instituição. A voz da mulher vai se descaracterizando ao longo da transformação, ao longo do desenvolvimento do processo. Permanece na descrição dos fatos, nos registros, mas é uma voz resignificada.

Essas vozes presentes na interação constroem o discurso que identifica e especifica a atividade na Delegacia da Mulher. Assim, o discurso da DDM possui essa confluência de vozes sociais: percebidas no estilo e na forma composicional dos enunciados, naquilo que é regular e estável. No tema.

Durante a análise, o tema não foi abordado diretamente, por eu entender que ele estava na atmosfera do todo do enunciado.

Se o tema

Deve ser único (...) é individual não reiterável (...) é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (...), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação (...). O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995:128-129).

posso afirmar que esse elemento permeou o processo interacional, o contexto, as marcas. Agregou os aspectos históricos, políticos, sociais, morais, religiosos e culturais. Somente na conclusão, então, é possível deduzi-lo.

Considerando que o todo envolve:

- a trajetória histórica das mulheres pela liberdade;
- as dificuldades funcionais e ideológicas das instituições brasileiras;
- a ineficiente política pública contra a violência;
- a conquista das mulheres refletidas na DDM;

- os desafios, as deficiências, as contradições e o papel social da DDM;
- as reincidências de agressão consideradas como atenuantes do crime e não como agravantes no processo judicial;
- o cenário dos depoimentos;
- a situação interacional envolvendo constrangimento, culpa, vergonha, inferioridade;
- a voz reformulada que adquire sentidos outros;
- a cristalização dos enunciados que caracteriza atividade

posso afirmar que há uma situação de discriminação da mulher. Paradoxalmente, a DDM foi criada para que não houvesse discriminação, mas isso é reiterado nas práticas discursivas. É essa discriminação que constitui o TEMA do enunciado da esfera examinada.

Esta dissertação não se propôs a desenvolver um trabalho sobre a mulher, mas acabou por focalizá-la. Modestamente, espero contribuir para uma reflexão acerca da condição discriminada da mulher.

Em decorrência da pesquisa, conheci o trabalho louvável das mulheres do Conselho Estadual da Condição Feminina, da batalha diária das escritãs contra a falta de recursos, da luta das anônimas mulheres por dignidade.

A ambigüidade que perpassa a história da DDM reflete-se nas interações e é reflexo do momento de transição do papel da mulher na sociedade contemporânea:

Se

- No Brasil já há mais mulheres médicas e advogadas do que homens
- Elas ficam com a maioria dos novos empregos do país
- Ganham a prefeitura em seis capitais brasileiras
- O salário delas cresce num ritmo mais rápido que o dos homens
- Uma delas acaba de ser indicada para o Supremo Tribunal (Capa da revista *Veja*, ed. 1674, ano 33, nº 45, 8 de novembro de 2000)

por outro lado, assistimos a casos de agressão e de crimes diariamente, como aquele que matou a jornalista Sandra Gomide, ocorrido em 20 de agosto de 2000. Concomitantemente, assistimos à impunidade dos criminosos: "De cada 100 assassinos, ladrões e estupradores, a polícia prende 24, a Justiça condena 5 e só um cumpre pena até o fim" (Capa da revista *Veja*, ed. 1686, ano 34, nº 5, 7 de fevereiro de 2001, Anexo 26).

Segundo a reportagem da Revista *Claudia*, o "perfil dos agressores é variado: são ricos, pobres, brancos, negros, cultos ou não. Sinal de que a violência doméstica não é subproduto da miséria, mas da disputa entre os sexos" (Zaidan, 2000:28).

Apesar da resistência em denunciar os agressores e das retiradas de queixa, na Bahia, as mulheres denunciam cada vez mais os casos de violência: de 9.811 casos em 1999, passou-se a 8.000 no período de janeiro a setembro de 2000, mostrando a tendência de superação do número de registros ocorridos em 1999 (Cf. reportagem do jornal *Correio da Bahia*, de 14/10/2000, Anexo 24). O mesmo se verifica no Rio de Janeiro: "o registro de casos de lesão corporal em mulheres pulou de 17.596 para 34.831 nos últimos nove anos" (Zaidan, 2000:30).

Em São Paulo, houve 263.702 casos registrados no ano de 1999. No primeiro semestre de 2000 já eram 147.089. Até o mês de novembro, os registros totalizaram 281.975 B.O's.

Os quadros a seguir apresentam dados sobre os registros nas DDM's de São Paulo.

BOLETINS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADOS NAS DDMs DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANUAL - 1999

TIPOS DE CRIME	DEMACRO	DECAP	DEINTER	TOTAL
Homicídio	4	4	36	44
Tentativa de homicídio	18	9	160	187
Participação em suicídio	0	1	34	35
Infanticídio	0	0	2	2
Aborto	9	4	111	124
Lesão Corporal Dolosa	6.258	8.564	44.118	58.940
Maus tratos	191	85	2.004	20280
Calúnia, Difamação, Injúria	2.524	2.948	11.604	17.076
Constrangimento ilegal	56	122	596	774
Ameaça	5.299	6.394	30.480	42.173
Vias de Fato	1.154	1.287	10.499	12.940
Estupro	302	327	1.204	1.833
Tentativa de estupro	46	41	456	543
Atentado violento ao pudor	168	281	1.559	2.008
Crime sexual sem violência	106	119	1.827	2.052
Crime contra a família	93	108	1.958	2.159
Desentendimento, Atendimento diverso, outros	16.491	20.425	83.616	120.502
Prisões efetuadas	191	15	692	898
TOTAL	32.719	40.719	190.264	263.702

Fonte: Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher - Delegacia Geral de Polícia - 2001

BOLETINS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADOS NAS DDMs DO ESTADO DE SÃO PAULO
1º SEMESTRE DE 2000

TIPOS DE CRIME	DEMACRO	DECAP	DEINTER	TOTAL
Homicídio	1	0	18	19
Tentativa de homicídio	10	8	86	104
Participação em suicídio	0	1	16	17
Infanticídio	0	0	1	1
Aborto	2	3	38	43
Lesão Corporal Dolosa	1.496	5.995	26.184	36.675
Maus tratos	126	65	1.181	1.372
Calúnia, Difamação, Injúria	1.297	1.486	6.679	9.462
Constrangimento ilegal	13	172	257	452
Ameaça	3.258	4680	19.026	27.564
Vias de Fato	744	744	6.962	8.450
Estupro	195	169	604	968
Tentativa de estupro	22	16	239	277
Atentado violento ao pudor	108	120	722	950
Crime sexual sem violência	60	62	916	1.038
Crime contra a família	41	65	1.010	1.116
Desentendimento, Atendimento diverso, outros	10.308	12.015	36.251	58.574
Prisões efetuadas	150	29	410	589
TOTAL	20.692	25.608	100.789	147.089

Fonte: Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher - Delegacia Geral de Polícia - 2001

**BOLETINS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADOS NAS DDMs DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULHO A NOVEMBRO DE 2000**

TIPOS DE CRIME	DEMACRO	DECAP	DEINTER	TOTAL
Homicídio	1	0	17	18
Tentativa de homicídio	8	9	73	90
Participação em suicídio	0	0	1	1
Infanticídio	0	0	0	0
Aborto	2	2	57	61
Lesão Corporal Dolosa	4.390	5.489	25.202	35.081
Maus tratos	114	78	1.103	1.295
Calúnia, Difamação, Injúria	1.116	1.194	5.966	8.276
Constrangimento ilegal	25	133	243	401
Ameaça	3.665	4.975	20.259	28.899
Vias de Fato	755	789	6.875	8.419
Estupro (Autoria Conhecida)	46	97	286	432
Estupro (Autoria Desconhecida)	87	81	163	331
Tentativa de estupro (Autoria Conhecida)	12	12	97	121
Tentativa de estupro (Autoria Desconhecida)	12	8	59	79
Atentado violento ao pudor (Autoria Conhecida)	74	95	520	689
Atentado violento ao pudor (Autoria Desconhecida)	30	24	113	167
Crime sexual sem violência	46	61	912	1.019
Crime contra a família	37	52	757	846
Desentendimento, Atendimento diverso, outros	9.820	11.177	27.690	48.687
Prisões efetuadas	103	41	343	487
TOTAL	20.244	24.277	90.365	134.886

Fonte: Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher - Delegacia Geral de Polícia - 2001

Uma última consideração: em relação à DDM, constatei que não basta a instituição ser composta por mulheres. É necessário que haja ações integradas e comprometidas com as necessidades e expectativas da sociedade e que as profissionais ali atuantes sejam preparadas para aquela atividade e tenham condições de trabalho. O nível discursivo só reflete aquilo que está presente nas interações: a discriminação.

É verdade que reportagens, noticiários, programas governamentais e não governamentais, movimentos de mulheres, órgãos públicos, estatísticas, pesquisas científicas nas mais diversas áreas do conhecimento contribuem de forma direta e indireta para cada vez mais ampliar o espaço às mulheres e dar-lhes mais voz. Há ainda muito o que fazer! Fica o desafio...

"A evolução da língua confunde-se com a evolução do pensamento e da alma dos falantes"

(Bakhtin).

BIBLIOGRAFIA

- ALAMBERT, Z (1997) *Mulher uma trajetória épica (esboço histórico - da Antigüidade dos nossos dias)*. SP, IMESP.
- ALVES, B.M. PINTANGUY, J. (1981-1991) *O que é feminismo*. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- AMORIM, M (1996) "La polyphonie", "Silence et voix", "Les voix du texte" e "Le dialogisme en négatif". In: *Dialogisme et altérité dans les sciences humaines*. Paris, L'Harmattan. pp. 81-105.
- AQUINOS, S. (1998) "Rompendo o silêncio: a violência contra a mulher à luz da esfera pública". In PASSOS, E. ALVES, J. MACÊDO, M. (org). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar sobre a mulher*. Salvador. UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. Coleção Bahianas 3. pp. 97-109.
- ARDAILON, D. DEBERT, G.G. (1987) *Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher / Centro de Estudos e Documentação na ação comunitária.
- ASSESSORIA DOS DIREITOS DA MULHER. (1992) *Nós e a violência*. Santo André, PMSA. Caderno II.
- AUTHIER - REVUZ, J. (1998) "Observações no Campo do discurso relatado" in *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, UNICAMP.
- AZEVEDO, M.A. (1985) *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo, Vozes.
- BAKHTIN, M. (Volochnikov) (1929/1995) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo, Hucitec.

- BAKHTIN, M. (1929/1997) *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ____ (1975/1998) *Questões de literatura e estética - a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 4 ed. São Paulo, Hucitec / Unesp
- ____ (1977/1999) *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4 ed. São Paulo, Hucitec/Editora Universidade de Brasília.
- ____ (1979/1997) *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G.G. Pereira. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- BAPTISTA, M.P. (1997) *Vitimologia*. Dissertação de Mestrado em Direito Penal. São Paulo, PUC.
- BARROS, D.L.P.(1993) "Procedimentos de reformulação: a correção". In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 129-156.
- BENVENISTE, E. (1966/1991) "Da subjetividade na linguagem". In: *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Gloria Novak. Maria Luiza Neri. 3 ed. Campinas, Pontes. pp 284-293.
- ____ (1974/1989) "O aparelho formal da enunciação". In: *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, Pontes. pp. 81-90
- BERMELHO, O. (1999) *O gênero parlamentar: Análise dos discursos sobre as greves do magistério público estadual paulista de 1978 a 1995, sob a luz da teoria do dialogismo em Bakhtin*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- BRAIT, B. (1993) "O processo interacional". In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 189-214.

BRAIT, B. (1994) "As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso". In: BARROS, D.L.P. e FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo, Edusp (Ensaio de Cultura, 7). pp. 11-28

_____ (no prelo) "Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo". In: BRAIT, B (org) *Discurso e enunciação. Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, Pontes.

_____ (org) (1997) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Ed. Unicamp.

_____ (1998) "Mikhail Bakhtin: movimentos de reconstituição da história de um pensamento" In: *Revista USP*, São Paulo, nº 39, p. 158-173.

CENTRO PEDAGÓGICO DE RETERRITORIZAÇÃO E CIDADANIA NEGRA
(1994) *A violência contra a mulher: uma luta em todo mundo 1ª parte*. Pelotas - RS. Programa Gênero, Etnia e Advertência. Cadernos CEPIA.

CEREJA, W. MAGALHÃES, T.C. (1999) *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo, Atual.

CITELLI, A. (1989) *Linguagem e persuasão*. SP: Ática.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA - SP (1998) Folheto informativo

_____ (1999/2000) *Alguns homens conseguem marcar a vida de uma mulher*. Cartilha.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - DF (1986) "Violência contra a mulher - Relatório 1º Encontro Nacional de Delegadas Lotadas em Delegacias de Defesa da Mulher". Brasília - DF, 17 e 18/9/1986.

- COSTA, A.A.A. (1998) "Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio". In: PASSOS, E. ALVES, J. MACÊDO, M.(org). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. Coleção Bahianas 3. pp. 25-36.
- COULTHARD. M. (1991) *Linguagem e sexo*. Trad. Carmen Rosa Caldas- Coulthard. São Paulo, Ática.
- CUNHA, A.G. et al (1982-1999) *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira
- FALCÃO, D. "Mulher resiste em denunciar parceiro" In: *Folha de S. Paulo*, Violência, 22/11/1999.
- FARACO, C.A. CASTRO, G. TEZZA, C.(1996) (org) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba, Ed. UFPR.
- FÁVERO, L.L. (1993) "O tópico conversacional". In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 33-54.
- FERREIRA, A.B.H. (1993) *Minidicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- _____ (1997) *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA (1987). *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. São Paulo, SEADE.
- GALEMBECK, P.T. (1993) "O turno conversacional". In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 55-80.

GARCIA, I. "Mulheres rompem o silêncio da violência" *In: Correio da Bahia*, Segurança, 14/10/2000.

GOFFMAN, E. (1998) "Footing" trad. Beatriz Fontana. *In: GARCEZ, P.M. e RIBEIRO, B.T. (org.) Sociolinguística interacional - antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre, AGE, pp. 70-97.

_____ (1967) "On face work". *In: Interaction ritual*. Chicago, Aldine Publishing Co. pp.5-45.

_____ (1999) *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8 ed. Petrópolis, Vozes.

GRASSI, M.P. (1994). *Violência Contra a Mulher*. Texto elaborado pela consultoria solicitada pelo Comitê Nacional, responsável pela preparação da participação do governo brasileiro na IV Conferência Mundial sobre a mulher (Beijing/95) e apresentado no seminário Violência contra a Mulher, realizado em São Paulo, 30 e 31 de maio de 1994.

HILGERT, J.G. (1993) "Procedimentos de reformulação: a paráfrase" *In: PRETI, D. (org.) Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 103-128.

JESUS, D.E. (2000) *Lei dos juizados especiais criminais anotada*. 5ed. São Paulo, Saraiva.

KUECHEMANN, B.A. VIEZZER, M.L. (org.) (1998) *Superando obstáculos - nas estratégias de prevenção e combate à violência contra a mulher*. Campinas - SP, Rede Mulher de Educação. Documento resultante da *Oficina Superando obstáculos nas estratégias de prevenção e combate à violência contra a mulher*, 6 e 9/11/1998.

MACHADO, I. (1995) *O romance e a voz: a prosaica dialógica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro, Imago Ed./ Fapesp.

MAINGUENEAU, D. (1986/1996) *Elementos de linguística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta Bastos de Matos. São Paulo, Martins Fontes.

MAINGUENEAU, D. (1987/1997) *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas, Pontes.

_____ (1996/1998) *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa. Maria Emília A.T. Lima. Belo Horizonte, Ed. UFMG

_____ (1998). *Analyser les textes de Communication*. Paris, Dunod.

MARCUSCHI, L.A. (1999) "Coerência e cognição contingenciada". In: BARROS, K.S.M (org) *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal, Ed. UFRN, pp 111-130.

_____ (1999) *Análise da Conversação*. 5 ed. São Paulo, Ática.

_____ (2000) "Quando a referência é uma inferência" (no prelo).

NUNAN, D. (1992) *Research Methods in Language Learning*, Cambridge, C.U.P.

PAULA, C. "Um caso de amor e morte" In: *Veja São Paulo*, ano 33, nº 35, 30/8/2000, pp. 12-18.

PINTO, A.L.T, WINDT, M.C.V.S, SIQUEIRA, L.E.A. (2000) *Código penal: mini / obra coletiva da Editora Saraiva*. 6ed, São Paulo, Saraiva.

PRETI, D. (org) (1997) *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos, v.2) pp.15-16.

ORLANDI, E.P. (1986). *O que é lingüística*. SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

ROCHA, D. (1997) *Produção de Subjetividade para uma cartografia dos discursos das publicações sobre videogames*. Tese de Doutorado. São Paulo, LAEL-PUC.

- RODRIGUES, A.C.S. (1993) "Língua falada e língua escrita" In PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 13-32.
- ROSIER, L. (1999) *Les discours rapporté - histoire, théories, pratiques*. Paris, Bruxelles, Editons Duculot. Champs linguistiques.
- SANT'ANNA, V.L.A. (2000). *Mercosul em notícia: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho*. Tese de Doutorado. São Paulo, LAEL-PUC
- SILVA, M.V. (1992). *Violência contra a mulher: quem mete a colher*. São Paulo, Cortez.
- SIMONETTI, E.G. "Elas venceram" In: *Veja*, ano 33, nº 45, 8/11/2000.
- SECCO, A. LUZ, S.R. "Somos todos reféns" In: *Veja*, ano 34, nº 5, 7/2/2001
- SOUZA, G.T. (1999) *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin / Volochinov / Medvedev*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.
- SOUZA e SILVA, M.C.P. e CRESCITELLI, M.F.C. (1998) "Retomando a interrupção" In *D.E.L.T.A.* vol. 14, n. especial. São Paulo, EDUC. pp. 243-254.
- TAVARES, D.M. (2000) *Violência Doméstica: Uma questão de saúde pública*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, USP.
- TELES, M.A.A. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Tudo é História.
- UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO (1995). *A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política*. São Paulo. Cartilha.
- URBANO, H. (1993) "Marcadores conversacionais". In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCH/USP (Projetos Paralelos: V.1). pp. 81-102.

ZAIDAN, P. "Elas querem dar um basta" *In: Cláudia*, nº 469, 10/2000, pp. 28-33.

ANEXOS

Anexo 1 - Primeiro Ofício encaminhado à DDM

Anexo 2 - Lei 5.467/1986

Anexo 3 - Decreto 29.981/1989

Anexo 4 - Ofício encaminhado à DDM, com autorização da Delegada

Anexo 5 - Modelo da autorização para coleta de material de pesquisa (documento assinado pelas vítimas)

Anexo 6 - Norma de transcrição

Anexo 7 - Transcrição do Depoimento 1

Anexo 8 - Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1309/00 referente ao Dep. 1

Anexo 9 - Cópia do Termo Circunstanciado nº 645/99 referente ao Dep. 1

Anexo 10 - Transcrição do Depoimento 2

Anexo 11 - Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1314/99 referente ao Dep. 2

Anexo 12 - Cópia do Termo Circunstanciado nº 647/99 referente ao Dep. 2

Anexo 13 - Transcrição do Depoimento 3

Anexo 14 - Cópia do Resumo referente ao Dep. 3

Anexo 15 - Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1327/99 referente ao Dep. 3

Anexo 16 - Cópia do Termo Circunstanciado nº 653/99 referente ao Dep. 3

Anexo 17 - Transcrição do Depoimento 4

Anexo 18 - Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1341/99 referente ao Dep. 4

Anexo 19 - Cópia do Termo Circunstanciado nº 658/99 referente ao Dep. 4

Anexo 20 - Cópia do Atestado Médico para Fins Legais

Anexo 21 - Cópia da reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de 22/11/1999

Anexo 22 - Cópia da Capa da revista *Veja São Paulo* de 30/8/2000

Anexo 23 - Cópia da reportagem da revista *Claudia* de outubro/2000

Anexo 24 - Cópia da reportagem do jornal *Correio da Bahia* de 14/10/2000

Anexo 25 - Cópia da capa da revista *Veja* de 8/11/2000

Anexo 26 - Cópia da capa da revista *Veja* de 7/2/2001

Anexo 1

Primeiro Ofício encaminhado à DDM

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Programa em Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas

São Paulo, 5 de abril de 1999.

À

DELEGACIA DA MULHER

COLETA DE MATERIAL PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Declaramos que **Rosineide de Melo**, RG 18.723.314, professora, residente na R. Alagoas, 180 - Bl.15 Apto 14 em Santo André, é aluna regularmente matriculada do Curso de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Para o desenvolvimento do trabalho em nível de Mestrado, a pesquisadora necessita de material escrito gerado em Delegacias da Mulher.

Nesta fase de pesquisa, o objeto de análise é Boletim de Ocorrência, motivo pelo qual solicitamos o fornecimento de cópias desse documento.

Salientamos que o material será de uso exclusivo da pesquisa científica, portanto, manuseado pela pesquisadora e seus respectivos orientadores.

Certos de contar com sua colaboração, agradecemos e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Tony Berber -Sardinha
Profª Drª Leila Barbara

Anexo 2

Lei 5.467/1986

Diário Oficial do Estado de São Paulo - 24/12/86

LEI N.º 5.467 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a criação das Delegacias de
Polícia de Defesa da Mulher

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criadas, na estrutura da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública, Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher.

Artigo 2.º - Essas Delegacias serão instaladas no âmbito de todas as Delegacias Seccionais de Polícia da Grande São Paulo, de todas as Delegacias Regionais de Polícia do Interior e em outros locais onde seja conveniente.

Artigo 3.º - A organização, estrutura, atribuições e competência dos órgãos criados por esta lei serão estabelecidas por decreto.

Artigo 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes
Secretário de Segurança Pública

Luiz Carlos Bresser Pereira
Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 24 de dezembro de 1986.

Anexo 3

Decreto 29.981/1989

Diário Oficial do Estado de São Paulo - 1/6/89

DECRETO N.º 29.981, DE 1.º DE JUNHO DE 1989

*Estabelece atribuições e competências no
Âmbito das Delegacias de Polícia de De-
fesa da Mulher e dá providência correlata*

ALMINO AFFONSO, Vice-Governador, em Exercício no cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3.º da Lei n.º 5.467, de 24 de dezembro de 1986,

Decreta:

Artigo 1.º - As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, criadas pela Lei n.º 5.467, de 24 de dezembro de 1986, têm, em suas respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I - a investigação e apuração dos delitos contra pessoa do sexo feminino, previstos no Título I, Capítulos II, V e Seção I do Capítulo VI, Título VI, e artigo 244, todos da Parte Especial do Código Penal;

II - o atendimento de pessoas do sexo feminino que procuram auxílio e orientação e seu encaminhamento aos órgãos competentes.

Parágrafo único - As atribuições previstas no inciso I desse artigo serão exercidas concorrentemente com as unidades policiais de base territorial.

Artigo 2.º - Aos Delegados de Polícia Titulares das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher compete:

I - dirigir as atividades de sua unidade policial;

II - despachar as petições iniciais;

III - exercer permanente fiscalização, quanto ao aspecto formal, mérito e técnica empregada sobre as atividades de seus subordinados;

IV - representar ao superior hierárquico sobre as necessidades da unidade policial, indicando a solução a curto, médio e longo prazo;

V - distribuir os serviços, mediante portaria.

Artigo 3.º - A área de atuação das unidades policiais de que trata o "caput" do artigo 1.º é aquela abrangida pela Delegacia Seccional de Polícia a que se subordinam.

Artigo 4º - Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1.º de junho de 1989.

ALMINO AFFONSO

Luiz Antônio Fleury Filho
Secretário da Segurança Pública

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, em 1.º de junho de 1989.

Anexo 4

Ofício encaminhado à DDM, com autorização da
Delegada



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA DELEGADA DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER.

ROSINEIDE DE MELO, R.G. 18.723.314 - SSP-SP, professora universitária, residente na Rua Soldado Dorival de Brito, 270 - Bloco 15, Apto. 14, Cidade São Jorge em Santo André - SP, aluna regularmente matriculada do Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, nível Mestrado (cópia do comprovante de matrícula anexa), vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria expor e requerer o que segue:

A requerente tem prazo até 30/11/2000, para apresentação de sua Defesa de Dissertação no curso acima referido. Para tanto, necessita desenvolver pesquisa científica direcionada ao estudo da linguagem nas relações de trabalho em contextos institucionais e, sob esse aspecto, essa Delegacia Especializada corresponde inteiramente aos objetivos do trabalho.

Todavia, para o completo êxito dessa pesquisa, a requerente necessita de AUTORIZAÇÃO de Vossa Senhoria para:

- 1) ter acesso às dependências dessa Delegacia em dias e horários de sua melhor conveniência;
- 2) obter cópias de dez (10) Boletins de Ocorrência constantes em arquivos;
- 3) gravar depoimentos de vítimas que comparecem a essa Especializada, para registro de ocorrências, desde que com a devida autorização e concordância das mesmas (cópia da autorização anexa);
- 4) obter cópias dos Boletins de Ocorrência referentes às gravações;
- 5) obter cópias de documentos funcionais dessa Delegacia, tais como circulares, ordens de serviço etc., desde que não interfiram no andamento legal dos inquéritos e investigações.

A requerente salienta que todo material colhido se destinará exclusivamente à pesquisa enfocada e não será utilizado para quaisquer outros fins. O exame e manuseio dos dados ficarão sob inteira responsabilidade da requerente e de sua orientadora, Profª Drª Elisabeth Brait, que também assumem o compromisso legal de manter em absoluto sigilo a identidade das vítimas, que concordarem em colaborar com a pesquisa, bem como de manter em total sigilo a identificação dessa Delegacia.

Se acolhido o presente pedido, como se aguarda, a requerente e a comunidade científica da PUC-SP ficarão honradas em contar com sua compreensão e valiosa colaboração para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

Termos em que,
P.E. Deferimento.

São Paulo, 27 de setembro de 1999.

Rosineide de Melo

*Autorizo desde
que se veja a assi-
nature da plenária
permanendo deprimido b.
SHE. 27/9/99*

Anexo 5

Modelo da autorização para coleta de material de pesquisa (documento assinado pelas vítimas)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE MATERIAL DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____,

Autorizo ROSINEIDE DE MELO, aluna do Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem em nível de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP a gravar o meu depoimento que será feito à Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, bem como obter cópia do respectivo Boletim de Ocorrência, **ciente** de que me foi informada a **finalidade desse trabalho**: utilização dos dados de linguagem para pesquisa científica e de que a pesquisadora se responsabilizou em manter **sigilosa** minha **identidade**.

De acordo,

____/____/____

Anexo 6

Norma de transcrição

Normas para Transcrição

() incompreensão de palavras ou segmentos

(hipótese)

/ truncamento

MAIÚSCULA entonação enfática

:: prolongamento de vogal e consoante

- silabação

? interrogação

... qualquer pausa

(()) comentários descritivos do transcritor

- - desvio temático: comentários que quebram a sequência temática

[superposição, simultaneidade de vozes

" " citação ou leitura de texto durante a gravação

(Dino Preti)

Anexo 7

Transcrição do Depoimento 1

DEPOIMENTO 1

Interação vítima - escrivã de polícia

Duração: 32 minutos e 20 segundos

Escrivã: C.

Vítima: M.

Pesquisadora

Interlocutor não identificado: INI

Mulher A

Mulher B

Mulher C

Coleta: Esta foi a primeira interação gravada na Delegacia da Mulher. A vítima já havia permitido a gravação, assinando a autorização minutos antes. Dá-se o registro da ocorrência no Boletim e no Termo Circunstanciado. A vítima já havia estado na delegacia dias antes, ocasião em que foi orientada a fazer exame de corpo de delito, emitido pelo Instituto Médico Legal ou pelo Hospital Municipal, procurar advogado e retornar naquele dia e horário agendados.

(...)

1. Escrivã C. - sem testemunha... registra pra fica arquivado

2. INI. - ahn... tá legal

((vozes))

3. Escrivã C. - ce trouxe o laudo ou não?

4. Vítima M.. - trouxe

5. Escrivã C. - tá

((vozes))

6. Vítima M. - tem o raio x ... precisa?

7. Escrivã C. - não... só::o laudo... só

8. Vítima M. - ahn

9. Escrivã C. [pode sentar aí que eu já vou pegar máquina pra fazer o B.O

((a escrivã retira-se da sala por 30 segundos))

((a escrivã retorna, arrastando a mesa em que há a máquina de escrever por 12 segundos))

10. Escrivã C. - o RG da senhora taí?... ((preparando a máquina de escrever, dirige-se à pesquisadora)) se você quiser fazer umas perguntas:: qualquer coisa...

((pesquisadora acena com a cabeça e com o dedo em sinal negativo))

11. Escrivã C. -- fala Rê -- ((cumprimentando))

12. Escrivã C. - ceis voltaram ou não? ... já procuraram advogado para pedir [separação

13. Vítima M. [não ... tô

procuran:... procurei o advogado né i::: ele continua na casa ... mais to::sem... assim...
relacionamento nenhum com ele né

14. Escrivã C. - ahn

15. Vítima M. - ele tá na dele lá... eu tô na minha

16. Escrivã C. - mas cês conversaram depois dessa agressão física que [ocorreu?

17. Vítima M. [não não... eu não

converso com ele porque..... ah é uma pessoa difícil... eu cansei ... não quero mais... nem conversar... ... conversei muito... ... acho que tenho que agir agora ((dirigindo-se à escritvã e à pesquisadora)) chega de conversar

((decorrem-se 3 segundos de silêncio))

18. Escritvã C. - já marcou o dia com o advogado ou não?

19. Vítima M. - não porque eu sa/ vou passar amanhã né pra saber se eu posso né me separar por

lé ou não porque... depende da renda também né... lá onde eu fui... então ... ((barulho da máquina de escrever e de vozes)) eles... vai fazer um levantamento pra saber ((barulho da máquina de escrever e de vozes))

20. Escritvã C. - dessa agressão houve uma ameaça também né?

21. Vítima M. - houve ameaça

22. Escritvã C. - e foi no dia sete?

23. Vítima M. - isso

24. Escritvã C. - rua ((diz o nome da rua e os três números da casa))?

25. Vítima M. - isso

((barulho da máquina de escrever))

26. Escritvã C. - ce não tem certidão de casamento também?

27. Vítima M. [não nós vivemos juntos há dezessete anos::
né... ... não sô... no papel... não sou casada

28. Escritvã C. - ((fala o nome do marido))?

29. Vítima M. - isso ((barulho da máquina de escrever))

30. Escritvã C. - nome do pai dele...

31. Vítima M. - ((fala o primeiro nome)) ... ((fala os dois sobrenomes))

32. Escritvã C.- () nome da da mãe

33. Vítima M. - ((fala o primeiro nome))...

34. Escritvã C. - ((repete o nome))?

35. Vítima M. - é ((repete o primeiro nome))... ((fala os dois sobrenomes))

36. Escritvã C. - a cor dele...

37. Vítima M. - branca

38. Escritvã C. - a idade?

39. Vítima M. - quarenta e um

40. Escritvã C. - legalmente vocês são solteiros então?

41. Vítima M. - legalmente sim

42. Escritvã C. - a profissão dele

43. Vítima M. - ele é agente penitenciária

44. Escritvã C. - onde ele nasceu

45. Vítima M. - nasceu em Lins... Lins... São Paulo

46. Escritvã C. - onde ele tá trabalhando atualmente

47. Vítima M. - ele trabalha na penis/ penitenciária feminina de São Paulo... do estado de São Paulo ((vozes e barulho da máquina de escrever))

48. Escritvã C. - qual qué a sua idade?

49. Vítima M. - quarenta

50. Escritvã C. - ce trabalha fora?

51. Vítima M. - trabalho

52. Escritvã C. - qual a profissão?

53. Vítima M. - auxiliar administrativo ((barulho de máquina de escrever))

54. Escritvã C. - aonde cê trabalha?

55. Vítima M. - Empresa de Correios e Telégrafos

56. Escrivã C. - qual a agência?
57. Vítima M. - Na avenid/ é em São Caetano do Sul
58. Escrivã C. - tem algum telefone de contato com você o:::: ((pronuncia o primeiro nome da vítima))?
59. Vítima M. - residência [serve?
60. Escrivã C. [qual qué
61. Escrivã C. - qual que é
62. Vítima M. - ((diz os quatro números do prefixo do telefone))
63. Escrivã C. - ahn
64. Vítima M. - ((diz os números seguintes)) ((barulho de máquina de escrever por 60 segundos))
65. Escrivã C. - vocês convivem há dezessete anos né?
66. Vítima M. - isso
67. Escrivã C. - tem dois filhos
68. Vítima M. - isso
69. Escrivã C. - ele bebe muito... faz há muito tempo que ele [bebe?
70. Vítima M. [ele não é um alcoólico...ele bebe...assim em festas...finais de semana né mas é uma pessoa extremamente violenta quando bebe...
71. Escrivã C. - sempre foi assim durante esse casamento ou não?
72. Vítima M. - olha:: já... ameaça já teve várias... i:::: cada... depois que ele começou a trabalhar nessa penitenciária... eu acho que ele não tá separando...ele tá trazendo muito problema... pra casa... e tá piorando
73. Escrivã C. - faz quanto tempo ele tá trabalhando nessa penitenciária?
74. Vítima M. - nesse trabalho?...
75. Escrivã C. - [é
76. Vítima M. [ele deve ter... uns sete anos... sete anos... mas ele sempre foi::
77. Escrivã C. - [foi agressivo
78. Vítima M. - [agressivo, sempre foi... só qui:::: se controlava um pouco mais né... a gente conversava... passava... mas ultimamente não está sendo nem ... não dá tempo nem de ter diálogo
((barulho da máquina de escrever))
79. Escrivã C. - já teve outras... outros espancamentos?
80. Vítima M. - foi menos... mais teve ((barulho da máquina de escrever))
((toca o telefone duas vezes na outra sala. A escrivã se levanta e vai atendê-lo))
81. Escrivã C. ((ao telefone)) -- delegacia... fala... tudo... [por quê?... por quê?... o que houve
82. INI - [Sergi::nho
tudo em ordem... por quê?... por quê?... tudo em ordem () o que foi... por quê? ((risos e outras vozes)) --
83. Vítima M. ((dirigindo-se à pesquisadora)) - acho que ela não vai chamar... a moça vai ter que subir...
84. Pesquisadora - oi?
85. Vítima M. - acho que agora aquela moça vai ter que subir porque ela num tá chamando
86. Pesquisadora - é...
((vozes))
((a escrivã volta e chega uma mulher))
87. Escrivã C. - ((apontando para as senhas)) Pode pegar aqui... é a primeira vez?
88. Mulher A - oi... não... uma informação... eu:: eu tinha tinha né ((riso)) uma casa alugada... i:::: quando foi sábado eu cheguei em casa...

89. Escrivã C. - ahn
90. Mulher A.- as minha coisas ((rindo)) já num tavam mais
91. Escrivã C. - ahn
92. Mulher A - tiraram de lá de dentro mu:::mudaram::: pra outra casa... a pessoa que morava comigo né que era::: uma... uma outra colega minha que os pais dela era os fiadores da casa::: né... ((chegou outra mulher))
93. Escrivã C. - pois não
94. Mulher B. - posso pegar a senha?
((escrivã acena positivamente com a cabeça e dirige-se a mulher A))
95. Escrivã C. - ahn
96. Mulher A. - i::: na quarta ela pediu pra mim mudar da casa eu falei... que ela queria cancelar o contrato... pagá a multa que ela ia embora né e que não queria mais ()
97. Escrivã C. - Ah... pega a
senha e aguarda que eu tô fazendo um atendimento aqui:::
98. Mulher A. não... não só pra
99. Escrivã C. - ahn
100. Mulher A. - só informação se é aqui mesmo
101. Escrivã C. - ahn
102. Mulher A. - porque eu já fui no no sexto DP...
103. Escrivã C. - ahn
104. Mulher A. - i::: eles lá não souberam explicar direito:::
105. Escrivã C. - ahn
106. Escrivã C. - no primeiro DP também...
107. Escrivã C. - e você sabe pra onde foi suas coisas?
108. Mulher A.- sei pra onde foi
109. Escrivã C. - ahn
110. Mulher A. - só que eu tinha um contrato né... eu tinha uma ((riso suave)) casa... cheguei lá já não tenho mais
111. Escrivã C. - ahn
112. Mulher A. - eu queria saber se é aqui se não é () o que pode fazer porque assim eu num... eu tô trabalhando também...
113. Escrivã C. - é... acho que cabe um processo criminal... mas aí você aí vai ter que aguardar pra fazer atendimento
114. Mulher A. - abri um processo aqui mesmo?
115. Escrivã C. - é
116. Mulher A.- criminal?
117. Escrivã C. - é
118. Mulher C. - tá bom
119. Escrivã C. - tá ((escrivã volta à datilografia))
120. Escrivã C. - ((entregando o B.O. para a vítima)) ce dá uma lida... e assina pra mim aqui embaixo.
121. Vítima M. ((inicia uma leitura silenciosa / sussurrada e dirige-se à pesquisadora)) cê quer queuleio alto pra você gravar?
122. Pesquisadora - hum...hum ((acenando positivamente))
123. Vítima M. - "comparece a ofendida neste distrito policial informando que envive...convive maritalmen...maritalmente com o ofensor na cerca de dezessete anos e possui dessa união duas filhos... vítima informa que seu marido fez uso de bebidas::: ... etí-licas... tornando-se muito agressivo quando óbrio...ébrio que na data dos fatos por motivos a serem devidamente apurado no termo circunstanciado... ofensor agrediu-a fisicamente causando-lhe

lesões de natureza aparentemente leve além de ameaçá-la de morti." ((após a leitura, a vítima assina o B.O.))

124. Vítima M. - todas as vias?

125. Escrivã C. - isso... assina todas ((barulho de máquina de escrever))

126. Escrivã C. - deixa eu pegar um pouquinho ((barulho de máquina de escrever))

127. Vítima M. - foi leve porque não viu

128. Escrivã C. - ahn?

129. Vítima M. - porque cê não viu o meu olho como tava no dia que eu amanheci

130. Escrivã C. - não..ave...ahn...ahn...ahn grA::ve se caracteriza quando você per::de a visão:: ah você fica afastada do serviço por mais de trinta dias::

131. Vítima M. - ahn

132. Escrivã C. - entende::u?

133. Vítima M. - ah tá

134. Escrivã C. - por isso que caract/ ahn não é uma questão que está leve porque sofreu uma agressão... é::... isto tá:: no código... é quando a pesso::a ... hum... fica debilitada de algum modo... [entendeu... aí é considerado como grave

135. INI [SENHA DOIS ((outra escrivã chamando outra mulher))
((barulho de máquina de escrever))

136. Vítima M. - () psicologicamente é gravíssimo ((risos))

((escrivã começa a datilografar o termo circunstanciado, vozes de outros depoimentos, telefone toca, barulho de carros na rua))

137. Escrivã C. - ((após 4min30Seg, entregando um documento à vítima)) pode guardar ((barulho da máquina de escrever, de furadeira))

138. Escrivã C. - ((aos 6min45Seg, chega a mulher C)) pois não?

139. Mulher C. - tem que pegá um número?

140. Escrivã C. - é a primeira vez?

141. Mulher C. - é a primeira vez

142. Escrivã C. - pega e aguarda lá embaixo

((aos 7min volta à datilografia))

143. Escrivã C. - ((aos 7min25seg)) ele tava bêbado no dia?

144. Vítima M. - é::... estava alcoolizado ((telefone toca))

145. Escrivã C. - ahn::

146. INI ((grita um nome))

147. INI O::I?

148. INI TELEFO::NE

149. Escrivã C. - ((aos 7min45seg)) ceis brigaram... discutiram an:tes ... passou u::ma discussão aí ele::

150. Vítima M. - não ... não teve

151. Escrivã C. - e [nã:o

152. Vítima M. - não

153. Escrivã C. - e foi sem motivo?

154. Vítima M. - é que nós fomos numa festa... num noivado né e lá ele começou a beber beber sabe? e aí eu convidei ele pra vir embora... tô chamando e ele na::da... nada aí eu cansei e falei então vou eu embora ..Aí quando eu cheguei no carro né ele veio atrais de mim aí eu pedi a chave pra eu ir embora a pé... aí ele me deu a chave já me deu com um soco... né ((vozes de outros depoimentos)) a::i: tudo bem... peguei a chave e fui embora e falei... ele vai voltar... ele quer beber ele que fique lá bebendo né... aí quando eu cheguei em casa ele já tAva em casa... no portão... ca::rro aberto... no úl:timo volume... ((assovio cantarolado no ambiente)) ele entrou atrás de mim chutando tUdo.. chutando portão... chutando porta ...

quebrou janela... né ... e aí ((vozes)) ele começou a me espancar... aí eu chamei a polícia ele me deu um murro no olho... né... sem contar ((escrivã reinicia a datilografia)) que ele dirige alcoolizado quando ele tá assim... eu já venho a pé porque se eu entrasse no carro com ele... ele ia tacar aquele carro lá:... no posti... que ele já... já... acostuma né querer dar uma de louco... assim quando tá... .. nervoso (é difícil) chamar amigo nosso né pra pra acalmar... porque se não... ele... .. ia fazer uma loucura lá... .. além dele espancar ele quer quebrar tudo tudo... o escândalo que ele faz... a rua toda ouve...

155. Escrivã C. - é o direito né?

156. Vítima M. - foi o direito

157. Escrivã C. - chute...murro...né que [a senhora falou

158. Vítima M. - [ele deu chute... dá: murro... ele:: eh onde pegá... .. e ele é:::uma pessoa::: treinada né... ele tá ne:sse meio né é:: es:preparado... ele sabe onde bater

159. Escrivã C. - depois disso ele ameaçou... quando você falou que ia chamar a polícia ele te ameaçou de [morte

160. Vítima M. - [é durante a briga [é que ele falava

161. Escrivã C. - [ahn

162. Vítima M. - o tempo todo você deu sorte que eu não tô com a arma aqui.. se:eu tivEvesse com a arma eu ia descarregar na sua boca... descarregar no seu ouvido... mas sem mais sem menos... ele... começa.... assim por nada... e ele tem porte de arma né... é que no momento ele tá sem arma... ((vozes e barulho da máquina de escrever))

163. INI.- SENHA CINCO

164. Vítima M. - ((após 45seg)) a família dele parece que tem medo dele... ninguém conversa com ele... fica falando é comigo... que:eu devo... que eu devo fazer... mas com ele mEsmo ninguém fala ((passam-se 35seg)) e quando bebe também... ele não tem respeito... sabe... ele fala palavrões na frente das meninas... seja onde for ele fala coisas assim:...de baixo calão mesmo... ele quer chamar atenção de todas as formas

((vozes e barulho de máquina. O telefone toca aos 2min40seg))

165. INI -- ((chama a escrivã C.))

166. Escrivã C. OI?

167. INI - telefo::ne

168. INI - será que ele vai chegar?

169. Escrivã C. - ((ao telefone)) ahn...tá... ahn tá... tá bom () --

170. Vítima M. - ((dirigindo-se à pesquisadora)) como é seu nome?

171. Pesquisadora - Rosi

172. Vítima M. - Rosi?

173. Pesquisadora: isso

((após 30seg a escrivã retorna e recomeça a datilografia. Vozes))

174. Escrivã C. - ((aos 55seg)) esse daqui é o processo que vai pro fórum e fica arquivado lá

175. Vítima M. - hum

176. Escrivã C. - posteriormente se você quiser dar andamento... é só (ir) nesse fórum... no prazo de seis meses e pedir [pra ser:::

177. Vítima M. - [é reaberto

178. Escrivã C. - [reaberto o caso i:::intimada as partes pra ter uma audiência com o juiz... tá?

179. Vítima M. - tá

180. Escrivã C. - é a mesma versão...

181. Vítima M. - hum hum [:

182. Escrivã C. - [tá

183. Vítima M. - é... se caso ocorra novamente né.. aí já...
184. Escrivã C. - [cê pode abrir Ou:tro processo
185. Vítima M. - [posso além [desse
186. Escrivã C. - [isso
187. Vítima M. - além de:sse...
188. Escrivã C. - isso... além desse você pode abrir o::utro processo e pedir pra ser reaberto
esse [caso
189. Vítima M. - [esse caso... tudo bem
190. Escrivã C. - tá ((vítima assina o termo circunstanciado)) ... a detrás também... é uma
cópia (((silêncio))) cê aguarda a doutora ((fala o primeiro nome da delegada)) ela assina a
cópia do B. O. pra você... assim cê já: leva pro advogado [já
191. Vítima M. - [tá bom han han
192. Escrivã C. - que ele vai exigir pra instruir na na parte cí:vel
193. Vítima M. - tudo bem [:...]
194. Escrivã C. - [no processo cível tá bom?
195. Vítima M. - tudo bem.. [
196. Escrivã C. - [só aguardar dona ((fala o primeiro nome da vítima))) ... eu já
chamo tá?
197. Vítima M. - tá .

Anexo 8

Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1309/00 referente ao
Dep.1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

REPARTIÇÃO

D.D.M.-

BOLETIM DE OCORRÊNCIA 1309/99

VIA

Natureza da ocorrência: LESÃO CORPORAL / AMEAÇA Data: 07-09-99

Local: Rua , - / Circ.: DDM-

Hora da comunicação: 10:30 Hora do fato: 21:00

INDICIADO:

Doc. Ident. n.º

Veio ao Plantão: não

Pai:

Mãe:

Cor: bca Idade: 41a Est. Civil: solteiro Prof.: agente penitenciário

Nac.: br as. Nat.: Lins-SP

Residência: local dos ratos

Local de trabalho: Penitenciária J. eminina - SP

VITIMA:

DN: 04-07-59

Doc. Ident. n.º

- SSP/SP

Veio ao Plantão: sim

Pai:

Mãe:

Cor: bca Idade: 40a Est. Civil: solteira Prof.: aux. adm.

Nac.: bras. Nat.: Caratinga-MG

Residência: local dos ratos

Local de trabalho: Empresa de Correios e Telegrafos - Ag. S. Caetano do Sul

Foi internada?

Onde?

TESTEMUNHAS:

1) -

2) -

3) -

4) -

5) -

SOLUÇÃO: Elaborado o termo nº 645/99

EXAMES REQUISITADOS: J. ficha clínica do P.S. Hospital

Elaborado por

27 de setembro de 1999

Investigador

DRA. V

OBSERVAÇÃO:

- a) Em caso de mais de um indiciado ou vítima, usar o verso, obedecendo a mesma sequência de dados desta face;
b) No caso de mais de 5 testemunhas proceder da mesma forma.

HISTÓRICO

Comparece a ofendida , neste Distrito Policial , informando que convive maritalmente com o ofensor há cerca de 17 anos e possui dessa união 02 filhos ; vítima informa que seu marido faz uso de bebidas etílicas tornando-se muito agressivo quando ébrio ; que na data dos fatos , por motivos a serem devidamente apurados no termo circunstanciado , o ofensor agrediu-a fisicamente causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve além de ameaçá-la de morte.

Vítima: _

Anexo 9

Cópia do Termo Circunstanciado nº 645/99 referente ao
Dep. 1



SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER DE

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POLICIAL nº 645/99

(Artº 69 da Lei nº 9.099/95 e seu § único) Ref. B.O. 1309/99

NATUREZA: LESÃO CORPORAL DOLOSA / AMEAÇA

LOCAL: Rua , - Jd.

DATA DO FATO: 07-09-99

HORA: 21:00 h

DOS FATOS: Chegando ao meu conhecimento através do Boletim de Ocorrência nº 1309/99 , que na residência sito à rua , - Jd. por volta das 21:00 horas do dia 07-09-99, o autor , 41 anos , agrediu fisicamente sua esposa , 40 anos além de ameaçá-la de morte.

VÍTIMA:

, fª de e , RG nº . - SSP/SP , branca, com 40 anos , solteira , auxiliar administrativo , brasileira e natural de Caratinga-MG , residente local dos fatos F: - .Estando presente nesta , arguida pela Autoridade Policial , respondeu: que convive maritalmente com o ofensor há cerca de 17 anos e possui dessa união 02 filhos ; que seu amásio tem o hábito de ingerir bebidas etílicas tornando-se agressivo quando ébrio ; a ofendida consigna que a agressividade do seu amásio se acentuou depois que ele começou a trabalhar como agente penitenciário ; que já ocorreram diversas agressões físicas porém nunca registradas em qualquer repartição policial ; que na data dos fatos, seu amásio estava alcoolizado e após um desentendimento entre o casal , o autor agrediu-a desferindo-lhe um soco no olho direito além de chutes e murros pelo corpo da ofendida causando-lhe lesões de natureza aparentemente leve. A ofendida consigna que no auge da discussão ele ameaçou-a de morte . Vítima no momento NÃO DESEJA REPRESENTAR

CONTRA O AUTOR , conforme artº 88 da Lei nº 9.099 / 95.

TESTEMUNHAS: Não foram apresentadas testemunhas diretas ou indiretas.

AUTOR: , fº de e , branco , com 41 anos, solteiro , agente penitenciário , brasileiro , natural de Lins-SP, residente local dos fatos..

PROVIDÊNCIAS: J.cópia do B.O. alusivo aos fatos.

J. copia da ficha clínica do P.S. do Hospital

CONCLUSÃO: Em face do apurado , infere-se que a pessoa qualificada como autor dos fatos , infringiu em tese o artº 147 e 129 do CP. Com base no artº 69 da Lei nº 9.099/95 , encaminha-se o presente instrutório ao JECRIM , saindo as partes devidamente comprometidas a comparecerem em Juízo quando previamente intimadas sob pena de desobediência. REGISTRA-SE E CUMpra-SE.

, 27 de setembro de 1.999.

Vítima: _ _ _ _ _ + _ _ _ _ _

Dra

Delpol Titular da DDM

Esc.

Anexo 10

Transcrição do Depoimento 2

DEPOIMENTO 2

Duração: 52 minutos

Escrivã: B.

Vítima: L.

Pesquisadora

Interlocutor não identificado: INI

Coleta: Esta foi a quinta gravação realizada na Delegacia da Mulher. A vítima autorizou a coleta. "L" tinha agendado horário, dias antes, para registrar sua queixa no Boletim e no Termo Circunstanciado. A vítima resolveu prosseguir com o processo.

1. Vítima L.- ((dirigindo-se à Pesquisadora)) ahn... o RG não sei de cor
2. Pesquisadora - não tem problema... é só assinar
3. Vítima L. - não tem problema?
4. Pesquisadora - não precisa
((barulho no ambiente))
5. Vítima B. - () eu mudei () não faz mal?
6. Pesquisadora - obrigada
7. Escrivã B. você::: ele/ você entregou ele recebeu a intimação?
8. Vítima L. - entreguei ... inclusive hoje ele saiu de casa ... eu achei que ele vinha né
9. Escrivã B. - hum... hum.. você::: pretende::: você (sabe se realmente vai) representar contra ele?
10. Vítima L. - ah ... eu acho que sim né ((tonalidade baixa))
11. Escrivã B. - vai né... acho que sim... não tem que:::
12. Vítima L.- [pelo menos... ele num ... ele pára de uma vez::
13. Escrivã B. - hum hum
14. Vítima L. - a não ser que ele me mate ... é o que ele mais fala
15. Escrivã B. - procurou::: ()
16. Vítima L. - [se eu pegar um dia de cadeia por sua causa eu te mato
17. Escrivã B. - cê pretende::: propor a separação::: ou::: andou procurando advoga:do... não
18. Vítima L. - [não::: até::: aí::: não eu pensei
não pensei ... mas eu::eu acredito que ele devia ta .. sei lá .. responder um processo por isso
daí isso daí porque ele já me bateu várias vezes ... e eu falava sempre que um dia eu ... ia ...
dá ... queixa
19. Escrivã B. - você trouxe testemunha?
20. Vítima L. - eu ia trazer ... mas é a minha patroa ... e ela infelizmente ficou impossibilitada de vim ... é que nesse dia ... eu tinha ido acompanhar um sobrinho da minha patroa até a Santa Casa ... né e cheguei tarde... um pouco que eu cheguei atrasada: quando eu apertei a campainha ele abriu o portão perguntano onde eu estava: antes d'eu resPONder direito ele já foi me dando um soco... foi onde que eu não agüentei
21. Escrivã B. - bom...ahn:: eh ... (eu vou ... fazer ...) fazer mesmo sem a testemunha ... aquilo que acho já foi passado pra você
22. Vítima L. - é
23. Escrivã B. - é importante a testemunha... se não
24. Vítima L. - ahn
25. Escrivã B. - diante do promotor fica a palavra de um contra a do outro:::

26. Vítima L. sei
27. Escrivã B. - né:: ainda mais se tratando de ... de ... de:: convivência a dois ... aí de casais ... mais ... de qualquer forma fica pelo menos no ... o registro
28. Vítima L. - hum
29. Escrivã B. - que vai ficar na delegacia e fica no fórum nós vamos ... - ((dirigindo-se à pesquisadora)) viu ... qual o teu nome?
30. Pesquisadora - Rosi
31. Escrivã B. - o Rosi não sei se você acha se se te interessa gravar tudo ... porque demora um pouco e tal
32. Pesquisadora - não aí na hora que estiver fazendo datilografando a parte do termo.. aí eu paro a gravação.. aí eu retomo
33. Escrivã B. - aí pronto ah:: tá
34. Pesquisadora - tá
35. Escrivã B. - é porque aí ()
((barulho de máquina de escrever por 45 segundos)) -
36. INI 1. - eu consegui jogar na mega-sena e não acertar UM número... UM ... em três jogos.... fiquei na sequência de quatro...
37. INI 2. ()
38. INI 1. - joguei vinte e dois ... treze ... cinquenta e cincO::: mais sabe o que é não acertar nenhum ... pelo menos unzinho né assim:: ((barulho de máquina de escrever)) -
39. Escrivã B.- ele tem::: ele trabalha?
40. Vítima L. - traba:lha... trabalha na Volkswagen ... é trabalhador... treze anos de firma ...
41. Escrivã B. - () deixa::: para intimá-lo no trabalho né?
42. Vítima L. - o que estraga é a ingnorância e a bebida
((barulho de máquina e de conversas, 20 segundos até o próximo turno))
43. Escrivã B. - ah ... saiu um número errado aqui ... ((diz o nome de uma das escrivãs))
44. INI 3. - o que número
45. Escrivã B. - seiscentos e quarenta e sete ... quinhentos e quarenta e oito
46. INI 3. - ah (põe o seis aí) ... é só esse?
47. Escrivã B. - só
48. INI 4. - ((chama a escrivã B))
49. Escrivã B. - OI
50. INI 4. - tá ocupada?
51. Escrivã B. to::
52. INI 4. - ah ... ô a ((diz o nome de INI 4)) tá ocupada?
53. INI 3. - fAla
54. INI 4. - faz um favor pra mim ... pega o endereço ()
55. INI 3. - só o endereço ()
56. INI 4. - é
57. I NI 5. - () ((toca o telefone)) delegacia da mulher boa tarde ... delegacia
58. Escrivã B. - é rua ((diz o nome da rua e o número))...
59. Vítima L.- é número ((diz o número))
((barulho de máquina de escrever e vozes de pessoas falando ao telefone))
60. Escrivã B. - ((dirigindo-se à Pesquisadora)) você quer pegar uma cadeira?
61. Pesquisadora - não ... não precisa
62. Escrivã B. - é ((diz um nome))
63. Vítima L. - ((silabação do sobrenome))
64. Escrivã I. ahn?
65. Vítima L. ((repete o sobrenome))

66. Escrivã B.- ((confirma o sobrenome))
67. Vítima L.- é
68. Escrivã B.- número do RG dele você sabe?
69. Vítima L. não ((barulho de máquina))
70. Escrivã B. - nome do pai dele?
71. Vítima L.- ((diz nome e dois sobrenomes))
72. Escrivã B. - ((barulho de máquina)) o mesmo nome?
73. Vítima L. - é acho que é ((diz outro nome))
74. Escrivã B. - não::: tem::: a certidão de nascimento dos filhos ?
75. Vítima L. - não
76. Escrivã B. tem não ... tem o nome dos avós paternos e:: ((barulho de máquina))
77. Vítima L. - ah ... mas eu não to com a certidão () no convênio médico também não tem né? ... aqui tem ... no documento dele?
78. Escrivã B. não ... o nome do pai dele ... não .. vai ter... você não sabe?
79. Vítima L. - ((demonstra com som não articulado a negativa))
80. Escrivã B. - nem o primeiro nome? ... ((barulho de máquina)) o nome da mãe dele?
81. Vítima L. é ((diz o primeiro nome))
82. Escrivã B. - ((repete o nome))?
83. Vítima L. - é ((diz dois nomes)) ((barulho de máquina))
84. Escrivã B. - cor dele? ... co::r.. branco... claro... negro
85. Vítima L. - branco
86. Escrivã B. - idade?
87. Vítima L. - trinta e quatro
88. Escrivã B. - são casados legalmente?
89. Vítima L. - não
90. Escrivã B. não?
91. Vítima L. - eu vivo com ele

há doze anos
estado civil dele?
92. Escrivã B. -
93. Vítima L. - solteiro
94. Escrivã B. - profissão?
95. Vítima L. - acho hum na linha de montagem acho que é montador ((barulho de máquina))
96. Escrivã B.- nascido em que cidade?
97. Vítima L. - Picos... Piauí ((barulho de máquina))
98. Escrivã B. - data de nascimento dele?
99. Vítima L. - acho que é vinte do cin:: cinco de sessenta e cinco
100. Escrivã B. - vinte do cinco de sessenta e cinco? ((barulho de máquina)) tem telefone na residência?
101. Vítima L. - tenho
102. Escrivã B. - ahn
103. Vítima L. ((diz o número))
104. Escrivã B. - local de trabalho dele () ?
105. Vítima L. - ah pior que é na sessã/ no setor da Kombi
106. Escrivã B. - é na Volkswagen?
107. Vítima L. - é... eu não sei o número da ala que ele trabalha ((barulho de máquina de escrever))
108. Escrivã B. - tem o telefone do ... do trabalho dele?
109. Vítima L. - acho que tem sim se não tiver ... mudado
110. Escrivã B. - lá::: ée::: São Bernardo

né?

111. Vítima L. - └ é isso ((barulho de máquina)) se não mudou ...
aqui tá ((diz o número do telefone))
112. Escrivã B. - hum
113. Vítima L. - número da chapa ((diz o número))
114. Escrivã B. que chapa?
115. Vítima L. - acho que é do cartão
116. Escrivã B. - não tem ┌ é ra: ramal?
117. Vítima L. - └ acho que ele ligam é ...
118. Escrivã B. - ahn
119. Vítima L. - aí:: depois tem mais ((diz um número)) ... não sei como é que eles usam lá
120. Escrivã B. - ((diz o prefixo do telefone))...
121. Vítima L. - ((diz os últimos números do telefone))
122. Escrivã B. - hum
123. Vítima L. - aí tá escrito chapa ((diz o número))
124. Escrivã B. - ahn
125. Vítima L. - aí tá assim ((diz um número)) aí tem ramal ((diz o número)) ... ramal
((repete o número)) ... a chapa ((diz o número)) ... aqui é o telefone
126. Escrivã B. - ((barulho de máquina)) ramal ((diz o número))
127. Vítima L. - é
((após 50 segundos))
128. Escrivã B. -a idade?
129. Vítima L.- minha? ... quarenta e dois
130. Escrivã B. - estado civil?
131. Vítima L. - solteira
132. Escrivã B. - profissão?
133. Vítima L. - promotora de vendas
134. Escrivã B. - promotora?
135. Vítima L. - de vendas ((barulho de máquina))
136. Escrivã B. - local de trabalho?
137. Vítima L. - é rua ((nome da rua))
138. Escrivã B. rua?
139. Vítima L. - ((silabação do nome da rua e, em seguida, diz o número))
140. Escrivã B. - aris ... aris () é arcis ... aris?
141. Vítima L. - ((repete o nome em silabação))
142. Escrivã B. - ((repete o nome da rua))
143. Vítima L.- é... jardim ((nome)) ... rua ((nome da rua e número)) ... jardim ((nome))
144. Escrivã B. - ((confirma o nome da rua)) ... número?
145. Vítima L. - ((diz o número))
146. Escrivã B. - o número do telefone de lá?
147. Vítima L.- ... é temporário esse telefone ((diz o prefixo do telefone))
148. Escrivã B. - hum
149. Vítima L. - ((diz o final do número)) ((barulho de máquina de escrever))
((vozes de outros depoimentos, tempo de 3min5seg para o próximo turno))
150. Escrivã B. - um filho né
151. Vítima L.- é ... um menino de seis anos
((barulho de máquina por 1min40seg))
152. Escrivã B. - (pedi) uma caneta aí e assina todas elas ... via
((barulho de carros, de telefone tocando, vozes de outros depoimentos, a escrivã retorna à datilografia, 3 min até o próximo turno))

153. INI 6. - e aí?
154. Escrivã B. - ahn? to ruim né ... até agora to meia () não sei
155. INI 6. - () pra você
156. Escrivã B. - ahn obrigada ((diz o nome)) () deixa eu pegar a notinha
157. INI 6. - é pega a notinha ()
158. Escrivã B. - () ((risos))
- ((escrivã volta à datilografia, vozes de outros depoimentos, 4min50seg para o próximo turno))
159. INI 7. - alô ((1min10seg até a retomada do depoimento))
160. Escrivã B. - ahn::: ... convivem há doze anos ... tem um filho... já ahn já ... já ... houve agressões anteriores
161. Vítima L. - já::: ele chegava (me espancava me chutava ... me batia) chegava me batendo sem falar o porquê ()
162. Escrivã B.- ahn e você nun:::ca[:::/
163. Vítima L. - [eu não dava parte e ele falava se você der parte de mim um dia eu te corto o pescoço
164. Escrivã B. - e você nunca[::: ... levou::: então
165. Vítima L. - [é só (eu) receber intimação aqui
166. Escrivã B. - agressão ... ameaça .. você nunca levou o fato ao conhecimento policial ... ah ... ele não tem vícios ... né ...
167. Vítima L. - não
168. Escrivã B. - ahn:::
169. Vítima L.- ahn::: única coisa que ele tem de vício é só beber mesmo
170. Escrivã B. - é temperamento agressivo/... mas be::be mu[:::ito é descontrolado
171. Vítima L.- [não de chegar de fogo ... é que ele bebe um pouco ... não fica caindo [.. é um bêbado normal
172. Escrivã B. - [é uma pessoa de temperamento agressivo
173. Vítima L. - ele fica agressivo ignorante ... qualquer coisinha já
174. Escrivã B. - não há um motivo mais:::
175. Vítima L. - não aí::: começa a
176. Escrivã B. - forte
177. Vítima L. - ofender com palavras:::
178. Escrivã B. - ahn
179. Vítima L. - obscenas::: .. aí você não agüenta.. aí também eu revido ... aí chega uma hora que onde vem pra cima aí ele bate ... entendeu ... eu nunca vim atrais porque eu falava nã::o um dia::: eu acabo com::: isso::: um dia acabo com isso ... ah se você for um dia ... você vai ver
180. Escrivã B. - nesse dia oito do nove o que o que ocorreu foi cê chegou mais tarde em casa ... foi isso? ahn
181. Vítima L. - é::: que fui até o no hospital ... na Santa Casa ...
182. Escrivã B. - ahn
183. Vítima L. - acompanhando o sobrinho da minha patroa::: ... cheguei em casa ... eu saio sete horas do serviço ... cheguei acho que umas nove e meia dez horas
184. Escrivã B. - ahn
185. Vítima L. - acho que nem isso ...
186. Escrivã B. - hum
187. Vítima L. - quando ele abriu o portão mal perguntou ... onde eu estAva ... nem respondi direito já foi me agredindo ... eu nem entrei ... já desci e chamei a polícia

188. Escrivã B. - cê che chegou a/ chamar a: [acionar a polícia militar ... eles estiveram no local?
189. Vítima L. - [chamei
190. Vítima L. - eles foram lá:: não na mi/ no:: local assim na minha casa ... lá na casa da minha patroa ... aí
191. Escrivã B. - cê chamou de lá?
192. Vítima L. - é
193. Escrivã B. - você foi pra casa da tua patroa?
194. Vítima L. - é ... ela ainda subiu lá em cima:: foi:: con[versar:: com ele
195. Escrivã B. - [depois ter sido agredida
196. Vítima L. - é
197. Escrivã B. - que você foi pra casa dela ... [LÁ que você solicitou a::
198. Vítima L.- [e lá na casa dela ... eu mal saí da casa dela acho que não deu dois/ não deu cinco minutos ... só subi em casa ... dali a pouco eu já voltei ... ela ((diz o próprio nome em vocativo)) que é isso? que ela me chama de ((diz o nome)) a:: eu mal cheguei ele me perguntou onde eu estava ...e já foi logo me agredindo ... aí ela falou não vamos deixar isso pra trás... eu vou lá falar com ele ... foi lá ... ele não deu ouvidos quase pra ela ... e (só o que falou) ela é sem-vergonha mesmo ... me chamou de sem-vergonha ... ba ... bateu quase que o portão na cara da mulher ... e desceu e falou não ((diz o próprio nome em vocativo)) vamos na delegacia ... aí chamou a polícia ... a polícia veio... falou cê vai no pronto socorro ... passa pelo médico e amanhã vai na na delegacia ((ri)) da mulher
199. Escrivã B. - ()
200. Vítima L. - () seu marido precisa de () ele falou pra mim só isso ... aí eu fui... fui ... foi quando eu fui passei pelo médico ... aí no outro dia eu vim aqui ... quando ele pegou a:a: autori:: a intimação ... no outro dia ... ele foi até no meu serviço à noitinha ... antes do meu horário de sa de sair ... né ... aí ele falou você tem quinze minutos para ir lá na delegacia:: falei eu? porque quinze minutos para ir na delegacia? é porque você vai lá desmentir tudo o que você falou ... eu o que que eu falei ? ... o que eu fui ... aonde eu fui ... foi na delegacia da mulher ... o que eu falei foi a realidade... porque eu (nunca passei) em delegacia ... bom o delegado falou que você tem quinze minutos ... eu falei ... bom eu não vou ... manda o delegado vim me buscar ... se eu deve ... eu acho que ele queria que eu entrasse no carro dele naquela hora ... com intenção de ir na delegacia ... pra ele mim fazer alguma coisa ... eu acho ... porque cadê? aí eu voltei pra casa no meu horário ... cheguei ... ele quieto não falou nada ... também não perguntei o que que eu ia fazer em delegacia? ... porque eu tinha que ir na delegacia lá ... eu tinha quinze minutos para ir na delegacia ... manda o delegado vim me buscar ((após 1min)) vou dá um basta nesse negócio ((voz muito baixa))
201. Escrivã B.- ((após 20seg)) vocês não têm uma convivência harmônica... então? tem:: é sempre assim [.. recheado discussões... desavenças
202. Vítima L. - [ahn é agente dois três meses numa boa dali a pouco tem uma briga só que pra mim bater já ia fazer acho que quase um ano que ele não me tocava a mão ... eu sempre ameaçava ele o dia que cê tocar a mão você vai ver ... né ... é essa vez eu acho que ele tinha bebido umas também a mais viu que eu cheguei mais atrasada ... ele veio (descontar) ... de onde eu tava () ((barulho de máquina, após 25seg, continua)) eu acho que ele queria que eu viesse aqui retirar ... sexta-feira ele veio falar o:lha nunca mais na minha vida eu encosto um dedo em você ... eu falei ... é ... tá ... então ... cê vai prometer isso aí não é aqui não ... na minha casa não ... aqui dentro não você vai levá uns esfregão ... responder uns processo pra cê aprender ... não ... eu não vou mais tocar a mão em você ... só que pensava que eu ia lá e retirar ... () que não acaba mais ele falou que se eu pegá se ele pegá um dia de cadeia por minha causa logo que ele ((risos)) que ele chegá em casa ele me corta o pescoço e fica só o

- corpo pulando dentro de casa ((risos)) aí eu quero ver () querer isso () tem de morrer () ...
 ... nunca vi cachorro lati ... cachorro que late não morde
 203. Escrivã B. - ((durante 1min47seg, a escrivã datilografa)) foi socos que ele te::: disferiu socos
 204. Vítima L. _____ é foi socos
 205. Vítima L. - é ... quase que eu voltei no médico de novo depois de três dias (por causa de tanta dor) () (minha gengiva que pretejou)
 206. Escrivã B. - na mais na região da:::
 207. Vítima L. - é porque aqui assim ó depois de três dias eu tirava a dentadura cê olhava assim a gengiva ainda tava preta ... () pretejou assim ((barulho de máquina por 4min))
 208. Escrivã B. - aí depois do hospital ... cê voltou pra casa? ... né?
 209. Vítima L. - pra casa ... também ... tava ... quieto mais calmo eu fui dormir numa cama no quarto da minha filha
 210. Escrivã B. - e:::ssa:: sua patroa:: ... ele vou reintimá-lo e e::la:: você vai marco ... marcar uma outra data pra ela vir aqui ... vou marcar uma outra data pra ela comparecer aqui a testemunhar
 211. Vítima L. - aí tem que vim eu e ela de novo né
 212. Escrivã B. - não só ela
 213. Vítima L. - não
 214. Escrivã B. - só ela
 215. Vítima L. só ela então
 216. Escrivã B. a a ela foi citada aqui/ tá
 217. Vítima L. - tá
 218. Escrivã B. - provavelmente eu enviando isso pro fórum ... sem ela ser ouvida ... ela não ... o promotor vai ... quer ouvir-la ((barulho de máquina por 55seg)) você quER
 REpresentar contra ele não só o registro que vai pro fórum que ele venha depor. .. que ele vai responder criminalmente
 219. Vítima L. ah assim se tiver que vim aqui ... manda ele vim..
 220. Escrivã B. - (posso) chamá-lo aqui ((barulho de máquina durante 1min10seg, vozes de outros depoimentos, telefone toca)) a senhora pode ler e assinar aqui as duas vias ... ((segue-se 1min23seg)) e esse telefone dele a senhora não ... não tem certeza se tá atualizado ou não
 221. Vítima L. - não sei
 222. Escrivã B. - ele trabalha lá ... né?
 223. Vítima L. - é
 224. Escrivã B. - é funcionário mesmo::
 225. Vítima L. - é::
 226. Escrivã B. - da:: da volks ... essa cópia aqui é da senhora ... tá ... aí é só aguardar a notificação ... dois ... três meses pra comparecer no juiz
 226. Vítima L. - tá
 227. Escrivã B. - eu vou ... vou mandar a intimação pra ela ... como é o nome dela?
 228. Vítima L. ((diz o nome)) ... ()
 229. Escrivã B. - () certo
 230. Vítima L. - (deixa eu ver) de terça (e) quinta ela leva o marido na hemodiálise ... mas geralmente é à tarde né?
 231. Escrivã B. - não ... vou marcar pras dez horas da manhã ..
 232. Vítima L. - não é de terça nem de quin/
 233. Escrivã B. - quarta
 234. Vítima L. - tá

235. Escrivã B. - ((após 25seg)) o endereço lá é esse daqui mesmo?
236. Vítima L. - ((diz o nome da rua)) tudo metade mesmo ... ((diz o número)) jardim ((nome)) ... esse aí eu levo né
237. Escrivã B. - é (esse ... a senhora vai levar)
238. INI 8. - ((após 32seg, entra uma pessoa na sala)) oi ((diz o nome da escrivã B.))
239. Escrivã B. - botarde ((dirigindo-se a INI8))
240. INI 8. - tubo bom? boa tarde
241. INI 9 - boa tarde
242. Escrivã B. - ((após 18seg)) certinho:: dona ((diz o nome)) ... é só isso então
243. Vítima L. - o dia que ele vim ... é só ele né?
244. Escrivã B. - é
245. Vítima L. - então é só isso?
246. Escrivã B.- só isso (tá dispensada)
247. Vítima L. - obrigada viu?
248. Escrivã B. - nada.... boa sorte

Anexo 11

Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1314/99 referente ao
Dep. 2



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPARTIÇÃO DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER

BOLETIM DE Ocorrência

Nº 1314/99 VIA

Natureza da ocorrência: LESÃO CORPORAL DOMÉSTICA Data: 08-09-1999
Local: R. nº - Jd. - Circ.: D.D.M. -
Hora da comunicação: 14h50m Hora do fato: 21h30m
INDICIADO:
Doc. Ident. n.º prej. Veio ao Plantão:
Pai: prej. (Especie e reparação expeditora)
Mãe:
Cor: branca Idade: 34 Est. Civil: solteiro Prof.: montador
Nac.: bras. Nat.: Picos-PI (20-05-1965)
Residência: o mesmo dos fatos (Rua, número, cidade, bairro, fone, meio de condução)
Fone:
Local de trabalho: Volkswagen do Brasil (S.B. do Campo) (Rua, número, firma, cidade, bairro, fone, meio de condução)
Fone: - rural 35

VÍTIMA:
Doc. Ident. n.º (Especie e reparação expeditora) Veio ao Plantão: sim
Pai: natural
Mãe:
Cor: branca Idade: 42 Est. Civil: solteira Prof.: promotora de vendas
Nac.: bras. Nat.: Caruaru-PE (20-10-1956)
Residência: o mesmo dos fatos (Rua, número, cidade, bairro, fone, meio de condução)
Fone:
Local de trabalho: Rua nº - Jd. (Rua, número, firma, cidade, bairro, fone, meio de condução)
FONE:
Foi internada? não Onde?

TESTEMUNHAS:

(nome, res., bairro, fone, meio de condução, doc. identidade, local de trabalho - bairro, condução e fone)

- 1) - NOS AUTOS
- 2) -
- 3) -
- 4) -
- 5) -

SOLUÇÃO: Para elaboração do T.C. Nº 647/99 (O relatório, proc. sumário, sindicância, inquérito, outra)

EXAMES REQUISITADOS: ficha clínica (F.P.T., I.M.L. ou: exames - por extenso)

Elaborado por , 27 de setembro de 1999

(assinatura)
Assinatura do Autor

(assinatura de autoridade)

OBSERVAÇÃO :

- a) Em caso de mais de um indiciado ou vítima, usar o verso, obedecendo a mesma sequência de dados desta face;
- b) No caso de mais de 5 testemunhas proceder da mesma forma.

HISTÓRICO

Comparece a esta Delegacia a vítima retro qualificada informando que convive maritalmente com o autor há 12 anos, sobrevindo a essa união um filho. Esclarece que na data dos fatos, por motivos a serem devidamente apurados, agrediu-a fisicamente, causando-lhe assim, lesões corporais de natureza aparentemente" leve. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditame da Lei " 9.099/95.

VÍTIMA: _____

Anexo 12

Cópia do Termo Circunstanciado nº 647/99 referente ao
Dep. 2

CONT.

para casa da patroa afim de ser socorrida. Acionou os policiais militares que estiveram no local e, encaminharam-na ao P.S. (local); e mais, orientaram-na a procurar esta Delegacia. Neste ato, manifesta o desejo de REPRESENTAR CONTRA O AUTOR, visando o DD. Re - presentante do Ministério Público, possa em tempo oportuno propor ação penal cabível.

VÍTIMA: _____

Anexo 13

Transcrição do Depoimento 3

DEPOIMENTO 3

Interação vítima - escrivã de polícia

Duração: 48 minutos

Escrivã: R

Vítima: S

Pesquisadora

Interlocutor não Identificado: INI

Delegada

Testemunha

Marido / Autor

Coleta: Esta foi a oitava interação acompanhada na DDM. "S" havia agendado horário. Optou por dar prosseguimento ao processo.

1. Escrivã R. ((dirigindo-se à Pesquisadora)) - desliga um pouquinho seu gravador
2. Pesquisadora - ()
3. Escrivã R. - não só pra eu te falar uma coisa
((o gravador é desligado))
((vozes no ambiente, som de rádio))
4. Escrivã R. - (sei lá) se você quiser deixar desligado na hora que eu perguntar e liga pra não ficar ()
5. Pesquisadora - não não pode deixar tudo bem (deixa ligado mesmo tudo bem)
((após 3min50seg, com barulho de máquina de escrever))
6. Escrivã R. - ((dirigindo-se à vítima)) profissão?
7. Vítima S. - caberereira
8. Escrivã S. - ((após 45seg)) telefone pra contato?
9. Vítima S. - é::: ((diz o número))
10. Escrivã R. - é recado?
11. Vítima S. - não é em casa::: agora pode pôr a do meu serviço que é em São Paulo ... ((diz o número))
((barulho de máquina de escrever))
12. Escrivã R. - é casada há vinte e sete anos::: são três os filhos:::
13. Vítima S. - isso
14. Escrivã R. - esse se::: desentendendo muito ... é quanto tempo?
15. Vítima S. - fia ... já tem ... olha ... praticamente com quinze dias de casado
16. Escrivã R. - quer dizer que durante todo o [matrimônio a senhora
17. Vítima S. - [tudo tudo ah eh felicidade eu não sei o que foi
isso não não nunca nunca subi/ nem sei nem o que que é isso
18. Escrivã R. - a senhora senhora atualmente optou pela separação
19. Vítima S. - a::: fia agora não tem mais jeito viu
20. Escrivã R. - chegou a conversar [com ele a respeito?
21. Vítima S. - [sabe chegou o limite já
22. Escrivã R. - procurou advoga::do:: já tem alguma coisa em andamen::to?

23. Vítima S. - procurEI é [pra mim ir quarta-feira é já fu/i é pra mim ir quarta-feira levar os documentos já
24. Escrivã R. - [já foi fazer consul:ta?
25. Escrivã R. - e pelo fato da senhora ter:: informado a intenção de separação foi que ele ameaçou a senhora de morte
26. Vítima S. - ameaçou di:: mort:: i:: [inclusive colocou:: ...
27. Escrivã R. - [como é que foi
28. Vítima S. - ele taí de prova i:: e ele me ameaçou de morte várias várias vezes ... ele já me bateu mU:ito [muito
29. Escrivã R. - [a senhora nunca registrou?
30. Vítima S. - nUN:ca fia [nUN:ca
31. Escrivã R. - [ele tem algum tipo de vício?
32. Vítima S. - às vezes bebe ... assim ... mas não de cair assim ... né mas ele é o o o problema dele não deixa faltar nada ... o problema dele é violento ... ele fala com a mão ... isso daí:: me estremece sabe [nossa o que ele já me bateu o que ele já me bateu já me machucou ...
33. Escrivã R. - [e a senhora nunca (teve) registrado nenhuma ocorrência até então
34. Vítima S. - nunca [sempre guardei ...
35. Escrivã R. - [é a primeira vez
36. Vítima S. - foi ... porque agora chegou o limite fia que não dá mais ce entende?... quando ele trabalhava ... de final de semana eu já tinha medo que ia chegar sábado e domingo ... cê entende? agora ele já é aposentado ... esses ano todo que ele tá aposentado ... minha vida virou um inferno ... sabe? ... e eu sempre trabalhei em casa se/ toda vida eu trabalhei em casa ... e eu saí agora né pra trabalhar fora porque pra mim ir embora pra não deixar meus filhos ... porque sabe eu ia deixar ... abandonar a casa né
37. Escrivã R. - seus filhos são todos maiores?
38. Vítima S. - são
39. Escrivã R. - só que convivem:: com a senhora?
40. Vítima S. - isso ... é exatamente por isso que eu tô aqui ... eu não saio de casa por causa disso ... porque ... eu quero ficar co'as minhas filhas né ... não quero::: sabe ...
41. Escrivã R. - são todas maiores [ou ou tem menor?
42. Vítima S. - [são ... não ... a a ((diz o nome)) tem dezenove é a caçula ... e tem a de vinte e três ((barulho de máquina de escrever))
43. Vítima S. - pra mim sozinha amanhã já saía hoje à noite né qualquer lugarzinho arrumano uma casa de ... doméstica pra dormir no emprego ... isso daí eu arrumo ... mais eu não quero viver sem as minhas filhas sabe
44. Escrivã R. - ((dirigindo-se à pesquisadora)) se você quiser comentar alguma coisa [se você achar
45. Pesquisadora - [não
- não obrigada
- ((barulho de máquina de escrever))
46. Vítima S. - ele acha que ele dando conforto em casa ele acha que::: né ... que é tudo ... não é isso a gente:: eu tenho medo dele ... sabe ... eu tenho pAvOr ... a hora que eu cheguei aqui ce viu (que hora) que eu entrei em num tava tremeno? Eu bati o olho nele assim ... eu não sei como que eu tô tô de pé ... chego tremer:: e ele é um verdadeiro artista viu fia se ele faz uma coisa ... ele fala e jura de pé junto que não faz ... isso que é duro sabe ... inclusive ele pois a faca no meu pescoço essa semana pra me [matar ficou uns deiz minuto ...
47. Escrivã R. - [nesse dia/
48. Vítima S. - nesse dia ... porque eu já tinha vindo antes né ... fia ... eu já tinha vindo antes (ó lê) ó você pode [ver a data daqui nESSE dia ... agora

49. Escrivã R. - _então nesse dia on::ze foi o dia que ele colocou a faca
50. Vítima S. - agora esse ... a faca ta aqui ó ele colocou assim ó ficou mais de minuto ... e ele já me jurou de morte ele falou na hora que saí a separação ... ele vai me matar e vai ficar vinte e quatro horas fugido sabe ... que ele falou que não vou preso ... ele falou eu::: não vou preso aí ... o problema dele ... fia... sabe o que é é é::: ter que dividir a casa ... eu falei eu não tô aqui por causa da casa ... eu deixo tudo ... eu só quero ficar com as minhas filhas ... só isso ... cê entende fia? Ele pode ficar c'a casa ... com o que ele quiser ... eu não quero nada eu só quero viver c'as minhas filhas sabe ... só isso ((10seg de barulho de máquina)) de desde que e casE::i nun::ca fui na casa da minha mãe sozinha nunca fui em lugar nenhum sozinho é quando ele quer só ... entende ... sempre fui assim muito presa muito presa ... presa presa né ... e eu não sei ... acho que é o gênio né:: é italiano né é um gênio::: ele é forte vIU fia ((dirigindo-se à pesquisadora)) você é?
51. Pesquisadora - (como?)
52. Vítima S. - você é?
53. Pesquisadora - o quê?
54. Vítima S. - italiana?
55. Pesquisadora - não não sou
56. Vítima S. - mas ele tem um gênio muito forti::: ele num fala ele fala c'a mão só ... sabe? ((depois de 30seg, com barulho de máquina de escrever)) quando eu ia conversar c'a minha mãe falá dessas coisas pra minha mãe ele falava assim ... sua filha tá louca ... sabe ... a sua mãe/ a sua filha tá louca ... sempre fala assim ... que eu sou louca ((barulho de máquina de escrever. Após 22seg, a vítima continua o turno)) essa testemunha minha aí ... ela é::: ela ta fazendo direito ... né ... você vê quanto tempo que ela cruza/ comigo ... né ... e juso ela que que veio aqui ((barulho de máquina de escrever por 2min))
57. Escrivã R. - a senhora assina pra mim?
58. Vítima S. - me empresta a caneta aqui fia? ... posso pegá?
59. Escrivã R. - você quer deixar desligado? ... aí a hora [que a pessoa chegar
60. Vítima S. - [é aí tem a fita né fia
61. Escrivã R. - é ... porque tem mais dois
62. Vítima S. - é tem mais dois ainda
63. Pesquisadora - não tem problema ... eu tenho fita aqui
64. Escrivã R. - é
65. Pesquisadora - pode deixar
66. Escrivã R. - tem que apresentar tudo (o que você fez)?
67. Pesquisadora - oi?
68. Escrivã R. - você tem que apresentar que (foi feito)?
69. Pesquisadora - não eu não apresento isso aqui eu só comento ... depois eu só vou [()
70. Escrivã R. - [então desliga ... você fica gastando sua fita à toa
71. Vítima S. - é
72. Escrivã R. - porque aqui é só barulho de máquina ((barulho da máquina por 20seg))
73. Vítima S. - as duas né? ((barulho de máquina. Depois de 15seg)) o tempo vai (mudando) tem que levá tanta brusa viu eu trabalho lá na Brigadeiro na Paulista ... ce conhece? ((dirigindo-se à Pesquisadora))
74. Pesquisadora - conheço
75. Vítima S. - eu trabalho lá
76. INI ((toca o telefone)) - bom dia ((sem diálogo por 2min45seg, com barulho de máquina de escrever))

77. Escrivã R. - o endereço do seu trabalho ((diz o primeiro nome da vítima))
78. Vítima S. - é rua é::: pera aí pera aí ... professor ((diz o nome)) ... nú::mero:: ((diz o número))
79. Escrivã R. - bairro?
80. Vítima S. - Bela Vista
((após 25seg, a delegada entra na sala))
81. Delegada: - (são esses três)) vão passar? esses três vão passar?
82. Escrivã R. - esses vão passar mas vão passar na ida ... pra ir embora ... estes já estão relatados (quer dizer que) já estão relatados ... os que vão passar estão aqui ... a senhora quer assinar?
83. Delegada - (quer dizer) esses aqui não vão passa na comissão?
84. Escrivã R. - passa ... mas já passa no livro pra ir embora
85. Delegada - ah sim
((barulho de máquina por 45seg))
86. Vítima S. - nO::ssa de noite cê tá c'os dedos doendo hein? ... não? nO::ssa senhOra ...
87. Escrivã R. - acostuma né
88. Vítima S. - cê faz isso o dia inteiro né? pensou? ... não pode usar o computador? não é mais fácil? ... pros dedo?...
89. Escrivã R. - poderia se todas tivessem computador
90. Vítima S. - ah:::
91. Escrivã R. - só tem um ... então não fica uniforme
92. Vítima S. - é ... (após 13seg) nossa ex-vizinha é revoltado com ele lá nOssa:: senhora
93. Escrivã R. - ((após 3min8seg)) a senhora assina pra mim todas as vias ... tá? ((depois de 45seg)) pode deixar aqui ()
94. Vítima S. - ((som de rádio. Após 50seg)) aqui (assinado)
95. Escrivã R. - ((após 1min)) pode pedir pra ((diz o primeiro nome da testemunha)) subir tá ... a senhora já está dispensada
96. Vítima S. - tá ... já acabou a minha parte?
97. Escrivã R. - já ... a senhora já está dispensada
98. Vítima S. - tá bom
((barulho de máquina de escrever. A testemunha entra na sala e começa o depoimento))
99. Escrivã R. - estado civil ... ((diz o primeiro nome da testemunha))?
100. Testemunha M. - casada
101. Escrivã R. - idade?
102. Testemunha M. - trinta e quatro
103. Escrivã R. - profissão?
104. Testemunha M. - é professora ((barulho de máquina de escrever por 45seg))
105. Escrivã R. - endereço residencial?
106. Testemunha M. - é rua ((diz o nome da rua e o número)) ... vila é vila ((diz o nome)) lá ... né ... ((diz o nome da cidade))
107. Escrivã R. - telefone pra contato
108. Testemunha M. - ((diz o número))
109. Escrivã R. a senhora é parente de alguma das partes?
110. Testemunha M. - não
111. Escrivã R. ((barulho de máquina por 20seg)) acerca dos fatos que dona ((diz o nome da vítima)) alega ter sofrido no dia onze do nove ... onde seu ((diz o nome do acusado)) ... que é marido dela teria a ameaçado ... qual é ah seu conhecimento ... a senhora viu ... a senhora soube?

112. Testemunha M. - não ... eu sou a vizinha dela há mais de cinco anos ... ela relatou ... por telefone o que aconteceu e me convidou pra eu ser testemunha aqui na quinta-feira
113. Escrivã R. - ah tá
114. Escrivã R. - (então) a senhora tomou conhecimento do fato através de narrativas da própria vítima
115. Testemunha M. - isso ... da própria vítima
116. Escrivã R. - a senhora já tinha um outro conhecimento ou esse foi o primeiro?
117. Testemunha M. - não ... ela já havia comentado algumas vezes comigo
118. Escrivã R. - é
119. Testemunha M. - que ela tem o salão né
120. Escrivã R. - hum
121. Testemunha M. - ela é cabelereira
122. Escrivã R. - certo
123. Testemunha M. - e eu sou cliente dela e ela tinha comentado comigo ... como nós somos mais íntimas ela já tinha ... falado alguma coisa a respeito
124. Escrivã R. que havia os desentendimentos entre o casal
125. Testemunha M. - isso já algum tempo ela já tava já já ()
126. Escrivã R. - lamentando há algum tempo ... mas ela não comenta com quase ninguém o fato só eu
127. Escrivã R. - ((barulho de máquina de escrever durante 1min45seg)) a senhora tem conhecimento de que ela optou pela separação? Que esse teria sido o motivo dela ter sido ameaçada pelo marido?
128. Testemunha M. - se eu tenho conhecimento?
129. Escrivã R. - isso
130. Testemunha M. - se ela tá sim através da violência né
131. Escrivã R. - hum hum
132. Testemunha M. - que ela tá querendo separar ... primeiro ela falou que não queria sair ... agora ela tá querendo até abrir mão pra sair né então ... ele nega viu ... ele fala ... geralmente eles negam ... né ... ela comentou também ... que ele faz esse tipo de ameaça quando não se encontra ninguém na casa
133. Escrivã R. ((barulho de máquina de escrever e de telefone por 1mn)) - a senhora leia e assina pra mim nas duas vias ()
134. Testemunha M. - ((após 35seg)) () é só assinar? por extenso?
135. Escrivã R. como a senhora costuma assinar ... nas duas vias por favor
136. Testemunha M. mais alguma coisa?
137. Escrivã R. - aqui é só ... a senhora está dispensada ... então agora é só aguardar a intimação pra::: depoimentos no fórum
138. Testemunha M. - ah
139. Escrivã R. tá bom
140. Testemunha M. - até logo ... obrigado
141. Escrivã R. nada
- ((o acusado é chamado e entra na sala do depoimento))
142. Pesquisadora - o senhor autoriza/ ah ... eu posso gravar? Seu depoimento?
143. Autor A - o quê pra que é isso daí?
144. Pesquisadora - pra fazer um trabalho
145. Autor A - trabalho? onde?
146. Pesquisadora - na PUC de São Paulo ... pode?
147. Autor A - pode
148. Pesquisadora - obrigada

149. Escrivã R. - seu ((diz o nome)) o senhor foi intimado aqui ... porque consta que no dia onze de setembro ... por volta de vinte e uma e trinta ... o senhor teria ameaçado de morte sua esposa dona ((diz o nome da vítima)) ... qual sua versão para este fato?
150. Autor A - (eu não sei) ((diz o nome da vítima)) ta ficando doida de falar isso daqui ... não ... sabe o que aconteceu fia eu vou falar ... nós não tamo se dando bem há muito tempo né então eu ta eu tava na cozinha ... eu fui pegar não sei a versão que ela falou ... eu tava cortando um pedaço de queijo ... aí ela me começou a me cutucar né assim né começou assim né falou do serviço dela porque ela sa/ ela sabe que eu não gosto que ela trabalha fora então eu falei ah pra matar uma pessoa é tão fácil pegar uma faca e furar ... mas não que eu ameacei ela não
151. Escrivã R. tá (pra embora) só
152. Autor A - eu tava cortando um pedaço de queijo pra mim comer e ela tava perto e foi isso que aconteceu ... é ela falou pra minhas filhas que eu pus a faca no pescoço dela (ela levanta a voz pra mim) falar que eu bato nela às vezes que tu to () fala que eu bato nela eu nunca relei a mão nela
153. Escrivã R. - o casal já pensou em separação?
154. Autor A - não ... ela pensa ... ela pensa em separação que ... que ela fala que não gosta de mim que nunca gostou que é ... vinte e cinco anos de casado que é atraso de vida ... eu vou fazer o quê? eu to com ela ... ela faz uns seis meses que ela não fala comigo
155. Escrivã R. - ah já tem seis meses que
156. Autor A -
157. Escrivã - hum:::
158. Autor A - e eu se eu vou chegar perto dela ... né pra conversar com ela ela ela agri agride com palavra
159. Escrivã R. - sei ... então nesse dia
160. Autor A -
161. Escrivã R. - certo
162. Autor A - ela tava passando roupa perto ... eu peguei ... ela começou ... a falar sobre o serviço dela ... ah eu não gosto que ela trabalha fora mesmo foi quando que eu construí o salão lá pra ela ... e ela depois que acabou de construir ela ela abandonou e foi trabalhar fora ... então eu tava cortando um pedaço de queijo ... então ela começou a falar assim ó pra matar uma pessoa é fácil ta com a faca na mão é só cutucar ... e () tava numa distância assim como ta nós dois () mas não que eu ameacei ela ... pelo amor de deus ... eu vou:: ... estragar minha vida? que é isso ? ... eu to até admirado de ela veio aqui
163. Escrivã R. ((depois de 40seg com barulho de máquina de escrever)) - vo/ vocês estão separados há seis meses e tão dormindo em quartos separados?
164. Autor A - tamo
165. Escrivã R. ((barulho de máquina e de telefone por 2min35seg)) - o senhor concorda com a separação qu ela pretende ou não?
166. Autor A - ah não sei o que ela quer tá falando aí bom bom deixa assim mesmo (que dá dinheiro não é assim) a intimação? eu tô sabendo hoje ó
167. Escrivã R. ((depois de 15sg)) ta mas no caso o senhor num::: não pensou ainda na possibilidade dessa separação?
168. Autor A - não eu não eu eu tô esperando que ela se se tenha realidade né fia que ela ta com/ ela quer separar de mim eu vou fazer o que fia? ela quer separar eu vou:: implorar ... pra ela ficar comigo se ela não quer nem dormir comigo ... só ela fala que vinte e cinco anos de casado foi atraso de vida ... e ela já não usa aliança já faz muito tempo já () digo ó ()

169. Escrivã R. ((depois de 40seg)) - esse daqui é seu depoimento ... o senhor leia e assina pra mim aqui ... e aqui

170. Autor A - esse aqui?

171. Escrivã R. - isso ... [aqui ne ne nessa::: ... nessa linha] e aqui também tá
172. Autor A - [aqui e e esse aqui ... o que que é?

173. Autor A - [e os dois é igual?

174. Escrivã R. - [não ... é é cópia

175. Autor A - ahn é cópia

176. Escrivã R. tá () aqui ó

((barulho de máquina por 2min10seg))

177. Escrivã R. - o senhor leia o sEU depoimento ... o senhor é responsável pelo seu depoimento

178. Autor A - o meu é aqui né?

179. Escrivã R. é ((barulho de máquina por 10seg)) certinho?

180. Autor A - certinho

181. Escrivã R. - agora é só aguardar a intimação pra comparecimento no fórum ... aqui é só ... o senhor está dispensado

182. Autor A - tá oquei

183. Escrivã R. - obrigada

184. Autor A - nada

Anexo 14

Cópia do Resumo referente ao Dep. 3



Divisão de Material - DADG - Mod. 07
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

BO 1327
TC 653

V.

A.

LF R.

V.

DF 11/09/99

horário: 21:30+

Amecar

Victima é casada há 27 anos
(3 filhos) e atual mente o casal
vem se desentendendo muito. A
vítima pretende se separar, porém
o autor inconformado vem ameaçar
quando a vítima de morte, e que
se repete na data dos fatos.

79
25/9
21/9

TC 30/09
14:00h

Anexo 15

Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1327/99 referente ao
Dep. 3



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPARTIÇÃO DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER DE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

1327/99^{VIA}

Natureza da ocorrência: ASSAULTO Data: 11-9-1999
Local: R. - Vl. Circ.: D.P.O.
Hora da comunicação: 14h15m Hora do fato: 21h30m

INDICIADO:
Doc. Ident. n.º 41 Veio ao Plantão: sim
Pai:
Mãe:
Cor: branca Idade: 56 Est. Civil: casado Prof.: aposentado
Nac.: brasileira Nat.: Liberdade Preto - 31.10-2-43
Residência: Local dos Patos
(Rua, número, cidade, bairro, lote, meio de condução)

Local de trabalho: Prej.
(Rua, número, firma, cidade, bairro, lote, meio de condução)

VÍTIMA:
Doc. Ident. n.º 41 Veio ao Plantão: sim
Pai:
Mãe:
Cor: branca Idade: 45 Est. Civil: casada Prof.: cabeleireira
Nac.: brasileira Nat.: Liberdade Preto - 31.3-6-54
Residência: Local dos Patos - R.
(Rua, número, cidade, bairro, lote, meio de condução)

Local de trabalho:
(Rua, número, firma, cidade, bairro, lote, meio de condução)

Fone.:
Foi internada? não Onde? Prej.

TESTEMUNHAS: sem socorro da P.P.
(Nome, res., bairro, lote, meio de condução, doc. identidade, local de trabalho - bairro, condução e fone)

- 1) - no histórico
- 2) -
- 3) -
- 4) -
- 5) -

SOLUÇÃO: Elaborado o Termo Circunstanciado 053/99
(B.O. - quando por número, tendo data, cidade e hora)

EXAMES REQUISITADOS: nihil
(P.P., P.M.L., out. exames - por extenso)

Elaborado por de setembro de 19 99

Boa noite
(Assinatura e nome do delegado)
Boa noite

(Assinatura da autoridade)

OBSERVAÇÃO:

- a) Em caso de mais de um indiciado ou vítima, usar o verso, obedecendo a mesma sequência de dados desta face;
- b) No caso de mais de 5 testemunhas proceder da mesma forma.

HISTÓRICO

Segundo consta, vítima e indiciado convolveram núpcias há vinte e sete anos, sob evindo a 'essa' união três filhos; alega que o marido é pessoa extremamente violenta e no curso da convivência matrimonial várias foram as desavenças, entroveiros, desentendimentos, ameaças de morte e agressões físicas, as quais nunca foram registradas em quaisquer Unidade Policial; alega que não suportando mais as humilhações sofridas optou pela 'separação judicial e/ou consensual do casal, porém, em 'dia, horário e local retro mencionados, quando o indiciado foi cientificado de sua decisão, acabou por ameaçá-la de mal injusto e grave, pois não concebe a idéia de dividir os bens angariados durante o matrimônio. Elaborado o Termo Circunstanciado e remetido ao Fórum Local com as cautelas de estilo.

Vítima: _____

Anexo 16

Cópia do Termo Circunstanciado nº 653/99 referente ao
Dep. 3

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 653/99
(Lei 9.099/95 § único do artº 69) Ref. B.O. 1327/99

NATURALEZA: A M E A Q A

LOCAL: R.

- Vila

DATA DO FATO: 11-9-1999

HORA DO FATO: 21h30m

DO FATO: Chegando ao conhecimento desta Autoridade Policial, através do Boletim de Ocorrência 1327/99 que, no dia 11 do corrente, por volta das 21h30m, se localiza o site na Rua ...
- Vl. ..., nesta cidade, área de atuação do 1º D.P. local, por motivos a serem devidamente esclarecidos, ..., 40 anos, ameaçou de mal injústo e grave sua esposa, ..., 45 anos.

VÍTIMA:

, RG. ... - 31, brus., branca,

cassada, casoeleira, 45 anos, nasc. nos 3-6-1954 em J.B. Campo ...
- 1º de ...

residente no local dos fatos P.: ... / coml. ...

Estando presente nesta, arquivada pela Autoridade Policial, respondeu haver convolidado núpcias com o autor dos fatos há vinte e sete anos, sobrevinam a essa união três filhos; a declarante afirma que durante todo o matrimônio vários foram os desentendimentos, desavenças, entreveros, agressões físicas e até ameaças de morte, as quais nunca foram registrados em qualquer dependência policial; a declarante afirma que o marido é pessoa extremamente violenta e, embora a referida tenha tentado de todas as formas e maneiras levar adiante o matrimônio, na atualidade optou pela separação e tendo comunicado sua decisão ao marido à data dos fatos, acabou ameaçada de mal injústo e grave, sendo que o autor inclusive utilizou-se de uma faca de cozinha; a declarante afirma que levará adiante sua opção pela separação e apenas quer que os filhos permaneçam em sua companhia, porém, o marido em face a ascendência italiana sente-se preso ao bens materiais que foram angariados durante o casamento e nega intenções em dividi-los; a declarante neste ato REPRESENTA contra o autor dos fatos, visando o DD. Representante do Ministério Público possa em

CONT.

fls.2

PROVIDÊNCIAS: J. nos autos, a cópia do B.O. alusivo aos fatos.

CONCLUSÃO: Em face do apurado, infero-se que a pessoa qualificada como autora dos fatos, em tese, infringiu ao disposto no artº 147 do C.I. e, com supedâneo no que diz o artº 69 § único da Lei 9.099 /95, encaminhe-se o presente instrutório ao Jecrim desta, saindo as partes devidamente compromissadas que deverão comparecer em Juízo, quando previamente notificadas, sob pena de desobediência.

LEI 9.099-95 E CULPINA-SE.

1, 30 de setembro de 1.999

A DADA DA POLÍCIA TITULAR,

Dra. J. J. J.

Esc.;

Anexo 17

Transcrição do Depoimento 4

DEPOIMENTO 4

Interação vítima - escrivã de polícia

Duração: 20 minutos (A gravação foi interrompida durante, aproximadamente, 40 minutos)

Escrivã 1: P

Escrivã 2: R

Vítima 1: I

Vítima 2: R

Pesquisadora

Interlocutor não Identificado: INI

Coleta: Esta foi a décima interação acompanhada na DDM. "I" e "R" agendaram o horário. As vítimas optaram pela não continuidade do processo. A segunda parte do depoimento, que corresponde à elaboração do Termo Circunstanciado, não foi gravada na íntegra porque a Escrivã R. informou que só faria a datilografia do documento, portanto, não haveria mais questionamentos - o que não justificaria a gravação somente de barulho de máquina.

1. Escrivã P. - qual que é qual que é o nome do pai dele?
2. Vítima I. - o pai dela?
3. Escrivã P. - o pai do ((diz o nome do filho de I))
4. Vítima I. - ((repete o nome do filho)) ?
5. Escrivã P. - isso o nome do pai dele?
6. Vítima I. - é ((diz o nome completo do filho))
7. Escrivã P. - ((repete o primeiro nome))? ... ((repete o primeiro sobrenome))?
8. Vítima I. - não .. o pai dele/ do ((diz o apelido do filho))?
9. Escrivã P. - pai do ((diz o primeiro nome do filho))
10. Vítima I. - pai do ((diz o primeiro nome do filho)) é é::: ((diz o nome do marido))
11. Escrivã P. - ((diz o primeiro nome, confirmando)) ?
12. Vítima I. - é ((diz o nome completo))
13. Escrivã P. - do que? ((inicia-se a datilografia))
14. Escrivã P. - da mãe dele?
15. Vítima I. - é ((diz o próprio nome))
16. Escrivã P. - ((diz o primeiro nome e o repete))
17. Vítima I. - ((repete o nome completo))
18. Escrivã P. - como?
19. Vítima I. - ((repete o nome completo))
20. Escrivã P. - ((diz o primeiro nome do filho)) é seu filho?
21. Vítima I. - é
22. Escrivã P. - ahn ((barulho de máquina de escrever))
23. Escrivã P. - ele é branco?
24. Vítima I. - é
25. Escrivã P. - qual a idade dele?
26. Vítima I. - ele tem ... ele fez ... dezesseis anos
27. Escrivã P. - quanto?

28. INI 1 - NÚMERO UM

29. Vítima I. - dezesseis

((A Escrivã P. sai da sala e volta depois de 20seg com a escrivã R. Barulho de conversas no ambiente))

30. Vítima I. - por que você precisa daí do documento dele?

31. Escrivã P. - não ... porque se o ((diz o primeiro nome do filho)) tem dezesseis anos:::

32. Vítima I. - não por causa que o documento dele num tá aí

33. Escrivã R. - quem que é ((diz o nome completo do filho))?

34. Vítima I. - ((diz o primeiro nome do filho)) é::: meu filho

35. Escrivã P. - (meu deus)

36. Vítima I. - é fi/ é ... o é fi o ((diz o primeiro nome do filho)) mas::: o nome do pai é::: ((diz o nome completo do marido)) ... ((repete o primeiro nome do marido))

37. Escrivã R. - ah é ((diz o primeiro nome do marido))

38. Vítima I. - ((repete o primeiro nome do marido))

39. Escrivã P. - seu marido é ((diz o primeiro nome do marido))

40. Vítima I. - é

41. Escrivã R. - é ele que que tentou agredir a senhora e acabou agredindo a moça na data

42. Vítima I. - é ... é ... é foi isso aí é ... é

43. Escrivã P. - é ((diz o primeiro nome do marido))

44. Escrivã R. - ()

45. Vítima I. - agora o nome do ((diz o primeiro nome do filho)) não tem nada a ver ... ela que escreveu

46. Escrivã R. -

escrever a:::/ é ((diz o primeiro nome do marido)) né?

47. Vítima I. - é ((repete o primeiro nome do marido)) não tem nada de ((diz o primeiro nome do filho)) não

48. Escrivã R. - ()

49. Escrivã P. - ()

50. Vítima I. - () é o é o fio esse daí ((risos)) é por causa que ela qui:: escreveu ... o nome do ((diz o apelido do filho)) é ((diz o primeiro nome do filho, em seguida repete o apelido)) ((Diz o primeiro nome do filho)) tá certo ... mas é que o documento dele não tá aí ((risos)) ... tá só o da ((diz o nome da Vítima R.)) ... que foi nós duas que (pusemo) ... (aí você escreveu alguma coisa talvez)

((conversas no ambiente e risos))

51. Vítima I. - ((parece dizer o primeiro nome do filho)) aí::: ele nem casou ainda já é pai ((risos))

52. Escrivã P. - tá escrito ((diz o primeiro nome do filho)) aqui tô pondo dados de ((diz o primeiro nome do filho))

53. Vítima I. - ()

54. Escrivã P. (vou) começar de novo

((conversas no ambiente e barulho de máquina de escrever por 40seg))

55. Escrivã P. - isso aconteceu na rua ((diz o endereço))

56. Vítima I. - foi

57. Escrivã P. ((barulho de máquina por 22seg)) - é ((diz o primeiro nome do marido)) né?

58. Vítima I. - é ((diz o nome completo do marido))

59. Escrivã P. - ((barulho de máquina por 25seg)) nome do pai do ((diz o primeiro nome do marido))

60. Vítima I. - do pai?

61. Escrivã P. - é

62. Vítima I. - do pai dele ... eu não sei não
63. Escrivã P. - nem o primeiro nome?
64. Vítima I. - deve ser ((diz um nome))
65. Escrivã P. - ((repete o nome)) ?
66. Vítima I. - é
67. INI 2 - boa-tarde
68. INI 3 - boa-tarde
69. Escrivã P. - da mãe?
70. Vítima I. - da mãe ... é::: ((diz um nome))
71. Escrivã P. - como?
72. Vítima I. - ((repete o nome))
73. Escrivã P. - ((repete o nome, confirmando)) do que?
74. Vítima I. - é::: agora o nome dela::: ah não tá aqui não né .. tá no meu registo ali ... no registo tá qual é o nome dela compreto (lá na minha bolsa de) documento tá
75. Escrivã P. - que registo?
76. Vítima I. - ... no documento di casado ... tá ... quer que eu pegue lá embaixo?
77. Escrivã P. pega lá pra mim
((vozes de outros depoimentos))
78. Escrivã P. ((dirigindo-se à Pesquisadora)) (to ficando maluca)
79. Pesquisadora - ()
80. Escrivã P. - tá vendo como complicou ((risos)) casado com o cara há dezoito anos e não sabe o nome do sogro sabe que eu já peguei caso aqui que a mulher é casada com o cara e não sabe o nome do cara
81. Pesquisadora - o nome dele ela não sabia?
82. Escrivã P. - é ... eu chamo ele de Dedé ... mas o nome? num sei ((alterou a voz ao representar a fala da mulher que não sabia o nome do marido))
((vozes de outros depoimentos. Após 1min20seg, com a volta da Vítima I à sala, retoma-se o depoimento e à datilografia))
83. Escrivã P. - ele é branco?
84. Vítima I. - ahn?
85. Escrivã P. - ele é branco?
86. Vítima I. - quem?
87. Escrivã P. - o ((diz o primeiro nome do marido))
88. Vítima I. - moreno
89. Escrivã P. qual a idade dele? não sabe?
90. Vítima I. - tá marcado aí no registo
91. Escrivã P. - ele é de cinquenta e oito
92. Vítima I. - isso
93. Escrivã P. - você é de cinquenta e sete
94. Vítima I. - é
95. Escrivã P. ((barulho de máquina de escrever)) qual que é a profissão dele?
96. Vítima I. - e::le::: trabalha::: em::: de (serviço) de pedreiro né
97. Escrivã P. - ele é pedreiro?
98. Vítima I. - a profissão (dele)
((barulho de máquina e de vozes de outros depoimentos por 15seg))
99. Escrivã P. - isso foi em casa que aconteceu?
100. Vítima I. - foi ... é
101. Escrivã P. - tem telefone lá

102. Vítima I. - hum hum ... telefone ... tem o telefone da minha mãe é a menina que sabe o número de lá
103. Escrivã P. - tá ... então depois você vê .. tá ((barulho de máquina e de telefone tocando))
104. Escrivã P. - ele trabalha como autônomo?
105. Vítima I. - não ... ele trabalha assim de::: ajudante né di::: fazer casa assim ... de ajudar o cunhado
106. Escrivã P. - sim ... mas é por conta?
107. Vítima I. - é por enquanto né ... que ele ainda ((barulho de máquina)) vai caçar um serviço ainda pra trabaiaá
108. Escrivã P. ((vozes de outros depoimentos e barulho de máquina por 1min)) cê trabalha?
109. Vítima I. (não trabalho fora)
110. Escrivã P. ((barulho de máquina e vozes de outros depoimentos. O depoimento continua após 1min15seg)) - qual que é a idade da ((diz o nome da Vítima R.))? de oitenta e quatro ... cê não sabe a idade dela?
111. Vítima I. - eu não sei a idade dela
112. Escrivã P. - ((depois de 1min30 datilografando)) - esse aqui cê pode guardar
113. Escrivã P. ((após 30seg)) cê é casada com ele há dezoito anos? tem três filhos?
114. Vítima I. - tenho
115. Escrivã P. - ele bebe?
116. Vítima I. - e::le bebe
117. Escrivã P. - isso acontece quando ele tá bêbado?
118. Vítima I. -

é ... quando

119. Escrivã P. -

ou é do temperamento dele?

120. Vítima I. - não ... quando ele bebe é que ele fica assim
121. Escrivã P. - só quando bebe?
122. Vítima I. - só quando bebe aí precisou nós vim aqui por causa disto que ele estava agressivo co'a menina ... aí foi passado na delegacia e tudo
123. Escrivã P. - nesse dia aqui ele ameaçou você aí a filha foi te:::

defender

aí ela que

- acabou sendo agredida isso?
124. Vítima I. -

é

é foi isso aí ...

- é é
125. Escrivã P. - ((depois de 1min25seg)) - já te agrediu outras vezes?
126. Vítima I. - já
127. Escrivã P. - cê nunca registrou nada?
128. Vítima I. - não
129. Escrivã P. ((após 1min50seg)) - esse aqui cê assina todas as vias tá ... nessa primeira linha aqui pontilhada
130. Vítima I. - pôr o meu nome?
131. Escrivã P. - isso
132. Vítima I. - aqui também?
133. Escrivã P. - não
134. Escrivã P. - é assim a assinatura da senhora ou a senhora escreve o nome inteiro?
135. Vítima I. - é assim
136. Escrivã P. - é assim mesmo ... é uma assinatura
((barulho de máquina por 45seg))
137. Escrivã P. - aí cê aguarda lá embaixo ... daqui a pouco a outra escrivã te chama tá ... pra fazer o termo ((barulho de máquina))
138. Vítima I. - o documento fica?
139. Escrivã P. - isso ... o documento fica depois ela te devolve

((A Escrivã R. pediu para deixar o gravador desligado porque só iria datilografar o termo, não iria ouvir as vítimas. O gravador só foi ligado no final da elaboração do termo, quando se estabeleceu diálogo. Essa segunda parte teve a duração aproximada de 40min e contou com a participação da Vítima R.))

140. Escrivã R. - a senhora vai assinar pra mim aqui ((vozes de outro depoimento, após 30seg continuou o diálogo)) aqui também porque sua filha é menor

141. Escrivã R. ((após 50seg)) - tá aqui esse é o boletim que a senhora vai levar pro seu advogado tá bom

142. Vítima R. - mas por quê? ela não retirou? Ela não falou que ele resolveu se tratar?

143. Escrivã R. - AQUI é se ela for se separar [segundo ela ... ela não vai [representar
justamente por isso mas ela precisa do boletim ...

144. Vítima R. - [ah tá

145. Vítima I. -

146. Escrivã R. - num vai ter um PROssegimento criminal disso aqui ... certo? agora nesse caso aqui [é pra instruir o cível

147. Vítima I. - [é pra::: mostrar pro adeogado

148. Escrivã R. - isso

149. Vítima R. - o que é isso pra que isso?

150. Escrivã R. - é se ela for separar [é quando ela for

151. Vítima R. - [ah sim é

152. Vítima I. - ah se for continuar [aí leva esse papel pro adeogado .. [entendeu?

153. Vítima R. - [ah sim se for continuar ... [ah é tá

154. Escrivã R. - aqui é só

155. Vítima I. - só? obrigada

156. Vítima I. - (obrigada)

Anexo 18

Cópia do Boletim de Ocorrência nº 1341/99 referente ao
Dep. 4



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
REPARTIÇÃO **DELPOL DE DEFESA DA MULHER**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA nº 1341/99 VIA

Natureza da ocorrência: **AMEAÇA/LESÕES CORPORAIS** Data: **15:09.99**
Local: **Rua**, **Vl.** Circ.: **DDM-S.M.**
Hora da comunicação: **14h20m** Hora do fato: **21:00h**

INDICIADO:
Doc. Ident. n.º **prej.** Veio ao Plantão: **não**
Pai:
Mãe:
Cor: **pardo** Idade: **41** Est. Civil: **casado** Prof.: **pedreiro**
Nac.: **brasileiro** Nat.: **N.Sra. das Dores-SB** DN: **15-05-58**
Residência: **local dos fatos**
Local de trabalho: **autonomo**

1ª VÍTIMA:
Doc. Ident. n.º Veio ao Plantão: **sim**
Pai:
Mãe:
Cor: **branca** Idade: **42** Est. Civil: **casada** Prof.: **do lar**
Nac.: **brasileira** Nat.: **Santa André -SP** DN: **20-05-57**
Residência: **local dos fatos**
Local de trabalho:

Foi internada? **não** Onde?
TESTEMUNHAS: **Nos Autos**

xxxx 2ª VÍTIMA:-, RG: **bras.**
2) - **branca, solteira, 15 anos, nasc. aos 21-04-84 em**
3) - **S.B.Campo-SP, fª de**
4) - **res. no local dos fa -**
5) - **tos.**

SOLUÇÃO **Elaborado T.C. nº 658/99**

EXAMES REQUISITADOS: **ficha clínica**

Elaborado por **04** de **outubro** de 1999

Escrip

(assinatura da autoridade)

OBSERVAÇÃO :

- a) Em caso de mais de um indicado ou vítima, usar o verso, obedecendo a mesma sequência de dados desta face;
b) No caso de mais de 5 testemunhas proceder da mesma forma.

HISTÓRICO

Compareça nesta Delegacia as vítimas retro qualificadas informando que a 1ª vítima é casada com o autor há cerca de 18 anos; sobrevivendo a esta união três filhos; que a 2ª vítima é filha do casal. Informa que o referido faz uso frequente de bebidas alcoólicas, e quando ébrio torna-se violento; que o mesmo já a agrediu anteriormente, porém a esposa nunca registrou tais fatos. Que na data dos fatos, durante discussão entre o casal, o autor a ameaçou de agressão; que a 2ª vítima foi em defesa da mãe e acabou sendo agredida pelo autor. Elaborado Termo Circunstanciado conforme ditames da Lei 9.099/95.

1ª Vítima: _____

2ª Vítima: _____

Anexo 19

Cópia do Termo Circunstanciado nº 658/99 referente ao
Dep. 4



SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER DE

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 658/99.
(Lei 9.099/95 § Único do artº 69) Ref. B.O. 1341/99

NATUREZA: AMEAÇA / LESÃO CORPORAL CULPOSA

LOCAL: Rua , - Vl. -

DATA DO FATO: 15-9-1999 HORA DO FATO: 21:00h

DOS FATOS: Chegando ao meu conhecimento, através do B.O. 1341/99, que no dia 15 de setembro do corrente, por volta das 21:00h, no interior da residência sito à R. , - Vila , nesta cidade, área de atuação do 6º D.P. local, por motivos a serem devidamente esclarecidos, , 41 anos, ameaçou de agressão sua esposa, , 42 anos e como a filha do casal, , 3, 15 anos, intervie-se, acabou sendo lesionada fisicamente pelo primeiro, sofrendo assim lesões corporais de natureza aparentemente leve.

1ª VÍTIMA: , RG. -SP., bras. branca, 42 anos, casada, nasc. aos 20-5-1957 em SAE.-SP., do lar, fª de , res. no local dos fatos. Estando presente nesta, arguida pela Autoridade Policial, respondeu: haver convolidado núpcias com o autor dos fatos há dezoito anos, sobrevivendo a essa união três filhos; alega que o marido faz uso de bebidas com teores etílicos e quando embriagado se torna extremamente violento, sendo que no curso do matrimônio já teria agredido-a fisicamente noutras ocasiões, que a referida tenha elaborado o registro policial pertinente; informa que o autor costumeiramente promove desordens no lar conjugal produzindo tormentos e deixando o relacionamento insustentável, inclusive aos filhos do casal; na data dos fatos o autor se encontrava visivelmente embriagado, passando a fomentar desavenças e desentendimentos no lar, iniciando-se assim uma discussão, onde no auge o autor ameaçou de agredir fisicamente a esposa, tendo inclusive levantado o braço para agredi-la, momento em que a filha do casal interveio e acabou levando o tapa que inicialmente era destinado a sua mãe, sorrendo assim as lesões corporais descritas conforme a ficha de atendimento clínico em anexo; a declarante deseja consignar

CONT.

(deseja consignar) ter procurado defensor para ingressar em Juízo com ação de separação consensual e/ou judicial e, em face disso ' se utiliza das prerrogativas contidas no artº 88 da Lei 9.099/95, onde não tenciona prosseguimento destes autos na esfera criminal, apenas os utilizará, se necessário for, para instrução da ação de ' separação.

1ª Vítima: _____

2ª VÍTIMA: _____, RG. _____ - SP., bras.
branca, solteira, 15 anos, estudante, nasc. aos 21-4-84 em
S.B.Campo-SP., rº de _____ e _____
_____, res. no local dos fatos. Arguida pela Au-
toridade Policial, respondeu em presença de sua representante le-
gal que, o autor dos fatos é seu pai e, costumariamente o referido
fez uso de bebidas alcólicas, sendo que em face o estado de embria-
ção, promove desordens e discussões no lar conjugal, tendo muitas
vezes chegado a agredir sua genitora, sem que a mesma fizesse qual-
quer comunicação à autoridade policial de tais fatos; a declarante '
afirma que na data dos fatos, cansada de ver a mãe ser humilhada pelo
pai bêbado, tomou a frente do referido quando esse tencionava nova-
mente agredir fisicamente sua mãe, sendo que o tapa destinado à sua
mãe, acabou por acertá-la à mão direita, fazendo-a sofrer as lesões
descritas em ficha de atendimento clínico em anexo.

2ª Vítima: _____

Rep. Legal.: _____

TESTEMUNHAS: Não foram apresentadas diretas ou indiretas.

PROVIDÊNCIAS: J. aos autos, cópia do B.O. alusivo aos fatos.

CONCLUSÃO: Em face do apurado, infere-se que a pessoa qualificada co-
mo autora dos fatos, em tese, infringiu ao disposto nos artºs 147 e
129 § 6º, ambos do C.P. e, com supedâneo no que diz o artº 69 § úni-
co da Lei 9.099/95, encaminhe-se o presente instrutório ao Jecrim '
desta, saindo as partes devidamente compromissadas que deverão compa-
recer em Juízo, se necessário for, quando previamente notificadas, '
sob pena de desobediência.

REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.



SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER DE

CONT.

fls.2

RÉGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

, 4 de outubro de 1.999

A DELEGADA DE POLÍCIA TITULAR,

Dra.

Esc.:

Anexo 20

Cópia do Atestado Médico para Fins Legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE	
ATESTADO PARA FINS L	
SECRETARIA DA SAÚDE - S.U.S.	

ATESTAMOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LEI Nº 9.099/95, QUE ATENDEMOS:

PACIENTE: _____ Nº F. PA: 3008418

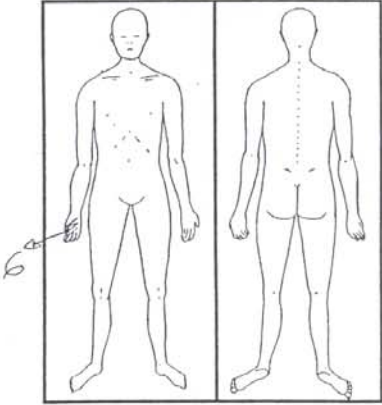
EM DATA 15.3.88 ÀS HORÁRIAS 22:36

HISTÓRICO RESUMIDO:

*Vitima de acidente físico
dinâmico estável
Vas. p/ vias
baixas e normais.
Rf m+ x por p/ dif.*

DESCRIÇÃO DAS LESÕES:

1 - FERIMENTO (s)	CONTUSO (s)
2 - FERIMENTO (s)	INCISO (s)
3 - FERIMENTO (s)	PUNCTÓRIO (s)
4 - FERIMENTO (s)	CORTO - CONTUSO (s)
5 - FERIMENTO (s)	PERFURO - CONTUSO (s)
☒ 6 - ESCORIAÇÃO (ões)	
7 - EQUIMOSE (s)	
8 - HEMATOMA (s)	
9 - SEM LESÕES APARENTES	
10 - OUTRAS _____	



EXAMES SOLICITADOS: _____

DIAGNÓSTICO: *Lesão Física*

TRATAMENTO: *Quilufar*

CARIMBO / ASS. / CRM - MÉDICO

[Signature]

DESTINO

☒ DISPENSADO

☐ INTERNADO

ASS. PACIENTE / RESPONSÁVEL

01.01.0993 1ª VIA - PACIENTE / DELEGACIA DE POLÍCIA 2ª VIA - HOSPITAL

Anexo 21

Cópia da reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*
de 22/11/1999

VIOLÊNCIA Promessas de mudança de atitude e dependência fazem vítima desistir da queixa contra o marido

Mulher resiste em denunciar parceiro



Silvia (nome fictício), agredida até quando estava grávida.

Vítima apanhou do marido por 13 anos

CRISTINA LIMA MARTINS
free-lance para a Folha de S. Paulo

"Uma vez eu apanhei do meu marido na porta de um bar. Meus filhos estavam sem leite há três dias. Ele ficava bebendo. Nesse dia, ele me tirou sangue. Foi a delegacia, o processo, e ele ficou ainda mais violento. Foi quando comecei a perder a confiança nele e a confiar mais em mim."

Depois de 13 anos sofrendo agressões do marido, Silvia (o nome é fictício), 41, chegou à conclusão de que não adiantava dar mais oportunidades ao parceiro, que chegava bêbado e a espancava.

"Ele já chegava perguntando se eu queria apanhar. Me batia quando eu estava grávida da nossa quarta filha, que hoje tem 8 anos. Cheguei a me separar três vezes, mas voltava porque as crianças sentiam falta." Agora, se-

parada há cinco anos, não se arrepende. "Foi duro sustentar as crianças, mas estou feliz."

Nem sempre a violência doméstica se resume às agressões físicas. Muitas vezes acontecem na forma de humilhações e ameaças. Também não estão restritas à mulher. Se estendem aos filhos do casal.

A estudante Nadia (nome fictício), 16, era agredida constantemente pelo padrasto, que vive com sua mãe há oito anos.

A estudante chegou a denunciar o padrasto uma vez, mas a mãe retirou a queixa. "Acho que o que ela sente por ele é medo e amor ao mesmo tempo. Tenho pena dela, às vezes tenho até raiva."

Em São José dos Campos (97 km de São Paulo), o número de registros de lesão corporal praticada contra mulheres cresceu 39,7% de janeiro a outubro deste ano em relação a 1998.

DANIELA FALCÃO
da Sucursal de Brasília

Quinze anos depois de ter sido implantada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) no país, a maioria das vítimas de violência intrafamiliar continua resistindo em prestar queixa contra o companheiro.

Mesmo entre as que optam por denunciar, boa parte termina retirando a queixa antes de o processo ser concluído.

Promessas de mudança de comportamento, dependência financeira e resistência em colocar atrás das grades pessoas com quem conviveu por mais de dez anos são alguns dos motivos que ajudam a entender por que a mulher agredida ainda hesita na hora de procurar uma delegacia.

Pesquisa encomendada ao IB-Gil pela Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro constatou que apenas 6,6% das mulheres vítimas de violência recorrem às delegacias da mulher.

Enquanto 3,8% procuraram delegacias comuns, 21,6% optaram por relatar a agressão apenas a amigos e parentes.

O IBGE ouviu 57.755 moradores casados de dois bairros de classe média da zona norte do Rio: Maracanã e Tijuca. Entre as mulheres, 12,8% declararam ter sofrido algum tipo de violência física ou emocional ao longo de 98, contra 8,5% dos homens.

Além de resistirem em denunciar a agressão, muitas mulheres terminam desistindo do processo criminal antes de sua conclusão.

Pesquisa coordenada pelas sociólogas Heleith Saffioti e Sueli Souza Almeida, ainda em fase de conclusão, mostra que 70% dos processos criminais instaurados nas delegacias da mulher são arquivados.

Na maioria das vezes por intervenção da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro em

Feminista quer rigor

da Sucursal de Brasília

Penas mais duras para agressores e criação de abrigos para as vítimas da violência doméstica são as principais reivindicações das feministas. Hoje, a pena para lesão corporal leve ou ameaça à companheira varia de três meses a um ano de prisão. Se o réu for primário, a prisão pode ser substituída por multa (de R\$ 45 a R\$ 200) ou prestação de serviço.

mudar de atitude.

A pesquisa "Violência Doméstica, Questão de Polícia e Sociedade" — que será concluída no ano que vem — analisou 849 inquéritos instaurados em duas delegacias da mulher de São Paulo, além de 170 mil boletins de ocorrência das DDM de 22 capitais e de cidades do interior paulista.

Levantamento feito pela Prefeitura de Londrina (PR) reforça a constatação de que poucas queixas são levadas até o fim.

De agosto de 86 — quando começou a funcionar a primeira DDM — a julho de 98, foram registradas 19.788 ocorrências. Apenas 10% resultaram em processo judicial.

Um dos motivos que fazem as vítimas desistirem de levar adiante os processos é o fato de dependerem emocional ou financeiramente dos companheiros.

Dados apurados nas delegacias da mulher de São Paulo indicam que 60% dos casais permanecem juntos depois da queixa.

Editoria de Assuntos Sociais

Raio X da violência intrafamiliar em SP

Em %

Queixas mais frequentes à polícia

Lesões corporais dolosas (intencionais) 81,5

Estupro ou atentado violento ao pudor 4,47

Ameaças 7,77

Seduções 1,53

Tempo de convivência com o agressor

Entre 10 e 20 anos 50

Entre 1 e 10 anos 40

Continuou vivendo com o agressor após a queixa 60

Idade da mulher agredida

Entre 30 e 40 50

Entre 20 e 30 30

Resultado dos processos

Arquivados 70

Absovidos 21

Fonte: Dados obtidos a partir da análise de 198 processos criminais instaurados nas duas delegacias da Defesa da Mulher de SP.

PLANO 100
News
Informativo da Rossi Residencial
22 de novembro de 1999

Para um público diferenciado, um novo conceito de arquitetura



A Rossi Residencial sempre teve como um dos principais objetivos a satisfação dos seus clientes, antecipando-se às suas expectativas e às mudanças de gostos e necessidades. Não foi por acaso que os empreendimentos anteriores do Plano 100 tiveram tanto sucesso. Quem não se lembra dos Villages Italianos, dos Gardens americanos e, mais recentemente, das Villas espanholas? Muito mais que simples nomes de batismo, estes empreendimentos trouxeram propostas de como morar

Noblesse
PLANO 100

Nestas perspectivas ilustradas, a elegância do novo conceito Noblesse Plano 100.



baseadas nos conceitos da arquitetura e da decoração destes povos. Atenta às oportunidades e anseios do mercado, a Rossi uma vez mais se antecipa e lança um novo produto: **Noblesse Plano 100**. É um novo conceito de arquitetura, com características inovadoras, e com o romantismo e a elegância francesas. O Condomínio Place Vendôme, primeiro empreendimento dentro deste conceito, teve seu projeto de fachada desenvolvido pelo arquiteto Edoardo Homem de Mello. O paisagismo, inspirado nos tradicionais jardins franceses, leva a assinatura de Benedicto Albuquerque. Para alisar este novo lançamento, a Rossi não poderia ter escolhido um local mais adequado: Jardim das Fontainas, em Campinas, SP, região nobre e privilegiada, dotada de toda a infra-estrutura, é um bairro extremamente residencial, bem próximo ao Shopping Center Iguatemi. Destinado a um público diferenciado, que busca uma nova proposta para bem morar, os apartamentos do Place Vendôme contam com 3 dormitórios, sendo uma suíte. Para conhecer este novo lançamento, visite o stand de vendas na Rua Ministro Oscar Sacaia, 180, Jardim das Fontainas, Campinas, SP.

ROSSI
RESIDENCIAL

NEXTEL
REPRESENTANTE AUTORIZADO
LIGUE 0800-152077

COMECE
2000
A 100

PLANO 100
8.100.100
Tudo por Você

ÓTIMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Empresa de Poupança, Empréstimo e Capitalização

- Com possibilidade de atuar no Mercosul e mais países da América do Sul • Sediada em Buenos Aires, Argentina • Ideal para Bancos, Financeiras e Construtoras • Capital autorizado variável • Possibilidade de participar em Bancos e Companhias de Seguros • Seguro de Vida • Empréstimos Hipotecários e Penhoras • Títulos de Renda • Carteira atomizada • Mesa de frequências não bancarizadas.

NA VENDA

Ligar (05411) 4375-5577
do segunda a sexta-feira de 9h às 13h, ou por carta
para Paraná 783 10° Andar, Buenos Aires, Argentina
(CEP: 1017)

Anexo 22

Cópia da Capa da revista *Veja São Paulo* de 30/8/2000

AGOSTO
SETEMBRO
2000

S	28
T	29
Q	30
Q	31
S	1
S	2
D	3

veja
São Paulo

www.vejinha.com.br

Abriu
40 anos

Z/S:0009 P030/104 EX3/20 SAO-ABC
SAO-ABC
COD ASS 307241265-001 00035 UE
EXEMPLAR EXCLUSIVO PARA:
ROSINEIDE DE MELO
R PROPRIA 30
P E ASSUNCAO 3135735030
03290-240 SANTO ANDRE SP 030/104

OBSESSÃO FATAL

**Pimenta Neves, diretor de redação de O Estado de S. Paulo,
mata sua ex-repórter e ex-namorada Sandra Gomide**

Anexo 23

Cópia da reportagem da revista *Claudia* de outubro/2000

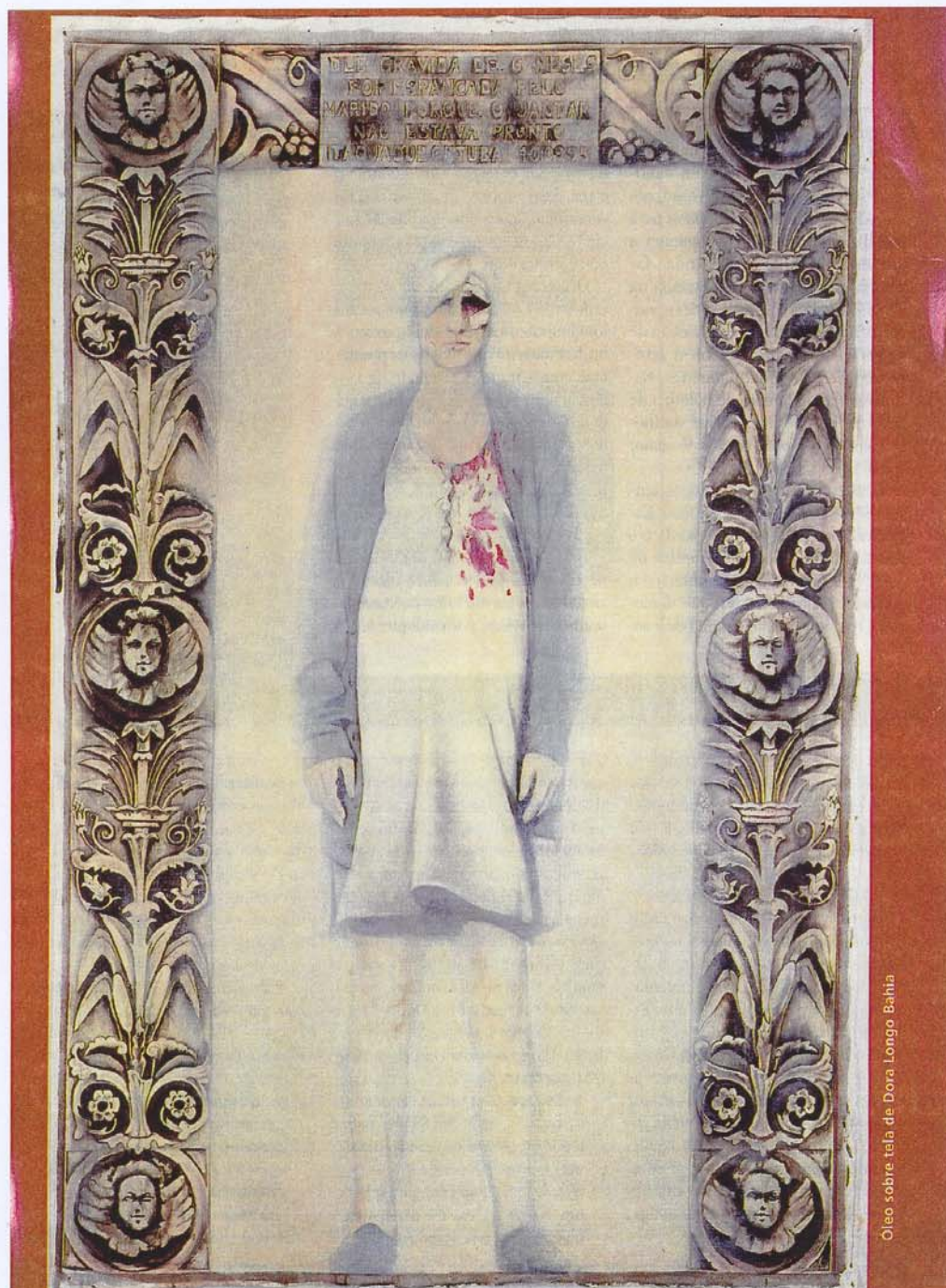
ELAS QUEREM DAR UM BASTA

Mulheres das mais variadas profissões e classes sociais resolvem enfrentar a violência doméstica. Cansadas de apanhar caladas, elas procuram a polícia para denunciar os maridos e os namorados truculentos

Dia 28 de agosto, uma semana depois que a jornalista Sandra Gomide foi assassinada pelo ex-namorado, o jornalista Antônio Pimenta Neves, o movimento na 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no centro de São Paulo, é enorme. "Um crime bárbaro como esse provoca comoção pública, aguça a autoestima do sexo feminino e as vítimas se encorajam a denunciar os agressores que têm em casa", explica a delegada titular Anaraci Dahmen.

Maria Martecle Oliveira, recepcionista, 26 anos, espera para ser atendida. Queixa-se do ex-marido. Drogado, ele invadiu a casa, jogou Maria contra a porta e chutou-lhe as pernas. Ao lado dela, a manicure Gleice*, 29 anos, está chorando. Descreve baixinho seu drama enquanto a investigadora Andréia Ribeiro atravessa o saguão. Vai atrás de um acusado de espancamento. Ela entra na viatura com um revólver e um par de algemas. "Não estou indo para prender, mas para conversar e intimar a comparecer à delegacia. Se ele engrossar, chamo reforço", diz. Ela sai, chega a administradora de empresas Ana*, 32 anos, com o filho de meses no colo. Veio denunciar o marido, um médico que tem salário de 15 000 reais e pretensões de se tornar político. Na véspera, ele apareceu bêbado e tentou esganá-la. As marcas estão em seu pescoço.

O perfil dos agressores é variado: são ricos, pobres, brancos, negros, cultos ou não. Sinal de que a violência doméstica não é subproduto da miséria, mas da disputa entre os sexos. Neste ano, 147 000 vítimas de ataques deram queixa contra os parceiros nas delegacias paulistas. Cento e quatro mulheres sofreram tentativas de homicídio cometidas por quem dividia a intimidade com elas e vinte foram barbaramente assassinadas. ➤



No Rio de Janeiro, o registro de casos de lesão corporal em mulheres pulou de 17 596 para 34 831 nos últimos nove anos. Por causa disso, começa neste mês uma campanha para mobilizar a sociedade a combater a guerra doméstica. Do programa fazem parte cartazes e propaganda na TV para incentivar a denúncia contra os agressores, além da adoção de ações sociais para prevenir a arbitrariedade entre quatro paredes. Estima-se que o número de boletins de ocorrência de crimes contra mulheres, em todo o país, será 15% maior que o registrado em 1999.

Com esse comportamento, as mulheres desenharam uma revolução. Estão trazendo para o espaço público o conflito antes escondido dentro de casa. O termômetro da mudança é a mulher da classe média, que demorou a romper o silêncio para pedir so-

corro numa das 304 delegacias de polícia especializadas do país. "É difícil criar coragem para denunciar o pai dos próprios filhos", explica a economista com pós-graduação Lúcia*, 40 anos, que apanhou calada por muito tempo.

O começo do casamento com um estudante de Engenharia foi tranquilo. Quando a carreira dela passou a brilhar mais do que a dele, os problemas começaram. A escalada da violência foi proporcional ao crescimento de Lúcia. "A cada promoção, a cada emprego novo, a cada viagem de trabalho, ele se sentia desvalorizado e reagia." Até que um dia ela ficou muito machucada. Iniciou um processo contra o marido e se livrou dele.

Não é preciso esperar por uma surra para tomar providências. Basta um xingamento. Se um homem chamar a mulher de vadia, por exemplo, ela ➤



Edna é agredida e 32 dias depois está salva da truculência do marido

OS DIAS DE FÚRIA

O período que Sandra Gomide e Edna Gomes Leal viveram antes do desfecho de suas histórias de agressão, mostra a batalha enfrentada por milhares de mulheres todos os dias.

30 DE JUNHO

Sandra vê seu drama começar logo que chega para trabalhar no prédio de *O Estado de S. Paulo*, na capital paulista. O chefe e ex-namorado, o diretor de redação, Antônio Pimenta Neves, 63 anos, demite Sandra com uma saraivada de palavrões, que ecoa para quem quiser ouvir. Pimenta grita que ela o traía pessoalmente e profissionalmente. Sandra tenta reviver e sai da sala com o rosto queimando de raiva e vergonha. "Senti que o ódio dele poderia ser um desastre para mim", diz a uma amiga, a esteticista Regina Leite.

Edna vive a 76 quilômetros da capital, numa casa simples da cidade de Sorocaba (SP). Ela é acordada pelo companheiro, J.L.S., 38 anos, ex-metalúrgico, dono de uma pequena oficina de carros. Mais uma vez, ele a acusa de "andar com outros homens" durante a tarde. "No fundo, queria me infernizar, me amedrontar para eu fugir, deixando as crianças com ele e com a amante", conta Edna, mãe de quatro filhos, dois do primeiro casamento. Eles discutem e a briga termina com a ameaça dele: "Ainda mato você".

➤ Segundo a psicóloga Rosana Diego, da Casa Eliana de Grammont, a primeira forma de pressão usada pelo homem é de origem psicológica. Ela se configura em um tipo de tortura tão demolidora quanto a própria agressão física.

1º DE JULHO

Sandra levanta com os olhos inchados pelo choro. Humilhada, não sabe por onde recomeçar a vida. O ex-namorado, que inflara sua carreira de simples repórter a editora de economia, acabara de lhe tirar o chão. Depois de três anos e meio de desavenças e reconciliações, o romance chegara ao fim.

Edna confidencia a uma vizinha que não vai esperar uma próxima briga. A última surra, meses atrás, deixara seu rosto coberto de hematomas e o corpo moído de pancadas.

➤ O espancamento não ocorre apenas em países com graves problemas sociais, como o Brasil. A cada hora, sete cidadãs estão em situação de risco no planeta, até mesmo em nações de Primeiro Mundo, como o Canadá.



Sandra é demitida pelo ex-namorado e 51 dias depois é morta por ele



Andréia, treinada para dar conselhos aos agressores antes de reprimir



Maria: "A humilhação e a vergonha são piores do que o espancamento"

O PERFIL DE QUEM AGRIDE

Luiz*, 23 anos, estudante de Comunicação, participa de um processo socioeducativo no Ceom, em São Gonçalo (RJ). Segundo suas explicações, ele revidou com uma vassourada os ataques físicos de sua mulher, Flávia*. Terminado o casamento, Luiz encontrou-se casualmente com ela em um show. "Fiquei nervoso. Ela deveria estar em casa com a nossa filha. Não bati. Só xinguei." Flávia foi à polícia. Luiz afirma estar aprendendo a se controlar. "Mulher tira a gente do sério." Para ele, o que aconteceu é comum. "Um marido enciumado fica irritado", diz. "Os dois têm que se controlar, mas a mulher não pode esquecer que é inferior ao homem."

4 DE JULHO

Sandra recebe o comunicado oficial da demissão. No departamento de recursos humanos, conta à psicóloga que a ira do diretor foi provocada pela recusa em reatar o relacionamento. Corria pelos corredores o boato de que Pimenta descobrira o envolvimento dela com o jornalista equatoriano Jayme Mantilla.

6 DE JULHO

Sandra está deprimida, pensa em sair do país.

Edna tem nova discussão com o ex-metalúrgico e ouve a mais aguda das ameaças. "Não preciso sujar as mãos com seu sangue. Tenho quem acabe com você", rosna.

➤ A coordenadora das DDMs paulistas, Maria Inês Valente, garante que metade das tragédias

domésticas poderia ser evitada se a mulher desse importância às ameaças e aos sinais que o homem irascível apresenta. "Em vez de tentar mudar ou acalmá-lo, ela deve procurar a polícia", diz a delegada.

10 DE JULHO

Sandra começa a procurar emprego. Por onde passa encontra o rastro do ex-chefe, que usa de influência para impedir que a contratem.

Edna tira aos poucos, do armário, roupas dela e das crianças, preparando a fuga. O clima está mais pesado.

22 DE JULHO

Sandra se recusa a falar com Pimenta, que havia proposto uma viagem de lua-de-mel, remédio usado em crises anteriores.

Edna tem dúvidas. Sair de casa ou

não? Como manter os filhos? Lembrou-se de que, tempos atrás, havia retirado uma queixa com medo de que o marido fosse preso. Ela fez de conta que esqueceu a dor do espancamento e aceitou voltar para o homem, que se apresentou arrependido.

➤ O juiz Ricardo Chimentel afirma que a impunidade é em parte culpa da mulher. Segundo ele, 30% delas desistem da denúncia feita na delegacia. Quando o caso chega à Justiça, outras 30% pedem para livrar o parceiro do processo.

30 DE JULHO

Sandra vê que a secretária eletrônica e o computador estão lotados de recados do ex-chefe. Num deles, Pimenta pede a ela que devolva os presentes que lhe dera e faz mais uma ameaça: "Não cometa o erro ➤

POR QUE ELAS SUPORTAM

A mulher se tornou mais livre e obteve independência financeira nas últimas décadas, mas isso não a deixou menos vulnerável às agressões. A violência doméstica não diminuiu. Ao contrário, em alguns casos a evolução da mulher acirrou o problema. "O fato de ela crescer e ganhar bons salários deixou o homem confuso, já que antes esse era o seu papel", diz Leila Linhares, diretora da ong Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Não é raro ver maridos e namorados nessa situação apelando para a força física, na tentativa de superar o sucesso da parceira. Mas, por que alguém com esse perfil suporta as surras? A socióloga Olívia Rangel, da União Brasileira de Mulheres,

explica: "Ela ainda depende do apoio psicológico dele e quer mostrar à sociedade que o seu lar é o doce lar". Para a psicóloga Jane de Melo, do Centro de Referência da Mulher em Violência, o sexo feminino abriu portas na sociedade, mas seu comportamento dentro da dupla macho e fêmea ainda se dá sob a influência da cultura machista. No entanto, uma mudança de atitude entre as mulheres independentes pode ser sentida nas delegacias de polícia. Quando foram criadas, quinze anos atrás, eram procuradas por mulheres pobres que têm mais facilidade para se queixar dos maus-tratos. "Agora a classe média começa a perder a vergonha, vai à polícia e pede socorro", atesta Leila.

pode ir à delegacia, que envia esse registro a um Juizado Especial Criminal. Há cinco anos, a Lei 9099 possibilita que os crimes de menor potencial agressivo e os que causem lesões leves sejam julgados nessa instância de pequenas causas. As feministas criticam a lei. Se por um lado o processo não fica rolando sem solução no fórum, por outro banaliza a punição. O culpado pode prestar serviços à comunidade ou pagar multas na forma de cestas básicas doadas a entidades assistenciais.



Cintia se livrou das surras e criou o CIM, uma ong que abriga vítimas da violência

de reter essas coisas, porque, você sabe, eu não tenho limites".

➤ Mais tarde, o Instituto de Criminalística analisou 101 mensagens eletrônicas recebidas e enviadas por Sandra. Havia 25 e-mails para Mantilla. Num deles, ela desabafa: "Tenho uma boa e uma má notícia. A boa é que estou com saudade de você. A má é que estou com o telefone grampeado". Pimenta vigiava os passos da namorada, colocava seguranças para segui-la e alugou um apartamento em frente ao dela para observá-la.

31 DE JULHO

Edna assusta-se com a chegada do marido. Ele vem enfurecido e disposto a comprar briga por causa do jantar atrasado ou de qualquer outra bobagem. O tom de voz demonstra

que aquela seria mais uma noite de desespero. Ela se enche de coragem e aperta na palma da mão o cabo de uma faca. Ele dá um empurrão e Edna encosta a ponta da lâmina na barreira dele. "Nunca mais me aponte um dedo", diz ao adversário, que retruca: "Eu também tenho uma faca e um revólver. Sua vida pode não durar mais que 1 segundo".

1º DE AGOSTO

Sandra é convidada para trabalhar num site e fica mais animada.

Edna vai à delegacia de Sorocaba. Assustados, seus filhos testemunham o relato. Ela revela que tem medo de voltar para casa e ser morta. O caso deixa de ser problema particular. O Centro de Integração da Mulher (CIM), ong que mantém uma casa-abrigo para vítimas da vio-

lência doméstica, recolhe Edna e as quatro crianças.

➤ A casa funciona desde 1997 e foi criada pela advogada Cintia de Almeida. Ela conhece bem o assunto: apanhou nas duas vezes em que foi casada, na década de 80, e teve que amargar as dificuldades sozinho: "Os vizinhos nunca socorriam, os delegados não acatavam as denúncias, a família punha panos quentes", afirma.

5 DE AGOSTO

Sandra encontra a porta arrombada ao voltar para casa. Pimenta está atrás de um armário com um revólver em punho. Eles discutem, ela toma dois tapas no rosto. Na delegacia do bairro, Sandra registra a ocorrência. Passa por exame de corpo de delito no IML. Chora pouco e confessa que,



Campanha incentiva a população a denunciar os casos de violência

Na cidade de São Gonçalo (RJ) há uma alternativa a essas penas. O Centro Especial de Orientação à Mulher (Ceom) fez um convênio com a Justiça e atende os agressores. Durante seis meses, o acusado frequenta sessões de terapia e discussões sobre não-violência (ver *"O perfil de quem agride"*). Ele pode, depois disso, ficar quieto com a Justiça. Mas, se bater ou ofender outra vez, será preso. Os agressivos, quando não são tratados, costumam intensificar seus ataques.

Os casos de violência obedecem a um ciclo que pode culminar em tragédias, como a da jornalista assassinada. No dia em que Sandra, 32 anos, começa a trilhar um roteiro sem volta, outra mulher, Edna Gomes Leal, 24 anos, sem profissão, vive uma situação parecida. As duas foram vítimas da crença masculina que faz o homem agir como dono da parceira.

Elas tentaram conter os agressores com uma queixa na polícia (ver *"Os dias de fúria"*). Edna conseguiu. Sandra teve o grito de socorro sufocado por dois tiros covardemente desferidos pelas costas. São mais dois exemplos de que é preciso dar um basta.

ONDE DENUNCIAR

Delegacias da Mulher de: Belo Horizonte, MG, tel. (31) 330 1750; Brasília, DF, tel. (61) 244 3400; Campinas, SP, tel. (19) 252 5016; Fortaleza, CE, tel. (85) 281 3837; Goiânia, GO, tel. (62) 212 4366; Manaus, AM, tel. (92) 236 7012; Porto Alegre, RS, tel. (51) 288 2172; Ribeirão Preto, SP, tel. (16) 610 4449; Rio de Janeiro, RJ, tel. (21) 399 3690; São Gonçalo, RJ, tel. (21) 399 3730; São Luís, MA, tel. (98) 221 2338; São Paulo, SP, tel. (11) 239 3328; Sorocaba, SP, tel. (15) 224 1113.

Patrícia Zaidan

*Nomes trocados para preservar a identidade dos entrevistados

O que você faria se o seu marido ou namorado levantasse a mão contra você?
Envie sua opinião para nosso site:
www.claudia.com.br

se já estivesse empregada, não apareceria na empresa no dia seguinte.

➤ O Banco Mundial calcula que uma em cada cinco empregadas falta ao trabalho para esconder as marcas da surra. O prejuízo causado pela guerra familiar é grande. As mulheres agredidas representam queda na produção, despesas com hospital e com o tratamento dos filhos traumatizados. No Chile, 2% do PIB fica comprometido com a violência doméstica. Dado semelhante é estimado no Brasil.

7 DE AGOSTO

Sandra devolve os presentes. Pimenta confere: "São 98 peças de vestuário, um anel de brilhantes, um anel de ouro, um anel de ouro e brilhantes dos Estados Unidos, um anel de Florença, selas de cavalo..."

Edna está se adaptando ao abrigo. Passa a acreditar que o marido não vai localizar o esconderijo. O endereço e o telefone são secretos. As crianças participam de brincadeiras pedagógicas e Edna recebe orientação jurídica para requerer a separação e a pensão.

➤ Nos Estados Unidos existem 1 500 casas como essa. No Brasil há apenas 25, financiadas pela União, Estados, municípios e ONGs. Duas serão erguidas em Uberlândia (MG) e Campo Grande (MS). Mas nem todos os governos são sensíveis a essa necessidade. Um exemplo dói tanto quanto uma surra: o prefeito de Gualba (RS), Nelson Cornetet, dispensou 75 000 reais que o governo federal colocou à disposição para criar uma casa-abrigo na cidade.

20 DE AGOSTO

Sandra escova o cavalo Oceano no Haras Setti, em Ibiúna (SP). Seu tempo de vida está quase esgotado. Em poucos minutos, o homem que não suportava a rejeição chega, desce do carro, diz algumas palavras e dispara a arma. Pimenta vê o corpo de Sandra de braços. Atira pela segunda vez e foge do flagrante.

21 DE AGOSTO

Sandra é enterrada pela família. Edna assiste a tudo pela TV. Está chocada. Nunca vira a jornalista antes, mas sente-se solidária àquela dor. O final da jornalista poderia ter sido o dela. Edna, no entanto, está trocando Sorocaba por um lugar distante do passado. Vai fazer um curso de cabeleireira, trabalhar e recomeçar a vida se sentindo mais cidadã.

Anexo 24

Cópia da reportagem do jornal *Correio da Bahia*
de 14/10/2000

segurança

14 / 10 / 80

CORREIO DA BAHIA



Mulheres rompem o silêncio da violência

Ivana Garcia

As mulheres continuam sendo vítimas dos mais variados tipos de agressão física ou moral, porém, agora, estão denunciando com mais frequência seus agressores, o que acaba inibindo a ação deles. "O silêncio é um grande erro porque só agrava a situação, permitindo que cada vez mais os autores desses delitos venham a agir indiscriminadamente", afirma a delegada Aída Burgos, da Delegacia de Proteção à Mulher (DPM), localizada no Vale dos Barris.

No período de janeiro a setembro deste ano houve o registro de oito mil queixas na DPM, mas se acredita que até o final do ano esse número tende a crescer, ultrapassando o registrado em 1999, que foi de 9.811 casos, pois todos os dias a delegacia atende dezenas de mulheres vítimas de violência. "Diariamente, recebemos uma média de 40 a 50 casos, mas esse número

pode chegar a até 60 ocorrências nas segundas-feiras, depois dos finais de semana e de festas populares", revela Aída Burgos.

As agredidas pertencem, em sua maioria, a classes sociais mais humildes e dependem financeiramente dos companheiros, mas a delegacia também recebe casos de mulheres das classes média, que têm

aumentado bastante, e alta, esses em número bem menor. De acordo com a delegada, os casos são registrados indistintamente sem que haja separação por cor, profissão ou classe social das vítimas, por isso não existe estatística específica de violência contra mulheres negras, brancas ou prostitutas, por exemplo.

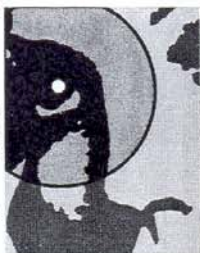
Entretanto, quase 90% das agressões acontecem no ambiente familiar e são cometidas pelos companheiros e maridos das vítimas, explica Aída Burgos. O restante tem como autores vizinhos e

ex-namorados. Segundo a delegada, "grande parte dessa violência ocorre dentro do lar, onde as mulheres passam por humilhações e constrangimentos terríveis, além da agressão física propriamente dita. Algumas também são vítimas do assédio de vizinhos ou do desequilíbrio de ex-namorados, que não aceitam o término do namoro".

Para registrar queixa na DPM é preciso que a vítima se identifique, informando o nome e demais dados do agressor para que ele seja posteriormente intimado para uma audiência prévia. A Delegacia de Proteção à Mulher funciona 24 horas por dia com quatro delegadas plantonistas e duas fixas, tendo como titular a delegada Isabel Alice Araújo de Pinho. Há

três meses, foi implantado na delegacia um serviço psicossocial, para atendimento às vítimas de agressão, com duas psicólogas e duas assistentes sociais, que auxiliam as vítimas de estupro.

Entre as ocorrências mais graves registradas recentemente na delegacia, a delegada Aída Burgos lembra o caso de uma moça que, após uma discussão com o companheiro, levou uma facada no rosto, que lhe provocou um corte profundo, indo do olho até a boca. Outra vítima, depois de terminar uma relação de seis meses com o namorado, acabou recebendo quatro tiros quando saía da escola, mas sobreviveu. O agressor está respondendo a processo por tentativa de homicídio.



Salvador lidera em número de casos

Uma pesquisa realizada entre os anos de 1997 e 1998 com o objetivo de mapear e monitorar a violência contra a mulher nas cidades de João Pessoa, Natal, Salvador e Fortaleza, quatro importantes capitais do Nordeste, revelou que a capital baiana é a campeã no número de casos de agressões contra a mulher. O trabalho foi feito por um grupo de sociólogos liderado pela pesquisadora Sílvia de Aquino, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba.

Os pesquisadores analisaram dois mil e 130 casos registrados de violência no período de 1987 a 1997 nessas cidades. As amostras foram coletadas a partir de dados como estado civil, escolaridade, relação entre vítima e agressor, entre outros. "Nossa pesquisa teve como objetivo fazer uma reflexão sobre o tema e intervir em toda essa questão, inibindo o fenômeno da violência. Além disso, buscávamos também a intervenção nas políticas públicas", explicou Sílvia.

Pousada de Maria assiste vítimas

Em maio deste ano, foi inaugurada em Salvador a Pousada de Maria, uma instituição que presta assistência às mulheres que sofreram algum tipo de violência. Desde quando começou a funcionar, já passaram pela entidade 13 vítimas. Atualmente, a pousada abriga seis mulheres e 15 menores, todos filhos das internas, que ficam na creche instalada no local. As mulheres recebem apoio de uma psicóloga, uma assistente social e ainda assistência jurídica prestada por advogados da OAB.

A Pousada de Maria oferece ainda cursos profissionalizantes para que as vítimas possam ter uma ocupação futura. Atualmente, estão em atividade as oficinas de embalagens e presentes, doces e salgados e deverão ser implantadas as de artesanato,

confeccões, bijuterias e congelamento de alimentos. Além disso, faz-se o cadastramento das mulheres no Patras, um serviço da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, para que possam trabalhar como faxineiras, passadeiras ou cozinheiras, a depender do que saibam fazer.

Construída pelo governo do estado, a Pousada de Maria vem sendo mantida pelas Voluntárias Sociais com o apoio da Federação das Mulheres do Estado da Bahia, uma organização não-governamental (ONG). A instituição tem capacidade para abrigar 75 pessoas, incluindo as mulheres e seus filhos, sendo considerada um dos melhores centros do Nordeste especializado em atender e acolher mulheres agredidas.

Anexo 25

Cópia da capa da revista *Veja* de 8/11/2000

ELEIÇÕES
A CAIXA-PRETA DO PT
O PAÍS GAÚCHO

veja

Edição ABRA - edição 1.674
ano 32 n.º 49 - R\$ 4,50
8 de novembro de 2000

Abra 50 anos

www.veja.com.br

ELAS VENCERAM

- ◆ No Brasil já há mais mulheres médicas e advogadas do que homens
- ◆ Elas ficam com a maioria dos novos empregos do país
- ◆ Ganharam a prefeitura em seis capitais brasileiras
- ◆ O salário delas cresce num ritmo mais rápido que o dos homens
- ◆ Uma delas acaba de ser indicada para o Supremo Tribunal

0.1674
770100 712004
ISSN 0100-7122

Anexo 26

Cópia da capa da revista *Veja* de 7/2/2001

